UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

REBECCA DE LUNA GUIDI

Valores Negociados:

a Salvaguarda do Jongo/Caxambu

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

REBECCA DE LUNA GUIDI

Valores Negociados:

a Salvaguarda do Jongo/Caxambu

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre.

Orientação: Profa. Dra. Lygia Baptista Segala Pereira Pauletto Beraba.

Linha de Pesquisa: Transmissão de Patrimônios Culturais

Banca Examinadora

fa. Orientadora – Dra. Lygia Baptista Segala Pereira Pauletto Bera Universidade Federal Fluminer	
Prof. Dr. Peter Henry F Universidade Federal do Rio de Jane	
Prof. Dr. Marcos Otávio Beze Universidade Federal Fluminer	
Profa. Dra. Rosane Manhães Pra Universidade Estadual do Rio de Jane (Suplen	iro
Prof. Dr. Nilton Sant Universidade Federal Fluminer (Suplen	ıse

Resumo

Esta Dissertação tem por objetivo descrever as várias redes de interesses, conflitos e negociações, bem como discutir e interpretar critérios e valores acionados no âmbito da Política de Patrimônio Cultural Imaterial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) no Brasil. Especial atenção é dada à implementação de ações relativas ao *Plano deSalvaguarda* do Jongo/Caxambu no Sudeste, reconhecido como patrimônio cultural no ano de 2005. O trabalho baseia-se na experiência de acompanhamento das "situações"da visita realizada à *Fazenda Pau D'Alho*,com vistas à possibilidade de sua ocupação por atividades do Jongo/Caxambu, e das negociações locais envolvendo a gestão da *Fazenda Roseira* pela Comunidade Jongo Dito Ribeiro, na Cidade de Campinas (SP). Procura-se explicitar certo "jogo de escalas" para visualizar a articulação dos múltiplos planos imbricados nesta incipiente Política Cultural. Tomando como ponto de partida a descrição detalhada das situações, propõese, então, uma reflexão sobre o contexto político mais amplo, dando ênfase não apenas ao discurso nativo dos *detentores*, mas também dos inúmeros *mediadores* e *técnicos* envolvidos na salvaguarda.

Palavras-chave: Salvaguarda; Patrimônio Cultural Imaterial; Jongo; Caxambu; Políticas Culturais.

Abstract

This paper aims to describe the various networks of interests, conflicts and negotiations, as well as to discuss and interpret criteria and values involved in Intangible Heritage Policy of the Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) in Brazil. Special attention is given to the implementation of actions relating to Jongo's *Plano de Salvaguarda (Safeguard Plan)/*Caxambu in Southeast, recognized as cultural patrimony in the year of 2005. The work is based on the follow-up experience of the "situations" of the visit made to *Fazenda Pau D'Alho (Pau D'Alho Farm)* with the purpose of the possibility of its occupation by Jongo/Caxambu and of local negotiations that include *Fazenda Roseira's* management by Jongo Dito Ribeiro Community, in Campinas city, São Paulo. We seek to elucidate certain "scales game" to visualize the articulation of the multiple plans interlaced in this incipient Cultural Policy. Taking as starting point a detailed description of the situations, we propose, then, a reflection on the broader political context, emphasizing not only the native speech of the *holders'*, but also of the countless *mediators* and *technicians* involved in the safeguard.

Key words: Safeguard; Intangible Heritage; Jongo; Caxambu; Cultural Policies.

À Elza Velloso, Carmem Barrios Guidi e Elson Velloso de Luna que, com suas partidas, me fizeram compreender em profundidade o significado e a importância da ancestralidade.

Agradecimentos

Ao Iphan pelo apoio fundamental, representado pela Licença concedida.

À equipe do CNFCP pelo apoio constante, especialmente aos colegas do setor de Pesquisa: Cesar Baía, Daniel Roberto dos Reis, Dirlene Santos Silva, Guacira Waldeck, Lívia Ribeiro Lima, Maria Beatriz Porto, Maria Elisabeth Costa, Raquel Dias Teixeira. Agradeço também aos colegas que lá estiveram em algum momento e que permaneceram em minha vida: Andréa Falcão, Carla Arouca Belas, Edilberto Fonseca, Elizabete Mendonça, Gislaine Henriques, Ricardo Gomes Lima e Thiago Aquino.

Aos Professores e Colegas do PPGA/UFF pelos ensinamentos ao longo da formação.

À minha orientadora, Lygia Segala, por todas as horas de dedicação e trabalho conjunto.

Aos professores Peter Fry e Marcos Otávio Bezerra, pelos comentários durante a Banca de Qualificação e participação e observações na Banca de Defesa.

A todos os entrevistados que me concederam seu tempo e disposição em horas de conversas gravadas.

Aos colegas das Superintendências, envolvidos no acompanhamento da Salvaguarda do Jongo no Sudeste, durante todo processo, Aline Miceli, Ana Telles, Bartholomeu Homem Del Rei, Caio Bourg, Corina Moreira, Jeanne Crespo, Mônica da Costa, Simoni Toji.

A Hilário Pereira Filho, pelo auxílio durante as consultas ao Arquivo Noronha Santos, agradecimento que se estende à equipe.

À Equipe do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, especialmente, Izabella Álvares, pelo apoio oferecido na consulta às informações do Pontão.

À Andréa Falcão, Roniel Felipe e Francisco Moreira da Costa, pela cessão de uso de fotografias de sua autoria.

À Conceição Pimenta e Edna Velloso de Luna pelo apoio dado na revisão da redação.

À minha família e amigos por saberem compreender as ausências prolongadas nos meses de trabalho, sempre me incentivando.

A Diego, por sempre acreditar no potencial deste trabalho e por todo companheirismo, disponibilidade, afeto e troca cotidianos, fundamentais para a conclusão desta Dissertação.



Foto: Francisco Moreira da Costa

Foto do *Coletivo Jongueiro*, conformado por lideranças *jongueiras*, técnicos do Iphan, equipe do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu e Consultores – representando todos os atores que, em algum momento, participaram do desafio que representa a construção dessa política e que são a carne e o sangue desta dissertação.

A foto foi tirada por ocasião da 6ª Reunião de Articulação do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, em dezembro de 2009 e tem como cenário o jardim do Museu da República, local em frente ao Auditório do CNFCP, onde tiveram lugar a maioria das Reuniões de Articulação do Pontão.

Na foto estão presentes membros da equipe do Pontão e Representantes do Jongo de Arrozal (RJ); do Caxambu Renascer de Vassouras (RJ); do Grupo Cultural Jongo da Serrinha (RJ); do Jongo de Piquete (SP); do Caxambu de Miracema (RJ); da Associação do Jongo de Guaratinguetá (SP); do Jongo Dito Ribeiro (Campinas - SP); do Grupo de Jongo do Quilombo Santa Rita do Bracuí (Angra dos Reis -RJ); do Caxambu Filhos de Eva (Carangola-MG); do Centro de Referência de Estudo Afro do Sul Fluminense (Pinheiral -RJ); da Associação Cultural Quilombolas do Tamandaré (Guaratinguetá – SP); do grupo Mistura da Raça (São José dos Campos-SP); da Associação Cultural Cahuera! (SP); da Superintendência do Iphan no RJ; da Superintendência do Iphan em MG; da Unesp (SP); da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; do CNFCP/Iphan (RJ); da Superintendência do Iphan em SP.

Lista de Fotografias

Foto 1: Vista do pátio, Fazendo Pau D'Alho	35
Foto 2: Tachos de madeira e caldeirão de ferro, Fazendo Pau D'Alho	36
Foto 3: Mesa de refeições, Fazendo Pau D'Alho	36
Foto 4: Interior da casa de morada, Fazendo Pau D'Alho	36
Foto 5: Vista da senzala, Fazendo Pau D'Alho	37
Foto 6: Porão da casa de morada, Fazendo Pau D'Alho	38
Foto 7: Lateral da sede da fazenda, Fazendo Pau D'Alho	46
Foto 8: O ritual e vista da senzala, Fazendo Pau D'Alho	51
Foto 9: Preparativos do ritual, Fazendo Pau D'Alho	52
Foto 10: Roda do ritual, Fazendo Pau D'Alho	53
Foto 11: Roda de jongo, Fazendo Pau D'Alho	54
Foto 12: Planta da casa de morada, Fazendo Pau D'Alho	76
Foto 13: Alpendre da sede, Fazendo Pau D'Alho	77
Foto 14: A capela em 1942, Fazendo Pau D'Alho	77
Foto 15: Alpendre da casa de morada, Fazendo Pau D'Alho	78
Foto 16: Alpendre vista externa, Fazendo Pau D'Alho	78
Foto 17: Alpendre vista externa, Fazendo Pau D'Alho	78
Foto 18: Muro e portão, Fazendo Pau D'Alho	78
Foto 19: Pátio interno, Fazendo Pau D'Alho	79
Foto 20: Pátio interno e terreiro de café, Fazendo Pau D'Alho	79
Foto 21: Fazenda Pau D'Alho, 1980	86
Foto 22: Fazenda Pau D'Alho, 1980	87
Foto 23: Fazenda Roseira (salão principal)	103
Foto 24: Reunião Cepir (Campinas)	111
Foto 25: Reunião Cepir (Campinas)	111
Foto 26: Reunião Cepir (Campinas)	112
Foto 27: Reunião Cepir (Campinas)	112
Foto 28: Reunião Cepir (Campinas)	113

Índice de Siglas

ACL – Associação Campinense de Letras

ALERJ – Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

ASSEBA – Associação de Sambadores e Sambadeiras do Recôncavo Baiano.

CESP – Companhia Energética do Estado de São Paulo

CIS – Centro Cultural de Inclusão Social e Integração Social/Unicamp

CNFCP - Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular

CNPCT - Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e

Comunidades Tradicionais

CNPq - Centro Nacional de Pesquisa

COCEN - Coordenadoria de Centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa/Unicamp

COHAB - Companhia de Habitação Popular

CONDEPACC - Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas

CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico,

Artístico e Turístico

CPFL – Companhia Paulista de Fornecimento de Luz

CREASF – Centro de Referência de Estado Afro do Sul Fluminense

CRESPIAL – Centro Regional para la Salvaguardia del Patrimônio Cultural Inmaterial de America Latina

DAEE-SP – Departamento de Águas e Energia do Estado de São Paulo

DAF – Departamento de Articulação e Fomento/Iphan

DOU - Diário Oficial da União

DPA – Departamento de Planejamento e Administração/Iphan

DPAM - Departamento de Patrimônio Material/Iphan

DPI – Departamento de Patrimônio Imaterial/ Iphan

EPC – Equipamento Público Comunitário

FIMI – Faculdades Integradas Maria Imaculada

FNPM – Fundação Nacional Pró-Memória/Iphan

IBC - Instituto Brasileiro do Café

IEPÉ – Instituto de Pesquisa e Formação Indígena

INF – Instituto Nacional do Folclore

INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais

Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LABEURB – Laboratório de Estudos Urbanos/Unicamp

LABHOI – Laboratório de História Oral e Imagem

MinC – Ministério da Cultura

MN/UFRJ – Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro

MPOG - Ministério do Planejamento, Orcamento e Gestão

OMS - Organização Mundial da Saúde

PACA – Programa de Apoio a Comunidades Artesanais/CNFCP

PNDH – Programa Nacional de Direitos Humanos

PNPI – Programa Nacional de Patrimônio Imaterial

PREAC – Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários/Unicamp

PUC-Camp – Pontificia Universidade Católica de Campinas

RAs – Reuniões de Articulação (promovidas pelo Pontão de Cultura do Jono/Caxambu)

SANASA – Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento/Campinas

SCC – Secretaria de Cidadania Cultural

SCC – Secretaria de Cidadania Cultural

SCDC – Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural

SE – Superintendência Estadual do Iphan

SEC – Secretária de Economia Criativa/Minc

SEPIR – Secretaria Especial de Políticas para Igualdade Racial

SID – Secretaria de Identidade e Diversidadae/Minc

SMC – Secretária Municipal de Cultura

SMCAIS - Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência e Inclusão Social

SNM – Sistema Nacional de Museus

Sphan – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SPPC – Secretaria de Programas e Políticas Culturais

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UnB – Universidade de Brasília

UNESP - Universidade do Estado de São Paulo

UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

USP – Universidade de São Paulo

Sumário

Introdução	14
Políticas para o Patrimônio Imaterial	15
Metodologia: Análises Situacionais e Estudos de Caso	20
A Problemática da Dupla Inserção	22
O Jongo/Caxambu – Breve Introdução ao tema Estrutura	24
1. Pedindo Permissão aos Espíritos na Fazenda Pau D'Alho: Política e Ritu	ual34
I. A Visita	
II. O Ritual	
III. Contexto e Desdobramentos	
Patrimônio e Turismo "do Café" no Vale do Paraíba	
IV. Histórico da Fazenda	
Características Arquitetônicas	
O Tombamento	
Projetos de Aproveitamento	
V. Possibilidades de Interpretação.	
Os Gestores Orgânicos.	
Valores em Disputa	
2. O território em questão – Negociando a Ocupação e Gestão da Fazenda	
em Campinas	
Reunião Preparatória	
•	
Digressões Esclarecedoras	
Reunião na Coordenadoria Especial de Promoção e Igualdade Racial (Cepir)	
Desdobramentos	
II. Contexto.	
A Formação do Grupo	
Integração e Reconhecimento pelos pares (outros grupos de Jongo/Caxambu)	
Atuação Local da Comunidade Jongo Dito Ribeiro – A gestão da <i>Fazenda Rosei</i>	
III. Possibilidades de Interpretação	133
3. Contexto Político	138
I. Políticas Raciais	138
II. Políticas Culturais	
III. A Política de Patrimônio Imaterial: A Incipiência do Campo	
Dificuldades Internas	

Anexos	195
Sites e Blogs consultados	191
Dos Grupos de Jongo	
Do Pontão de Cultura	190
Do Iphan/Unesco	190
Material Institucional	190
Teses e Dissertações	
Bibliográficas	185
Fontes de Consulta	185
VII. Considerações Finais – Perspectivas da Salvaguarda	180
Dos conflitos internos à UFF	
Participação de Outras Instituições	
Relações entre o Pontão e as Unidades do Iphan – aproximações e distanciamentos	
VI. O caso do Jongo/Caxambu	
V. A salvaguarda	
IV. Relações com a "Sociedade Civil"	
Relações Interinstitucionais.	
Das relações entre as Coordenações do Departamento do Patrimônio Imaterial	
Da relação entre Departamentos e Unidades	

Introdução

Uma roda de pessoas de pés descalços, no chão de um antigo terreiro de secagem de café, em uma fazenda tombada no Vale do Paraíba, em São Paulo. Ritual sincopado pelo toque de tambores, devidamente *saravados* com cachaça, que através de cantos e da aspersão de água com um ramo de ervas de poder, pedia permissão para os espíritos ali presentes para adentrar aquele espaço, marcado pelo sofrimento dos antigos escravos.

Um encontro em outra fazenda do período cafeeiro, desta vez na cidade de Campinas, região Noroeste do Estado de São Paulo. Reunião de diversos representantes de movimentos sociais, coordenada por um grupo de Jongo. Ali, discute-se a estratégia a ser adotada diante de representantes da Prefeitura, a respeito da gestão daquele mesmo espaço.

Essas são as situações, a partir e através das quais busco compreender o universo da construção e da vivência prática de uma política governamental em curso, a Política de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial brasileiro. Certamente, poderia ter escolhido tantas outras situações com as quais me deparei ao longo dos últimos seis anos de minha experiência como *gestora*¹ no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). No entanto, a arbitrariedade das escolhas não deve ofuscar nem a riqueza dos casos construídos, nem aquela dos que não serão aqui tratados, mas demonstrar as limitações de tempo e fôlego em uma Dissertação de Mestrado².

Aqui pretendo, através de reflexão etnográfica, discutir e iluminar redes de interesses, conflitos e negociações em torno de critérios e valores, em diferentes

¹Ao longo da dissertação utilizo diferentes categorias para designar os funcionários(as) do governo que atuam na execução das políticas governamentais: gestores(as), técnicos(as), gerentes, superintendentes, funcionários(as), analistas (área administrativa). Esclareço que a categoria gestor é aqui utilizada de forma genérica: aquele(a) que gere as políticas a partir dos órgãos governamentais, é quase como sinônimo de funcionários(as), ainda que este seja utilizado sem a preocupação da verificação dos vínculos por concurso. Os demais termos designam cargos específicos dentro das instituições. No meu caso, portanto, genericamente sou "gestora pública" e especificamente tenho o enquadramento funcional de "técnica em Ciências Sociais".

²Além dos muitos casos em potencial que poderiam ter sido selecionados, escolhi dois outros que seriam trabalhados de forma articulada com os apresentados aqui: a audiência pública sobre a instituição do "Dia Estadual do Jongo no Rio de Janeiro" da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) em julho de 2010 - grande evento organizado em parceria entre a ALERJ, o Iphan, a representação regional do Ministério da Cultura (MinC), e o Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu - e a complexa situação de um grupo de Caxambu (ver adiante) em Porciúncula (RJ), criado a partir de um projeto de "resgate cultural" da Prefeitura Municipal da Cidade, e que encontra dificuldades em atuar autonomamente. No entanto, conforme o trabalho com os dois primeiros casos avançou e se desdobrou, vi que era muita ambição dar conta de tudo o que, em princípio, havia pretendido. O material que coletei, no entanto, poderá resultar em futuros artigos que dialoguem com essa dissertação.

escalas³, ligados à Política de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial no país.

Políticas para o Patrimônio Imaterial

O presente trabalho vem se somar ao número crescente de produções acadêmicas a respeito das novas práticas institucionalizadas, na Política Nacional de Patrimônio, no escopo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan⁴. Busca contribuir para o entendimento desse tipo de política relativamente recente, do início dos anos 2000, desenvolvida no âmbito desta autarquia ligada ao Ministério da Cultura e na qual atuo como *técnica* em Ciências Sociais, desde 2006.

A caracterização feita aqui das atividades relativas à área de Patrimônio Imaterial, enquanto uma política em si, reflete sobre suas especificidades diante das práticas de inventário, reconhecimento e preservação já instauradas, desde a criação do Instituto em 1937 [então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)]. Foca a atual incipiência da absorção de conceitos e práticas que lhe são orientadores dentro da própria Instituição, visando à conformação de uma Política Patrimonial integradora dos aspectos materiais e imateriais dos chamados *bens culturais*⁵.

O estabelecimento deste segmento na Política Patrimonial dialoga com a demanda internacional, articulada no ano de 1972, por países membros da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco)⁶. Estes clamavam pela revisão dos conceitos embasadores da Convenção do Patrimônio Mundial aprovada naquele ano. A noção de Patrimônio ali adotada orientava a composição da lista do Patrimônio Mundial, divulgada pela Organização. Os valores, que essa seleção refletia, eram centrados na excepcionalidade e na monumentalidade. Implicavam, assim, na exaltação de grandes monumentos. Por outro lado, concorriam para a invisibilização da importância cultural de manifestações que não possuíam, como maior riqueza, seus

⁻

³ Internamente e entre os grupos de Jongo/Caxambu; em âmbito municipal; no âmbito do Iphan; institucional; interinstitucional. A noção de escalas aqui adotada parte de Alban Bensa (1998) e a sua apropriação de metodologias utilizadas na Micro-História.

⁴ Para uma amostra desses trabalhos, cf. lista de Dissertações e Teses em "Fontes Consultadas" no final do trabalho.

⁵ Discorrendo sobre a categoria *bem*, Falcão (2011) diz: "Analisando a literatura sobre o tema, vemos que os bens patrimoniais configuram o componente fundamental do que se entende por propriedade particular. Uma de suas características é o fato de o detentor do bem, uma vez reconhecida sua titularidade, ter plenos poderes para usufruir, administrar e vender, ou seja, dispor desse bem.".

⁶ É interessante notar a grande dificuldade que existe em encontrarmos a especificação sobre quais países integravam este grupo, apesar de encontrarmos constantemente menções a este nas diversas publicações sobre o tema. A menção que, em geral, é a mais comum diz respeito ao grupo ser liderado pela Bolívia.

aspectos materiais, mantendo países latino-americanos, africanos e asiáticos subrepresentados nessa listagem de reconhecimento mundial.

Como resultado das discussões de um Grupo de Trabalho, estabelecido a partir de tal demanda, articula-se a noção de Patrimônio Intangível, a qual dialoga de perto com mudanças no entendimento e abordagem do conceito de "culturas populares" e, sua transmissão, no campo das Ciências Humanas, notadamente a Antropologia e os Estudos Multiculturais (BO, 2003: p.79).

No Brasil, tal noção ganha o nome de Patrimônio Imaterial. Visa dar conta de saberes e práticas sociais considerados tradicionais⁷ e que tiveram poucas atenções no que se refere à consolidação de um corpus patrimonial nacional⁸, ou seja, uma seleção de itens convencionalizados, nas disputas entre especialistas institucionais, como "representativos" da cultura de um país. O valor do típico e do característico distinguese aqui dos da excecionalidade e da unicidade nos processos de patrimonialização⁹.

No Iphan, as ações voltadas para o chamado Patrimônio Cultural Imaterial são pautadas pelo Decreto Presidencial nº3551, do ano de 2000 (ver Anexo1), que institui o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI), além do Registro como instrumento jurídico de reconhecimento oficial. Trata-se de um alargamento da noção Patrimônio, conforme concebida pelo Decreto nº25 de 1937, que institui o Tombamento como instrumento de proteção e preservação patrimonial. A partir do Decreto nº3551, o foco se expande, abarcando como bens culturais não apenas os produtos materiais dos saberes, mas também os próprios conhecimentos e processos de transmissão, manutenção e recriação destes elementos cuja natureza é processual e dinâmica, de cunho explicitamente diferenciado daqueles protegidos sob a égide do Tombamento.

Mudado o enfoque do que se pretende valorizar, torna-se patente a necessidade de alteração na natureza das ações empreendidas pelo Estado com vistas à continuidade dos bens patrimoniais. Acima de tudo, uma relação de parceria com os chamados detentores, ou seja, os "grupos herdeiros" das tradições identificadas como bens culturais, passa a ser considerada fundamental nas três etapas do processo de reconhecimento de uma manifestação cultural como patrimônio (identificação, registro e salvaguarda).

⁷ A ideia de tradicional articula-se, nos processos de patrimonialização, aos valores negociados de continuidade e autenticidade (Heinich, N. 2009, cf. Cap. 3).

⁸ Muitas dessas formas de expressão não foram apenas desconsideradas como Patrimônios, mas sofreram também discriminações e perseguições policiais, sendo por vezes criminalizadas, como as rodas de Capoeira e o Samba.

⁹ Cf. Heinich, N. 2009, pp. 199-205.

Essa noção de parceria merece nossa atenção. Amplamente utilizada mundialmente, integra uma gramática extremamente atual que abarca uma série de áreas como os projetos desenvolvimentistas, ou mesmo de uma "multiculturalização" das políticas públicas em curso em muitos países. Aliada a noções como a de empoderamento ou da horizontalização das políticas públicas, reflete um movimento no sentido da inclusão dos beneficiários das políticas enquanto sujeitos atuantes e com voz ativa nos processos de delineamento e implementação de tais políticas. Apesar do objetivo nobre que tais noções implicam, não podemos nos furtar a indicar seus limites, no sentido de que as relações aí estabelecidas implicam sempre hierarquias, sejam simbólicas, sejam materiais. Tais assimetrias são estruturantes de tais relações e não devem ser apagadas em detrimento de projetos que visam a sua mudança, sob a pena de deixarmos de observar uma série de elementos caros aos contextos enfocados. Assim, o controle de recursos exercido pelos financiadores dos projetos sempre implica em uma assimetria que dificilmente poderia ser classificada como uma parceria, uma vez que essa noção subentende uma relação igualitária. Tal controle de recursos traz em si, dada a história das Políticas Culturais brasileiras, a possibilidade de uma nova modalidade de tutela, ainda que haja a preocupação constante de rompimento com o modelo do Estado tutelar e paternalista. È interessante, observarmos ao longo do desenvolvimento da dissertação, a forma como tal parceria é capitalizada, ora pelos grupos, ora pelo próprio Estado. Dessa forma, ainda que ao longo da dissertação esse termo parceria - categoria central na Política de Patrimônio Imaterial - apareça de forma desconectada dessa discussão mais ampla, cabe indicar que a reflexão sobre a sua utilização e centralidade rende ainda muitos desdobramentos. A sua mobilização na gramática do Iphan é atrelada ao pressuposto de uma estreita relação dos especialistas da Instituição (a qual passa a demandar profissionais de outras áreas, como as Ciências Sociais e a História), com a base social, ou seja, os mencionados "grupos herdeiros" das tradições culturais reconhecidas como Patrimônio Cultural.

Na maioria dos casos, agentes *mediadores* entre os atores aludidos são fundamentais para a gestão das ações de *salvaguarda* – conceito considerado mais adequado do que aquele de *preservação*, pois alude a uma noção de mutabilidade que a manutenção de um *bem* assume, quando o assunto é o Patrimônio Imaterial. Esses mediadores podem ser ONGs, universidades, pesquisadores independentes, ou até mesmo, em alguns casos, funcionários de Prefeituras que, muitas vezes, possuem maior acesso ao aparato e conhecimentos burocráticos de gestão de recursos públicos do que

os grupos detentores.

Ao longo dessa dissertação três categorias de atores são constantemente apresentadas: a dos *gestores* ou *técnicos*, dos *detentores* e dos *mediadores*. As duas primeiras são bem delimitadas e institucionalizadas. Dizem respeito, respectivamente, às pessoas a serviço do Estado e responsáveis pela gestão das políticas públicas; e aos "herdeiros" dos saberes reconhecidos como Patrimônios Culturais Imateriais, aqueles que detêm o saber que lhes foi transmitido, geralmente por via familiar, e que podem atualizá-lo, mantendo-o "vivo" entre seus pares. Já a terceira categoria é dotada de uma plasticidade e aplicabilidade mais diversas. Em geral, diz respeito aos atores que mediam as relações entre a duas instâncias anteriores – o Estado e os *detentores*. Nos casos tratados, a equipe do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, ocupa este papel, gerenciando os recursos disponibilizados pelo Iphan, e pela própria UFF, a favor dos interesses dos *detentores*. No entanto, por vezes, os próprios *gestores*, ou mesmo os *detentores*, podem atuar como mediadores em situações de conflito ou mesmo de necessidade de *tradução* entre uma e outra instância em relação.

O termo mediação, muitas vezes, acarreta a compreensão de uma posição neutra e descompromissada como, por exemplo, utilizada quando mediadores profissionais são solicitados a atuar na resolução de conflitos, ou mesmo em etapa preliminar às ações judiciais. Nesse sentido, a categoria pode ser um tanto inadequada para o caso em questão, uma vez que, certamente, os atores representados pela equipe do Pontão, inseridos dentro de uma Universidade Federal, possuem interesses e posições que não são neutras, mas bem estabelecidas e claras, conforme se verá adiante, principalmente no que diz respeito à consolidação de uma nova narrativa sobre o Brasil calcada na afirmação da *Negritude*.

Assim, a noção de *tradução* mencionada acima, e também utilizada por David Mosse em seu estudo sobre projetos desenvolvimentistas na Índia (2005), cabe para demonstrar o significado que a categoria *mediadores* adquire neste trabalho. Assim, a tradução entre as diferentes gramáticas, bem como interesses em jogo, é a principal mediação entre os diferentes atores. Ela é necessária para a garantia do sucesso dos projetos em andamento, e nunca é garantida *a priori*, quando da sua concepção, mas é construída ao longo da sua execução.

A plasticidade da categoria também possibilita que abarque atores, cada vez mais comuns no cenário das Políticas Culturais, profissionais da área de *Produção Cultural*, especializados em captar e gerir recursos, sejam públicos ou de empresas privadas, para

o financiamento de projetos que envolvem grupos de cultura popular. Mediam, portanto, a instância dos financiadores e dos *beneficiários*, traduzindo a gramática pessoalizada e impessoal da maioria desses grupos, para uma linguagem de projetos, burocratizada, formal e codificada. Por vezes, farei menção a este tipo de mediadores.

A relação do governo com *parceiros mediadores* não substitui a relação com os beneficiários, sendo a mobilização dessa *base social* considerada fundamental para o sucesso das ações, conforme indicam não apenas as edições e documentos institucionais do Iphan, mas também as entrevistas realizadas com *técnica*s e funcionárias do Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI) do Instituto.

Neste cenário, destaca-se como principal objeto de análise de minha pesquisa a *Salvaguarda* do Jongo no Sudeste - manifestação reconhecida como Patrimônio Cultural Brasileiro, a partir de sua inscrição no Livro das Formas de Expressão do Iphan, em 2005. Isto se deve ao fato de minha principal atuação profissional, nesta área, se dar pelo acompanhamento desta experiência em andamento¹⁰.

A elaboração das diretrizes dessas ações iniciou-se no segundo semestre de 2006, momento em que o processo de salvaguarda do Jongo/Caxambu era conduzido pelo CNFCP. Atualmente, tais ações são geridas majoritariamente pelo Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu¹¹, parceria entre *jongueiros/caxambuzeiros*¹², Iphan e Universidade Federal Fluminense. Trata-se de um convênio¹³ firmado entre Iphan e a Fundação Euclides da Cunha (FEC) de Apoio Institucional à Universidade Federal Fluminense (UFF). É um dos *Pontões de Cultura de Bens Registrados* resultados da articulação entre Iphan e Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC), integrante do

_

¹⁰ "Planos de Salvaguarda" são planejamentos a curto, médio e longo prazos, visando a ações de preservação do patrimônio em questão. São definidos em parceria com *detentores* e parceiros. Embora a elaboração de um documento assim chamado tenha acontecido apenas recentemente (2011), já em 2006 havia uma relação consolidada entre Iphan, *jongueiros/caxambuzeiros* e parceiros que hoje estão envolvidos no processo, bem como orientações gerais que são atualmente seguidas.

¹¹ Os grupos que fazem parte das ações do Iphan denominam a prática ora, como Jongo, ora, como Caxambu, dependendo de sua região. O Iphan utiliza esses termos como sinônimos, pois identifica uma série de características comuns. Procurando contemplar as diferentes formas de denominação, o Pontão criado para gerir as ações de salvaguarda, é nomeado com ambos os termos.

Os termos *jongueiros/caxambuzeiros* são apresentados em itálico para denotar que o seu uso não deve ser entendido como a essencialização dos homens e mulheres (incluindo crianças) que são "herdeiros" e praticantes dessa forma de expressão cultural, mas tão somente um recorte conforme a sua autopercepção como pertencentes a um coletivo que possui em comum esta referência identitária. A opção pela referência de ambos os termos busca dar representatividade a ambas as formas de auto definição. Como se verá adiante, em determinadas regiões, utiliza-se o termo Caxambu para designar a manifestação.

¹³ O convênio é o instrumento administrativo indicado para casos em que recursos da *União* são transferidos e geridos por órgãos da administração *pública*, empresas públicas ou *sociedades de economia mista* visando a execução de projetos de interesse comum, em um regime de colaboração mútua. É baseado, portanto, numa noção de *parceria*, diferentemente dos contratos, onde uma empresa ou órgão é contratado em troca de uma remuneração à prestar um serviço.

Ministério da Cultura (MinC), através do Programa Cultura Viva¹⁴. Adiante tratarei desse importante alinhamento de políticas, revelador das relações interinstitucionais dentro do governo e que auxiliou o Departamento do Patrimônio Imaterial a vislumbrar o potencial efetivo dos Planos de Salvaguarda, devido a um significativo aumento de aportes orçamentários destinados às ações com *bens* registrados.

Embora o Jongo/Caxambu seja em si uma prática social que envolve muitos elementos relevantes, que podem render estudos significativos, voltados para aspectos artísticos ou mesmo cosmológicos, minha inserção como *gestor*a do Iphan me leva a crer que a maior contribuição que posso oferecer é a relativa ao processo político das ações de salvaguarda.

Assim, ao longo da dissertação, debrucei-me sobre a constelação de atores, instituições e interesses que integram, articulam e perpassam a Política de Patrimônio Imaterial, a partir de casos relacionados à Salvaguarda do Jongo. Nesse sentido, trata-se de uma contribuição para a contextualização do que vem atualmente sendo desenvolvido na arena das políticas governamentais, assim configurando parte da formação do Estado, entendida aqui como processo contínuo e inexorável que se dá através do embate de atores sociais que, defendendo seus interesses, negociam a ocupação dos espaços políticos disponíveis.

Metodologia: Análises Situacionais e Estudos de Caso

Inspirada pelo que Abner Cohen denomina de "teoria da ação", na qual a ênfase metodológica de pesquisa recai na observação e na descrição dos comportamentos concretos dos atores sociais, em uma perspectiva histórica e que integra dados documentais à análise de processos sociais (Feldman-Bianco, 2010), optei pelo enfoque de duas situações que acompanhei como *técnica* do IPHAN e que me incitaram a busca por mais dados, a fim de construir casos estendidos mais completos e reveladores de grande número de aspectos, atores e contextos bem como, nos termos de Bensa (1998), das variações de escalas, temporais e espaciais, implicados na Política de Patrimônio Imaterial.

_

Resultados de parceria entre Iphan e o Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura, os Pontões de Cultura de Bens Registrados são convênios estabelecidos entre Iphan e Instituições gestoras, quer sejam diretamente da responsabilidade dos chamados detentores dos bens, quer sejam parceiras, cuja relação estabelecida com estes seja comprovada. Tais Pontões são orientados para a gestão das ações de salvaguarda de bens registrados, e, portanto, da "alçada" do Iphan. Atualmente existem 11 Pontões de Cultura de Bens Registrados. Adiante, no Cap. 3 trataremos a respeito das diretrizes do Programa Cultura Viva, bem como desta modalidade de Pontões.

No entanto, essa orientação serve aqui de inspiração e não de modelo seguido à risca, devido às condições em que o trabalho de campo foi por mim realizado. Grande parte do material que embasa esta pesquisa foi recolhida durante os cinco anos em que acompanhei a construção do Plano de Salvaguarda do Jongo e se encontra disperso em seis cadernos, onde eu anotava praticamente todas as minhas atividades no Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), unidade na qual fui lotada quando do meu ingresso no Iphan.

Ainda que, depois dos dois primeiros anos de atuação como *gestor*a, o desejo de pesquisar esse processo político já estivesse se delineando, as anotações desses cadernos de campo mostram-se por vezes incompletas e em muitos casos vagas, deixando de documentar aspectos e informações fundamentais das situações registradas. Mesmo nos últimos dois anos de registros (2010 e 2011), período em que já estava cursando o mestrado no PPGA, as informações ali documentadas não refletem um detalhamento exigido pela descrição situacional, recomendada pelos autores que costumam ser reunidos sob a denominação de Escola de Manchester.

No processo de distanciamento que a escrita etnográfica demanda e que pude aprofundar durante período de nove meses de licença das minhas atividades no Iphan, percebi que o fato de estar presente em tais situações enquanto *gestor*a impedia que me entregasse tão somente à atividade de descrição pormenorizada das situações em meus cadernos, sendo demandada constantemente a participar ativamente das discussões em andamento. Soma-se a isso que tais situações geralmente tiveram lugar em reuniões que duram finais de semana inteiros, representando uma carga pesada de informações e estímulos a serem absorvidos e processados¹⁵. Há que se pesar também que muitas vezes apenas damos importância maior a determinados eventos muito tempo depois de sua ocorrência, quando organizamos nossos dados de campo.

-

Sobre esse aspecto, é digna de nota a disposição das lideranças *jongueiras* ao longo dos finais de semana de reuniões no Rio de Janeiro, local de maior ocorrência das reuniões do Pontão do Jongo/Caxambu. Pessoas que trabalham a semana inteira e durante esses finais-de-semana de reunião chegam cedo para o início das discussões, enfrentando a carga horária pesada com muita disposição e bom humor. A maioria ainda faz questão de sair para celebrar o reencontro com os amigos, geralmente na Lapa. Uma verdadeira demonstração de resistência e energia. Vale indicar que o primeiro Plano de Trabalho do Pontão contava com a perspectiva de realização das reuniões de articulação de forma descentralizada, alternando as localidades onde vivem grupos de *jongueiros/caxambuzeiros*. No entanto, estes solicitaram que fossem realizadas, em sua maioria, no Rio de Janeiro, pois representaria um meio termo, no que se refere às distâncias percorridas, bem como a oportunidade de contato com equipamentos e eventos culturais disponíveis na cidade. Assim, o CNFCP prosseguiu sediando a maior parte das reuniões de articulação em seu auditório (antes mesmo do Registro o CNFCP oferecia o espaço para realizações de reuniões da Rede de Memória do Jongo – ver adiante).

Assim, na busca de construir uma reflexão etnográfica que dê conta da riqueza e complexidade dos casos enfocados e da Política de forma mais generalizada, recorro para além dos cadernos de campo e da bibliografia de embasamento teórico da dissertação, a outros documentos e materiais: produções acadêmicas, como teses e dissertações; publicações em sítios eletrônicos (sites) institucionais e blogs; consulta a mensagens eletrônicas arquivadas no Iphan; consulta a materiais audiovisuais, como vídeos e fotografias, alguns disponibilizados em sites; consultas a jongueiros/caxambuzeiros por meio de redes sociais; além da realização de entrevistas com sujeitos diversos envolvidos na Salvaguarda do Jongo.

Não há dúvidas de que as limitações de tempo e escopo que se impõe a uma Dissertação de Mestrado representaram a existência de diversas lacunas, tais como a redução do número de atores entrevistados e a falta de uma leitura em profundidade de outras produções acadêmicas que dialogam com o tema aqui tratado. Espero, no entanto, que tais lacunas sejam sanadas futuramente, seja na produção de artigos, seja na continuidade da pesquisa como tema de doutoramento.

A Problemática da Dupla Inserção

Conforme mencionado anteriormente, minha atuação como *técnica* do Iphan acontece no Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP) a partir de 2006. Esta Unidade Especial é intimamente relacionada ao Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI)¹⁶. Tendo realizado a pesquisa que subsidiou o pedido de registro do Jongo/Caxambu, o CNFCP foi, portanto, indicado pelo DPI a coordenar a elaboração e implementação do Plano de Salvaguarda do *bem* em questão. O argumento apresentado pela então Diretora do Departamento do Patrimônio Imaterial, para a escolha do CNFCP como coordenação do processo foi, além do conhecimento prévio dos grupos que participaram do inventário, o fato de ser uma unidade de atuação nacional. O Jongo/Caxambu é uma manifestação cultural verificada nos quatro estados da região Sudeste e, assim, não seria recomendável que a coordenação recaísse em uma das Superintendências Estaduais do Iphan¹⁷. Também se deve levar em conta o fato de o CNFCP ter realizado a pesquisa que subsidiou o pedido de registro do *bem*, no formato

-

Fonte: www.iphan.gov.br - consulta em outubro de 2012.

¹⁶ Ver o Anexo 2 –Organograma do Iphan.

¹⁷ O Iphan reúne 27 Superintendências Estaduais. De acordo com o Decreto nº 6.844, de 7 de maio 2009, cabe às Superintendências Estaduais "a coordenação, o planejamento, a operacionalização e a execução das ações do Iphan, em âmbito estadual, bem como a supervisão técnica e administrativa dos Escritórios Técnicos e de outros mecanismos de gestão localizados nas áreas de sua jurisdição".

de *inventário* do *bem*, o que gerou uma documentação anterior, por si valorizada no processo de Registro, bem como o histórico institucional de atuação com grupos de cultura popular. Não se deve menosprezar igualmente a questão da absorção da área de Patrimônio Imaterial pelas Superintendências do Iphan, processo gradual e que ainda hoje, após uma década de política, apresenta lacunas graves (cf. Cap.3).

Através de meu envolvimento profissional, pautado pela necessidade de respostas rápidas a demandas crescentes, deparei com uma série de dúvidas que, aos poucos se traduziram em um desejo de uma pausa para reflexão, a partir de um lugar diferente, o da Universidade. Desde o princípio, tal desafio representou um conflito inerente à dupla inserção no campo: como pesquisadora e como participante do contexto estudado enquanto *gestora*.

Tal necessidade de reflexão, bem como a adoção de uma nova postura, mais distanciada de onde pudesse observar os atores e as relações em questão, foi sem dúvida redefinidora de minha inserção no campo desde então.

Empreender um estudo sobre a Política de Patrimônio Imaterial implica analisar a atuação de *gestores*, instituições, atores envolvidos, em uma dinâmica relacional que contém uma série de elementos a mim já familiares e, portanto, possivelmente indetectáveis pela naturalização sofrida, ao longo de minha atuação como *gestora*. A desconstrução do que me era familiar, ao longo de anos, foi um grande desafio, certamente não tenho a pretensão de ter conseguido dar conta da tarefa de forma plena. Também o posicionamento específico dentro do campo, bem como o envolvimento afetivo que criei com os atores do contexto, tem o potencial de comprometer a análise caso a atenção não fosse redobrada a cada etapa do desenvolvimento da pesquisa. Outro aspecto delicado é a atualidade do processo, ou seja, não conto com um distanciamento histórico dos fatos ocorridos, o que pode obscurecer a importância de determinados elementos e ressaltar outros que se revelarão menores com o passar do tempo.

Por outro lado, estes riscos são contrabalançados pelo privilégio em termos do acúmulo de experiências vivenciadas no cotidiano institucional, bem como do conhecimento e acesso a atores cujos pontos de vista são fundamentais para a compreensão das relações e mecanismos em questão. Em certa medida, a dissertação apresenta também um valor testemunhal de determinado momento do processo, localizado precisamente a partir de minha posição institucional.

O trabalho de recorte dos aspectos a enfocar na dissertação, necessário e difícil em qualquer pesquisa, foi especialmente árduo devido ao acúmulo de informações que um

campo prolongado propicia. Os esclarecimentos e compreensões dos assuntos abordados em entrevistas, leituras e pesquisa sobre os temas, durante todo processo de elaboração da dissertação produziram uma compreensão do contexto mais amplo que não cabe nessas páginas.

Cabe lembrar o que Pierre Bourdieu (1996) diz sobre as categorias de pensamento serem produzidas e impostas pela própria instância estatal, mesmo para aqueles que não estão em uma posição de agentes estatais. Este campo seria um objeto especialmente difícil de desconstruir, pois a concentração de capital simbólico de autoridade legitimada teria grande força e ganharia uma aparência natural. É necessário, assim, o questionamento de nossos pressupostos e pré-conceitos inscritos no que se pretende analisar, bem como em nosso próprio pensamento, de forma particularmente atenta, quando nosso objeto diz respeito à instância governamental.

Considerei todos meus interlocutores na atuação enquanto *gestor*a, tanto técnicos e funcionários do Iphan, MinC, quanto os *jongueiros/caxambuzeiros* e equipe do Pontão (professores e alunos da UFF) como *nativos*, ou seja, como sujeitos cujas ações, representações, opiniões importam neste estudo, uma vez que são executores da Política de Patrimônio Imaterial.

Outra opção que vale mencionar foi a de fornecer nomes fictícios aos entrevistados, buscando assim preservar a privacidade de suas opiniões pessoais e profissionais, tendo em vista que as reproduzo ao longo da dissertação, numa tentativa de ilustrar quais os pontos de vista daqueles implicados na execução da Política de Patrimônio Imaterial. No caso das funcionárias do Iphan, optei por mencionar apenas as funções que exercem, uma vez que suas avaliações são calcadas no papel que desempenham na instituição. Já no caso de personalidades políticas, ou mesmo, públicas implicadas indiretamente nas situações, seus nomes constam ao longo do texto, pelo fato das menções feitas serem baseadas em informações de acesso público. Optei por manter o nome de algumas pessoas mencionadas pelos(as) entrevistados(as) apenas pelo primeiro nome, já que não eram implicados diretamente nos contextos trabalhados.

O Jongo/Caxambu - Breve Introdução ao tema

Esta prática cultural envolve dança ritmada por toques de tambores, em que o canto se dá em versos cifrados¹⁸ e as pessoas se dispõem em uma roda no centro da qual

_

¹⁸ São chamados de *pontos*. A interpretação mais comumente apresentada tem como característica os

geralmente reveza-se uma dupla que dança. Há tipos diferentes de *pontos* e, muitas vezes, são lançados na espera de uma reposta, que deve ser apresentada, igualmente na forma de *ponto*. Pode ser cunhada tanto de Jongo como de Caxambu, dependendo do grupo que a pratica. No Norte fluminense, por exemplo, o costume é se chamar a prática de Caxambu, bem como na Zona da Mata mineira, muito próxima dessa região. O Sul do Estado do Espírito Santo, também contíguo à mesma região, abriga grupos de *caxambuzeiros*, segundo a sua forma de denominação.

Em São Paulo, a maioria dos grupos situa-se no Vale do Paraíba, grande zona de plantação de café no Século XIX, assim como o Norte fluminense. O Jongo e o Caxambu são, segundo as edições do Iphan, manifestações culturais características das grandes unidades produtoras de cana-de-açúcar e café, devido à grande quantidade de contingentes negros que, escravizados, nelas viviam e trabalhavam. Os *pontos* teriam então uma diversidade de funções: eram cantos de trabalho, cantos de lazer e também formas de comunicação cifrada.

Os grupos paulistas também costumam denominar a prática como Jongo, bem como aqueles situados no Sul fluminense e Rio de Janeiro.

Dado interessante pode ser verificado no Norte do Espírito Santo, onde encontramos grupos que denominam igualmente a prática como Jongo. Esses grupos, no entanto, apresentam elementos bastante diferenciados daqueles observados nas outras duas regiões mencionadas, no que se refere à sua forma de praticá-lo. Por exemplo, fazem o uso de instrumentos musicais diferentes, como o ganzá, além de se organizarem de outra forma, no momento da roda: ao invés de permanecerem em roda no mesmo lugar e se revezarem no seu centro, em duplas de dança, aqueles que compõem a roda se movimentam também, fazendo para tanto, um elaborado movimento em que tocam as mãos. Em muitos desses grupos, ainda hoje, podemos observar uma divisão por gênero nas atividades, cabendo aos homens cantar e tocar os instrumentos e, às mulheres, dançar e cantar.

Além das diferentes formas de praticar e denominar o Jongo/Caxambu, cada um desses grupos se insere em contextos locais variados, o que também pauta, em certa medida, a relação que estabelecem com outros atores sociais locais, a partir dessa prática que, atualmente, talvez mais do que nunca, constitui uma moeda política.

versos cifrados, ou seja, constituídos por metáforas, o que seria uma herança do período da escravidão, quando os negros utilizavam os *pontos* para se comunicar, sem que o senhor ou seus funcionários soubessem o que era dito.

Apesar de indicar, em suas publicações, que a prática¹⁹ possui mais de uma denominação, o Iphan refere-se correntemente ao *bem registrado* como Jongo. Quando foi criado o Pontão de Bem Registrado, para abrigar e potencializar a maior parte das ações de *salvaguarda* voltadas para a preservação desse *bem*, optou-se pela manutenção de ambas as denominações, evitando a sobreposição de diferenças entre os grupos, resultando, assim, no Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu. Em 2009, o Pontão é registrado pela sua coordenação como um Programa de Extensão Universitária na Pró-Reitoria de Extensão da UFF.

A articulação dos grupos de Jongo e Caxambu é anterior ao Registro deste, como patrimônio cultural, e envolve diversos *mediadores* além dos *jongueiros* e *caxambuzeiros*. Nesse contexto, se somaram a iniciativa de Hélio Machado de Castro, Professor do então Departamento de Ensino em Matemática²⁰ da UFF em Santo Antônio de Pádua (RJ - Norte fluminense) ao criar o *Encontro de Jongueiros*²¹ e a atuação de Darcy Monteiro, conhecido como Mestre Darcy, do Morro da Serrinha em Madureira (RJ), que realizou uma aproximação significativa com a classe média universitária carioca, através da realização de oficinas de Jongo em Santa Teresa²². Os Encontros de Jongueiros passam a ocorrer a partir de 1996, sempre em diferentes localidades, promovendo a reunião anual dos grupos que tinham condições de arcar ou articular o seu deslocamento até os eventos. Estes, a princípio eram de pequeno porte e voltados principalmente para a articulação dos grupos; mas, com o tempo, cresceram a ponto de justificar a captação de recursos da Petrobrás. Tornaram-se então eventos de grande porte, atraindo público numeroso entre 2004 e 2009, ano do último *Encontro de Jongueiros* realizado²³.

_

¹⁹ Em especial a edição Dossiê Iphan n°5 – O Jongo no Sudeste.

A partir de projeto acalentado internamente pelo Departamento de Ensino em Matemática e, possibilitado pelas condições criadas pelo Reuni, atualmente é denominado Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior.

O Reuni é um "...Programa do Governo Federal de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais do Brasil. Foi instituído pelo Decreto Presidencial nº 6.096, de 24 de abril de 2007 e seu objetivo é criar condições para a ampliação do acesso e permanência na Educação Superior, no nível de graduação, por meio do melhor aproveitamento da estrutura física e dos recursos humanos existentes nas universidades federais. Concomitante à isso existe também a preocupação em garantir qualidade no ensino de graduação da educação pública."

Fonte: site da UFF: http://www.uff.br/reuni/.

²¹Cf. Monteiro, Elaine, "Histórico – Criação do Pontão", disponível em: http://www.pontaojongo.uff.br/sites/default/files/upload/historico criação do pontao - final.pdf

²² Cf. SIMONARD, Pedro. *A Construção da Tradição no Jongo na Serrinha: uma etnografia visual do seu processo de espetacularização*, Tese de Doutorado orientada pela Professora Dr^a Clarice Ehlers Peixoto e apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Rio de Janeiro em 2005.

²³ Cf. Anexo 3 - listagem dos Encontros de Jongueiros realizados.

Antes de representar fonte de desavenças²⁴, tal movimento de articulação chegou a se estruturar em uma Rede de Memória do Jongo, durante o quinto Encontro de Jongueiros, ocorrido no ano de 2000, em Angra dos Reis. A Rede tinha como intuito ser um fórum de discussão permanente dos grupos. Apesar de fundamental para a compreensão de tudo o que se passou posteriormente, este processo de conformação da Rede de Memória do Jongo não será aqui aprofundado. Importa, contudo, salientar que os grupos que faziam parte da Rede de Memória do Jongo, bem como aqueles que se apresentavam nos Encontros de Jongueiros não são abarcados em sua totalidade, nas ações de salvaguarda no escopo do Iphan e/ou do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu. A não organização em grupos, por exemplo, foi um dos motivos para que certas localidades de tradição jongueira, como Lagoinha (SP), Cunha (SP), não fossem inseridas no processo. Isso reflete uma dificuldade das agências governamentais e projetos deste âmbito, como o Pontão, em lidar com coletivos que não estejam organizados dessa forma, promovendo assim, certa pressão para que uma forma de organização exógena seja adotada. Em outros casos, como o de Quissamã e de Campos, sentiu-se dificuldade de acesso aos jongueiros/caxambuzeiros diretamente. Por exemplo, por ocasião de reuniões para discussão das ações de salvaguarda, ao invés dos detentores, atendiam aos convites mediadores relacionados com os grupos. Estes poderiam ser representantes de Prefeituras, ou pessoas com interesses artísticos na manifestação. O trabalho direto com os detentores, no entanto, não acontecia nesses casos, o que impedia a criação de vínculos da mesma natureza daqueles construídos com as lideranças jongueiras que compareciam. Assim, alguns destes grupos nem chegaram a ser convidados para integrar o Pontão, já outros, apesar de estarem inclusos deixaram de comparecer às reuniões e, eventualmente, foram excluídos dos Planos de Trabalhos dos convênios do Pontão.

Apresento, a seguir, a relação dos grupos de Jongo e Caxambu. Aqueles em azul são os que integram o Pontão do Jongo/Caxambu. Os que estão assinalados em verde são aqueles que já participaram, mas não fazem mais parte das ações. Outros, em lilás identificam localidades que já participaram em algum momento de reuniões sobre a salvaguarda, mas que não participaram do Pontão. Há ainda os que aparecem com a cor preta e representam grupos que nunca participaram das ações de salvaguarda, no escopo do Iphan, ou que principiam processo de contato com a Política de Salvaguarda.

_

²⁴ Cf. Cap. 4 da Tese de Doutorado de Falção, 2011.

Grupos no Rio de Janeiro	
Sul-Fluminense	-Grupo de Jongo Quilombo de Santa Rita do Bracuí- Angra dos Reis -Jongo de Arrozal- Piraí -Associação Cultural Sementes D'África – Barra do Piraí -Jongo de Pinheiral (Centro de Referência de Estudo Afro do Sul Fluminense) -Jongo do Quilombo São Joséda Serra-Valença
Rio de Janeiro	-Caxambu Renascer de Vassouras -Jongo da Serrinha (Grupo Cultural da Serrinha)
	 Madureira – Rio de Janeiro União Jongueira da Serrinha – Madureira – Rio de Janeiro
	-Jongo do Salgueiro
Norte Fluminense	-Caxambu de Miracema -Caxambu Sebastiana II — Santo Antônio de Pádua -Caxambu Michel Tannus - Porciúncula -Tambores de Machadinha (Quissamã) -Jongo de Campos

Grupos em Minas Gerais
-Caxambu Filhos de Eva- Carangola
-Caxambu de Recreio

Grupos em São Paulo		
-Jongo de Piquete		
-Associação Cultural Quilombolas do Tamandaré - Guaratinguetá		
-Grupo Mistura da Raça - São José dos Campos		
-Associação Jongueira do Tamandaré— Guaratinguetá		
-Comunidade Jongo Dito Ribeiro- Campinas		
-Jongo de Cunha		
-Jongo de São Luiz do Paraitinga		
-Jongo de Lagoinha		
-Jongo Embu das Artes		

Grupos no Espírito Santo	
-	Jongo de São Benedito- São Mateus
	Jongo São Bartolomeu - Comunidade de
	Santa Ana - Conceição da Barra
Norte do Estado	Jongo São Benedito e São Sebastião de
	Itaúnas - Comunidade de Itaúnas - Conceição
	da Barra
	Jongo de São Benedito das Piabas -
	Comunidade de Barreiras - Conceição da
	Barra
	Caxambu do Horizonte - Alegre
	Caxambu Santa Cruz - Monte Alegre -
	Cachoeiro de Itapemirim
	Caxambu Alegria de Viver - Vargem Alegre -
	Cachoeiro de Itapemirim
Sul do Estado	Caxambu da Velha Rita - Zumbi - Cachoeiro
	de Itapemirim
	Jongo Mestre Bento - Santo Antônio -
	Itapemirim
	Jongo de Cacimbinha e Boa Esperança -
	Presidente Kennedy
	Caxambu da Família Rosa - Muqui

Nota-se que, dentre aqueles que principiam a participar das ações de salvaguarda, estão os numerosos grupos localizados no Estado do Espírito Santo. Tais grupos começam a ser mobilizados em momento posterior e de forma muito pontual, a partir de 2009, quando o Pontão do Jongo/Caxambu já estava em funcionamento.

O grupo São Benedito, de São Mateus, no Norte do Estado, desde a etapa da pesquisa, empreendida pelo CNFCP, figurou entre os grupos identificados²⁵. Já os demais, passaram a ter contato com as ações de salvaguarda (no escopo do Iphan propriamente) paulatinamente, por iniciativa da Superintendência do Iphan, no Espírito Santo. Em outubro de 2009, ocorreu o I Encontro Capixaba de Jongos e Caxambus, em Cachoeiro do Itapemirim (Sul do Estado). Resultado de uma parceria entre o Iphan, a Secretaria do Estado de Cultura e Prefeituras locais, além do próprio Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, o I Encontro contou com a participação de dezoito grupos estaduais, lideranças *jongueiras/caxambuzeiras* integrantes do Pontão, técnicos das

²⁵ Conforme a Consultora da Unesco no DPI entrevistada, também Coordenadora do Projeto Celebrações e Saberes (desenvolvido no CNFCP), que abarcou também a pesquisa do inventário do Jongo, a inserção do grupo São Benedito deveu-se, casualmente, à sua ida até a Cidade, por ocasião de um Programa de Apoio às Comunidades Artesanais (PACA), desenvolvido pelo CNFCP na localidade. Lá chegando, inevitavelmente conheceu a liderança do grupo.

quatro Superintendências, representantes do DPI, equipe e coordenação do Pontão.

Em 2009, o intuito do DPI era a formalização de um Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu no Espírito Santo, de forma articulada com o já existente. No entanto, instabilidades, inerentes a um processo de reavaliação e reestruturação do Programa Cultura Viva (Cf. Cap. 3), suspenderam o conveniamento de novos Pontões de Bens Registrados e inviabilizaram o estabelecimento desse Pontão Capixaba do Jongo.

As dificuldades para a integração dos grupos do Espírito Santo ao Pontão já existente foram de ordem territorial, devido à extensão da área abarcada por todos os grupos identificados, além de quantitativa, devido à quantidade de grupos, tendo sido avaliado inviável abarcá-los nas ações em andamento. Vale ressaltar o fato de que não havia entre os grupos do Espírito Santo uma mobilização prévia, tal como aquela observada entre os inseridos nas ações do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, o que implica a necessidade de um trabalho diferenciado.

No ano de 2011, deu-se início ao Programa de Pesquisa e Extensão Universitária, pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Espírito Santo²⁶, criado por iniciativa de um professor desta Universidade articulado com ao Iphan. Essa relação principia com a experiência do Inventário de Referências Culturais de comunidades negras do Norte do Espírito Santo, realizado por esse mesmo professor, então vinculado ao Instituto Elimu. Em 2012, foi promovido o II Encontro Capixaba de Jongos e Caxambus na Cidade de São Mateus, a partir da mesma conjuntura de parceria (Secult ES/Iphan/lideranças jongueiras do Pontão) e a UFES.

Há ainda muitos aspectos a respeito do Jongo/Caxambu merecedores de atenção, na pesquisa antropológica. Alguns que já foram alvo de outras produções. Essa apresentação do tema, no entanto, pretende apenas introduzir informações fundamentais sobre o processo institucional de salvaguarda em curso, bem como apresentar o Jongo/Caxambu de forma resumida.

Estrutura

_

A dissertação está organizada em três Capítulos. Nos dois primeiros, parto de análises situacionais que se desdobram em casos mais extensos, a partir de elementos de seu contexto mais amplo; esta metodologia de explanação busca também fornecer aos leitores dados para que possam criar suas próprias interpretações a respeito do que lhes

Programa "Territórios e Territorialidades Rurais e Urbanas: Processos Organizativos, Memórias e Patrimônio Cultural Afro-Brasileiro nas Comunidades Jongueiras do ES."

é apresentado. O Capítulo 1 trata de uma visita durante uma Reunião de Articulação²⁷, ocorrida em 2010, à Fazenda Pau D'Alho, no Município de São José do Barreiro (São Paulo). Partindo da descrição de um ritual ocorrido durante a visita e suas motivações, procuro ampliar o escopo da análise, seguindo a sugestão de Bensa de que esta "deveria ajustar sua lente às dimensões pertinentes do objeto e localizar as articulações que as unem" (1998, p.63). Assim apresento, além dos desdobramentos da visita descrita, relativos à temporalidade própria da situação, o contexto relativo à Fazenda Pau D'Alho, antiga unidade de produção cafeeira tombada e restaurada pelo Iphan e que, portanto, diz respeito a outras tantas temporalidades: aquela do Século XIX, quando de sua construção; a relativa ao processo de patrimonialização; as relativas aos projetos de aproveitamento do espaço. A demanda atual de ocupação do espaço por detentores do Jongo/Caxambu, como uma ação de salvaguarda, insere-se, assim, em um campo histórico bastante conflituoso, situação que é interpretada por alguns atores envolvidos como resultante de uma conjuntura espiritual, sensível apenas aos iniciados, que permeia todo o processo. Vemos aí que lidar com cosmovisões dos detentores, devido ao preceito da salvaguarda enquanto política participativa e negociada com a base social, é um desafio que se coloca para os gestores do Iphan.

No Capítulo 2, descrevo duas situações em que a coordenação do Pontão, a representação da SCDC e do Iphan são convocadas a demonstrar apoio à luta da Comunidade Jongo Dito Ribeiro, na ocupação e gestão a *Fazenda Roseira*, em Campinas (SP). A partir dessa situação, ampliamos a discussão para o contexto da atuação do grupo localmente, demonstrando as relações ora de conflito, ora de alinhamento do grupo com a Prefeitura Municipal de Campinas e seus diferentes Órgãos. Em contraposição ao caso tratado no Capítulo 1, o caso da Fazenda Roseira apresenta um espaço que não possui conotação de monumento, pelas suas características materiais, mas pelas ações e significações que vão sendo construídas, a partir da atuação do grupo de Jongo no local. As questões sobre a natureza do grupo, criado a partir da descoberta de uma tradição familiar, bem como de sua inserção no processo de salvaguarda também são abordadas, discutindo-se a questão da reconstrução de

_

²⁷ Assim são chamados os encontros entre os representantes indicados por cada grupo participante do Pontão, geralmente duas pessoas por grupo, equipe do Pontão e representantes do Iphan [geralmente um(a) *técnico(a)* de cada uma das quatro Superintendências Estaduais envolvidas; uma *técnica* do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP) e, ao menos, uma pessoa da Gerência de Salvaguarda do Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI)]. Tais reuniões são, em sua maior parte, abertas aos que quiserem participar e nela são discutidos os encaminhamentos para as ações de salvaguarda previstas nos planos de trabalho do Pontão, as quais são igualmente discutidas em tais reuniões. Trata-se do fórum mais legítimo de deliberação desta salvaguarda.

identidades, a partir da discussão de Michel Pollak.

Das exposições nos Capítulos 1 e 2 podemos, dentre outras, vislumbrar algumas questões latentes:

- A relação entre o mundo espiritual, ou invisível, e o visível como as diferentes cosmovisões são abarcadas em uma política que visa respeitar e valorizar a diversidade cultural. Como os saberes sobre segredos podem também marcar um poder, e como este permanece à margem da discussão sobre a ocupação política do local visitado.
- Força de um perfil diferenciado de gestores, os gestores orgânicos, ou seja, aqueles que participaram em sua trajetória de movimentos sociais. Sua inserção como gestores pode representar uma forma de proximidade junto aos detentores, ao mesmo tempo em que os coloca em uma difícil posição intermediária, onde os seus pares gestores que lhes são opositores frequentemente os acusam de favorecimento daqueles por quem acreditam estar lutando dentro da estrutura do governo.
- Novas políticas que visam a valorização do diverso, ou seja, das especificidades de determinados grupos em conflito com prescrições de cunho universalizante do Estado.
- Diferentes esferas de negociação e conflito nos quais se inserem os grupos, dentre as quais o alinhamento com uma entidade do governo federal ora é ressaltada, ora é silenciada. Diferentes esferas de conflito dentro da própria instituição que abriga a política, o que fragiliza a mesma e dificulta a sua estruturação efetiva.
- A consolidação de uma nova narrativa sobre o Brasil, a partir da transformação de uma categoria antes física em uma categoria social: a cor da pele, e as feições físicas, que ultrapassam essas características físicas para se ancorarem em referenciais identitários e culturais.

No Capítulo 3, busco abordar diferentes aspectos das questões acima indicadas, a partir do ponto de vista do contexto político mais amplo, esclarecendo o campo de possibilidades e instrumentos abertos aos atores envolvidos na salvaguarda. Numa segunda parte do Capítulo, aprofundo a discussão mais específica a respeito dessa área de atuação do Iphan: os desafios identificados por *técnicas*, *detentores* e *mediadores*; os

conflitos interinstitucionais e relações com instituições externas, bem como com a chamada "sociedade civil". Por fim, atenho-me ao caso da salvaguarda do Jongo, considerada uma das três experiências de maior sucesso pelo Departamento de Patrimônio Imaterial, mas que não é isenta de disputas e conflitos inerentes a campos onde uma multiplicidade de atores e interesses se apresentam.

Pedindo Permissão aos Espíritos na Fazenda Pau D'Alho:

Política e Ritual

I - A Visita

Em 27 em fevereiro de 2010, por ocasião da 7ª Reunião de Articulação²⁸(RA) do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, lideranças *jongueiras*, *técnicos*²⁹ do Iphan e Equipe do Pontão chegamos à *Fazenda Pau D'Alho*, Município de São José do Barreiro (SP), em dois micro-ônibus alugados pela Equipe do Pontão³⁰.

Havíamos nos deslocado para lá, logo após o café da manhã, no Hotel Fazenda Três Barras, situado em Bananal (SP), Município vizinho. Era um sábado, o clima estava ameno e o céu nublado. A região é montanhosa e muito bonita, marcada pelo verde, ora das matas, ora de pastagens.

Ao chegar nos dispersamos pela sede da fazenda, tirando fotografias e conversando em grupos pequenos. Todos estavam animados, pois a perspectiva de um dia de passeio, durante uma Reunião de Articulação, é sempre celebrada por representar um momento de descontração em meio às intermináveis discussões que enfrentamos, em geral encerrados entre quatro paredes, durante os finais de semana.

Pude ver que a sede da Fazenda é formada por edificações integradas por um pátio, antigo terreiro de secagem do café, situado no centro das construções, conforme

²⁸ Assim são chamados os encontros entre os representantes indicados por cada grupo participante do Pontão, geralmente duas pessoas por grupo, equipe do Pontão e representantes do Iphan [geralmente um(a) *técnico(a)* de cada uma das quatro Superintendências Estaduais envolvidas; uma *técnica* do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP) e, ao menos uma pessoa da Gerência de Salvaguarda do Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI)]. Tais reuniões são, em sua maior parte, abertas aos que quiserem participar e nela são discutidos os encaminhamentos para as ações de salvaguarda previstas nos planos de trabalho do Pontão, as quais são igualmente discutidas em tais reuniões. Trata-se do fórum mais legítimo de deliberação desta salvaguarda. Geralmente acontecem no Rio de Janeiro, no auditório do CNFCP, mas podem ocorrer em diferentes localidades, como no caso descrito. A 7ª RA ocorreu nos dias 26, 27 e 28 de fevereiro de 2010.

²⁹As categorias *jongueiros*, bem como aquelas referentes aos cargos e postos dos funcionários do Iphan, como *técnicos*, *Superintendentes*, Gerentes, etc. estão aqui destacados como uma estratégia de buscar desconstruir e relativizar tais categorias, procurando fugir de uma essencialização que podem representar em diversos casos. A formação, por exemplo, dos técnicos geralmente designados para acompanhar os processos relativos ao patrimônio imaterial, nas Superintendências, varia muito conforme a disponibilidade das áreas de formação nos quadros das Unidades. Se há um *técnico* em Ciências Sociais (CS), ele costuma ser indicado para as tarefas; no entanto, profissionais da área de História, Arqueologia ou mesmo Arquitetura são muitas vezes solicitados a cumprir tais funções, seja pelo excesso de volume de trabalho para uma ou duas pessoas da área de CS, seja pela ausência de um *técnico* desta área, na Unidade.

³⁰ A visita à *Fazenda Pau D'Alho*, conforme veremos adiante, foi realizada a partir da sugestão do então presidente do Iphan de que os *jongueiros* ocupassem o espaço da Fazenda com atividades afetas ao Jongo. Seria, portanto, uma aproximação inicial das lideranças com o espaço.

vemos na fotografía da próxima página. A casa grande ou "casa de morada"³¹ (está indicada na Foto 1 por uma seta), não é separada significativamente do restante das dependências³².



Foto 1. Vista do *terreiro*, ou *pátio*, circundado pela casa grande e "complexo" de produção [Foto: Andréa Falcão]

Atualmente essa casa não possui muitos objetos em seu interior, e a impressão é a de que haviam sido colocados ali, para conformar um cenário. Há duas salas em que a concentração de objetos é maior. Em uma delas, encontramos uma mesa de jantar com cadeiras e um guarda-louças, ambos em madeira. Essas peças foram adquiridas posteriormente à documentação fotográfica, realizada por Germano Graeser³³, em 1942, antes do período do tombamento da Fazenda e que registram a sua sede ainda com os pertences dos então proprietários. Possivelmente, as peças que aí se encontram atualmente foram adquiridas para o Projeto do Museu do Café, como veremos adiante. Na outra sala, de piso de tijolos, encontramos dois tachos recostados na parede, ao lado de um caldeirão de ferro, elementos relacionados à culinária. Podemos observar que esta seleção de poucos objetos traz, na sua organização e disposição na casa, uma oposição clássica entre o espaço de trabalho e o espaço dos proprietários. Há também vários cômodos vazios.

-

³¹Esse termo aparece com frequência nos inventários do século XIX consultados por Luis Saia. O arquiteto utiliza ora esse termo, ora o termo residência ou moradia. Utilizarei aqui o termo casa de morada, fazendo a alusão à casa de morada dos proprietários da Fazenda.

³² Para uma descrição das características arquitetônicas/construtivas da casa de morada, bem como das benfeitorias, cf. seção "IV. Histórico da Fazenda Pau D'Alho" deste Capítulo.

³³. Hermann Hugo, ou Germano Graeser, filho de um fotógrafo alemão e professor de Educação Física, nasceu em São Paulo em 1897 e veio a se tornar um dos mais importantes fotógrafos documentaristas do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional." (STICKEL, 2004).



Foto 2. Tachos de madeira e caldeirão de ferro dispostos em cômodo da casa de morada. [Foto: Maria Cecília Winter]



Foto 3. Mesa de refeições. Peças em madeira. [Foto: Maria Cecília Winter]



Foto 4 – Fotografia de Germano Graeser, Ensaio de 1942. Aí vemos o guarda-louças e o assoalho de madeira. Móveis provavelmente pertenciam aos então proprietários da Fazenda.

Caminhei sozinha pelos diferentes cômodos da casa de morada, bem como por outros espaços da Fazenda, encontrando com meus companheiros/as, conforme o acaso, comentando então sobre curiosidades do lugar, como aconteceu, por exemplo, quando subi à construção, que se dividia em cômodos, localizada em plano elevado, que

podemos ver na Foto 5(de onde foi tirada a Foto 1).



Foto 5. Senzala (s) da Fazenda vista do terreiro, ou pátio. [Foto: Andréa Falcão]

Entre os visitantes, circulou a informação de que o local teria sido a *senzala*, o que também é afirmado pelos estudos do Iphan que dão embasamento ao tombamento da Fazenda. Dessa senzala, vista que podemos observar na Foto 1, além da paisagem, podemos ver a casa de morada dos proprietários, o jardim da residência, todos os edificios que compõem a sede da Fazenda, bem como a estrada de acesso à mesma. Vêse, assim, que esse local tem posição privilegiada, pois controla visualmente todos espaços e os acessos à sede da fazenda. Comentei essa impressão com as pessoas que também estavam por ali.

A perplexidade pareceu ser compartilhada, pois, abaixo da casa de morada, localiza-se um grande porão, ao qual muitos *jongueiros* presentes atribuíram a função de senzala, ou de um local onde os escravos seriam castigados³⁴. Tal julgamento pode ser associado às condições precárias do local: mal iluminado, mal ventilado e indiviso, com janelas que possuem grades. Tais características tornariam o porão um lugar propício para esconder o sofrimento, como sinalizou em entrevista posterior Ronaldo, *liderança jongueira* do Norte Fluminense (RJ) e integrante da coordenação do Pontão de Jongo/Caxambu.

³⁴Adiante falarei sobre estudo da utilização da Fazenda Pau D'Alho em que a autora M. Cecília Winter, indica que o discurso de apresentação da Fazenda, em visitas guiadas, o porão é indicado como local de torturas. (cf. Winter, 2006).



Foto 6 – Porão da Casa de morada apresentado como local de torturas dos escravos nas visitas guiadas. [Foto Maria Cecília Winter]

Percebi que muitos *jongueiros* ficaram bastante emocionados, ao entrarem nesses locais. Como relata Joana, *gestor*a da então Secretaria de Cidadania Cultural (SCC/MinC) e Iaô³⁵:

"...para nós tem uma crença que todas as casas velhas, abandonadas, têm moradores. Então quando eu entro em um lugar desses, eu peço licença, porque eu sei que ali tem outros seres. Então todo mundo que é *da religião* sabe disso. Agora, depende de como esses seres foram parar ali.

Por exemplo, Alcântara no Maranhão é um lugar de muitas ruínas, então os quilombolas têm muitas histórias e uma das violências grandes que a Base³⁶ cometeu com aquele povo ali, quando deslocou, [foi obrigá-los] a passar nos caminhos em frente às ruínas, que muita gente evita, por uma série de razões.

Então quando eu entro num lugar assim eu já sei como que eu devo entrar. Você não entra na casa dos outros sem pedir licença.

Aquela casa ela tem uma história muito grande, mais do que se sabe.

Considerada uma "cidade-monumento" pelo Iphan, Alcântara foi tombada em 1948 como Sitio Urbano e é sede do II Escritório Técnico da Superintendência Estadual do Iphan, no Maranhão. A Cidade é objeto de uma série de ações da Instituição, tanto voltadas para a preservação das edificações, com ações de restauração de igrejas, ruinas e casas, quanto para a Educação Patrimonial que, através de convênio firmado com a Universidade Federal do Maranhão, centra-se na formação de professores da rede municipal de ensino, exposições e oficinas variadas, buscando maior envolvimento dos habitantes com a questão da preservação patrimonial.

Quanto à questão do "remanejamento" das comunidades quilombolas pela CLA e toda tensão e conflito daí advindos, consultar "Os quilombolas e a Base de Lançamento de Foguetes de Alcântara", laudo antropológico produzido por Alfredo Wagner Berno de Almeida, da Universidade Estadual do Amazonas. O laudo foi impresso pelo Ibama em Brasília, em 2006.

38

3

³⁵ Noviço (a) no candomblé, que passou por rituais de iniciação, os quais representam períodos de confinamento, após os quais há a confirmação da nova condição do(a) novato(a) em uma celebração, chamada comumente de "saída de Iaô", simbolizando o nascimento de uma nova vida guiada pela espiritualidade e orixás. A denominação Iaô vai defini-lo (a) na hierarquia do terreiro pelos próximos sete anos.

³⁶ Referência à segunda base de lançamento de foguetes da Força Aérea Brasileira instalada em Alcântara, no Maranhão, no ano de 1989: Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA), e que tem como missão o lançamento de satélites pelas características da latitude do local (proximidade com a Linha do Equador). "No Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA), há uma base militar e uma área reservada à Alcântara Cyclone Space, uma empresa binacional Brasil-Ucrânia, comandada pelo ex-ministro da Ciência e Tecnologia Roberto Amaral, filiado ao PSB."

Fonte: http://panoramaespacial.blogspot.com.br/2009/04/espionagem-em-alcantara.html (acessado em 04/08/12).

E quem tem sensibilidade para isso, quando entrou na casa, já sente. Não por ser uma casa velha, porque ela está muito bem nova no sentido de algumas coisas.

Quando eu entrei que eu senti a energia da casa, eu já fiquei ali na entrada. Me sentei porque a coisa era grande. Como eu sou Iaô eu vou sentir. E ali muita gente era *praticante*, o pessoal do Jongo quase todo que estava ali, ao seu modo."

[Entrevista com Joana, realizada em sua residência (Brasília) em 31/03/2012 – destaques RG]

Joana participava pela primeira vez de uma Reunião de Articulação do Pontão do Jongo/Caxambu. Vinha como representante da então Secretaria da Cidadania Cultural (SCC) do Ministério da Cultura³⁷, instância responsável pelo Programa Cultura Viva, gerador dos Pontos e Pontões de Cultura do país.

Ao chegar ao Hotel Fazenda Três Barras, no Município de Bananal (SP), na sextafeira à noite, quando estávamos já reunidos para dar início ao final de semana de discussões, Joana se apresentou anunciando seu papel institucional, sua origem maranhense, quilombola e sua filiação religiosa com o Candomblé Ketu. Disse sentir-se ali *entre parentes*, apesar de não ter conhecimento sobre o Jongo especificamente.

Esse foi o seu primeiro contato com um Pontão de Bem Registrado, modalidade de ponto de cultura que, dentro da Secretaria, permanecia obscura pelo fato de ser resultado de um repasse de recursos ao Iphan³⁸. Apesar do desafio representado pela posição institucional que assumia há pouco tempo³⁹ e em contexto tão pouco conhecido,

³⁷Atualmente, esta Secretaria é denominada Secretaria da Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC). (cf. Capítulo 3)

³⁸Os Pontões de Cultura de Bens Registrados são resultado de parceria entre a então Secretaria de Cidadania Cultural (SCC), gestora do Programa Cultura Viva (dos Pontos e Pontões de Cultura), e o Iphan. Tal parceria resultou de proposta deste Instituto (gestada dentro do CNFCP em 2007), à SCC e se deu, de maneira prática, na descentralização de recursos daquela para este, sendo que a gestão e acompanhamento dos Pontões de Cultura de Bens Registrados sempre ficaram sob a responsabilidade do Iphan. Por conta dessa descentralização de recursos e funções, esses Pontões eram praticamente desconhecidos dentro da Secretaria, sendo que seus funcionários costumavam se referir a eles como "Os Pontões do Iphan", sem maior compreensão a respeito de sua proposta ou meio de funcionamento.

³⁹A partir de sua "origem" quilombola, Joana constrói uma trajetória de atuação que se inicia nos anos 1980, com o envolvimento nas Comunidades Eclesiais de Base e a luta relacionada à questão agrária dos trabalhadores rurais de sua Cidade (Bacabal- MA). Trabalha também como professora primária. Mudando-se para a Cidade de São Mateus, envolve-se com um projeto de saúde popular em bairros de periferia. Em 1996, muda-se para São Luiz, capital do MA, onde passa a trabalhar com comunidades quilombolas e a se aproximar das discussões do movimento negro. Participa então da criação da organização das comunidades quilombolas, no MA (mais de 600 identificadas) e também com o movimento quilombola em nível nacional. Também se envolveu na organização profissional das quebradeiras de coco de Babaçu. Identifica sua trajetória como intrinsecamente relacionada aos movimentos sociais. Em agosto de 2005 participa, em Luziânia/GO (distante cerca de 70 Km de Brasília), do I Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais, organizado pela Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, criada em 2004 e que em 2006 transformase na Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

decidiu ficar um dia além do que era previsto e ir conosco à Fazenda Pau D'Alho, pois conseguiu visualizar ali o funcionamento efetivo de uma rede de atores, conceito também perseguido pela SCC, mas que ela só identificava em redes virtuais, ou seja, a formação de redes via internet.

Podemos notar, na citação acima, como Joana agrupa em sua fala as práticas diferentes, que ela chama de religiões afro-brasileiras quando diz "todo mundo que é da religião", apesar de mencionar diversas vezes, ao longo da entrevista, que cada um ali tem sua prática. Podemos depreender, portanto, que esta relação entre casas antigas, ruínas e espíritos, ou entidades espirituais é identificada pela entrevistada como comum aos praticantes tanto do Candomblé, quanto da Umbanda em suas diversificadas filiações.

Rosa, caxambuzeira de Minas Gerais, que é também mãe de santo⁴⁰, sentiu-se mal ao tentar entrar no porão da casa grande. Contou-me em entrevista posterior:

> "Entramos no portão, achamos tudo lindo. Ficamos caminhando ali um pouco na frente, admirando a fazenda. Quando nós caminhamos pro lado da senzala⁴¹, o pessoal dispersou para a parte de cima, que tem uma varanda né? E eu fui para a parte debaixo. Quando eu cheguei na porta, eu não consegui entrar. Meu corpo arrepia até hoje. Eu não consegui entrar naquela porta. Eu senti uma coisa muito estranha. Como se... A presença deles ali dentro. Eu senti ali dentro. Eu comecei a chorar, sentindo aquela agonia, como se... Assim... É muito difícil explicar. Contar é fácil, mas explicar é o difícil. Eu só sei que eu comecei a sentir um aperto no coração, eu comecei a arrepiar, eu comecei a chorar, eu não sei da onde que vinha aquele choro meu. Eu não tava vendo nada, eu tava sentindo, entendeu? Um sofrimento muito grande ali. Sofrimento mesmo. E parecia que eu tava participando daquele sofrimento. Ai meu Deus [passa as mãos nos bracos]. (...) Olha como que eu fico. Eu fico gelada."

> [Entrevista com Rosa, realizada em sua residência em Minas Gerais, em 19/05/2012 – destaques RG]

Conforme o relato de Joana, ao perceber o estado de Rosa, ela a ampara e a leva para fora da casa:

"Eu fiquei na calçada, fui em poucos lugares, não adentrei muito na

⁽CNPCT), da qual Joana passa a fazer parte, ajudando na elaboração do Decreto Nº 6040 em 2007. Em 2008, muda-se para Brasília, onde dá continuidade aos estudos (cursa Comunicação e Cinema). Em 2009 é convidada, a partir dos contatos que travou na CNPCT a integrar a então Secretaria da Cidadania Cultural (SCC), especificamente atuando na Ação Griô (cf. Cap. 3). A partir da experiência que teve na 7ª RA do Pontão do Jongo/Caxambu, Joana passa a atuar de forma mais voltada para os Pontões de Bens Registrados, ação que até então tinha pouca visibilidade dentro da SCC.

⁴⁰ A filiação religiosa de Rosa é a Umbanda.

⁴¹ Rosa se refere aqui ao porão da casa de morada dos donos da fazenda, o qual identifica como a *senzala*.

casa. Mas aí eu resolvi entrar um pouquinho, quando eu entrei eu encontrei a Dona Rosa. Tava chorando muito. Chorando, chorando, chorando, chorando. Encontrei ela parada assim exatamente nesse lugar que ela afirma que é senzala. Aí eu peguei ela, levei para calçada.

Ela estava incorporando na verdade. Não queria, mas estava entrando em transe. Como ela é de prática diferente. Na minha eu sei como reagir, mas em outra não sei como fazem, mas ela estava recebendo uma entidade, tava numa sensação de transe."

[Entrevista com Rosa, 31/03/2012 – destaques RG]

Em seu relato, no entanto, Rosa não menciona o estado de possessão, mas confirma que Joana a retirou do local, e também revela outros eventos que a assustaram durante a visita:

Rosa – "Eu comecei até a tremer, a Joana me viu chorando, chorando, chorando. Aí ela veio, falou "Rosa, você não está preparada para entrar aí, volta, volta" aí ela foi me puxando. Até então eu tava sentindo aquele sofrimento, e eu não queria sair de lá. Eu não queria sair de lá. Eu não sei o que aconteceu, porque eu entrei na casa, na casa eu não vi nada demais, a não ser, o homem, o dono da casa. Porque até então ele não tinha rosto, e eu vi o rosto daquele homem tá?

O barãozão lá, a cara dele... Eu falei assim "mas o homem gente, tá com a cara tampada, como que eu tô vendo a cara desse homem?". Mas aquilo não me fez medo, mas eu vazei de lá."

Ricardi⁴² – "Cara tampada como? Era um vulto dele?"

Rosa – "Eles riscaram a cara dele, passaram uma tinta, sei lá, um trem lá. Eu só sei que estava parecendo nele daqui para baixo. Isso aí eu me lembro, daqui pra aqui. Eu fui e vi aquele homem lá de bigodão. Eu falei "olha gente, como que ele é poderoso". Mas eu vazei, vazei mesmo."

[Entrevista com Rosa, em 19/05/2012]

Mais adiante, na conversa, Rosa esclarece que estava se referindo a um quadro fixado na parede da casa de morada dos donos da Fazenda.

Rosa –"Ele ficou preso na tela. (risos) Ficou foi preso na tela mesmo que tava na parede. E dentro da (inaudível) da casa lá."

Rebecca- "Ah, você viu ele foi no quadro? Que daí você viu a cara dele?"

Rosa -"É eu vi o rosto dele. Bigodão. Eu reparei mais no bigodão e vazei. Eu não queria ver mais nada não menina, eu heim. A gente vai para um passeio gostoso daquele, todo mundo feliz por causa do

-

⁴²Ricardi de Paula Andrade, de Porciúncula (RJ) gentilmente levou-me até Minas Gerais, na casa de Rosa e participou da entrevista.

negócio da fazenda e tal. Chega lá e... Pelo amor de Deus..."

[Entrevista com Rosa, em 19/05/2012]

Esse episódio ocorre depois que Rosa tentou descer ao porão da casa. Note-se que, apesar de dizer que aquilo não lhe fez medo, ela também menciona que não queria ver mais nada e que então saiu de lá. Podemos supor que essa visão, na sequência do ocorrido na porta do porão, provoca uma sensação de desnorteio, pois ela conta que "saí da sala rápido, aí errei a porta entrei no banheiro, mas aí eu voltei, consegui achar a saída".

A essas ocorrências ainda se somou a conversa que teve com caseira da Fazenda sobre o fogão à lenha da cozinha:

Rosa – "A moça, acho que mora naquela casa do lado, eu falei 'gente, que fogão de lenha! Que maravilha! Já pensou o dia que a gente for fazer uma festa aqui todo mundo traz mantimento e a gente vai...', ela falou 'o quê? Não pode nem encostar o dedo nesse fogão', eu falei 'heim? Por quê?', 'A mulher que cozinhava aí aparece aqui. Ela não gosta que ninguém mexe nessa cozinha de jeito nenhum'. Ah, vazei fora."

Rebecca - "Ela falou isso, foi? Eu não sabia."

Rosa – "Ela falou isso e disse que ela não gosta que mexe lá. Tem ciúme do fogão. A criada que era escrava que trabalhava naquela cozinha. A moça do lado que mora lá..."

Rebecca – "A caseira né? Tem um casal que mora lá."

Rosa- "A caseira. Diz que eles contam isso, que ela não gosta..."

Rebecca – "Mas ela nunca viu? Só falou?"

Rosa—"Eu perguntei a ela se ela já tinha visto, ela falou 'não, eu nunca vi', mas que teve gente que viu. 'Muita gente que vem aí, se por a mão no fogão, tentar fazer alguma coisa na cozinha, de que a vasilha cai sozinha, tem uns barulhos estranhos'."

[Entrevista com Rosa, em 19/05/2012]

O depoimento de Rosa revela a presença de um mundo invisível que permeia a experiência sensível vivida na casa, tanto por ela, quanto por outros. Esse mundo invisível parece se relacionar intimamente com a *autenticidade* da Fazenda, enquanto lugar de importância e memória, pois se relaciona a uma ancestralidade da qual ainda é impregnada. O próprio sentido de preservação ou de guarda se afirma na tutela do uso, "do mexer" por parte do mundo invisível. Assim, evidenciada a continuidade histórica

entre o passado e o presente, torna-se mais legítima a ocupação pelos *jongueiros/caxambuzeiros* do espaço.

Rosa relata também uma experiência diferente, no local indicado como senzala pelos estudos do Iphan (Foto 5):

Rosa—"Lá em cima era muito sinistro também, muito sinistro mesmo. E teve uma hora, que eu não sei quem foi me fotografar, foram tirar uma foto minha. A pessoa falou assim 'Rosa, vira', quando eu virei, passou uma mulher igual eu. Eu falei 'mas se eu estou aqui, como que estou passando'? Quando eu virei a mulher passou. Falei gente, o que é isso?"

Rebecca – "Mas e a roupa?"

Rosa – "É uma saia azul de chitão. Eu não sei se você já me viu com um dorso azul na cabeça de flores, de chitão."

Rebecca – "Com ele?"

Rosa — "Com ele. Eu falei 'Será que eu vivi aqui na outra vida? Em outra época? Será que por isso que eu senti tanto mal?'. Não sei. E eu senti mal demais gente, pelo amor de Deus, aquilo não foi normal não. Meu Deus. Eu não sabia que *agonia* que era aquela, que *dor* que era aquela."

[Entrevista com Rosa, em 19/05/2012 – destaques RG]

Nessa entrevista, Rosa me contou outro caso em que havia feito uma visita a uma fazenda do período cafeeiro, na região de Faria Lemos (MG), onde também vivenciou experiências relacionadas à presença de espíritos de escravos. Nessa ocasião ela viu um vulto, na porta da senzala, que lhe fez um sinal negativo com uma das mãos, o que interpretou como o espírito de um feitor lhe assinalando que não entrasse na senzala, onde manteria cativos os espíritos dos escravos da fazenda. Ao desrespeitar tal imposição e tentar passar por aquela entrada, Rosa perdeu a visão por alguns minutos. A cegueira só passou quando, a seu pedido, buscaram o seu *contra-egum*⁴³ no ônibus

"Contra-egum (s.m.). Também conhecido como braçadeira. Peça feita com palha-da-costa trançada. Serve para proteger o corpo dos Eguns – objeto protetor, tipo de amparo que isola o corpo e distingue o indivíduo como vinculado ao terreiro, geralmente terreiro de candomblé. BA, RJ." (p.230) Podemos ainda recorrer à Norton F. Corrêa (2002) para compreender a respeito dos eguns:

⁴³ Segundo o *Dicionário de arte sacra & técnicas afro-brasileiras* (Lody, 2003):

[&]quot;Na visão batuqueira, mesmo tratando-se de uma pessoa boníssima e idolatrada, como ela, bastou a morte para que a alma se tornasse assustadoramente perigosa. Maior a hierarquia, maior o perigo. Até a palavra 'egum' não deve ser pronunciada, 'para que não pensem que se está chamando'. Mais garantido é dizer 'eles', 'os que já foram', etc. É que, segundo a crença, o egum não se convence facilmente de que morreu, razão pela qual quer continuar teimosamente a conviver com os vivos, sua gente, a casa de culto a que pertenceu, seus objetos rituais, tudo. Assim, vai de casa em casa de seus parentes de santo, provoca brigas, faz as pessoas adoecerem gravemente ou mesmo morrer. A solução para cessar o problema é fazer o aressum, rito de passagem que integrará definitivamente o egum à categoria de morto." (p.263).

em que haviam viajado e o ataram ao seu braço. Rosa então deu a volta e conseguiu entrar na senzala por outro caminho. Lá, acendeu velas e rezou pelos espíritos dos escravos presentes.

O episódio, no entanto, teve ainda desdobramentos. Rosa havia prometido que, "da próxima vez que eu fosse lá, eu ia levar para *eles* uma feijoada, que ia levar vinho e água e café amargoso, e vela.". Depois de retornar à sua cidade membros do grupo começam a ser assombrados cotidianamente pelos espíritos em sonhos: "Eles começaram a perturbar o grupo todo. E eu sonhando com *eles*, sonhando com aquela senzala...". Isso os pressionou a conseguir mais rapidamente os meios de preparar e levar a refeição prometida.

"Chamei o povo todo, *povo que mexe com terreiro*. Falei "tá acontecendo isso e isso, a gente precisa de ir lá. Vamos rezar um terço lá pra *eles* e vamos levar comida". Comprei umas cumbucas de barro para levar, aí levamos para *eles*, pronto."

[Rosa, entrevista 19/05/2012 – destaques RG]

A "oferenda" não foi servida apenas para os *eguns*, mas também para todo o grupo de Caxambu que acompanhou Rosa e o "povo que mexe com terreiro" convocado por ela. O *egum* do feitor também recebeu o seu quinhão, mas somente após sair de seu posto de guardião da senzala.

"Eu falei com ele 'não vou pôr comida procê não porque você está aí ó, tomando conta deles até hoje. Não vou pôr vela, não vou pôr comida, não vou pôr nada pra você beber, enquanto você não sair daí'. O mato saiu balançando assim ó. É a porta da senzala, mas tem um monte de mato assim na frente, entendeu? Porque é antigo mesmo lá. E ele saiu assim. Falei 'agora eu vou pôr'. Eu fui no rastro aonde que o mato tinha balançado aí eu coloquei, 'Isso aqui é seu, procê nunca mais ficar pra tomar conta, para ver se você se liberta porque você também está preso aqui por causa do seu patrão'. (...)

Ele deve estar lá, o patrão também, por isso que ele não saiu de lá, com medo de ser repreendido. Porque o patrão repreendia esse tipo de gente na época né, se não tomasse conta direitinho ele era castigado também. Então ele ficou lá tomando conta dos escravos da senzala."

[Rosa, entrevista 19/05/2012 – destaques RG]

No caso da *Fazenda Pau D'Alho*, o desfecho das experiências espirituais que Rosa vivenciou foi diferente daquelas que ocorreram no caso da Fazenda em Faria Lemos, pois não houve desdobramentos depois do retorno, tais como os sonhos com o local e os espíritos. Rosa atribui isso a um ritual que ocorreu naquela visita à *Fazenda Pau D'Alho* de que nos ocuparemos adiante e que teve a finalidade de pedir licença aos espíritos ali presentes.

Ronaldo, *caxambuzeiro* do Interior do Rio de Janeiro, também relata que foi pego desprevenido, durante a visita à fazenda. Neto de uma *mãe de santo* conhecida e respeitada em sua comunidade foi, desde criança, acostumado a respeitar preceitos da Umbanda, como por exemplo, o fato de que cada lugar têm sua história e entidades espirituais que lhes são relacionadas e, portanto, se deve adentrar tais locais com cuidado, pisando com o "pé certo" e pedindo licença às *entidades* corretas.

Curioso para conhecer todo o espaço, Ronaldo convidou Ângelo, *caxambuzeiro* de uma cidade vizinha à sua, para explorar o local indicado como o antigo cemitério da Fazenda, que ficava atrás da(s) senzala(s) (Foto 5), próximo a um bambuzal. Ronaldo relatou, em entrevista, que o lugar estava sem cuidados, com mato crescendo livremente, o bambuzal⁴⁴ já avançando, mas que, ainda assim, caminharam pelo local tentando identificar qualquer indício de que ali seria o cemitério.

Ronaldo – "Lá [Fazenda Pau D'Alho] é muito longe, fora de mão. Mas aquele evento foi muito bom porque tem hora que a gente fecha os olhos e se vê nos antepassados, em quem já passou que vivenciou coisas que a gente imagina que possa ter passado por aquilo. Eu pisei no cemitério de escravo dentro da fazenda."

Rebecca – "Lá atrás né?"

Ronaldo – "Fui lá. Eu *peguei um carrego*, não sei se você ficou sabendo disso. Quem ficou sabendo foi o mestre Lúcio, ele me benzeu."

Rebecca – "O que você arrumou lá?"

Ronaldo – "Eu fui no cemitério. O cara falou, 'tem um cemitério ali, tal, que eram enterradas as pessoas que morriam', não era só escravos, quem morria ali era enterrado lá na fazenda. Então eu sou muito curioso. Aí eu chamei o Ângelo, falei 'Ângelo vamo no cemitério, vamo lá?', 'aonde?', 'ali em cima'. Fuçamos até achar o portão, fomos nós que achamos a entrada. Quem mora lá sabe, mas nós nunca tínhamos ido ali."

Rebecca – "É ali onde tem aquele bambuzal?"

Ronaldo – "É, só que a entrada é totalmente por trás. É de difícil acesso mesmo para não ser fácil de entrar pela fazenda. Então teria que sair no portão lá em baixo e dar uma voltona. Não. Nós subimos pelo moinho, pulamos um muro, pulamos uma cerca, eles fizeram vários obstáculos para as pessoas não irem lá. Nós entramos... Eu assim... Tem horas que a gente relaxa um pouco, a gente descuida. A

⁴⁴O bambuzal é, em muitas linhas da umbanda e do candomblé, relacionado como território associado aos ancestrais, ou à Iansã, Orixá responsável pelos ventos e por uma etapa importante do processo após a morte (levar os espíritos). Referindo-se à árvore sagrada Iroko, Cossard diz: "Era entre suas raízes quase aéreas que, outrora, eram venerados certos defuntos, sendo local de moradia dos ancestrais, da mesma forma que o *dankô*, o bambuzal" (COSSARD, 2006, p.58).

gente chega num lugar, a gente entra com o pé certo, a gente fala as palavras certas para entrar, pede licença às pessoas certas, mas tem horas que a gente descuida, entra de qualquer forma, pisa com o pé errado, pede licença ao Orixá errado. Eu nesse momento não me dei conta, também estava com o Ângelo, totalmente despreparado, o Ângelo não tem noção dessa questão de licença dos lugares. A gente entrou de qualquer maneira. Entramos e começamos a procurar indícios de que ali era um cemitério, e não tinha, porque tava coberto de bambu, de mato. Cemitério antigamente não tinha catacumba, não tinha nada disso. Mas ali era o lugar que várias pessoas foram enterradas ali e com certeza ainda tem alguma coisa ali dentro."

[Entrevista com Ronaldo realizada no Terreiro de sua avó, no interior do Rio de Janeiro 19/04/2012 – destaques RG]

Podemos observar, na foto a seguir, a reta final do caminho a ser percorrido por fora da Fazenda, que teriam que ter realizado para chegar ao cemitério, caso não tivessem pulado o muro:



Foto 7 – Vista de uma das laterais da fazenda, de onde podemos visualizar o local indicado por Ronaldo como o Cemitério: ele estaria localizado ao lado da(s) senzala(s), mas não há acesso de dentro da sede para o local. [Foto de Germano Graeser (1942).]

O fato de não ter tomado os devidos cuidados ao ir àquele local, teve como efeito, segundo seu relato, fortes dores de cabeça, que passou a sentir naquele dia, motivo pelo qual deixou de participar das atividades da Reunião de Articulação, na tarde de sábado. No caso de Ronaldo, o ritual que vamos descrever adiante não solucionou seu mal-estar. O *carrego* se dissipou somente depois que Lúcio, *pai de santo* e *jongueiro* do Interior de São Paulo, benze Ronaldo na manhã do dia seguinte, domingo.

"Depois que nós saímos dali me bateu uma dor de cabeça tremenda, que é assim que vem um *efeito negativo* na pessoa, é através da *dor* de cabeça, alguma dor no corpo. Me deu uma dor de cabeça muito forte. A vontade de sair do evento bateu, porque eu tava sentido muita dor,

não estava conseguindo me concentrar. A dor dói aqui assim demais, então eu não tava conseguindo pensar o que fazer, pra cantar, pra tocar, pra prestar atenção no evento. Tava doido que fosse embora, e quando a gente realmente foi, no ônibus o percurso faz muita curva, dá enjoo vai só piorando. Quando eu cheguei naquela fazenda [hotel fazenda] eu deitei. Não consegui levantar, me alimentar. Tava eu e meu filho no mesmo quarto, ele também começou a se sentir mal. Parte das coisas que estava em mim começou a afetar ele. Ele falou 'pai, tô com dor de cabeça também, tô me sentindo mal'. E ele é um pouco mais frágil né? Aí eu fui e pedi pro Lúcio, isso já foi no domingo de manhã. Falei 'Seu Lúcio, eu estou me sentindo mal, eu queria que o Sr. me benzesse.' Ele falou assim 'sem problemas, deixa só eu tomar o café e me preparar. Eu vou te benzer. O que você está sentindo?', falei 'tô com muita dor de cabeça e eu estou sentindo que isso foi por causa daquela fazenda ontem lá. A gente foi ao cemitério, eu e o Ângelo chegamos a ir no cemitério'. Ele 'ih, já imagino'. Aí ele se preparou, e me levou num canto lá, pegou uns ramos e me benzeu. Falou comigo 'você fica tranquilo que daqui a pouco você tá bem. Não precisa benzer o seu filho. Isso que eu fiz com você aqui foi valendo para ele'.

E é interessante, é incrível que às vezes, questão de segundos, a gente chega num lugar e vê diferença. Eu cheguei no quarto, chamei meu filho para tomar café, perguntei a ele se ele estava melhor, ele falou 'tô melhor'. A gente saiu e foi tomar café e eu não fui no evento na parte da manhã no domingo. Depois eu acabei saindo, melhorei e aí fui para lá. O pessoal até achou estranho porque eu realmente estava com muita dor de cabeça, falei 'olha, não vai dar para mim ir pra lá porque eu não estou me sentindo bem, tô com muita tonteira, muita dor de cabeça'. Depois que eles já tinham chegado lá eu fui, consegui uma carona – eu ia até a pé, mas aí eu peguei uma carona e fui. Eu lembro disso, nitidamente, que isso foi por causa de eu ter entrado no cemitério por curiosidade."

[Ronaldo – entrevista 19/04/2012 – destaques RG]

Apesar de presente, não estive atenta ao que se passou com Rosa, nem com Ronaldo, tampouco senti qualquer mal-estar, não iniciada que sou no treino da sensibilidade espiritual pelo qual passam os adeptos das religiões ditas afro-brasileiras, conforme relato de Joana abaixo:

"Eu sou feita, sou Iaô num terreiro de candomblé Ketu no Maranhão. A sensibilidade para a gente é um processo de aprendizado, de percepção, de a gente se aprimorar nisso. (...)

A gente passa a vida toda no candomblé aprendendo a aguçar os sentidos, e ao aguçar os sentidos, a gente aprende a lidar com determinadas circunstâncias, que podem ser positivas ou não."

[Falas de Joana em entrevista (31/03/2012)].

Essa relação com o mundo invisível, sentida tão fortemente por alguns no espaço

da Fazenda Pau D'Alho e de importância evidenciada em diversos outros momentos (cf. Cap.2) nos indica que está envolvida aí a relação com a ancestralidade, e as negociações entre um passado doloroso e uma ressignificação deste, no presente. Nesse sentido, as ações de salvaguarda, representam uma possível revalorização e reconhecimento dos espaços e identidades, uma vez que têm como premissa a parceria entre o "Estado" e os grupos detentores e, assim, a revisão da atribuição de sentidos aos monumentos, além da possibilidade de atuação para modificação de situações referentes ao mundo invisível. Aqui, este autentica uma interpretação da história, uma reverencia a ancestralidade, um espaço de negociação para a liberdade, o desmonte de hierarquias de poder e a tortura persistente dos cativos.

O que se passou em seguida me marcou de tal maneira, que resultou na busca por mais informações e pontos de vista que me auxiliassem na reconstrução desta situação que descrevo a seguir.

II. O Ritual

Depois de acudir Rosa, Joana conta que algumas pessoas presentes a chamaram para falar sobre o "clima pesado" que estavam sentindo.

Joana—"E aí as pessoas foram se juntando, não lembro todos os nomes, e depois entraram na cozinha... Vinham duas mulheres..."

Rebecca – "Quem eu me lembro que estava lá era Else..."

Joana- "Uma bem grandona, uma senhora bem negra, bem grande."

Rebecca - "Dirce..."

Joana— "Dirce e tinha outros lá. E aí quando vieram começaram a conversar e disseram 'olha, a gente não pode entrar nessa casa desse jeito', tava todo mundo incomodado, 'a gente não pode entrar nessa casa, a gente tem que pedir licença, a gente tem que cantar'. Aí começou vários, o Lúcio que também é mediúnico e muitos outros... 'Mas será que o Iphan vai deixar?' Era essa pergunta. Tavam nessa conversa, aí me chamaram, por saber que eu *sou do santo*. Eu vi aquela confusão e falei 'mas o que vocês querem fazer?', 'a gente precisa cantar. Tá muito complicado, eu não vou ficar nessa casa sem pedir licença, tem que cantar pro *ancestral*, tem muito *defunto* aqui...'."

[Entrevista com Joana, 31/03/2012]

Para um grupo de pessoas prevaleceu a sensação de que a forma com que entramos no local teria sido "despreparada" e, portanto, equivocada. Essas pessoas

sentiram a necessidade de reparar a situação, por meio de um ritual e, segundo Joana, ficaram constrangidas de fazê-lo, diante dos funcionários do Iphan; assim teriam solicitado a ela que intermediasse a situação, uma vez que sabiam que ela *é de santo*, e é também uma *gestor*a, portanto, teria um diálogo mais próximo com os outros representantes do governo ali presentes.

Já na versão de Rosa sobre a situação, a ideia de realizar o ritual teria partido de Joana e as *jongueiras e jongueiros* envolvidos teriam concordado, a partir de seu descontentamento com a situação. No entanto, Rosa também sinaliza, em sua fala, que não foram todos os *jongueiros* que concordaram com a ideia.

"A Joana é que teve essa ideia do ritual das plantas, aí ela perguntou se a gente concordava, eu falei 'eu concordo, porque a gente não devia ter metido a cara aqui dentro desse jeito mesmo não', aí o resto, a maioria, concordou. Teve gente que não achou bonito não. Teve gente lá que reclamou, que ali não era lugar daquilo, que era um passeio que a gente estava fazendo e que não podia ter acontecido aquilo não, que aquilo ali foi um *trabalho de terreiro* que fizemos ali dentro. Não foi. Foi um ritual para ver se amenizava aquela *coisa carregada* que estava ali. Que estava pairando um troço carregado, muito carregado mesmo, entendeu? Principalmente para a *gente que mexe com essa parte*. Agora, para quem não mexe... O pior é que foi gente que mexe com *essa parte* que criticou, entendeu? Então, eu falei assim 'eu não entendi'."

[Rosa – entrevista em 19/05/2012 – destaques RG]

Esta fala de Rosa toca em uma questão recorrente e polêmica entre os grupos de Jongo/Caxambu e que vem à tona em praticamente todas as vezes que acontece alguma roda aberta ao público: a presença ou não de pontos relacionados a *entidades espirituais*, como Orixás, ou *pontos de terreiro*. Esse assunto diz respeito às diferentes opiniões que os *jongueiros* expressam quanto à relação entre o Jongo/Caxambu e as práticas religiosas afro-brasileiras, tais como o Candomblé, a Umbanda, ou ao o que se chama de *macumba*, em muitos casos de forma pejorativa.

Vale observar, também, a proximidade e autoridade que Joana constrói, na proposta, com os *jongueiros/caxambuzeiros*, por conta não apenas de sua ancestralidade negra, mas também devido a certos elementos que compartilha, relativos à sua religiosidade, a qual também se relaciona à ancestralidade. Ronaldo também vinculou o ritual à iniciativa de Joana e falou da surpresa que teve quanto ao fato de uma *gestora pública* cumprir tal papel:

"É uma coisa que eu me surpreendi com a Joana, por ela ser uma pessoa institucional, uma representante de um poder público, assim

uma coisa que executa, e nós ali como *jongueiros* e ela fazer parte daquele ritual... E ela quem guiou aquilo. Foi ela quem fez aquele ritual, a gente participou, mas foi ela que guiou aquele ritual. Eu achei legal. Sem querer, eu tinha uma certa empatia[sic] por ela, eu não conhecia ela direito, mas achava ela muito mandona, muito metida, diferente da gente, mas quando eu vi ela fazer aquilo ali eu fiz o máximo para me aproximar dela, 'Essa mulher é do babado, ela sabe das coisas. Ela é legal, vamos colar com ela', e acabei colando mesmo, fiz amizade com ela. Eu gostei daquele momento."

[Ronaldo – entrevista 19/04/2012 – destaques RG]

Nessa fala de Ronaldo, vemos que a questão da espiritualidade, compartilhada em diversos elementos de crença, desempenha papel fundamental para a desconstrução de uma primeira impressão, mais "antipática", que o primeiro contato lhe causou – possivelmente advinda de uma fala ancorada na função de *gestor*a que desempenhava na reunião na noite anterior e, portanto, pode ter lhe passado uma sensação de distanciamento. A crença em comum relativiza posições sociais e, ao mesmo tempo, compromete "a pessoa institucional" e o *jongueiro*, abrindo-se como linguagem de negociação e de alianças potenciais. A situação do ritual demostrou a Ronaldo, e possivelmente aos outros presentes, que Joana não opera um distanciamento pleno de suas opções e características pessoais, quando desempenha suas funções de *gestor*a (voltaremos ao assunto adiante). Disso, ao menos no caso de Ronaldo, resulta o desejo de aproximação, abrindo espaço para a construção de relações de confiança e amizade.

Joana então comunica a alguns dos *gestores* do Iphan presentes, sobre a necessidade *sentida* de se fazer um ritual. Solicita ao casal que mora na sede da Fazenda, uma bacia onde pudesse ser colocada água e ervas que seriam os meios de purificação do ritual.

"Eu falei 'deixa que eu falo com o pessoal do Iphan, só para avisar, mas não quer dizer que tem que pedir licença. Eu não preciso disso, se vocês querem fazer...' Aí perguntaram se eu ia ajudar, falei 'Claro, não tenho problema nenhum'. Aí fui lá e pedi para as pessoas trazer água, e foi que teve aquele ritual."

[Joana – entrevista 31/03/2012]

Dirce, *jongueira* do Vale do Paraíba (Rio de Janeiro), Lúcio, *jongueiro* do Vale do Paraíba (São Paulo), Áurea, *jongueira* do Interior de São Paulo, Else - *jongueira* do Vale do Paraíba (São Paulo), bem como Rosa, ajudam a organizar o ritual, arranjando as ervas em um ramo. Joana solicita a todos que se acheguem em uma roda, no terreiro interno da sede da Fazenda, próximo à entrada do mesmo, conforme registrado na foto

abaixo.



Foto 8 - Foto tirada da perspectiva de onde Luis Saia, arquiteto que propõe o tombamento da Fazenda, afirma que era(m) a(s) senzala(s), onde podemos observar qual a localização e o tamanho da roda do ritual. [Foto: Andréa Falcão]

Descalçamos então os sapatos, como nas rodas de Jongo⁴⁵. Alguns permanecem calçados, outros preferem não entrar na roda e observam próximos de maneira respeitosa. Joana dá início ao ritual explicando que aquele dia era um dia especial, não apenas pela ocasião de nossa visita ao local, mas também porque sábado é o dia da semana relacionado às *Aiabás*, ou seja, às *orixás* femininas⁴⁶. Fala sobre a importância de *se louvar os antepassados* especificamente naquele lugar, sagrado não apenas por representar um testemunho material das vidas daqueles, mas também pela existência do cemitério, onde eram sepultados os escravos, que podíamos dali localizar pela referência representada pelo bambuzal ao lado da(s) senzala(s) (Foto 5). Falou também

⁴⁵ No que se refere aos pés descalços vale lembrar aqui a entrevista com a coordenadora executiva do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu. Conversando sobre a produção de filmes sobre o Jongo, ela comenta a predileção que identificou entre os produtores e cineastas pela filmagem e escolha de cenas em que as pessoas dançam de pés descalços, parecendo que quanto mais calosos melhor, ao que se refere como "pés cascudos", o que acredita que, em grande medida, reifica uma imagem dos *jongueiros* ligada às condições materiais precárias de um passado escravista. Comenta uma situação em que uma jovem *jongueira* de Barra do Piraí estava presente na sede do Pontão, em Niterói, quando ouve comentário que a coordenadora faz com uma bolsista de cinema sobre o tema. Interessada, pede licença para fazer um aparte, diz que no seu grupo já haviam notado esta predileção pela filmagem dos pés, e há uma cobrança de que os integrantes cuidem de seus pés, providenciando, inclusive produtos hidratantes para passar nos pés dos mais desatentos, evitando mostrar pés destratados nos filmes. Talvez a insistência diga respeito, para além da marca da escravidão, a uma característica estética da simbolização de uma conexão direta com a terra, elemento que simboliza a conexão com as *origens*.

⁴⁶ Reginaldo Prandi nos diz que "O *ossé*, a semana, constitui-se num rito semanal de limpeza e troca das águas dos altares dos orixás. Cada dia da semana, agora de sete dias, é dedicado a um ou mais orixás, sendo cada dia propício a eventos narrados pelos mitos daqueles orixás (...)" (Prandi, 2005, pp.29).

da necessidade de solicitar a permissão para entrarmos naquele local e de se homenagear aqueles que seriam os *verdadeiros donos das fazendas* do período do café, aos quais se refere como os que construíram a Fazenda com sua força e suor e que nunca obtiveram o devido reconhecimento por tanto (destaques RG).

Cantos são entoados, alguns em yorubá, outros, pontos de Jongo, enquanto Dirce e Else, duas mulheres opulentas e imponentes, circulam pelo interior da roda, aspergindo, com o ramo de ervas, a água que contém a bacia de alumínio localizada dentro da roda, conforme podemos visualizar na foto que se segue.



Foto 9 - Momento anterior ao início do ritual, quando as pessoas ainda se achegavam à roda. Ramo de ervas e bacia d'água ao lado do tambor. [Foto: equipe do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu.]

"Ou seja, quando a gente cantou ali, na verdade o que nós fizemos era um pedido de licença, não foi nada mais que isso, porque todas as regências que regem esse universo a gente estava saudando - na minha crença, por exemplo, candomblé, quem rege os que se foram que é o que está ali muito forte, fora as *marcas ali do sofrimento*, da escravidão, não é só isso. Nós estamos falando de alguém, que é um ser humano, que foi escravizado, que foi morto e não foi enterrado devidamente. Isso tem um processo muito grande. Então se eu não fui enterrado devidamente — e na crença espiritual tem algo mal resolvido no meio do caminho — quem vai adentrar ali vai saber como que entra ou não sabe como que entra. O Brasil é permeado disso, os Vaus da vida, os Valongos da vida é isso. Então esses espaços têm muito sofrimento, têm muita marca.

E naquela hora que a gente cantou era para quem rege isso. Quanto a gente canta $Ag\hat{o}$, na minha religião, a gente tá pedindo "dê licença". Ou seja, $Ians\tilde{a}$, que leva, que varre, que leva o vento tem responsabilidade nisso. Ogum, $Nan\tilde{a}$ e todas as outras entidades, falando de Candomblé, mas tem outras que eles acreditam lá. Então todas essas regências precisam ser veneradas para poder ajudar a

conduzir essas entidades que estão ali, essas almas, esses espíritos dos que já se foram, que desencarnou, sei lá como que acredita."

[Joana – entrevista 31/03/2012]

A água cumpriria uma função ritualística de neutralização, segundo relato de Joana, que também ressalta que o que está em jogo, não necessariamente seria uma 'limpeza' espiritual do local, mas a requerida reverência às entidades que podem auxiliar o equilíbrio das forças ali atuantes, por serem as responsáveis por etapas do ciclo de morte.



Foto 10 - Roda do Ritual. [Foto: Andréa Falcão]

Ronaldo dá o tom, tocando o *Tambú*, tambor maior e de sonoridade mais grave do Pontão de Cultura de Jongo/Caxambu⁴⁷. O filho de Ronaldo, Wilson, pega o *Candongueiro*, também do Pontão (tambor de dimensões um pouco menores e de sonoridade mais aguda) e se junta ao pai na tarefa, enquanto a roda ganha um caráter mais lúdico e as lideranças revezam-se, ao "puxar" pontos mais descontraídos, numa sucessão que alimenta a roda em alegria e disposição.

⁴⁷ Os tambores do Pontão do Jongo Caxambu foram confeccionados com barricas de vinho por uma liderança *jongueira* de Barra do Piraí, ainda em 2008, por demanda dos próprios *jongueiros*, afinal, se é do Jongo, como não ter tambor? Os tambores são levados para todas as Reuniões de Articulação, onde são tocados na abertura e no encerramento de cada dia de trabalho.



Foto 11 – Ronaldo conta com o auxílio de seu filho, Wilson, para *bater o tambor* quando a roda de Jongo se segue ao ritual. [Foto: Andréa Falcão].

Note-se que houve uma preparação dos tambores, antes do ritual, feita por Dirce, que 'lavou' o couro dos tambores com cachaça, ou "deu de beber" aos tambores, saudando-os, para a roda.

O Jongo/Caxambu é então cantado e dançado representando uma homenagem que se pensa nunca ter sido realizada para aqueles que faziam parte do mesmo 'povo', bem como para *orixás* responsáveis pelos *eguns*. Ainda notamos que pontos de louvaria ou louvação⁴⁸ são cantados até o fim da roda que se anima e só para devido aos apelos da coordenação do Pontão, por conta do horário do almoço – já estávamos todos com fome e ainda tínhamos a viagem de retorno ao hotel pela frente, além dos outros compromissos do longo dia de atividades.

Rosa avaliou o ritual como fundamental

Rosa -"Aquela espiritualidade toda e aquilo ali foi bom, porque parece que deu uma acalmada. Porque *eles* não estavam preparados

⁴⁸Segundo Jeferson Alves de Oliveira, o Jefinho do Tamandaré (Guaratinguetá/SP), "as rodas aqui tem todos os tipos de pontos, louvaria, demanda e gurumenta, sempre abrimos as rodas com os pontos de abertura e louvarias, se começa o jongo saravando os jongueiros velhos e as pessoas presentes na roda e alguns jongueiros cantam pontos pra seus santos de devoção. No decorrer da roda vão acontecendo os pontos de gurumentas que nada mais são que as coisas que acontecem no dia a dia dos jongueiros, coisas sobre o dia de trabalho, algo que acontece com a gente, no decorrer daqueles dias que antecedem a roda de jongo e tem também os pontos de demandas, isso sempre acaba acontecendo nas rodas, um gosta de provocar o outro e os pontos de demandas acabam acontecendo, durante a noite de jongo; são basicamente esses pontos que nós costumamos cantar em dia de roda de jongo por aqui e quando a gente sai pra fazer alguma apresentação também". (Consulta feita através de mensagem ao *FaceBook*, domínio da *internet* comumente incluído na categoria *redes sociais*).

para aceitar a gente lá não, daquela maneira não. Tinha que ter ido pelo menos umas três *pessoas entendidas* na frente, preparar *eles*. Eu achava que ali já estava acostumado a ir pessoas para fazer visitas."

Rebecca - "Mas vai."

Rosa – "Vai?"

Rebecca - "Vai."

Rosa – "Antes de a gente ir então..."

Rebecca – 'Vai. Costuma ir escola, ih... Só que provavelmente não é ninguém que tenha sensibilidade espiritual muito aguçada, né?"

Rosa – "Com certeza. Porque, eu só sei que *eu sofri muito*. Foi um sofrimento... Gente... Só mesmo depois daquelas *orações feitas com os ramos* que eu *me acalmei*, que eu me senti bem e acho que todo mundo que tava ali. A Joana também sentiu uma presença muito forte. A Joana também sentiu, então foi onde que ela chamou todo mundo para fazer a oração das ervas."

[Entrevista com Rosa 19/05/2012 – grifos RG]

Observamos, assim, que o local provocou o sentimento de sofrimento em Rosa e em muitos *jongueiros(as)/caxambuzeiros(as)* iniciados nas religiosidades afrobrasileiras. Sem entrar nesse amplo campo de estudos, sobre tais religiosidades, suas especificidades e diferenças, interessa aqui o fato de que tanto a Umbanda, praticada pela maior parte dos *jongueiros(as)/caxambuzeiros(as)*, quanto o Candomblé, no qual é iniciada Joana, considera-se que há uma série de observações e ritos a serem cumpridos, quando da morte de alguém. A inobservância de tais ritos, ou mesmo, as condições de vida e morte da(s) pessoa(s) podem, atrelar seus espíritos aos locais onde viveram, morreram, ou foram sepultadas e, consequentemente, provocar o desequilíbrio entre os universos dos vivos e dos mortos.

Podemos depreender daí que o ritual realizado auxilia numa transição marcada entre o lugar de sofrimento e esquecimento e o lugar de memória e celebração dos antepassados, conforme expresso na fala de Joana, os "verdadeiros donos" da Fazenda, devido ao empenho pessoal e físico que empregaram no local, sendo essa noção uma inversão do ideário aristocrático dos "barões do café". Tal transição se dá com a reverência, tanto aos antepassados escravizados, quanto às entidades responsáveis pelas diferentes etapas do ciclo da morte pelas quais passam *os que já se foram*. No entanto, Joana sinaliza que aquela teria sido apenas uma etapa de um longo caminho.

"Aquela casa ali [Pau D'Alho] funcionando vai demorar muito tempo. Porque você tem que desconstruir uma energia, uma memória, uma relação de dor, de sofrimento, de escravidão que nossa... Trezentos anos não são trezentos dias. Então a primeira coisa que tem que ter é paciência, eu falei para ela [superintendente do Iphan em SP] 'você tem que ter paciência, porque os jongueiros não vão vir para cá fácil. Segundo, você tem que permitir que eles façam do modo deles. Terceiro, até que as coisas se ajustem é muito tempo'.

A gente não sabe, a gente tem que resgatar, *não dá para ficar esquecendo o passado*, isso é impossível. E *mexer nesse passado ainda é doloroso demais para muita gente*, então é um processo que tem que compreender o universo da espiritualidade."

[Joana – entrevista 31/03/2012 – destaques RG]

A negociação e o respeito com a espiritualidade são evidenciados por este episódio, não apenas entre os *gestores* públicos e os *jongueiros/caxambuzeiros*, mas destes entre si, uma vez que não são todos que compartilham das crenças umbandistas, ou mesmo alguns que compartilham, mas que com o receio de serem taxados como *macumbeiros* de forma pejorativa, não gostam de misturar elementos religiosos, nas rodas de Jongo/Caxambu.

Quanto à menção que Joana faz sobre a dificuldade que seria levar os *jongueiros/caxambuzeiros* para a Fazenda, a fala de Rosa reforça essa ideia:

Rosa-"Na outra fazenda o que aconteceu lá foi a cegueira, o vulto do homem que eu vi. Pelo menos eu vi alguma coisa, eu sabia que tinha alguma coisa ali, porque eu vi. Mas lá não, lá eu senti, *eu senti na carne mesmo gente. Foi horrível.* Eu senti mesmo. Eu não sei explicar o que que eu senti, mas eu senti uma coisa horrível. Lá foi horrível mesmo. Eu falei, 'gente de Deus', para eu nunca mais querer voltar lá."

Rebecca – "Você não quer voltar mais lá não Rosa?"

Rosa – "Se é para me sentir aquilo de novo não quero não."

[Entrevista com Rosa 19/05/2012 – grifos RG]

Seria necessária, então, a realização de diversos outros rituais e, possivelmente, providências como a instalação de "assentamentos" para as entidades responsáveis pela regência do local, como ocorreu no caso do Museu da Cultura Negra, em São Luis do Maranhão, instalado na antiga Casa da Pólvora, segundo Joana.

Adiante nos debruçaremos mais detidamente sobre essa categoria sofrimento e de sua relação com a construção e manutenção de memórias traumáticas, segundo Michel Pollak.

III. Contexto e Desdobramentos

Essa visita à *Fazenda Pau D'Alho* foi articulada em função de uma sugestão feita pelo então presidente do Iphan, por ocasião de uma reunião que acompanhei, em Brasília, em março de 2009⁴⁹, entre o mesmo, as coordenadoras do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, e a *Gerente de Salvaguarda* do Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI).

A sede da fazenda foi tombada em 1968⁵⁰, cedida em comodato ao Iphan em1982⁵¹ e encontra-se inteiramente restaurada. A região do Vale do Rio Paraíba, que abarca Municípios dos Estados do RJ e SP e onde se situa a fazenda, é considerada por muitos como o berço do Jongo, devido à sua proximidade com o porto de desembarque de muitos africanos bantus, que eram encaminhados para o trabalho nas fazendas monocultoras da região, inicialmente focadas no cultivo de cana-de-açúcar e posteriormente do café.

Na ocasião da mencionada reunião com o então Presidente do Iphan, em Brasília, este perguntou às coordenadoras do Pontão se havia interesse em ocupar o espaço dessa fazenda com atividades dos *jongueiros/caxambuzeiros*. Tal escolha seria, sob seu ponto de vista, muito acertada, pois daria um uso extremamente justificável e plausível a este *bem* consagrado pelo Iphan, uma vez que o levantamento histórico sobre o Jongo nos

⁴⁹A ida até a sede do Iphan se deu em virtude da necessidade acumulada, ao longo do primeiro ano de convênio do Pontão, de um encontro com funcionários do setor de convênios, para onde são encaminhados os projetos, planos de trabalho, pedidos de alterações e finalmente prestações de contas dos convênios. Uma conversa face a face se tornava necessária, devido a dificuldades de compreensão da área meio (administrativa) a respeito do caráter do projeto em andamento, o que acarretava uma série de entraves ao andamento do processo administrativo, além de haver o agravante de que o universo burocrático dos convênios era uma novidade para todas as pessoas envolvidas, para a coordenação do Pontão e para a equipe do DPI e CNFCP. Adiante trataremos deste importante aspecto da política de Patrimônio Imaterial. Durante esta viagem, aproveitamos para nos reunir com representantes da SCC, visita que revelou de forma cabal o desconhecimento, dentro da Secretaria, a respeito da existência e funcionamento dos Pontões de Bens Registrados. Tal incidente levou a coordenação do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu a convidar o então Secretário da Cidadania Cultural, Tetê Catalão, para participar da 7ª Reunião de Articulação para uma maior aproximação. É, nesse contexto, que Joana é indicada a participar da reunião devido à impossibilidade de o Secretário atender à mesma.

⁵⁰Segundo o Processo de Tombamento n. 577T 58 da Fazenda Pau D'Alho, sob a guarda do Arquivo Noronha Santos do Iphan no Palácio Gustavo Capanema, a Fazenda foi tombada no Livro do Tombo Histórico, em 19 de fevereiro de 1968. Ver discussão que se segue.

⁵¹Na seção IV. Histórico da Fazenda, trataremos do projeto de estruturação do Museu Nacional do Café na Fazenda Pau D'Alho, convênio que seria celebrado entre Iphan e Instituto Brasileiro do Café (IBC), cabendo a este a compra do imóvel do então proprietário, Zebedeu Ayrosa. Tal compra de fato ocorreu no ano de 1969; no entanto, após três anos, o IBC desiste do projeto de criação e manutenção do Museu e propõe a doação do imóvel ao Iphan. Novamente observamos outro lapso de tempo, sendo só em 1982 que ocorre a cessão em comodato do imóvel ao Iphan.

remete ao chamado Primeiro Ciclo Histórico do Café, que começa em fins do Século XVIII, início do XIX e se concentra na região do Vale do Paraíba. A resposta das coordenadoras do Pontão foi de que consultariam as lideranças *jongueiras* sobre seu interesse no assunto.

Após esta conversa, a *Gerente de Salvaguarda* procura informações junto a Superintendência do Iphan, em São Paulo⁵², sobre quais seriam as possibilidades de utilização do espaço. No entanto, a pergunta foi devolvida pela Superintendência, que indagou qual seria a forma de ocupação que se desejaria fazer, por parte dos *jongueiros*. Uma possibilidade, aventada pela coordenação do Pontão, naquele momento, foi a realização do evento "Noite do Jongo", cuja primeira 'edição' havia sido realizada em 2008, na Cidade de Barra do Piraí, em homenagem aos mestres *jongueiros*. Esta poderia ser uma forma de ocupação pontual, inauguradora de uma agenda de ações dos grupos no local.

Em novembro de 2009, a coordenação do Pontão realizou uma visita à Fazenda em companhia da *gerente de salvaguarda*. Lá foram recebidas pelos caseiros que vivem na Fazenda. Estes informam que as atividades ali realizadas, nos últimos anos, têm sido a visita de escolas ao local, bem como a sua utilização para a celebração de eventos, tais como cerimônias de casamento. Estes seriam mediados por um funcionário do Iphan de São Paulo, que negociaria as contrapartidas pela utilização do espaço em ações auxiliares de sua manutenção, como o tratamento do gramado do antigo terreiro, pintura das paredes, etc.

Nessa visita, as coordenadoras fotografaram o espaço para apresentar o assunto às lideranças, na 6ª Reunião de Articulação, ocorrida em dezembro de 2009 no CNFCP, para que pudessem avaliar o seu interesse. Naquela ocasião, relataram a proposta feita pelo Presidente do Iphan. Estive presente nessa reunião e senti que as falas das lideranças demonstraram cautela, deixando transparecer dúvidas quanto a questões de organização logística, tais como o deslocamento frequente dos grupos de suas localidades até a Fazenda⁵³. Áurea, *liderança jongueira* de Campinas, por exemplo, demonstrou-se especialmente cautelosa, pois enfrenta com seu grupo sérias questões referentes à ocupação da Sede da *Fazenda Roseira*, naquele Município, e bem sabe

⁵²Às Superintendências Estaduais compete a fiscalização dos bens tombados em seu território, no caso da Fazenda Pau D'Alho; como veremos adiante, a Fazenda é cedida ao Iphan e por estar localizada no território do Estado de São Paulo, compete à jurisprudência da Superintendência do Iphan no Estado.

⁵³O transporte aparece como um ponto nevrálgico, uma vez que essencial para a atuação dos grupos fora de suas localidades e, em alguns casos, dentro de suas próprias localidades, desde as primeiras discussões sobre as ações de salvaguarda.

como pode ser custoso ocupar efetivamente um lugar como a Fazenda Pau D'Alho⁵⁴.

Como resultado da discussão, concluiu-se pela realização da 8ª Reunião de Articulação (RA) do Pontão, em local de fácil acesso à *Fazenda Pau D'Alho*, para que a programação pudesse contemplar uma visita das lideranças ao local. Houve também o intuito de estabelecer diálogo direto com a Superintendência do Iphan, em São Paulo, sobre a possibilidade de ocupação do espaço.

Por sugestão de Gustavo, *liderança jongueira* do Vale do Paraíba (São Paulo), a coordenação do Pontão organizou a reunião no Município de Bananal, vizinho a São José do Barreiro, em um hotel fazenda distante cerca de 30 quilômetros. Morena⁵⁵, Coordenadora Executiva do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, aponta, em entrevista, que a realização da reunião em um hotel fazenda, confortável e com muitas opções de lazer, além de localizado numa bela paisagem, foi simbolicamente muito importante para os *jongueiros/caxambuzeiros*, que, entusiasmados com o lugar, fizeram questão de registrar cada espaço do hotel em muitas fotos com suas câmeras fotográficas. A possibilidade de se hospedar num local como este não seria uma realidade viável para muitos dos *jongueiros/caxambuzeiros* fora desse contexto.

⁵⁴No Capítulo que se segue, trataremos do caso da ocupação e gestão pelo grupo Jongo Dito Ribeiro do espaço da *Fazenda Roseira*, em Campinas (SP).

⁵⁵Convidada a ocupar o cargo de coordenadora executiva do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu devido à sua experiência com a temática das relações inter-étnicas, bem como com a temática da legislação que versa sobre o ensino da História Africana, Morena iniciou sua trajetória profissional muito jovem. Aos 16 anos, já formada no Curso Normal, inicia a dar aulas de 1ª a 4ª séries do Ensino Básico. Após dez anos de trabalho, decide investir no meio acadêmico com o firme propósito de se tornar professora universitária. Ingressa, então, no Curso de Pedagogia da UERJ, onde se forma no ano de 2001. Dando sequência aos seus planos, ingressa no Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira (Penesb) da Faculdade de Educação da UFF. Lá se volta para temas de sua preferência, relacionados com as questões inter-étnicas, concluindo seu Mestrado em Educação, no ano de 2005. Durante essas etapas de formação prossegue dando aulas no Ensino Básico, o que abandona quando é aprovada para o Doutorado, no programa de Pós-Graduação em Educação da UFF. Seu orientador, no Doutorado, é coordenador do grupo de estudo, pesquisa e extensão Observatório Jovem, vinculado à Faculdade de Educação da UFF. Foi através de sua atuação no Observatório Jovem, quando ainda mestranda, que Morena conhece a coordenadora do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, Isadora. Nesse sentido, é importante notar que seu orientador já tinha um envolvimento com grupos de Jongo do Sul Fluminense, como Angra dos Reis e Quilombo São José, a partir de pesquisas realizadas em tais localidades. Também atuou na organização dos encontros de Jongueiros e da Rede de Memória do Jongo. Em parceria com Isadora, ele elabora um projeto de Ponto de Cultura, voltado para as atividades dos grupos de Jongo e Caxambu que foi enviado para concorrer ao edital de Pontos de Cultura da Secretaria Estadual de Cultura do Rio de Janeiro no ano de 2009. Não tendo sido contemplado, com a possibilidade de implantação de um Pontão de Bem Registrado para o Jongo/Caxambu, este projeto foi então readequado, servindo então de base para o projeto do primeiro convênio do Pontão. Note-se também que o fato de Morena afirmar-se negra também foi um fator considerado quanto a sua indicação para o cargo, como forma de identificação dos jongueiros com a equipe.

Fonte das informações: entrevista realizada na sede do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu em 25/05/2012, bem como http://www.uff.br/observatoriojovem acessado em agosto de 2012.

"Pra mim a gente às vezes não tem como dimensionar o que significa pra essas pessoas serem tratadas com a dignidade que elas merecem. Por exemplo, certamente, por conta das suas condições financeiras e tudo mais, dificilmente eles teriam a oportunidade de frequentar um espaço, na condição de hóspedes, e não de trabalhadores, aquele espaço no hotel fazenda, e um hotel fazenda que tem recursos, que tem uma comida boa, que tem um quarto e tem uma paisagem e tudo mais

Então eu me lembro muito bem da chegada deles no hotel fazenda. E a coisa da felicidade que eles... 'nossa, eu jamais conseguiria... nunca sonhei em ficar assim'.

O que a gente lida com relação aos *jongueiros* também é do quanto o Pontão, com essa perspectiva mais horizontal possível, de uma gestão coletiva e tudo mais, do quanto que se oportunizam experiências para *jongueiros*, e do quanto os *jongueiros* se retroalimentam nessas experiências, em relação à construção de sua própria identidade como *jongueiro*, como negro."

[Morena – entrevista realizada na sede do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu em 25/05/2012]

A coordenadora executiva do Pontão também assinala a importância do convívio desse grupo de cerca de 60 pessoas, durante um final de semana, não apenas discutindo questões durante as reuniões, mas também convivendo em momentos de descanso e lazer, o que propicia a construção de uma proximidade afetiva e da confiança no outro, indispensáveis para o bom funcionamento de um projeto como o Pontão.

Cabe apontar para as discussões, realizadas na tarde de sábado (27/02/2010), após almoço, no Centro Cultural Carlos Cheminand, em Bananal. Segundo consta no relatório da 7ª Reunião de Articulação, produzido pela equipe do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, o espaço do Centro Cultural Carlos Cheminand foi cedido pela Prefeitura de Bananal, em virtude do empenho da então Secretária de Cultura e Turismo da Cidade, e da então representante da equipe da Secretaria de Educação. Aquela e a então Primeira Dama do Município participaram da abertura da reunião, na tarde daquele sábado, dando as boas vindas e demonstrando intenção de estabelecer parceria com grupos da região, a fim de promover atividades, tais como oficinas nas escolas e espaços de lazer do Município que, em sua história, também consta como *terra de jongueiro*.

Compareceram as mesmas pessoas que estiveram na Fazenda naquela manhã, com exceção de Ronaldo que, conforme seu depoimento, estava indisposto. Cabe destacar alguns atores cuja presença tornou a 7ª RA um marco, no que diz respeito à aproximação de Instituições importantes ao Pontão, representando a possibilidade de maior compreensão sobre o mesmo e do estabelecimento de diálogo institucional mais

profícuo, a partir dali. Pela primeira vez compareciam a este tipo de reunião a *Superintendente* do Iphan em São Paulo; o Pró-Reitor de Extensão da Universidade Federal Fluminense; Joana que, representando a SCC, também abre caminhos para o maior entendimento sobre os Pontões de Bens Registrados, dentro da própria Secretaria e, por fim, o professor do ES então integrante do Instituto Elimu, Instituição contratada pela Superintendência do Iphan, naquele Estado para realização de pesquisa das comunidades negras do Norte do ES e indicado à coordenação de um futuro Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, no Estado, que articularia 18 grupos lá identificados⁵⁶.

Nessa reunião, conversamos a respeito das impressões das lideranças sobre a sede da *Fazenda Pau D'Alho*, as possibilidades de utilização de seu espaço pelos *jongueiros/caxambuzeiros* (tendo em vista a sugestão do então presidente do Iphan) como uma ação de salvaguarda, no sentido de oferecer-lhes um espaço de visibilidade e os desafios que a proposta representava. Foi marcante, nos depoimentos, a significação da Fazenda como um testemunho material da ancestralidade negra. Bruno⁵⁷, de Angra dos Reis, por exemplo, indicou o seu desejo de compartilhar a experiência de estar naquele local com seus familiares, devido a sua importância para a construção da identidade negra.

Foram levantadas algumas possibilidades, tais como a realização da próxima Reunião de Articulação do Pontão ou do próximo Encontro de Jongueiros, na sede da Fazenda, ou mesmo de uma ocupação consorciada, na qual os grupos se revezariam, a cada final de semana, na gestão das atividades do espaço. Gustago (SP), demonstrou muito ânimo em aproveitar a visibilidade turística que as antigas fazendas de café do

⁵⁶Note-se que a então *Superintendente* do Iphan no ES, também compareceu à 7ª RA. Sua atuação foi fundamental para a identificação dos 18 grupos no Estado, bem como para o projeto de construção de um Pontão do Jongo/Caxambu no ES. Não há indicação de sua presença acima, pois não era a primeira vez que participava de uma reunião de articulação.

Consultor do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu e ator fundamental para a "recriação", "reinserção", ou mesmo, inserção, do Jongo em quilombos da região da Costa Verde (litoral Sul do RJ e Norte de SP), Bruno é militante do movimento negro e residente em Angra dos Reis. Atua como funcionário da Secretaria Municipal de Educação de Angra dos Reis, onde é Coordenador do Programa Diversidade na Escola. Também coordena o Comitê *Gestor* de políticas para Promoção da Igualdade Racial naquele Município, oficializado em setembro de 2011. Partiu dele o movimento de "resgate" do Jongo no quilombo de Santa Rita do Bracuí e também da transmissão deste para o Quilombo do Campinho da Independência. Atualmente realiza trabalho semelhante em um quilombo localizado em Ubatuba, SP. Bruno também se classifica como *jongueiro*, possui formação superior em Comunicação Social, pelo Centro Universitário de Barra Mansa (1993) e duas especializações na Universidade Federal Fluminense, em "Raça, Etnias e Educação no Brasil" pelo Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira (Penesb), e "Diversidade Cultural e Interculturalidades: matrizes indígenas e africanas na educação brasileira" (esta ainda em andamento), ambos na Faculdade de Educação. Fontes consultadas: Plataforma Lattes CNPQ.

Vale do Paraíba têm recebido. Afinal, *jongueiros* e *caxambuzeiros* teriam a oportunidade de capitalizar turisticamente uma antiga fazenda cafeeira, assim como é feito com outras que se inserem em um ramo do mercado turístico especialmente rentável, valorado simbolicamente pelo passado histórico construído nessa região produtora de café. Voltaremos ao assunto adiante.

Constatou-se, no entanto, a necessidade de se voltar um passo atrás na discussão e nos atermos a questões relativas à viabilização da infraestrutura para a ocupação do espaço, tais como os custos de transporte dos grupos até o local, ou aqueles relativos à sua manutenção, enfim, assuntos relativos aos custos da gestão da sede da Fazenda, financeiros e logísticos. Aurea é uma das pessoas que indica essa necessidade, pautada pelas questões que seu grupo Dito Ribeiro enfrenta na Cidade de Campinas na ocupação da Fazenda Roseira. Denilson, jongueiro do Vale do Paraíba (São Paulo), também fala a respeito da infraestrutura necessária para recepção de pessoas na Fazenda – sejam turistas ou os próprios grupos. Joana indaga sobre a possibilidade de uma gestão compartilhada de um bem tombado e como conduzir seu processo de ocupação, mas também sobre a necessidade de 'dar vida' ao espaço. Incentivar o movimento pelos jongueiros/caxambuzeiros em um local como aquele, no qual houve grande investimento do Iphan em se restaurar, propiciaria o desenvolvimento da característica que mais se valoriza da salvaguarda: a mobilização dos detentores e a parceria com o Estado. Conforme define a Consultora da Unesco, entrevistada que trabalha no Departamento do Patrimônio Imaterial, "Qual é o desafio da Salvaguarda? Salvaguardar esta gestão compartilhada. Compartilhar essa parceria Estado e Sociedade Civil na formulação e condução da política para os *jongueiros*." (entrevista em 30/03/2012).

Presente nessa reunião fiz a proposta do estabelecimento de um Grupo de Trabalho, composto por *jongueiros/caxambuzeiros*, representantes do Iphan (principalmente técnicos da Superintendência de SP, incluindo aqueles que trabalham com questões de conservação dos bens tombados), representantes da equipe do Pontão, que desenvolvesse uma agenda de encontros para discussão da ocupação e gestão da sede da *Fazenda Pau D'Alho*, aprofundando cada uma das questões ainda obscuras naquele momento. Antônia, *jongueira* do Vale do Paraíba (São Paulo) que então era coordenadora regional do Pontão em São Paulo, apoia a ideia, mas assinala a necessidade de recursos para viabilizar a agenda de encontros deste Grupo de Trabalhos.

A Gerente de Salvaguarda do DPI menciona que seria desejável o estabelecimento de diálogo entre o Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu com a Associação dos

Sambadores e Sambadeiras do Recôncavo Baiano (ASSEBA), uma vez que ocupam a Casa do Samba de Roda da Bahia, em Santo Amaro da Purificação (BA), imóvel tombado pelo Iphan com as atividades da Associação que, na época, geria um Pontão de Bem Registrado⁵⁸. Dessa forma, outra possibilidade da salvaguarda valorizada dentro do DPI, que é o fortalecimento das relações entre diferentes bases sociais, também seria possibilitada. Sugere, também, que a Superintendência do Iphan em São Paulo fizesse um *Plano de Ação* (instrumento de planejamento orçamentário anual), visando à realização de obras de adequação do espaço aos planos de ocupação do mesmo pelos *jongueiros/caxambuzeiros*.

Já a *Superintendente* do Iphan, em São Paulo, menciona que há outros interesses e demandas de utilização do espaço da sede da fazenda, citando como exemplo, grupos de contadores de histórias. Diante disso, entende que seria mais adequado que a gestão do espaço permanecesse como responsabilidade da Superintendência do Iphan em São Paulo, com a possibilidade da utilização por diferentes grupos do espaço, de forma compartilhada.

Em entrevista posterior, Morena indica que, em conversa com a Superintendente do Iphan em São Paulo, logo após o ritual acontecido durante a visita à Fazenda, esta havia dito que começava a compreender porque os projetos anteriores de aproveitamento da Fazenda não haviam vingado, referindo-se à necessidade de se atentar para forças espirituais que ali atuam, representando uma especificidade do grupo dos *jongueiros(as)/caxambuzeiros(as)* ali reunidos e do quanto essa especificidade faz sentido, no que se refere à proposta de ocupação com atividades relacionadas ao Jongo/Caxambu. No momento da reunião, no entanto, Morena identifica uma mudança de postura da *Superintendente*:

"No ato da proposta a gente já começou a ver alguns incômodos 'bom, mas não é bem isso, a gestão continua da Superintendência', 'mas então não dá para ser só para vocês, tem que ser [também] para outros detentores'. A gente cai o tempo inteiro na decisão universalista em relação às políticas que são propostas. (...) esse comentário que se faz de uma maneira informal [mencionado acima] e que reconhece a especificidade daquela situação, ao ser ouvido e repensado num outro momento, sai do específico e vai para o universal."

[Morena – entrevista em 25/05/2012]

Ainda que sinalizando uma opção mais "universalizante" de ocupação da sede da

⁵⁸A respeito do processo de salvaguarda do Samba de Roda do Recôncavo Baiano (manifestação registrada pelo Iphan, em 2004, no livro das formas de expressão), o qual envolve restauro de vulto de imóvel que hoje sedia a Casa do Samba, ver Bandeira 2010.

fazenda, do ponto de vista da igualdade de oportunidade ao acesso de um espaço público, a Superintendência, no entanto, não dá retorno ao Pontão ou às lideranças *jongueiras*, ficando o assunto pendente, mesmo depois de as coordenadoras do Pontão se reunirem com a *Superintendente* um mês após o encontro em Bananal, na Superintendência do Iphan em São Paulo. O tema foi desde então silenciando, caindo quase em total esquecimento, durante os anos subsequentes.

A tensão entre as prescrições e avaliações de caráter universalizante das políticas públicas, que pretendem atender a todos de forma igualitária e aquelas que contemplam a diversidade cultural, revela-se constitutiva desta e de outras políticas governamentais imbuídas da valorização das diversidades e especificidades culturais de determinados grupos e, portanto, aparecerá em diversos outros momentos nesta Dissertação.

Vale ainda notar que, no espaço da reunião no Centro Cultural Cheminand não foi mencionada, por nenhum dos presentes, a questão do ritual ocorrido durante a visita e os motivos pelos quais ele teve lugar, ou seja, o universo invisível em jogo nessa questão da ocupação da *Fazenda Pau D'Alho*. Isso traz à tona a existência não só de uma divisão entre os mundos visível e invisível, no sentido do mundo das entidades espirituais e ancestrais, perceptível apenas aos treinados na sensibilidade mediúnica, digamos, mas também dos discursos explícitos e não explícitos, naquele momento e espaço mais formais. Há aí a operação de uma hierarquização entre o que é considerado legítimo de ser tratado naquela arena política.

Voltemos agora nossa atenção, brevemente, para a importante questão da atividade turística, frequentemente incentivada, não apenas no contexto brasileiro, mas internacional também, como uma solução eficiente para localidades que possuem Patrimônios Culturais reconhecidos e contextos de pobreza. Dessa forma, o turismo passa a ser recomendado como uma medida de Salvaguarda dos Bens Culturais, pois proveria uma base material necessária aos "herdeiros" dessas tradições culturais, ao mesmo tempo auxiliando a mantê-las e divulgá-las ao público interessado.

Atualmente, já contamos com um bom número de trabalhos (Ciarcia, 2003; Salazar, 2009; Bondaz, 2009; Forte, 2009; Quashie, 2009) que se debruçam sobre as atividades voltadas para o chamado "turismo cultural", principalmente no tocante a experiências em países africanos. Em praticamente todas as análises, pode-se observar uma distinção bem marcada entre as práticas culturais dos grupos locais e o que se cria como produto turístico, para demonstração e venda (de performances geralmente). Em alguns casos, os investimentos externos, como no caso da paisagem cultural do país

Dogon, reconhecida pela Unesco como Patrimônio Cultural da Humanidade, são condicionados à manutenção de determinados rituais animistas, ou ações locais, que nem sempre constituem uma realidade atual em muitas localidades convertidas ao islamismo. O que se observa são inúmeras negociações em torno das formas de recriar tais performances (Ciarcia, 2009). Cabe, no entanto, a pergunta sobre quais impactos tais incentivos ao turismo geram nos grupos e sobre o que de fato se salvaguarda com esse tipo de ações.

Vejamos a seguir como a atividade turística tem sido pautada na região onde se localizam muitos dos grupos de Jongo e onde está situada a *Fazenda Pau D'Alho*.

Patrimônio e Turismo "do Café" no Vale do Rio Paraíba

O aporte de investimentos, com vistas à atividade turística da região do Vale do Paraíba, tendo como mote o período "áureo" de produção de café na região, não é novidade. Ao consultar o processo de tombamento da *Fazenda Pau D'Alho*, localizado no Arquivo Noronha Santos do Iphan, abrigado no Palácio Gustavo Capanema no centro do Rio de Janeiro, tive acesso a um folheto elaborado no período do governo de André Franco Montoro, no Estado de São Paulo (1983-1987), produto do Consórcio do Fundo do Vale do Paraíba (CONFUVAP), entre os seguintes Municípios: Areias, *Bananal*, Lavrinhas, Queluz, *São José do Barreiro* e Silveiras. O folheto discorria sobre os atrativos turísticos da região, denominada então como *Fundo do Vale do Paraíba*, e apelava tanto para seus atributos naturais, quanto históricos, ressaltando sua relação com o passado de produção cafeeira.

Pesquisando sobre a *Fazenda Pau D'Alho* na *internet*, constatei que ela integra um circuito turístico denominado "Roteiros Caminhos da Corte", lançado pela Associação Roteiros Caminhos da Corte (ARCCO), criada em 2008. Essa reúne, como associados, hotéis, pousadas, restaurantes e agências de turismo da região, que passa a ser divulgada como *Vale Histórico*. Os objetivos da ARCCO são a busca pela melhora da qualidade do turismo na área, contribuindo para "o processo de Desenvolvimento Sustentável do Vale Histórico" O conceito de sustentabilidade não chega a ser definido no *site*, no entanto, é claramente associado ao envolvimento da população local com o turismo, ali entendido como "processo", bem como com a preservação ambiental e cultural.

⁵⁹www.caminhosdacorte.com.br

Na Associação estão envolvidos praticamente os mesmos Municípios do CONFUVAP, apenas com a diferença de que ao invés do Município de Lavrinhas, consta o de Arapeí. Não pude localizar informações a respeito da dissolução do CONFUVAP; no entanto, consórcios intermunicipais são instrumentos de estabelecimento de parcerias entre Administrações municipais⁶⁰, e a Associação o que se dá entre empresas privadas do ramo turístico.

Em termos de visibilidade, os "Roteiros Caminhos da Corte" não recebem tantas atenções e, possivelmente, o mesmo afluxo de turistas do que o "Festival do Vale do Café", evento anual que envolve 15 Municípios do Estado do Rio de Janeiro. São eles: Barra do Piraí, Barra Mansa, Conservatória, Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Miguel Pereira, Paracambi, Paraíba do Sul, Paty dos Alferes, Pinheiral, Piraí, Rio das Flores, Valença, Vassouras e Volta Redonda. O conjunto desses Municípios é agrupado sob a *denominação turística* de *Vale do Café*⁶¹, cujo objetivo também é fomentar a atividade turística nos Municípios envolvidos, relacionando tal fomento à valorização econômica e cultural dos mesmos.

Há ainda que se considerar dois outros atores institucionais importantes para a região: o Instituto Preservale, segundo seu site, criado em 1994, a partir da reunião de 60 integrantes, "fazendeiros, pesquisadores, ambientalistas, arquitetos, agentes de viagem, historiadores e apaixonados pela história e pelo patrimônio do ciclo do café" (http://www.preservale.com.br); cuja região de atuação abarca os mesmos municípios incluídos na *definição* turística Vale do Café. E também a Associação de Fazendas Históricas Paulistas, que se concentra na atividade de turismo rural.

Tanto a Associação Roteiros Caminhos da Corte (ARCCO), quanto o grupo de Municípios do *Vale do Café*, apresentam como atrativo não apenas os atributos naturais exuberantes da região do Vale do Rio Paraíba, fartamente povoada por rios, cachoeiras e matas, mas também o passado materializado nas antigas fazendas cafeeiras. No caso do Festival do *Vale do Café*, observamos também a incorporação ao discurso dos conceitos de patrimônio histórico e imaterial:

Fonte: http://www.fpabramo.org.br/formacao/pt-no-parlamento/textos-e-publicacoes/consorcios-intermunicipais acessado em 14/10/2012.

⁶⁰"Consórcios intermunicipais são entidades que reúnem diversos Municípios para a realização de ações conjuntas que, se fossem produzidas pelos Municípios, individualmente, não atingiriam os mesmos resultados ou utilizariam um volume maior de recursos.

Os consórcios intermunicipais possuem personalidade jurídica (normalmente assumem a figura de sociedade civil), estrutura de gestão autônoma e orçamento próprio. Também podem dispor de patrimônio próprio para a realização de suas atividades."

⁶¹ http://www.valedocafe.com/ acessado em 08/08/2012

"Além de receber mais de 600 mil pessoas em suas 8 edições, o que provoca o aquecimento econômico da região, o Festival Vale do Café resgata fortemente o patrimônio imaterial, estimulando o amor à natureza e divulga o patrimônio histórico e arquitetônico abrangendo os diversos Municípios da região do Vale do Café, num dos mais lindos recantos do Estado do Rio de Janeiro, no Vale do Paraíba."

[http://www.festivalvaledocafe.com- destaques RG]

No caso dos Caminhos da Corte, os circuitos turísticos são definidos em função de datas comemorativas, ou mesmo de interesses, como na gastronomia, passeios por cada um dos Municípios envolvendo caminhadas em trilhas, cachoeiras, cavalgadas, etc. Sua divulgação é um grande instrumento do qual lançam mão, sendo a *internet* seu veículo de excelência⁶².

As informações sobre a ARCCO podem ser acessadas no *site* dos Roteiros Caminhos da Corte. Nele são divulgados os Municípios e atividades oferecidas pelos estabelecimentos associados. Através desse *site* temos acesso a um *blog*, página da *internet* de gerenciamento mais simples, e por meio do qual são divulgados, com maiores detalhes, eventos relacionados aos roteiros de visitação escolhidos (ex. Trilha da Independência, organizada por ocasião do feriado de 7 de setembro).

As atividades, passeios e estabelecimentos turísticos dos Municípios que integram o *Vale do Café* também são divulgados em um *site*. No entanto, este não pode ser acessado, nem dá acesso no *site* específico do Festival do Vale do Café, apesar de ambos apresentarem uma identidade visual semelhante, principalmente devido ao uso da mesma *logo marca*.

Idealizado por ocasião da grande mobilização na região, causada por um projeto de instalação de um presídio de segurança máxima, o Festival do Vale do Café tem como intuito a *revitalização* regional. Seu objetivo seria "criar um *polo turístico cultural* e acelerar o desenvolvimento econômico do Interior do Estado do Rio de Janeiro" (http://www.festivalvaledocafe.com— destaques RG).

Sua principal marca são as inúmeras apresentações musicais. Tal caráter musical do Festival certamente diz respeito à área de atuação da idealizadora do evento, Cristina

-

⁶² As informações aqui apresentadas são, em grande medida, provenientes dos sítios eletrônicos (*sites*) dos *Roteiros Caminhos da Corte*, do *Vale do Café* e do *Festival Vale do Café*. Nesse último, temos acesso a um interessante vídeo sobre o Festival de cerca de dezoito minutos, no qual são apresentadas muitas imagens, filmadas durante o festival e a reunião de muitos depoimentos, de alguns dos quais utilizo trechos a seguir.

Braga (harpista da Orquestra Sinfônica do Theatro Municipal do Rio de Janeiro), e à Direção Artística que foi confiada ao violonista Turíbio Santos. Há muitas apresentações nas fazendas da região, em geral pagas (o custo dos ingressos este ano foi de R\$80,00) e outras nas praças das Cidades envolvidas, essas gratuitas. Palcos para apresentações são montados nos mais variados locais, alguns bastante inusitados, como currais ou estábulos. Além da presença de músicos renomados, como o pianista Arthur Moreira Lima, o violinista Nicolas Krassik, o saxofonista Carlos Malta, a pianista Clara Sverner, dentre outros; há apresentações de orquestras de Municípios da região, como a de Barra Mansa, Orquestra Sinfônica Jovem Regional⁶³ de Vassouras, bem como "shows" de artistas consagrados como, por exemplo, Elba Ramalho, que se apresentou este ano. Durante o Festival também são oferecidos cursos de música, geralmente voltados para o público infanto-juvenil.

No que se refere à captação de recursos públicos, do ponto de vista formal, podemos supor que a ARCCO possui maior autonomia do que os Municípios agrupados sob a *denominação turística Vale do Café*, já que, através da associação, formalizada, podem propor projetos de captação de recursos para organização de eventos. A organização do Festival do Vale do Café é realizada através da Produtora Cultural Backstage. No entanto, observamos que a informalidade da associação entre os Municípios, ou empresas relacionadas ao turismo destes⁶⁴, não tem atrapalhado a captação de recursos e nem o sucesso do Festival.

Lançado em 2003, o Festival do Vale do Café teve, este ano, a 10^a edição. Para sua realização são mobilizados patrocínios de grandes empresas de capital misto⁶⁵, tais como a Light, Gas Natural Fenosa, Correios, Petrobras, Embratel, além do Governo do Estado do Rio de Janeiro e do Ministério da Cultura, através da Lei de Incentivo à Cultura. Não podemos deixar de mencionar o patrocínio de O Globo, empresa midiática de grande circulação e prestígio. Anualmente é lançado um caderno exclusivo para divulgação do Festival, chamado "Vale do Café", vinculado nas edições de domingo e

⁶³Sobre essa orquestra e o Programa de Integração pela Música (PIM), criada no ano de 2000 pelo maestro Cláudio Moreira, acessar *site* do PIM: http://www.pim-org.com/pim.php.

⁶⁴Não fica claro como foram estabelecidos os limites dessa *denominação turística*; se é fruto de uma associação informal entre empresas relacionadas à atividade turística que atuam nestes Municípios, como no caso da ARCCO, ou se é fruto de um consórcio (formal ou informal) entre as administrações municipais das localidades abarcadas por tal denominação.

⁶⁵Empresas de capital misto são aquelas autorizadas a explorar o monopólio de determinados serviços públicos. Configuram sociedades anônimas onde figuram capitais públicos e privados. Segundo Cintra (1987): "Tais empresas, operando com os monopólios estatais, conseguem, não raro, obter alta lucratividade, transferindo a seus acionistas privados, lucros que em realidade deveriam pertencer à coletividade" (pp.100-101).

que contém reportagens sobre as fazendas, os eventos oferecidos e a programação completa. Há também o "Café Cultural O Globo". O aporte de tais patrocínios certamente é um diferencial significativo com que contam tais Municípios, em comparação aos seus vizinhos paulistas.

A região conta com um grande número de fazendas do "período áureo" do café, as quais, a partir da perspectiva do afluxo turístico, passam a ser objeto de grandes investimentos por parte de seus proprietários. Muitas são restauradas, passando por processos que visam à manutenção ou à recuperação das características originais dos imóveis. Algumas delas são transformadas em caros hotéis-fazenda, outras são apenas abertas ao público para passeios e visitas. Além das 14 Fazendas que participam do festival, Cristina Braga sinaliza a existência de cerca de sessenta Fazendas restauradas na região, comparando-as a palacetes.

As fazendas recebem turistas o ano todo, oferecendo cafés da manhã e chás da tarde, muitas vezes, esforçando-se para criar uma ambientação que remete ao período imperial. Principalmente nos dez dias do festival, são oferecidas diversas atrações nas fazendas, as quais, muitas vezes, implicam montagens cenográficas, ou mesmo teatrais, que buscam representar o modo de vida do século XIX nessas fazendas. Mobilizam-se então profissionais de diversas áreas como historiadores, designers, baristas e chefs de cozinha, contratados para fornecer consultorias aos donos ou gerentes das fazendas, nessa tarefa de recriar a ambientação da época imperial. Povoadas por figurantes trajando roupas de época, representando barões, sinhazinhas, escravos e mucamas. Lembram os parques temáticos, ou o caso de Colonial Williansburg, cidade Norteamericana que foi totalmente reconstruída, visando à recriação de suas características "originais", do período em que era a capital do domínio Inglês no século XVIII. Lá pessoas vestidas a caráter circulam pelas ruas, atuando como figurantes, e são orientados a não interagir com os turistas que eventualmente os abordem. A diferença é que, nesse caso, não podemos falar de uma "forma não-aurática de autenticidade", conforme José Reginaldo Gonçalves (1988) caracteriza Colonial Williansburg, uma vez que, no Vale do Café a paisagem e o tipo de restauração empregados concorrem para o estabelecimento de uma impressão de "relação genuína com o passado", ou seja, para a conformação de uma aura nesses lugares. Podemos dizer que se trata de uma mistura dessas características: identificamos ali a conformação de uma aura conforme a busca da manutenção das características "de época" e "autênticas", ao mesmo tempo que empregando esse artificio de figurantes à caráter, povoando o espaço e criando uma

impressão de reprodutibilidade, de encenação de um passado autêntico.

Opera-se assim a reinvenção de um passado com características altamente aristocráticas, no qual aos negros cabe a reificação da imagem do escravo, servindo as refeições, ou mesmo posando como figuras vivas das representações de Jean-Baptiste Debret.

A questão das relações raciais fica nesse contexto evidenciada, sendo tratada, no geral, como fonte de riqueza, como uma "mistura" geradora de criatividade. A fala de Cristina Braga vai nesse sentido: "você teve durante 100 anos os europeus, africanos e índios que se misturaram aqui, principalmente através da arte. Então, você tem o Jongo que nasceu aqui, Caninha Verde, Maculelê". É interessante como Cristina Braga categoriza e valoriza a mistura como dada através da arte. Manifestações culturais que não necessariamente são assim classificadas por seus praticantes, tal como o Jongo, passam a integrar um conjunto de outras expressões, como aquelas levadas ao público pelos artistas consagrados que se apresentam durante o Festival. Note-se que a identificação da arte, enquanto elemento integrador por excelência é um discurso poderoso acionado em mais de uma ocasião, em diferentes contextos. Podemos citar como exemplo a Campanha da Unesco, no período pós-guerra mundial, da qual resultou a Comissão Nacional de Folclore em 1947, no Brasil⁶⁶ e também a pauta de discussão atual dos Museus Etnográficos, na qual a perspectiva artística é adotada como medida de acomodação de conflitos e de integração⁶⁷. No caso do Festival, as tensões e conflitos sociais, inerentes ao período escravista, são apagados nesse modo de vê-los e representá-los.

Ainda em relação à riqueza cultural do Festival, a Secretária de Turismo e Meio Ambiente de Piraí, Sheila dos Santos Valle diz:

"A importância do Festival é de uma grandiosidade, porque a gente consegue resgatar e trazer para dentro da cidade o que as nossas crianças, os nossos jovens não mais conhecem, como o Jongo e a Capoeira, como a Folia de Reis. Isso resgata e engrandece a cultura e o turismo."

[Vídeo sobre o Festival do Vale do Café disponível em http://www.festivalvaledocafe.com]

⁶⁶ Da qual resulta, em 1958, a Campanha de Defesa Nacional do Folclore Brasileiro, ligado então ao Ministério da Educação e Cultura. Incorporada em 1976 à Fundação Nacional das Artes, como Instituto Nacional de Folclore, em 1997 a Instituição passa a ser denominada Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular.

⁶⁷ L'ESTOILE, 2007.

É interessante que, no discurso da Secretária, o Festival aparece como iniciativa responsável pelo "resgate" dessas manifestações, como se estes tivessem voltado a acontecer única e exclusivamente por conta desse estímulo. Além disso, a presença de grupos de *jongueiros, capoeiristas* e de Folias, permanece assim como inexistente nos Municípios no restante do ano. Vemos, no entanto, durante as reuniões com as lideranças, que os grupos são muito ativos localmente.

Grupos de Jongo de Barra do Piraí, Pinheiral, Arrozal, Quilombo São José da Serra e Vassouras, são frequentemente convidados a se apresentarem como atrações do Cortejo de Tradições Populares que acontece Festival do Vale do Café, como também para os turistas visitantes, nas antigas Fazendas de Café, durante o Festival ou ao longo do ano. O Cortejo geralmente toma lugar em praça pública, tendo caráter aberto e gratuito. Grupos de Jongo, Caninha Verde, Capoeira e Folias de Reis seguem em cortejo pelas ruas, cada qual com um estandarte colorido, sinalizando o nome de seu grupo e parando em uma praça, onde se apresentam, como podemos ver no vídeo do Festival. Não fica claro, no entanto, se há um espaço de tempo para cada grupo se apresentar, enquanto os outros observam, o que é uma possibilidade.

A apresentação desses grupos ganha, assim, um caráter diferenciado das outras apresentações e parece se encaixar naquilo que o público espera ver em uma performance de Cultura Popular. Podemos arriscar a hipótese de que algumas dessas expectativas sejam criadas por uma ideia genérica sobre grupos folclóricos: coletividade, anonimato, ausência de autoria individual, bem comum a toda sociedade.

Conforme discussão entre algumas *lideranças jongueiras*, na 11^a RA⁶⁸, a negociação do valor dos cachês é feita entre a organização do Festival e cada grupo separadamente. As lideranças criticaram também o valor do *cachê* recebido como muito baixo. Podemos aventar que, se as manifestações culturais, agrupadas sob o rótulo de "tradições populares", de fato se enquadram na categoria *arte*, conforme expresso na fala de Cristina Braga, são consideradas então, *artes menores*, pois comparativamente recebem menos espaço, atenção e remuneração pelas suas apresentações do que os músicos profissionais participantes.

A fala de Joana na reunião do Centro Cultural Carlos Cheminand alerta para a necessidade de reflexão sobre a folclorização da manifestação, que pode ser promovida pela inserção no mercado turístico patrimonial, no sentido do esvaziamento de

⁶⁸Ocorrida em junho de 2011, no Auditório do Museu da República, a pedido do CNFCP.

significado sem detrimento de uma forma de espetáculo rentável.

Certamente a atividade turística pode representar uma oportunidade de troca e aprendizagem mútua, onde alteridades se tocam. No entanto, os mercados turístico e cultural tendem a ter suas bases assentadas nas mesmas desigualdades e relações de poder assimétricas que permeiam a sociedade como um todo, apesar de muitas vezes ter, como discurso de apresentação, atrativos contextos harmoniosos, nos quais a atividade turística representa, em, si uma solução de redistribuição de capitais – econômicos e simbólicos – para a região de forma equitativa.

Nosso intuito aqui, no entanto, não é nos aprofundarmos em demasia nesse assunto tão vasto, mas demonstrar a multiplicidade de interesses, questões e atores envolvidos no contexto da atividade turística, na região em que se situa a *Fazenda Pau D'Alho*, bem como indicar questões e implicações do turismo como possibilidade de estratégia de salvaguarda. Voltemos, então, para as especificidades da Fazenda, a fim de compreendermos o que está em jogo, na proposta de ocupação do espaço pelos *jongueiros*.

IV. Histórico da Fazenda Pau D'Alho

Nosso ponto de partida, quanto ao histórico da *Fazenda Pau D'Alho*, será o instigante Artigo da historiadora Maria Cecília Winter⁶⁹, que discorre sobre os processos de tombamento de três fazendas de café em São Paulo⁷⁰. Seu interesse é pautado por uma reflexão na área da Museologia sobre as relações entre homens e objetos. A perspectiva que adota estende a definição de fatos museais para além das coleções, acervos, ou mesmo das instalações dos museus, pautando-se pela noção de referências patrimoniais e indicadores da memória, tendo em vista também seu caráter elaborado e dinâmico.

No artigo de Winter, temos acesso a um histórico da Fazenda com base, em grande medida, nas informações compiladas na importante publicação *Notas Preliminares Sobre a Fazenda Pau D' Alho, História, Restauração e Projeto de*

⁶⁹Artigo disponível na Revista Virtual de História Klepsidra, baseado em seu Trabalho de Conclusão da Especialização em Museologia realizado no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Pode ser acessado em http://www.klepsidra.net/klepsidra21/fazendas4.htm

⁷⁰São elas: *Pau D'Alho, do Resgate, do Pinhal*. As duas primeiras estão situadas no Vale do Paraíba, tendo sido tombadas na década de 60 e consideradas exemplares da primeira etapa do Ciclo do Café. Já a última localiza-se no Oeste Paulista e foi tombada na década de 80, sendo associada ao segundo Ciclo Econômico do Café. As três fazendas são, na década de 1980, tombadas também em nível estadual pelo CONDEPHAAT.

Aproveitamento (1975) escrito por Luis Saia, engenheiro e arquiteto que ocupou, de 1938 a 1975 (ano de sua morte), o cargo de Diretor do 4ª Distrito do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan)⁷¹. Em sua longa trajetória institucional Saia travou grande luta pelo tombamento da sede da Fazenda Pau D'Alho, seu restauro e também por um ambicioso projeto de consolidação do Museu Nacional do Café no local. Winter vai mais além do histórico da Fazenda, enquanto unidade produtora de café, abarcando as décadas de 1980 e 1990, a partir da documentação constante no Processo de Tombamento da Fazenda. De posse de tais dados, a autora faz uma crítica quanto aos projetos de utilização do espaço à qual retornaremos adiante.

Intrigada pelas pistas que Winter lança, empreendi duas consultas ao citado arquivo referente à Fazenda Pau D'Alho. Trata-se de dois volumes nos quais constam documentos, ofícios, memorandos, reportagens e plantas relativos à sede da Fazenda, incluindo a publicação *Notas Preliminares...* acima mencionada, além de quatro pastas: duas com fotografías e duas com reportagens e plantas da sede. Meu interesse inicial foi tentar compreender, em detalhes, as edificações da sede da Fazenda e quais suas funções, justamente pela questão da localização da senzala. Embora tais informações não estejam discriminadas nas plantas ali constantes, as consultas se provaram ricas em outras tantas informações e aspectos que não pude vislumbrar no artigo de Winter.

Nas Notas preliminares e em muitos outros documentos que justificam o interesse do tombamento, que é proposto por Saia, no ano de 1958, ao então Diretor do Sphan, Rodrigo Melo Franco de Andrade, consta que relatos de viajantes datados de 1822⁷² documentam a existência da Fazenda. O cruzamento de outros dados, demográficos e de mais relatos sobre a região, leva a crer que foi construída entre 1817 e 1818, quando a localidade, São José do Barreiro, era um bairro da Paróquia de São Miguel de Areias.

Utilizando dados constantes nos Recenseamentos de Ordenancas⁷³, não apenas da

⁷¹Constituindo ampla área administrativa que abarcava os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o 4º Distrito do Sphan, teria sido criado, segundo informações disponíveis no site do Iphan, no ano de 1939, informação que conflita com a de que Luis Saia teria sido nomeado Chefe do 4º Distrito em 1938, fornecida no mesmo site. Seja como for, a oficialização desse Distrito só ocorre no ano de 1946, através do Decreto Lei nº8534. O seu desmembramento ocorre apenas em 1978, com a separação de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que passam a conformar a 9ª Diretoria Regional do Iphan, cuja sede era situada em Porto Alegre.

⁷²Devido ao registro de Saint-Hilaire, em 1822, em seu livro "Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo", sobre as grandes plantações de café e sobre o diferencial de ser a única fazenda em que a casa do proprietário contava com sobrado, a Pau D'Alho é considerada como uma das primeiras fazendas cafeeiras da região, sendo sua construção atribuída aos anos de 1817/1818. Fato que também a torna conhecida foi a visita, no mesmo ano de 1822, do então Príncipe Regente D. Pedro II, à propriedade. ⁷³Segundo o Historiador Joaquim Roberto Fagundes "Os maços de população ou Recenseamento das

Fazenda Pau D'Alho, mas de fazendas de toda a região do antigo Caminho de Piedade⁷⁴, Saia demonstra que ali, inicialmente, havia uma produção agrícola diversificada, com fazendas dedicadas à criação de animais, engenhos de açúcar, fábricas de anil, moinhos de arroz, além de alguma plantação de café para o consumo local. Os dados apresentados para o período de 1818 a 1822 demonstram, especialmente, a paulatina diminuição da produção de outros gêneros, em decorrência do aumento dos investimentos na produção de café.

As informações específicas sobre a *Pau D'Alho* apontam que a primeira produção na Fazenda foi de milho, arroz e 50 barris de água ardente em 1818. Dado que os pés de café começam a produzir após três ou quatro anos, depois de sua plantação, é possível inferir que, naquele ano, iniciava-se a plantação do café na propriedade, posto que em 1822 já constam os dados de 60 mil pés de café plantados e a produção de 400 arroubas de café (cerca de seis toneladas), já tendo sido finalizada a construção da sede daFazenda. Em 1818, início da sua ocupação, consta que o proprietário João Ferreira de Souza, contava com 23 escravos. Os números tendem ao crescimento ininterrupto, por um período longo, sendo que, em 1828, constam 150 escravos, com a produção de 600 arrobas de café (9000 toneladas), chegando em 1836 à impressionante cifra de 6.250 arrobas (93750 toneladas), período em que Saia não apresenta a quantidade de escravos que ali viviam.

O arquiteto menciona que o investimento na produção massiva de café provocou uma verdadeira revolução nas fazendas, que passaram a agregar e alimentar muitas pessoas, o que podemos ver no caso da *Pau D'Alho* que, pelos dados apresentados, demonstra um aumento da ordem de seis vezes na quantidade de escravos, no período de dez anos (1818-1828). O então proprietário , João Ferreira de Souza, possuía outra fazenda na região (Bonito), voltada apenas para a produção dos produtos alimentícios, necessários ao abastecimento dos habitantes da *Pau D'Alho*.

Após longo período de prosperidade e crescimento acentuados da produção, Saia indica que, no final do século XIX, a região do Vale do Paraíba passa a ser afetada tanto

Ordenanças é um verdadeiro censo da população paulista, entre os anos de 1765 e 1836, contendo informações primordiais sobre a vida de cada família." (Um Comerciante de Grosso Trato em Guaratinguetá – 1827). Fonte: http://www.valedoparaiba.com/terragente/estudos/ocomerciante.pdf acessado em 07/08/2012.

⁷⁴Finalizado por volta de 1765, abarcava em seu traçado os atuais Municípios de Cachoeira, Silveiras, Areias, São José do Barreiro, Bananal e Barra Mansa, "com um desenho geral que foi depois acolhido pela antiga rodovia São Paulo- Rio de Janeiro. Esse trecho da São Paulo- Rio de Janeiro foi substituído pela construção de nova rodovia nos anos 50, permanecendo o primitivo traçado como variante ligeiramente melhorada, a serviço daquelas cidades e dos produtores de leite." (Saia, 1975, p.586-587).

pelo exaurimento dos recursos naturais do solo, quanto pela construção de uma estrada de ferro, ligando a região do Oeste paulista, rica em recursos naturais, aos portos no litoral, de onde o café era exportado.

No ano de 1875, há a informação de que a *Fazenda Pau D'Alho* possuía 390 mil pés de café, 120 escravos e oito "ingênuos", mas não há informações quanto à produtividade da plantação. No entanto, Saia apresenta informações sobre correspondência, datada de 1878, em que o proprietário, Zebedeu Antônio Ayrosa, possivelmente neto de João Ferreira de Souza, mencionava que a produção de café era pequena na fazenda.

Tal declínio foi certamente acentuado pela Abolição da Escravatura em 1888. Saia menciona outra correspondência do proprietário, indicando a adequação ao novo contexto na Fazenda, que passa a contratar trabalhadores, estabelecendo que apenas poderiam arcar com o total de 60 pessoas, entre mulheres e homens trabalhando na propriedade em tais condições.

As informações a respeito da produção na Fazenda findam com a descrição do declínio da produção de café na região. Ainda assim, ao tratar de questões pertinentes às relações entre arquitetura e as soluções condizentes a diferentes regimes de produção, Saia menciona manifestação do proprietário, à época do tombamento da fazenda, na qual consta que, então, era uma unidade de criação de gado.

Características Arquitetônicas da Fazenda

Interessada em entender a função das edificações da Fazenda, procurei no Processo de Tombamento tais informações. No que se refere, especificamente, à localização de cada benfeitoria (tulhas de beneficiamento, armazéns, currais das bestas de transporte, etc.) não encontrei informações precisas. Saia indica que os inventários consultados da antiga família proprietária possuíam informações extremamente sumárias sobre os "bens de raiz"; no meu entendimento, justamente as benfeitorias, informando apenas uma listagem delas. Já, no tocante aos bens móveis, a descrição seria pormenorizada, em que constam detalhes das características dos móveis, nomes e datas de nascimento de cada escravo e animal.

Quanto às *técnica*s construtivas, Saia destaca elementos de feição mineira, ou seja, característicos de *técnica*s encontradas em Minas Gerais, que são encontradas na

_

⁷⁵ Maneira usual de referência às crianças, filhos de escravos, nos inventários do Séc. XIX.

Fazenda Pau D'Alho, tais como o embasamento em pedra e parte superior em pau a pique⁷⁶; partido⁷⁷ "sobrado", com o pavimento principal no rés-do-chão, ou seja, no piso térreo, na parte posterior, numa cota mais elevada; planta da residência com todos os compartimentos voltados para o exterior, mesmo que esse exterior seja alpendrado.

Vejamos abaixo uma cópia da planta da casa de morada, que consta no Processo de Tombamento da Fazenda:

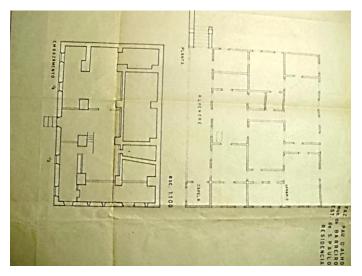


Foto 12 – Planta da casa de morada da *Fazenda Pau D'Alho*. O desenho à esquerda se trata possivelmente no andar de baixo do sobrado, e o da direita do andar superior.

Originalmente, a planta da casa possuía três alpendres, que vulgarmente chamamos de varanda. Há indícios que um deles, voltado para o exterior e o único assinalado na planta acima, foi fechado com janelas de guilhotina, pouco tempo depois de construída a casa. Conforme Saia, isso se deveu, possivelmente, à abundância de chuvas e vento na região, assim, a água devia cair em excesso no piso de baixo do sobrado e, por isso, a necessidade de adequação teria sido verificada.

Em nosso auxílio, para melhor compreensão do espaço, podemos recorrer às fotos de Germano Graeser de 1942. Vejamos abaixo algumas delas:

⁷⁷ "Partido é: opção arquitetônica que atende a diversos fatores: topografia do terreno, condições locais, necessidades de quem vai habitar, verba disponível para construção e a intenção plástica do arquiteto." http://www.colegiodearquitetos.com.br/dicionario/?s=Partido&search=Buscar acesso em 14/10/2012.

76

-

⁷⁶ "Pau-a-Pique é: tipo de taipa em que as paredes apresentam uma armação de varas ou paus verticais, unidos entre si por pequenas varas equidistantes e horizontais, situadas alternadamente do lado de fora e de dentro. Toda essa trama é, posteriormente, preenchida de barro." http://www.colegiodearquitetos.com.br/dicionario/13/02/2009/o-que-e-pau-a-pique/ acesso em 14/10/2012



Foto 13 – Alpendre fechado em janelas de guilhotina que permanece até hoje. Sua vista é para o lado de fora da Fazenda. Foto no sentido da Capela. [Foto: Germano Graeser – 1942].

Foto 14 – Altar da Capela situada ao fim do alpendre. Observar localização indicada na planta. [Foto: Germano Graeser – 1942]





Foto $15-\mathrm{O}$ mesmo alpendre, agora no sentido da porta de acesso à casa. [Foto – Germano Graeser – 1942].



Porta de Acesso Alpendre

Foto 16 – Vista da entrada para o alpendre (foto anterior), em seu prolongamento vemos o muro que separa o pátio interno. [Foto: Germano Graeser – 1942].

Foto 17 – Vista externa,em que vemos os dois andares do sobrado, sendo o superior às janelas em guilhotina do alpendre. A porta de acesso do alpendre (foto anterior) localiza-se do outro lado do muro à esquerda da foto. Note-se uma porta de acesso ao andar de baixo independente da casa.

[Foto: Germano Graeser – 1942].





Foto 18 – Muro e portão externo que delimita a área de acesso ao alpendre (foto 15). À esquerda, no final desse muro, o Portão de Acesso ao terreiro. [Foto: Germano Graeser – 1942].

Foto 19 — Pátio interno da casa de morada. É possível que essas janelas não existissem originalmente, dada a observação de Saia de que os cômodos seriam todos voltado para o exterior, e o pátio localiza-se entre a casa e o terreiro, como veremos.

[Foto: Germano Graeser – 1942].





Foto 20 – Vista do Pátio interno de uma das janelas mostradas na foto acima. Dalí, vemos o terreiro de café, bem como o prédio da(s) senzala(s) e o bambuzal ao fundo.

[Foto: Germano Graeser - 1942].

O Tombamento.

Como assinalado acima, Saia indica a *Fazenda Pau D'Alho* para o tombamento no ano de 1958. Winter aponta que o arquiteto buscava, desde a década de 1940, incorporar bens representativos da história do Estado de São Paulo aos livros de tombo do Sphan, e pelo fato de a arquitetura urbana desse Estado ser ainda recente, a escolha recaiu sobre imóveis rurais que representassem a arquitetura seiscentista e setecentista, ameaçadas pelo crescimento das cidades, tais como as moradas características do período bandeirista. Tais esforços, no entanto, pareciam não se encaixar aos padrões e critérios exigidos pelo Iphan, que conforme aponta Campofiorito (apud Winter), privilegiava imóveis com o seguinte perfil histórico: igrejas setencentistas situadas no Rio de Janeiro, Minas Gerais ou Bahia.

A autora nos traz informações quanto à sub-representação de estabelecimentos rurais, tais como engenhos e fazendas, dentre as inscrições de tombo do Iphan. Passada a "avalanche salvadora" dos primeiros anos do Sphan (1938 a 1942), cuja preocupação

central seria salvar da ruína edificações civis e religiosas, o reconhecimento da importância patrimonial de engenhos e fazendas passa por um período de aumento relativo (1943-1944), tendo sido tombados, naquele ano, nove engenhos e uma fazenda. Após 1969, uma das características que passa a ser requerida dos bens tombados seria o seu bom estado de conservação, o que diminui, em muito, o número geral de tombamentos e mais ainda em relação a bens rurais como fazendas e engenhos, já em condições materiais deterioradas, em sua maioria. Segundo o artigo de Winter (2006), dentre engenhos e fazendas haveria um total de 46 bens tombados.

É interessante notar, ainda, que em muitos casos, o imóvel não é tombado em sua totalidade, mas apenas algumas de suas partes. Assim, Winter relata que, mesmo dentro de engenhos e fazendas, observa-se a prevalência da valorização de capelas, tombadas em 43% desses bens, sendo que 15% deles tiveram *apenas* suas capelas tombadas.

Vemos aí indícios da disputa interna institucional, com relação aos critérios do que deve ser valorizado como patrimônio nacional, o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido, preservado ou destruído. Assim, quando da indicação de Saia ao Tombamento da *Fazenda Pau D'Alho*, observamos a sugestão do Tombamento de toda a sede da fazenda, bem como de um raio de 200 metros ao redor do bem, fundamentada em argumentos históricos, arquitetônicos e estéticos. Na notificação enviada no ano de 1959 ao proprietário do imóvel, Sr. Zebedeu Ayrosa e assinada por Rodrigo Melo Franco de Andrade, indica-se que a inscrição no Livro de Tombo das Belas Artes seria referente à "Casa da Fazenda (...) compreendendo as edificações de suas dependências".

Na documentação, reunida no Arquivo Noronha Santos, há então uma descontinuidade de oito anos, sendo o próximo arquivamento uma correspondência de fevereiro de 1967, de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Luis Saia, solicitando que encaminhasse nova notificação que constava, em anexo, ao proprietário, mencionando a notificação anterior e apelando para o prazo de quinze dias, a contar do recebimento do documento para a anuência ou impugnação do processo pelo proprietário. A indicação de tombamento permanecia com a mesma abrangência, porém, quanto ao Livro de Tombo, passa a ser indicado genericamente como "inscrição nos Livros de Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional" (notificação Nº 989 de 3 de fevereiro de 1967).

Apesar de o prazo indicado de quinze dias ser embasado nos termos do Decreto nº 25 de 1937, o mesmo que cria o Sphan e o tombamento como instrumento de preservação, a notificação assinada pelo proprietário, que consta nos autos, data de

janeiro de 1968, quase um ano após o seu envio. Nesse mesmo documento consta mais abaixo: "À vista da ciência do interessado, inscreva-se no Livro do *Tombo Histórico*." (destaques RG), datada de 19 de janeiro de 1968. Ou seja, houve uma mudança no enquadramento das características valorizadas do *bem*, o que possivelmente foi objeto de disputas e conflitos que não estão ali explicitados.

Winter nos traz ainda a informação de que, na publicação do Diário Oficial, consta a inscrição no Livro do Tombo Histórico apenas da sede da fazenda, ou seja, da casa de morada dos proprietários, a despeito da indicação de Saia em se tombar todo o conjunto, devido à sua característica integrada de comunicação entre todas as dependências. A autora aponta que, dos 46 engenhos e fazendas tombados pelo Iphan, apenas dois deles contemplam suas senzalas, na inscrição nos livros de tombo. Este seria, segundo a autora um forte indicativo da construção de uma memória nacional branca, elitista e que reduz o assunto do trabalho escravo a uma questão de produção econômica, sem a preocupação de desvendar quais seriam os mecanismos de sociabilidade entre senhores e escravos ali existentes. Voltaremos ao assunto adiante.

Encontramos, na publicação de Saia, um indicativo de que o intervalo de nove anos, entre a primeira notificação e a assinatura do recibo pelo proprietário, deve-se à resistência e oposição do mesmo ao tombamento da Fazenda:

Alegava o proprietário da *Fazenda Pau D'Alho*, *ao reagir contra o tombamento do seu imóvel*, e o gravame de sua conservação, que isso conflitava com suas atuais atividades pecuárias, as quais impunham seguidas e sucessivas adaptações, e que seria exorbitante os ônus da conservação de pelo menos aquilo que fora documentado pelo IPHAN em 1942⁷⁸. E ele estava certo, na medida em que (...) o partido que organizou há mais de 150 anos, uma sede cafezista, não respondia ao programa atual de uma atividade pecuária.

81

("Notas Preliminares...", p.614. Destaque RG)

Nesse sentido, o texto de Saia é essencial para a compreensão de uma série de elementos que não constam nos autos oficiais da Instituição, além de trazer uma grande quantidade de informações compiladas de vasto trabalho de pesquisa bibliográfica sobre o tema do café, relatos de viajantes, pesquisas demográficas quanto à produção da região e da Fazenda. Ali são enunciadas, de forma clara, as parcerias estabelecidas até então no trabalho da restauração da Fazenda, realizado após o tombamento,

-

uma delas nas Notas Preliminares...

⁷⁸ Referência à documentação fotográfica da Fazenda realizada por Germano Graeser. Apesar da ausência de referências de datas e autoria, creio que tais fotos estão arquivadas e disponíveis no Arquivo Noronha Santos; reproduzo algumas delas neste trabalho indicando a autoria de Graeser. A dedução de que tais fotos são as mencionadas por Saia vem da descrição que faz sobre o número de fotos e da reprodução de

principalmente com órgãos estatais, como exemplo o auxílio do Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de SP (DAEE) que propicia cerca de 50 mil telhas, provenientes de imóveis inundados pelo Reservatório do Funil e utilizadas na restauração do telhado da sede da *Fazenda Pau D'Alho*; ou da Companhia Energética do Estado de São Paulo (CESP) que proveu linha de energia até a Fazenda, auxiliando o funcionamento do maquinário de carpintaria instalado no terreiro da fazenda, durante a restauração.

Além destes parceiros, são mencionados o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT) órgão estadual, que realizava, na época, o mapeamento de 500 fazendas de café do Estado de São Paulo; a Universidade de São Paulo (USP) à qual caberia "capitalizar a iniciativa do ponto de vista cultural e universitário." (Saia, 1975, p.582) e a Unesco, que teria se comprometido com o projeto do Museu Nacional do Café, a ser sediado na Fazenda, provendo equipamento de consulta a microfilmes, bem como com o pagamento de um especialista brasileiro que percorreria outros países, grandes produtores de café, para recolher informações sobre outras experiências a respeito da produção de café.

Podemos perceber pela leitura das "Notas Preliminares..." que a restauração representou grande esforço não apenas de articulação política, como indicado acima, mas também de capacidade *técnica*, uma vez que envolveu pesquisa abrangente, devido às condições deterioradas e modificadas do imóvel. Para desvendar o funcionamento de equipamentos de trabalho, como a bateria de pilões acionados por uma roda d'água, buscou-se equipamentos deste tipo ainda em funcionamento (o que foi encontrado em Minas Gerais), bem como informações sobre *técnica*s arquitetônicas – "soluções" documentadas nas paredes e fundação da sede. Podemos perceber, ao ler o texto, as inúmeras seleções implicadas na restauração de imóveis antigos, que passaram por sucessivas construções ao longo do tempo.

Cabe aqui trazermos, em nosso auxílio, a discussão desenvolvida por Aloïs Riegl sobre os valores de rememoração monumental, em seu livro "O Culto Moderno aos Monumentos". O autor indica o valor de rememoração, calcado na noção de ancianidade, no qual os monumentos são apreciados por representar o passado em si, sendo as marcas da deterioração provocadas pelo tempo essenciais. Também aquele com base no valor histórico, no qual a apreciação recai no caráter específico do monumento, enquanto obra humana representante de um contexto histórico determinado, sendo o seu aspecto "original", no sentido de demonstração do estado

inicial, o que nele importa. Por fim, discorre sobre o valor de rememoração intencional, que se aproxima mais do caso que tratamos aqui. Este tipo de apreciação implica uma transição, no sentido dos valores da atualidade, buscando 'imortalizar' o monumento através da intervenção no mesmo, por meio de restaurações, por exemplo, visando dar perenidade ao seu estado original. Assim, a ação do tempo é combatida de forma enérgica.

O tombamento também é uma demonstração desse tipo de valorização, pois tem por intuito proteger o monumento não só dos agentes naturais, mas também da ação dos homens, que também representa um potencial destrutivo. Restaurado e protegido de descaracterizações, o monumento assim passaria a estar sempre presente e vivo na consciência das gerações futuras.

Projetos de Aproveitamento.

No período em que Saia escreve as "Notas Preliminares...", pouco antes de seu falecimento, o autor acreditava que, após os 30 anos que separavam a primeira documentação fotográfica do imóvel, em 1942, por Germano Graeser, do tombamento e restauração do imóvel em 1972, finalmente lhe seria dada "uma utilidade" (palavra por ele empregada) adequada: sediar o Museu Nacional do Café, onde seriam armazenados milhares de documentos microfilmados relacionados ao café e sua produção, na região, no país e no mundo, sendo o próprio local, considerado, ele mesmo, como um documento do processo do café, essencial para a efetividade do projeto:

Para conseguir este objetivo, de oferecer ao documento um *suporte psicológico*, algumas iniciativas devem ser tomadas. (...) num ambiente que é por si mesmo um documento, um resto e um testemunho, constituirá um meio válido para propiciar o seu exame e mantê-lo amarrado ao acontecimento que o originou.

(op. citada, p.628, destaque RG)

É interessante notar a noção de "suporte psicológico" mencionada por Saia. Aí vemos o caráter complementar dos documentos em questão: aqueles em papel, que seriam microfilmados e o próprio monumento, a Fazenda. Os primeiros dariam um suporte informativo sobre o contexto dos primeiros anos daquela Fazenda, ao passo que o segundo daria um suporte, não apenas material, mas afetivo, praticamente, para que a realidade tratada nos documentos estivesse mais próxima do presente do pesquisador dos documentos.

Uma das providências citadas, no trecho acima, é a utilização da área onde se situava(m) a(s) senzala(s) para abrigar um Centro de Estudos, onde ficariam armazenados os microfilmes de documentos, uma biblioteca, alojamento para pesquisadores, bem como espaço para realização de exposições sobre temas ligados à produção de café.

Para o estabelecimento do Museu Nacional do Café, foi negociado com o Instituto Brasileiro do Café (IBC) o estabelecimento de um convênio com o Iphan, que possibilitasse o funcionamento do Museu, cabendo ao IBC a compra do imóvel, ao Iphan o restauro do mesmo e a ambos a manutenção das atividades do Museu. A sugestão foi inicialmente acolhida pelo IBC, que compra, no ano de 1969, o imóvel do então proprietário Zebedeu Ayrosa, pelo valor de NCr\$50.000,00 (cinquenta mil Cruzeiros Novos).

Entretanto, o IBC desiste dos planos, no ano de 1971, quando, em oficio, declara que o Museu não se configura como objeto finalístico daquele Instituto e sinaliza a possibilidade de doação do imóvel ao Iphan⁷⁹. Vemos aqui outro lapso de tempo na concretização das ações, sendo o imóvel cedido, em comodato, àquela Instituição apenas no ano de 1982. Winter aponta a existência de um Anteprojeto de Lei, em 1977, que autorizaria a doação da propriedade do Iphan, que não chegou a ser sancionado.

Nas últimas documentações constantes no arquivo referente à *Fazenda Pau D'Alho*, datadas da década de 1990, consta o processo de transferência inconcluso, ainda que alvo de diversas tentativas por parte do Iphan, para efetivá-la. É possível, conforme apontado em nota anterior, que a partir da dissolução do IBC, em 1990, mesmo ano da extinção da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e da Fundação Nacional Pró-Memória, que a transferência definitiva tenha sido efetuada para o recém-criado Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural.

Na década de 1980, há ainda extensa documentação a respeito de um novo projeto de 'aproveitamento' da *Fazenda Pau D'Alho*, desta vez, capitaneado pela ambientalista Judith Cortesão⁸⁰ que, a convite da então Coordenadora do Sistema Nacional de

Na documentação arquivada, as referências são a Dra. Judith Cortesão. Buscando informações sobre quem foi esta agente, de esforços tão marcantes quanto à *Fazenda Pau D'Alho*, encontrei informações sobre a impressionante trajetória de vida de Maria Judith Zuzarte Cortesão. Nascida em Portugal em 1914, filha de Jaime Zuzarte Cortesão, escritor perseguido pela ditadura Salazarista, na década de 1930, foge com a família para exílio em diferentes países (Espanha, França, Bélgica e Inglaterra), até chegarem

⁷⁹ Ao longo dos anos, o atual Iphan teve muitas denominações; optei por utilizar, na maior parte do texto a denominação atual da Instituição, a fim de evitar confusões. Apenas no período referente à existência do 4º distrito do Sphan, do pedido em finalização do tombamento da Fazenda mantive a denominação corrente na época.

Museus, Dra. Sônia Guarita, passa a capitanear as discussões de um Grupo de Trabalho. Cortesão chega, inclusive, a se mudar para o local, a fim de garantir a sua ocupação efetiva no ano de 1987.

Inicialmente chamado de Museu Terra-Homem, passa a ser chamado de Projeto Terra-Homem, incorporando uma preocupação integradora dos elementos constitutivos do *bem*, tais como o meio ambiente e paisagem, já indicado nas "Notas Preliminares..." de Saia, mas que ganhavam agora novas cores e maior destaque. Dentre os argumentos apresentados, na justificativa do Projeto, era central a preocupação com o crescimento acelerado das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, e a perspectiva do processo de conurbação das duas metrópoles, o que causaria enorme impacto social, cultural e ambiental à região. O novo Projeto, resultante do grupo de trabalho coordenado por Cortesão, embasava-se amplamente na argumentação de Saia sobre o valor inestimável da Fazenda como ícone patrimonial, além ser igualmente destinado à formação de quadros de pesquisadores, sendo para tanto prevista a consolidação de um Centro de Estudos, no qual haveria cursos de pós-graduação "lato sensu", bem como "capacitação para-universitária (universidade aberta)" e complementação de conhecimentos técnicos. O local indicado para o funcionamento do Centro de Estudos seriam, novamente a(s) senzala(s).

No contexto desse novo projeto, ampliam-se os parceiros indicados a fazerem parte da empreitada, sendo arrolados o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o

ao Brasil, em 1940. Judith Cortesão ainda morou no Uruguai, Peru e novamente em Portugal. Nas palavras de Manoel António Pina "Cidadã de ideias mais do que de países, professora, médica, ecologista, escritora, Judith Cortesão (que foi casada com Agostinho da Silva) tinha seis diplomas universitários -Medicina, Letras, Biologia, Antropologia, Biblioteconomia e Climatologia. – e falava 14 línguas, incluindo chinês e árabe. Lecionou em Universidades de 16 países, Integrou várias comissões da UNESCO, e as da ONU sobre Poluição Marinha de Origem Terrestre, no Quénia, e do Património da Humanidade, no Canadá; representou, além do Brasil, o Peru, o Uruguai e a Inglaterra em congressos internacionais de Medicina, Literatura e Educação. Já com 70 anos, ainda participou em duas expedições à Antártida [1982 e 1983]. Tinha condecorações da NASA e do governo brasileiro.". Foi condecorada em 2003, com a Gran Cruz da Ordem do Mérito Cultural, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que se referiu a ela como matriarca da ecologia no Brasil. Podemos vislumbrar que as articulações institucionais poderosas, mencionadas nos documentos, eram fidedignas, uma vez que foi personagem de incrível capacidade articuladora, tendo atuado em diferentes frentes. No site da Fundação SOS Mata Atlântica encontramos: "Fundadora, depois conselheira e consultora da Fundação SOS Mata Atlântica, ela participou também da criação do Curso de Pós-graduação em Educação Ambiental da Fundação Universidade Federal do Rio Grande (Furg), foi assessora de Política Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, representante no Pantanal do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN -Ministério da Cultura), diretora do Centro de Estudos Terra/Homem (SPHAN) e representante do Brasil em encontros internacionais ligados às questões marinhas" (destaques meus). Judith Cortesão falece em Genebra em 2007, aos 92 anos.

Sites consultados: http://caminhosdamemoria.wordpress.com; http://rppnriodaslontras.blogspot.com.br; em 05/06/2012

Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (MN – UFRJ), entre outros, além da Unesco e do Banco Mundial, que entraria com grande aporte orçamentário no Projeto.

Neste, a *Fazenda Pau D'Alho* seria sede de uma unidade autônoma da Fundação Nacional Pró-Memória, abarcando investimentos da ordem de 28 milhões de dólares, segundo indica Cortesão. Esta assinala ainda que outros órgãos internacionais, como a Unesco e a Organização Mundial da Saúde (OMS), estariam apenas aguardando os inícios dos trabalhos para injeções de novos recursos.

De fato, Cortesão muda-se para a sede da Fazenda, no final de 1987 e, segundo o relato desta, documentado em relatório semestral de atividades de janeiro a junho de 1988, encontra o imóvel em péssimas condições de preservação, pichado, sem portão ou porteiras (o que facilitava o ir e vir de pessoas da localidade, à noite, nas dependências da sede), com mato crescido, o que colocava o imóvel em risco de incêndio, devido ao ateamento de fogo, promovido por agricultores nas redondezas para 'limpar' os terrenos para cultivo.

Abaixo uma foto que, possivelmente, data da década de 1980, antes de Cortesão se mudar para a Fazenda. Note-se seu aspecto deteriorado.



Foto 21 — *Slide* da *Fazenda Pau D'Alho* encontrado no Arquivo Noronha Santos do Iphan (Palácio Gustavo Capanema, RJ). Sem indicação de data e autoria, acredita-se que seja da década de 1980, pois há muitos *slides* coloridos não identificados nos arquivos, dessa época. Não apenas a edificação é retratada em situação deteriorada, mas o próprio cromo (material do *slide*), também apresenta sinais de dano em sua parte inferior.

Não há, nos arquivos, informações a respeito dos motivos que impediram a execução do Projeto, a não ser, obviamente, a extinção da Fundação Pró-Memória em 1990. No entanto, não sabemos os caminhos institucionais que levaram a Fazenda ao estado atual, em que se encontra conservada, mas que não cumpriu as altas aspirações que consumiram anos de comprometimento pessoal de funcionários do Iphan, notadamente Luis Saia, entre os anos 1940 e 1970, e Judith Cortesão, nos anos 1980.

Conforme mencionado anteriormente, ambos os projetos não demonstram preocupação específica com a questão da escravidão e com o fato de que os vestígios materiais e documentais da *Fazenda Pau D'Alho* poderiam informar muito a respeito das relações sociais ali desenvolvidas pelos escravos, entre si, e também com os proprietários da Fazenda.

A questão da(s) senzala(s)

Composta por onze lanços contínuos, ou seja, onze cômodos, a antiga senzala da *Fazenda Pau D'Alho* foi totalmente reconstruída, pois já não existia na época do tombamento. Em outro *slide* dos anos 1980, podemos ver o local onde hoje se situam os onze cômodos vazios, apenas com o muro de pedras ao fundo.

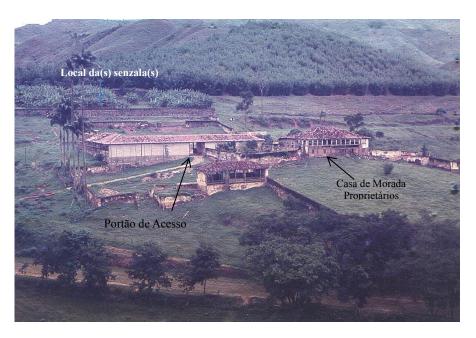


Foto 22 – *Slide* de onde podemos ter uma visão mais panorâmica da Fazenda. No período a construção da(s) Senzalas estava totalmente ausente. [Autor e data desconhecidos – Fonte: Arquivo Noronha Santos]

Além de não estar inclusa como objeto de tombo, teve, pelo seu posicionamento estratégico, dada a possibilidade de visão de toda a sede da fazenda, paisagem e da estrada de acesso, especial destaque nos projetos de ocupação, sendo idealizada, em ambos, como as instalações de um Centro de Estudos. O fato de não ser tombada também dá à edificação a flexibilidade para sofrer alterações conforme os planejamentos de utilização.

Em seu artigo, Winter avalia que o tratamento dispensado ao espaço da Fazenda representa uma imagem distorcida das relações entre escravos e senhores, bem como sobre o cotidiano escravo, devido, principalmente, ao discurso de apresentação às visitas da divisão da senzala em compartimentos, quando da chegada de imigrantes europeus após a Abolição, sendo que há inúmeros indícios colhidos e apresentados por Saia da existência de tais divisões, desde a sua construção, o que depõe contra uma imagem estereotipada e reproduzida da senzala como um barração indiviso, onde se amontoavam os negros, vivendo de forma promíscua e anônima.

Em sua argumentação, esta autora se utiliza de trabalhos desenvolvidos pelo historiador Robert Slenes que adota a perspectiva de que as relações sociais, vivenciadas durante o período escravista, eram fruto não apenas das imposições dos senhores e obediência dos escravos, numa perspectiva de degeneração ou anomia dos indivíduos sob o regime da escravidão, conforme as teorias de autores como Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes, mas como resultado da agência tanto de uns como dos outros. Assim consideradas vias de mão dupla, ainda que marcadas pelo violento domínio dos senhores, as relações, durante o período da escravidão, podem ser iluminadas através da análise de uma série de dados, inclusive daqueles oferecidos pelas evidências materiais que representam as antigas fazendas de cana-de-açúcar ou café.

No livro "Na senzala, uma flor" [2011(1999)] Slenes discorre sobre evidências pulverizadas em diferentes fontes documentais, a respeito da constituição de núcleos familiares por cativos e sua importância dentro do sistema escravista. O quadro que se define, a partir de tais pesquisas, é bem diferente do que aquele reproduzido no senso comum: o dos escravos convivendo em galpões indivisos. Era muito recorrente união consensual entre cativos. Em muitos casos, notadamente na região Oeste de São Paulo, as uniões costumavam ser sacramentadas nas Igrejas, já em outros, não eram oficializadas, mas aconteciam de fato e duravam por muitos anos, o que pode ser verificado pela existência de outros documentos, como de nascimento e batismo de filhos. Ao casal ou à família era comum destinar-se um cômodo ou uma choupana em

separado dos demais solteiros, que costumavam dividir cômodos do mesmo tamanho com 4 a 6 outros. Slenes aponta que tal condição permitia aos cativos maior controle sobre seu espaço de "moradia", sobre o preparo dos alimentos (uma vez que há muitos relatos sobre a distribuição de porções de alimentos secos aos casados, para que preparassem em suas choças, além de roças que cultivavam) o que possibilitava que conferissem um sentido cultural a, ao menos, uma das refeições. Também viabilizava sua privacidade mais íntima, recriando "rituais de convivência familiar, na hora de deitar e levantar" (*op. citada*, p. 183).

Assim, delineiam-se os contornos de "uma política de apoio à família cativa e de incentivos senhoriais diferenciados" (*op. citada*, p.21), que, na visão de alguns teóricos, servia como elemento desarticulador de possíveis revoltas coletivas. Já Slenes acredita que tais 'acordos' foram os únicos possíveis, para que o sistema produtivo se concretizasse, tendo como base o escravismo, uma vez que ter escravos totalmente insatisfeitos poderia ser perigoso tanto para a vida do senhor e sua família, quanto para a produção agrícola da qual eram encarregados. O autor entende que

...a família cativa, no contexto da fazenda, foi muito mais uma incubadora de identidades contestatórias, fortemente marcadas por uma cultura centro-africana compartilhada, do que uma fábrica de compromissos e aquiescências que acalmassem as tensões entre casagrande e senzala.

[Slenes, 2011 (1999), p. 21].

A argumentação do autor pode nos auxiliar no caso que estudamos aqui, por trazer informações sobre a organização social da época e arriscar a hipótese de que tais cômodos, indicados como senzala(s), pudesse(m) ser local destinado às famílias cativas, ou a indivíduos que fossem 'beneficiados' a partir da tal política senhorial de incentivos diferenciados.

Tal hipótese mantém aberta a possibilidade de que uma parte dos escravos, aqueles dedicados ao serviço da casa dos proprietários, vivessem no andar de baixo do sobrado, onde Rosa sentiu-se mal, o mesmo indicado em apresentações do espaço como local de torturas.

Também encontramos, no trabalho de Slenes, informações a respeito da

motivos de guerras (SLENES, 2011).

_

⁸¹ Cabe, no entanto, relativizarmos a noção de moradia aqui empregada, uma vez que as pequenas choças ou cômodos eram destinados, na maior parte das vezes, à dormida e ao abrigo das intempéries do clima, o que pode ser notado também pela ausência de janelas. Tais abrigos são muito semelhantes aos descritos em estudos sobre a África Central, principalmente aqueles de povos de tradição migratória, seja por motivos de dispositivos de equilíbrio demográfico, expandindo o grupo para novas fronteiras, quer por

conformação de uma identidade negra brasileira, ao menos na região Sudeste, amplamente embasada em elementos culturais centro-africanos, dentre os quais, o culto aos ancestrais, elemento central ao Jongo/Caxambu.

V - Possibilidades de Interpretação

Diante dos dados referentes ao histórico da *Fazenda Pau D'Alho*, podemos perceber que a sede dessa Fazenda tem sido objeto de intensas disputas em torno de sua patrimonialização e utilização. A partir da sugestão do então Presidente da Instituição e da visita relatada neste Capítulo, somam-se a disputa pela significação do *monumento* mais atores e interesses. Ainda que legitimados pela própria Instituição, como *herdeiros* e *continuadores* desse *bem cultural*, percebemos que a demanda de ocupação do espaço pelos *jongueiros* não foi absorvida de fato pela unidade do Iphan responsável pela gestão da Fazenda: a Superintendência do Iphan em São Paulo, que silenciou a possibilidade de negociação, quanto à utilização do espaço⁸².

A situação ritual vivenciada durante a visita à sede da *Fazenda Pau D'Alho* e relatada no início deste Capítulo, demonstra como os "herdeiros" dessa manifestação registrada como um patrimônio cultural brasileiro, que é o Jongo/Caxambu, possuem outras preocupações relacionadas a crenças e valores diversos daqueles apresentados, até o momento, pelo Iphan. Para os *jongueiros(as) e caxambuzeiros(as)*, a relação com a ancestralidade, com o mundo invisível dos mortos e das entidades espirituais é essencial no modo de vivenciar e amparar a tradição familiar, embora a questão das diferentes formas de expressão da espiritualidade seja polêmica entre eles.

"Eu vejo que na relação com o Estado em muitas das vezes a gente quer explicar as coisas. E nos debates na reunião de Jongo me chama muita atenção quando se está tratando de religiosidade. O Silvio defende isso, muito fortemente, e ele tem essa relação muito mais intrínseca que os demais, porque ele está coordenando, conduzindo um *terreiro*. Não é o caso dos outros, mas ninguém ali no meu olhar, na minha vivência, vai para a rua ou vão tocar sem as suas reverências. E não necessariamente precisa dizer para o governo, ou para a universidade que está coordenando. Por isso que eu me meti muitas vezes nessa conversa. Por entender que certas coisas, não é que ela seja tabu, mas elas fazem parte de um universo sagrado e de

_

⁸² Não pretendo aqui atribuir a total responsabilidade da Superintendência pelo não encaminhamento da questão, sendo o assunto concernente a todo o Instituto. No entanto, percebemos aí as dificuldades de se consolidar as ações em uma Instituição de amplitude nacional, na qual as jurisprudências podem gerar conflitos de interesses entre a área central e as Unidades estaduais, ou mesmo entre as Unidades estaduais, o que pode implicar, como no caso, uma maior dificuldade de fluidez do processo político, quando à Unidade em questão, que não demonstra interesse específico em determinadas ações.

segredo dos grupos. E que muitas vezes não serão reveladas. Não serão. Elas podem ser tocadas, mas reveladas nunca. Quem é de fora vai sempre ficar nesse conflito. Que Jongo não é macumba, não é, mas quem entende da religião e é praticante vai compreender nas suas letras, nos seus gestos, no seu toque, a relação com essa espiritualidade."

[Joana – entrevista 31/03/2012]

Maurice Godelier (2007) discutindo o "Ensaio sobre a Dádiva" de Marcel Mauss chama a atenção para um ponto não esmiuçado por este autor e que se refere aos objetos que "não devem ser nem dados, nem vendidos, mas guardados" para que sejam transmitidos, ou seja, objetos que podemos chamar de patrimoniais, e a sacralidade. O caráter sagrado de tais objetos seria devido à sua identificação com a ancestralidade e, em alguns casos, com divindades que os teriam confiado aos ancestrais.

Podemos identificar, no caso tratado, uma relação direta entre o objeto patrimonial, a *Fazenda Pau D'Alho* e o caráter sagrado associado à ancestralidade – ainda que indireta, mas relacionada a uma ancestralidade negra, ou especificamente, ao passado de africanos importados para o trabalho escravo no Brasil. O sagrado não estaria relacionado apenas ao valor que se dá aos ancestrais, mas pela relação entre o sagrado e o segredo, como menciona Joana, entre o mundo visível e o invisível, entre o que captamos através dos cinco sentidos ordinários e o que pode ser perceptível apenas pelo extraordinário chamado "sexto sentido". Deter o acesso a tais segredos também implica poder, prestígio e autoridade.

Segundo Godelier, a não separação entre a "coisa", o objeto patrimonial e a pessoa, garantiria a identidade histórica de um grupo, pois seria um testemunho de tal continuidade.

N. Heinich (2009) aponta como o conceito atual de patrimônio cultural e os processos específicos de patrimonialização (a "cadeia patrimonial" nos seus termos) em disputa, provocam a secularização da sacralidade do objeto patrimonial. Tal transferência de sacralidade se dá através da gestão por instâncias governamentais para que a transformação de patrimônio familiar, ou grupal, se efetive em patrimônio nacional (ou qualquer outra instância de coletividade maior).

A situação relatada, durante a visita à *Fazenda Pau D'Alho*, demonstra, no entanto, que a gestão do patrimônio cultural, mesmo secularizada pelas instâncias governamentais, ainda envolve significações que os grupos envolvidos diretamente atribuem ao objeto patrimonial, neste caso, de caráter claramente sagrado. No caso do

Patrimônio Imaterial, e das ações de salvaguarda mais especificamente, a manutenção da relação dos grupos relacionados aos objetos patrimoniais é fundamental para "mantêlo vivo", isso envolve, portanto, a valorização da simbologia atribuída pelos grupos aos objetos/espaços patrimoniais. Essa duplicidade certamente provoca conflitos sobre a gestão de tais patrimônios.

Ainda no que se refere às disputas pela construção da memória, cabe trazermos ao auxílio de nossa reflexão o trabalho Michel Pollak (1989). Seu ponto de partida é a noção de memória coletiva de Maurice Halbwachs e entendida como um constructo resultante de processos contínuos de seleção de pontos de referência, acionados retrospectivamente e cujo resultado seria o estabelecimento de fronteiras entre grupos e o reforço do sentimento de pertença aos mesmos. Pollak vai além, chamando a atenção para o caráter conflituoso da construção dessa memória coletiva entre os diferentes grupos sociais.

Nessa disputa, a seleção e legitimação do que é lembrado, que muitas vezes têm como fundamentação documentos históricos, assentam-se sobre o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido, segundo os interesses dos grupos em disputa. O silenciamento, na esfera pública, de determinadas lembranças pelos grupos vencedores da disputa e que querem evidenciar apenas os aspectos que lhes convém, pode não significar um esquecimento de tais lembranças, dentro dos grupos desfavorecidos na disputa. Estes podem continuar a alimentá-las, através da transmissão intergeracional de forma 'subterrânea', conforme caracteriza Pollak (1989).

Muitas vezes, segundo o autor, os aspectos silenciados dizem respeito a lembranças traumáticas de violência, física e/ou simbólica, vivida pelos grupos sociais em situações de disputa pelo poder. Tais recordações não são facilmente apagadas dentro do grupo que sofreu tais violências, vide as fortes experiências de sofrimento e angústia vivenciadas durante a visita à *Fazenda Pau D'Alho*. Por mais que, em muitos casos, haja a necessidade de silenciamento temporário de tais lembranças, não apenas por parte dos 'vencedores', que querem legitimar sua hegemonia, mas também dos grupos marginalizados, que também desenvolvem estratégias para lidar com lembranças dolorosas em um meio hostil, essa memória permaneceria latente em meio ao grupo desfavorecido e violentado, sendo transmitida, por vezes, durante muitas gerações, até que surja uma oportunidade de vir novamente à tona, reclamando reconhecimento e justiça na esfera pública. Essa espera não é passiva, pois, muitas vezes, o grupo luta também para mudanças do contexto geral, além da própria manutenção das lembranças

internamente no grupo, o que também representa trabalho engenhoso e árduo. É importante ressaltar aqui que o autor relaciona, de forma direta, as memórias coletivas e a ordem social, a qual aquelas contribuem para constituir. Sendo assim, a memória coletiva reforça uma posição social específica e desvantajosa para os grupos marginalizados, o que se traduz numa situação penosa.

Quanto ao caso aqui enfocado, tendo em vista o exposto acima, não podemos deixar de associar a questão aos diferentes grupos étnicos negros no Brasil e a construção de uma nova identidade, a partir da experiência, certamente traumática – de captura, trabalhos forçados e violências físicas e simbólicas – da escravidão. Retomo aqui o comentário de Joana sobre a temporalidade prolongada que o processo de transformação de uma memória traumática que, a seu ver, implica não apenas recordações dolorosas, mas também numa desconstrução de cunho espiritual:

"Aquela casa ali [Pau D' Alho] funcionando vai demorar muito tempo. Porque você tem que desconstruir uma energia, uma memória, uma relação de dor, de sofrimento, de escravidão que nossa... Trezentos anos não são trezentos dias."

[Joana – entrevista 31/03/2012]

Podemos interpretar a atual conjuntura política, resultado do embate constante entre diferentes movimentos sociais, como propícia à reconfiguração da História oficial nacional, tendo em vista a abertura política representada pela Constituição Federal de 1988, quanto à legislação referente a políticas de ação afirmativa sobre as quais falaremos com mais vagar no Capítulo 3. Entretanto, isto não é feito de maneira simples e isenta de conflitos.

O fato de os aspectos intangíveis ganharem vulto dentro da Política de Patrimônio do Iphan, não implica sua automática aceitação em todos os âmbitos da Instituição, responsável pela oficialização do Patrimônio Cultural Nacional e de sua preservação, ou salvaguarda. Esta, agora, demanda a participação direta dos interessados, ou seja, daqueles que valorizam tais Referências Culturais patrimonializadas. O próprio princípio do diálogo entre "Sociedade Civil" e "Estado" implicado no conceito empregado de Salvaguarda, do qual resultarão as orientações para ações implementadas, já representa grande novidade para uma Instituição que é acostumada a agir unilateralmente, quando julga necessário, "em nome do bem comum", ou da proteção da "memória nacional", ao que alguns se referem como o "Iphan poder de polícia". A problemática aqui é como estabelecer diálogo entre *detentores* e Instituição, de forma a

tentar chegar a um denominador comum sobre o que é este *bem comum* em pauta e os instrumentos de que dispomos para tanto.

Os gestores orgânicos

Este caso resvala, também, uma questão importante sobre o perfil dos *gestores* das políticas governamentais. Podemos perceber, a partir do primeiro governo Lula (2003-2007), a presença de *gestores* que possuem uma trajetória consolidada de atuação em movimentos sociais, como é o caso de Joana, em diversos segmentos do Estado. Fazendo alusão ao conceito *gramsciano* de *intelectuais orgânicos*, aqueles que se identificam com o seu grupo social de origem, em suas preocupações de reflexão, podemos arriscar a utilização do termo *gestor orgânico*, nos casos em que os *gestores* das políticas governamentais que enfocam grupos sociais específicos identificam-se como pertencentes aos mesmos.

Por um lado, a presença de tais *gestores*, nos órgãos governamentais, representa para os movimentos sociais a garantia de uma representação que compreenderia a realidade em seus termos e, portanto, poderia advogar com mais propriedade em favor de seus interesses. Por outro lado, é comum que estes *gestores orgânicos* sejam confrontados por um perfil de gestão hegemônico e bastante diferenciado do seu próprio:

Joana—"...para mim era mais confortável ser do movimento porque aí gente fala o que quer, o que pensa, beleza. Mas os setores nos quais eu fiz parte, estou presente, os terreiros, os quilombolas, as comunidades tradicionais, me diziam que *a gente precisava estar nesses lugares*. Por exemplo, me abster de participar na gestão pública tirava o espaço de que a gente pudesse ali pautar questões de *quem conhecia a causa*, *ou a realidade e tinha condições de pensar, estruturar uma política com mais conhecimento de causa.* (...)

Mas isso me fez aceitar esse convite na perspectiva de dar uma contribuição daquilo que eu conheço. Mas isso para mim é um grande desafio. Para mim esse deslocamento, dissociamento do ser a Joana, do ser pessoal, de quem eu sou – de terreiro, de quilombo – para ser *gestor*a é muito difícil. Porque assim, convencer as pessoas de uma realidade que eu conheço e da qual eu faço parte, de que determinada coisa não vai ajudar e vai piorar é muito difícil, porque *você é sempre confundido de estar fazendo militância*.

Então separar minha identidade é impossível, porque é ela que me dá elementos para elaborar direito algo que tem a ver com a vida deles, então isso para mim é um conflito constante..."

Rebecca – "Mas você sente necessidade de separar uma coisa da outra?"

Joana-"Eu não sinto necessidade de separar, mas a gestão me

empurra para isso. Para mim isso é muito tranquilo e confortável, no entanto, o modelo e a estrutura de uma gestão pública e a *cultura de ser gestor* com o que está estabelecido não permite isso."

[Entrevista com Joana, 31/03/2012, destaques RG]

Além de nos remeter a pertencimentos socioeconômicos e *raciais* específicos daqueles que têm acesso aos cargos da gestão governamental, a *cultura de gestão* mencionada pela entrevistada possivelmente também diga respeito ao ideário de um perfil burocrático típico ideal weberiano. Segundo este, os funcionários do governo deveriam ser guiados de acordo com preceitos impessoais e calcados no universalismo do genérico *bem comum*, independentemente de suas filiações e interesses. O preceito do universalismo, orientação em grande medida observável no corpo de legislações, contrasta com as especificidades, alvo das políticas para diversidade, por exemplo. Assim, há um choque entre as diferentes concepções de mundo e, portanto, do que se considera prioridade, o que dificulta o diálogo entre movimentos sociais e os representantes do governo:

"...para o *gestor* público, o tempo que as comunidades gastam cantando para os seus ancestrais é perda de tempo, pode ser visto como perda de tempo. O tempo que elas vão gastar para falar de suas vidas, de suas coisas, ou fazer referências aos seus ancestrais ali, de cantos e danças, pode ser visto para uns como perda de tempo e para ela não é."

[Joana – entrevista 31/03/2012]

Apesar de representar possibilidades de diálogo e compreensão dos grupos com os quais se pretende trabalhar, os diferentes pertencimentos e experiências dos *gestores* podem servir de base para a acusação de privilegiamento de determinados grupos ou interesses. Consequentemente, podem ser uma forma de neutralizar a ação do *gestor orgânico* por parte de outros *gestores* opositores.

O gestor orgânico ocupa, assim, uma ingrata posição no fogo cruzado da disputa entre os movimentos sociais e o governo. Diante daqueles, passa a ser cobrado pessoalmente por todas as impossibilidades e inoperâncias de uma estrutura sobre a qual não tem plenos poderes. Por outro lado, pode vir a ser acusado, por esses, de manipulação de sua posição para privilegiar alguns.

"Quem é o *gestor* que está atuando? Eu preciso me enquadrar a um modelo? Não, não tenho necessidade disso. Não quer dizer que eu não tenho compromisso, ou que eu não tenha a capacidade de fazer. Mas isso é a coisa mais dificil que eu achei. Não sei se eu dou conta, eu sempre me pergunto, não por incapacidade, mas de aguentar, porque a pressão é grande. Não sei se eu dou conta disso por muito tempo, assim, não é essa perspectiva de vida. Mas é um compromisso forte de fazer. E também a incompreensão de quem continua na sociedade civil. Eu lido diariamente com os grupos, vejo todas as críticas, conflitos, nossa é muito difícil. Porque aí as pessoas começam a ver você igual e achar que a responsabilidade é apenas sua, ou seja, você vira o foco. Eu brinco, vocês precisam bater na estrutura, não em mim, porque não sou eu a política, eu sou um elemento."

[Joana – entrevista 31/03/2012]

É preciso reconhecer, no entanto, como elemento fundamental para os *gestores* orgânicos o reconhecimento por parte de seus pares dos movimentos sociais:

Joana- "Mas é importante também haver esse respeito de reconhecer, eu sou muito honrada de ser reconhecida por essas pessoas, de ser acolhida, cuidada, até hoje. Tem uns que nunca vão fazer isso e não me incomodo. Mas eu sempre tive isso, isso para mim é muito importante pelo respeito que as pessoas têm..."

Rebecca – "Pelos movimentos sociais, você diz, com quem você trabalha..."

Joana – "É. O respeito que tem, a acolhida. É muito difícil você ser reconhecida pelos seus, geralmente a gente é negada."

[Entrevista com Joana, 31/03/2012]

Valores em Disputa

O caso da *Fazenda Pau D'Alho* evidencia, como já se viu, uma série de elementos dessas disputas correntes e que envolvem o sentido de salvaguarda: os embates sobre os critérios de seleção patrimonial. Podemos utilizar aqui a argumentação desenvolvida por N. Heinich (2009) para melhor compreensão desses critérios.

A partir de sua experiência de pesquisa do serviço de inventário francês, essa autora aponta quatro grandes categorias de critérios que correspondem, por sua vez, a valores envolvidos nos processos de patrimonialização: *critérios prescritos e ambivalentes:* igualmente normatizados, seriam critérios que causariam polêmica entre os especialistas. Relacionam-se ao valor de raridade (ver abaixo); *critérios proscritos:* aqueles que, mesmo sendo criticados enquanto tal, ainda podem ser percebidos como

orientadores do julgamento dos especialistas nas seleções. A autora relaciona este tipo de critério ao valor de beleza; *critérios latentes*: não declarados, mas possivelmente presentes nos julgamentos dos especialistas. Relacionam-se a valores considerados menores nesse universo: interpretabilidade, funcionalidade e proximidade.

Atenhamo-nos, por um momento, aos valores associados aos critérios indicados acima. São eles: *autenticidade* - relaciona-se com o estabelecimento da continuidade do vínculo entre o objeto em questão e sua origem; *raridade*— valor contextual, depende da associação com outros valores, como a ancestralidade e autenticidade, bem como de prévia valorização do objeto pela sua singularidade, quanto mais antigo, portanto, mais suscetível à descaracterização de suas características "originais", mais raro; *significatividade*, relacionada ao caráter representativo que o objeto pode ter em relação a uma categoria ou testemunha de uma prática, relaciona-se a um tipo de valor documental; *beleza* — valor relacionado a um critério proscrito, a beleza, no entanto, não deve ser descartada como valor operador, durante as seleções de objetos patrimonializáveis. Note-se, no entanto, que essa beleza, é qualificada pela autora como uma "beleza científica", pois submete o valor estético pelo valor de significatividade. Relaciona-se com a representatividade de determinado objeto.

No caso do qual tratamos neste Capítulo, foi evidenciado o conflito de valores quanto ao que importa guardar, para transmitir sobre aquele local, a questão das dificuldades em agregar ações voltadas especificamente para o Patrimônio Imaterial nas Unidades descentralizadas do Iphan, e até mesmo a questão da ocupação de cargos de gestão por atores que tem trajetórias associadas aos movimentos sociais de grupos considerados marginalizados.

A possibilidade de ocupação do espaço da *Fazenda Pau D'Alho*, por grupos de *jongueiros* segue a premissa de integração dos diferentes aspectos dos *bens culturais*, os materiais e imateriais, pois, tanto a Fazenda, como antiga unidade monocultora de café, quanto o Jongo/Caxambu, tido como uma manifestação cultural *herdada* dos escravos que eram a mão de obra dessas unidades produtoras, são *bens* representativos do mesmo período e do sistema socioeconômico considerados importantes para a identidade nacional. Espelha, no entanto, pelo seu desdobramento prático, um fosso entre as práticas e políticas de *reconhecimento* e preservação dos departamentos de patrimônio material e imaterial do Iphan. As práticas de preservação dos dito patrimônio material, em geral, implicam restaurações e formas de conservação das características físicas dos locais, nem sempre resultando no uso destes pela população local ou pelos grupos que,

de alguma forma, também reconhecem nesse *bem* elementos simbólicos importantes à manutenção de sua identidade. Podemos supor que a proposta da participação ativa dos *detentores* no processo de salvaguarda resvala também nas autoridades já consolidadas dos próprios especialistas da Instituição que, por anos, se acostumaram a balizar suas decisões em conhecimentos técnicos e não na negociação de interesses com a população, que atribui valor ao o que se pretende conservar, no máximo, preocupandose em educar as pessoas sobre a importância da preservação patrimonial.

O lançamento de uma Portaria, que trata da criação de Grupo de Trabalho (GT) Interinstitucional, sobre o Patrimônio Cultural do Café, da região Sudeste do Brasil, articulada pelo Departamento de Patrimônio Material do Iphan, e publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 4 de maio de 2011 (Portaria Iphan nº165), revela a dificuldade de diálogo entre os Departamentos do Instituto, pois não contempla a participação do Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI) no referido GT. Revogada e substituída pela Portaria Iphan nº206, publicada no DOU em 6 de junho de 2011, passa a estabelecer a participação do DPI no GT, bem como a inserção dos aspectos imateriais do Patrimônio Cultural do Café em seu texto.

Resultante do primeiro Encontro Técnico sobre o Patrimônio Rural do Café, realizado no Museu Paulista, em agosto de 2010, a portaria estabelece em seu artigo 2º que

O grupo será formado por pelo menos um representante e um suplente do Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização (Depam) do Iphan; um representante e um suplente do Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI) do Iphan; das Superintendências Estaduais do Iphan nos estados de São Paulo, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e do Espírito Santo; do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT); do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA); do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Estado do Rio de Janeiro (INEPAC); da Subsecretaria Estadual de Patrimônio Cultural do Estado do Espírito Santo; da Universidade de São Paulo (USP); da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); UNIFESP (Universidade Federal de São Paulo), do Instituto Preservale e da Associação de Fazendas Históricas Paulistas.

(Portaria Iphan n°206, de 6 de junho de 2011)

Quando entrevistei a *liderança jongueira* da Comunidade Jongo Dito Ribeiro (Campinas/SP), ao levantar o assunto sobre o ritual realizado na *Fazenda Pau D'Alho*, soube sua opinião de que o ritual teria sido algo natural, corriqueiro e ao qual, portanto,

não daria destaque, no que se refere à 7ª RA, ou ao assunto ocupação da Fazenda. Quando lhe indaguei o que então achou mais importante, ela me responde que a reunião posterior, no Centro Cultural Cheminand, onde teria ficado claro, em sua opinião, a falta de disposição da Superintendência do Iphan, em São Paulo, no que diz respeito aos interesses dos *jongueiros*. Identificou que estariam mais alinhados aos interesses dos fazendeiros proprietários de fazendas e fomentadores do turismo na região.

Nesse sentido, a presença da Associação de Fazendas Históricas Paulistas, ou mesmo do Instituto Preservale⁸³ entre os integrantes do Grupo de Trabalho mencionado acima e, ao mesmo tempo, a ausência de Instituições fundadas por *jongueiros*, tais como a Associação Sementes D'África de Barra do Piraí, ou o Centro de Referência de Estudo Afro do Sul Fluminense (CREASF) de Pinheiral, ou até mesmo da Universidade Federal Fluminense, *gestor*a do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu corrobora, em certa medida, a visão da liderança de Campinas.

O caso revela que, para além do estreitamento da comunicação entre os Departamentos da área central do Iphan, para uma absorção eficaz da Política de Patrimônio Imaterial, seria necessária também disposição de todas as Superintendências Estaduais do Instituto em trabalhar com a participação ativa de grupos antes não envolvidos nos processos de gestão patrimonial da Instituição. Isso significa, também, uma expansão do perfil dos atores que geralmente se alinham ao Iphan, tais como o segmento acadêmico, ou mesmo, aqueles que possuem recursos para o investimento em restaurações (visando também ao retorno financeiro das atividades turísticas), como os proprietários das fazendas históricas.

_

⁸³ O Instituto Preservale atua na mesma região denominada turisticamente como Vale do Café, nome que, inclusive figura nas informações do *site*. Esse Instituto é inaugurado em 1994 por "fazendeiros, pesquisadores, ambientalistas, arquitetos, agentes de viagem, historiadores e apaixonados pela história e pelo patrimônio do ciclo do café" (http://www.preservale.com.br). É possível que o Preservale tenha alguma relação com o estabelecimento da denominação turística Vale do Café, ou mesmo com o Festival do Vale do Café, mas tais associações não são aparentes quando da consulta aos diferentes *sites*.

2

O território em questão

Negociando a Ocupação e Gestão da Fazenda Roseira em Campinas

I. Situações em Foco

As situações específicas que quero elucidar, neste Capítulo, dizem respeito a duas reuniões às quais atendi, na Cidade de Campinas, enquanto representante do CNFCP, juntamente com as Coordenadoras do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, Isadora e Morena, além de Joana, representante da então Secretaria de Cidadania Cultural (SCC) do MinC.

Trata-se de dois episódios inseridos em um contexto mais amplo de luta da Comunidade Jongo Dito Ribeiro, como se denominam, pela oficialização documentada da gestão da *Fazenda Roseira* o que vêm realizando informalmente, desde o ano de 2008.

A sede da *Fazenda Roseira* fica ao lado da grande avenida John Boyd Dunlop, no bairro Jardim Ipaussurama, região Noroeste do Município de Campinas. É espaço de uma série de atividades como aulas de percussão, capoeira, dança do ventre, Inglês, dança contemporânea negra, que são oferecidas ao público em geral, pela Comunidade Jongo Dito Ribeiro e seus parceiros "institucionais" e "físicos". Além disso, o grupo também realiza, no local, rodas de Jongo quinzenais; projetos como "Os saberes de Ossaim", que diz respeito ao cultivo de plantas e ervas medicinais e outros eventos anuais, como o "Arraial Afro-Julino", "Sou África em Todos os Sentidos". Ou a "Feijoada das Marias do Jongo", realizada anualmente para celebrar o aniversário de Maria Aparecida e Maria Alice, filhas de Benedito Ribeiro. Impressiona a quantidade de parceiros e público mobilizados nesses eventos, estimado, por exemplo, no Arraial Afro-Julino, numa média de 3.000 pessoas.

Comecemos o relato a partir das situações específicas para depois ampliarmos o

⁸⁴ Este é o nome de um projeto realizado anualmente pela Comunidade Jongo Dito Ribeiro desde 2009, por ocasião da Semana da Consciência Negra, celebrada na semana do dia 20 de novembro (estabelecido como Dia Nacional da Consciência Negra pela Lei n°10.639 de 2003).

Segundo depoimento constante no vídeo "As raízes da Roseira", a proposta da exposição do 'Sou África' é usar "os sentidos do corpo para alertar ou estimular, ou reconhecer a *africanidade* que está na gente" (destaque RG). No primeiro ano, o Evento teve a duração de uma semana, mas desde sua segunda edição, em 2010, estende-se por duas semanas de atividades (ver Programações Anexo 4). Um painel foi pintado, no primeiro ano do Projeto e permanece no salão da *Fazenda Roseira*, sintetizando na frase o "mote" das ações oferecidas na Casa de Cultura (Foto 23).

escopo da narrativa para o contexto mais geral em que se inserem. No Anexo 5, elaborei um esquema ilustrativo, para facilitar a compreensão dos muitos atores institucionais e interesses envolvidos.

Reunião Preparatória

A primeira das reuniões ocorreu na noite de 17 de junho de 2010, algumas horas depois de chegarmos à Cidade, na sede da *Fazenda Roseira*. Tratou-se de encontro preparatório para uma segunda reunião que aconteceu no dia seguinte, na Coordenadoria Especial de Promoção da Igualdade Racial (doravante Cepir), órgão integrante da Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência e Inclusão Social (doravante Secretaria de Assistência Social), à qual foi delegada, em 2010, a jurisprudência administrativa da sede da *Fazenda Roseira*. A reunião na Cepir foi agendada para discussão da gestão da *Fazenda Roseira*, uma vez que esta configura um equipamento público, conforme veremos adiante, que vem sendo ocupado e gerido pela Comunidade Jongo Dito Ribeiro e parceiros, de forma não oficializada pela Prefeitura, desde 2008.

A técnica em Ciências Sociais, da Superintendência do Iphan, em São Paulo, esteve no local na ocasião e tivemos a oportunidade de conversar previamente à sua partida, que se deu antes do início da reunião, devido ao atraso no começo desta e a outros compromissos que a mesma tinha naquela noite, em São Paulo. Foi também a oportunidade em que recebemos um documento intitulado "Casa de Cultura *Fazenda Roseira* Associação do Jongo Dito Ribeiro e Parceiros da Sociedade Civil", que inclui o "Dossiê - Comunidade Local – Bairro Jardim Roseira e Adjacências" de vinte e quatro páginas, nas quais estão sistematizadas, cronologicamente, muitas das atividades da Comunidade Jongo Dito Ribeiro, com relação à *Fazenda Roseira* até aquele momento 85.

-

⁸⁵ A primeira iniciativa no sentido da elaboração desse documento partiu de uma então funcionária da Secretaria de Cultura, que, através sua atuação na ONG Casa Laudelina de Campos Mello, já havia estabelecido vínculo com a Comunidade Jongo Dito Ribeiro para execução de atividades na *Fazenda Roseira*. Por conta desse conhecimento prévio positivo, essa funcionária foi indicada pela Secretaria de Cultura Municipal para acompanhar as atividades do grupo na Fazenda, no ano de 2009. Áurea indica que "a primeira missão que ela teve era pedir para que eu fizesse um relatório, mais ou menos contando os fatos; então eu criei um texto, meio desorganizado, com datas, e mandei para ela. Aí ela reescreveu esse Relatório, no olhar dela; eu devo ter o Relatório que ela escreveu, a partir do meu. E aí eu achei aquilo interessante, eu falei 'se isso deve servir para o poder público pode servir para mim em alguma coisa'; então, reorganizei as coisas sob o meu olhar, da maneira que se pudesse entender que elas tinham acontecido e dei continuidade até aquela reunião." (Áurea, entrevista em 28/07/2012).

débitos tributários dos proprietários da Fazenda para com a municipalidade, sendo seguido de item que data de julho de 2007, quando se sabe do loteamento definitivo da Fazenda. Todos os contatos já realizados com a Prefeitura estão ali registrados. Farei menção a esse documento como relatório de atividades do grupo. Voltaremos a tratar dele adiante.

Nessa reunião, havia cerca de 30 pessoas acomodadas em cadeiras escolares, dispostas em uma grande roda no salão da casa da fazenda. Ali estavam parceiros da Comunidade Jongo Dito Ribeiro, tais como representantes da Casa de Cultura Tainã⁸⁶, um professor da Pontificia Universidade Católica de Campinas (doravante PUC-Camp), uma professora da Universidade Estadual de Campinas (doravante Unicamp), além de alguns integrantes de órgãos da Administração municipal de Campinas, que ali estavam por interesse pessoal, mas sem necessariamente representar oficialmente seus órgãos.

A reunião aconteceu no salão principal da sede da *Fazenda Roseira*. Na parede oposta à porta principal de entrada, vê-se um painel pintado à mão, em que está representada uma roda de orixás e os dizeres "Sou África em Todos os Sentidos". A seguir vemos uma foto do espaço.

_

Ouem está na REDE MOCAMBOS?

⁸⁶ Percebemos que a Casa de Cultura Tainã é uma grande referência para a Comunidade Jongo Dito Ribeiro, trataremos do assunto adiante. É sua a gestão do projeto Rede Mocambos, que é um Ponto de Cultura, definido da seguinte maneira em seu site:

[&]quot;É uma rede de negras e negros de âmbito nacional. Conectando através das tecnologias da informação e comunicação comunidades quilombolas rurais e urbanas. Para isso buscamos parcerias de diversos segmentos para que de forma colaborativa e coletiva possamos reunir diferentes programas, projetos e ações voltados para o desenvolvimento humano, social, econômico, cultural, ambiental e preservação do patrimônio histórico-memória dessas comunidades.

É uma rede solidária de comunidades, na qual o objetivo principal é compartilhar ideias e oferecer apoio recíproco. Os eixos principais que a Rede enxerga são a identidade cultural, o desenvolvimento local, apropriação tecnológica e a inclusão social. (...)

²⁷ comunidades (12 pontos de cultura e 15 quilombos)

³¹ contam com a parceria do Gesac [Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão] e já estão conectados à Internet

⁶⁵ novas comunidades serão integradas à Rede Mocambos e deverão ser conectadas à internet." Acessado em http://www.mocambos.org/sobre em 09/03/2012.



Foto 23 – Oficina de Jongo oferecida às crianças do Quilombo de Brotas de Itatiba (SP) na sede da *Fazenda Roseira*. Vemos o espaço da sala onde se deu a reunião preparatória da qual tratamos aqui, com as cadeiras escolares e o painel retratando o panteão dos orixás dançando ao redor da Grande Árvore Iroko⁸⁷. Esta foto retrata um pedaço da roda que se formava na ocasião. Foto retirada do *Blog* da Casa de Cultura *Fazenda Roseira*. [Acervo da Comunidade Jongo Dito Ribeiro]

Digressões Esclarecedoras

Áurea, *jongueira* coordenadora da Casa de Cultura AFRO *Fazenda Roseira*⁸⁸, faz um relato sobre a situação das negociações com a Prefeitura de Campinas sobre a gestão daquele espaço. Conta então que, em 18 de fevereiro de 2010, em reunião com a Secretaria de Assistência Social, Secretaria Municipal de Cultura, Cepir, Coordenadoria da Mulher e Coordenação de Cultura do Gabinete do Prefeito receberam as primeiras notícias quanto aos planos da Prefeitura Municipal de Campinas para a ocupação do local. Pretendia-se, então, instalar na Fazenda uma Biblioteca-Parque, mas naquele momento da reunião preparatória, esse projeto havia se alargado no desenho de um Instituto "Brasil-África", supostamente de iniciativa do então Prefeito da Cidade, Hélio

o,

⁸⁷Segundo Gisèle Omindarewá Cossard, em seu livro *Awô: o mistério dos orixás*, "O Irokô é uma árvore sagrada, habitada por um orixá do mesmo nome. Esta árvore, imponente e misteriosa faz a ligação entre o céu e a terra. Extremamente respeitada, na África, ela não pode ser tombada sem perigo, e até mesmo para se colher algumas folhas é preciso fazer-lhe oferendas. (...) O Irokô africano (*Clorophora excelsa, Moraceae*) foi substituído, no Brasil, pela gameleira branca (*Ficusdoliaria, Moraceae*)..." (Cossard, 2006, p.58)

Notamos a adoção desta denominação para o espaço da sede da *Fazenda Roseira*, a partir da entrada de agosto de 2008 ,no relatório de atividades do grupo. Essa nomenclatura revela a referência que a Casa de Cultura Tainã representa para a Comunidade Jongo Dito Ribeiro. Adiante, trataremos do Programa Casas de Cultura, criado na Prefeitura de Campinas, na década de 1990, quando da gestão de Célio Turino, na Secretária de Cultura Municipal. O adjetivo "Afro", no entanto, só é utilizado na nomeação do *blog*. Segundo Áurea, "a gente quis manter a identidade do próprio espaço. A *Fazenda Roseira* já existia independente da gente, e ela já tem um sentido. A gente começa a demarcar o Afro nesse espaço. Na placa da fazenda acho também que não tá Afro." (entrevista com Áurea em 28/07/2012). Nesse sentido, o "Afro" é utilizado para demarcar a presença e ação do movimento negro da cidade naquele espaço.

de Oliveira Santos⁸⁹. Na ocasião da primeira reunião com a Secretaria de Assistência Social (18/02/10), os membros da comunidade ficaram otimistas com a possibilidade de parceria efetiva com a Prefeitura para o andamento do Projeto, que consideraram se adequar à sua proposta de ocupação do espaço. Aquela reunião foi encerrada com o agendamento de uma visita *técnica* à Fazenda, para que se averiguassem quais as reformas necessárias no local, no dia 24/02/10.

Nesta visita *técnica* à *Fazenda Roseira*, a Coordenadoria Setorial de Bibliotecas da Secretaria Municipal de Cultura (SMC) diz que seriam necessárias quatro salas da casa principal da Sede da Fazenda para a instalação da biblioteca, o que desagradou aos membros da Comunidade Jongo Dito Ribeiro, pois isso representa cerca de 65% do total do espaço. Preocuparam-se, então, com o espaço para as atividades que já aconteciam nesses mesmos cômodos.

Ainda seguindo o relato de Áurea, em abril de 2010, os membros da Comunidade Jongo Dito Ribeiro foram surpreendidos com a informação de que membros da Secretaria de Assistência Social, Cepir, Secretaria de Urbanismo e Coordenação Setorial de Bibliotecas da SMC estavam a caminho da *Fazenda Roseira*. Nesta visita inesperada, receberam as informações de que pendências referentes às obras na sede da Fazenda, ou a questão da ocupação de casas da sede por caseiros e outros (ver adiante) seriam da alçada da empresa proprietária do loteamento em construção. Também foram informados de que o projeto do Instituto Brasil-África seria um convênio gerido pela Academia Campinense de Letras⁹⁰. Nessa perspectiva, caberia à Unicamp a gestão da

⁸⁹ Político filiado ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), Hélio de Oliveira Santos, conhecido como Dr. Hélio, teve seu mandato cassado, em 20 de agosto de 2011, devido à denúncia de fraudes nas licitações da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento de Campinas (Sanasa) pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, que envolviam a sua esposa e chefe de Gabinete, Rosely Nassim Santos, acusada de chefiar "a cobrança de propinas para direcionamento das licitações e liberação de alvarás." (acessado no canal de notícias Folha.com). Note-se que uma das acusações contra o prefeito eram irregularidades em loteamentos. Com a cassação do Dr. Hélio, seu vice, Demétrio Vilagra, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), assumiu o cargo, apesar de ser apontado como um dos principais suspeitos no mesmo esquema de propinas da Sanasa. Ainda em dezembro de 2011, Demétrio Vilagra também tem seu mandato cassado pela Câmara de Vereadores, assumindo o cargo o então presidente da própria Câmara, Pedro Serafim, também filiado ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), que permanece no cargo até as eleições municipais de outubro de 2012.

Em março de 2012, Dimas Alcides Gonçalves é indicado como Secretário da Secretaria de Cidadania, Assistência e Inclusão Social da Prefeitura de Campinas, quadro que perdura atualmente.

Fontes consultadas: <a href="http://correiodobrasil.com.br/pasta-da-cidadania-assistencia-e-inclusao-social-tem-novo-comando/401146/em 11/03/2012 e ainda, http://www1.folha.uol.com.br e http://www1.folha.uol.com.br e http://veja.abril.com.br em 20/06/2012.

⁹⁰ É interessante notar que a Academia Campinense de Letras, fundada no ano de 1956, passou anos com problemas para o estabelecimento de uma sede própria, problema comum aos grupos de Jongo/Caxambu. Segundo Maria Gabriela Marins "Sem sede própria, as primeiras sessões ordinárias foram realizadas na casa do acadêmico Theodoro de Souza Campos Júnior; já as sessões solenes eram realizadas nos salões

biblioteca, sendo a Prefeitura Municipal de Campinas investidora. A Comunidade Jongo Dito Ribeiro seria responsável, então, pela produção de eventos culturais no local.

Após essa contextualização, Áurea convida a pesquisadora da Unicamp, a relatar a forma como se deu o convite da Secretaria de Assistência Social para que ela coordenasse o projeto da Biblioteca a ser instalada na Fazenda. A linguista relata que, desde 2007, coordena o projeto "Multilinguismo no Mundo Digital" de criação de um banco virtual de línguas, que se funda em acordo de cooperação entre países de Língua Portuguesa e Unesco⁹¹. Assim, membros da Prefeitura Municipal de Campinas a teriam convidado a coordenar o projeto da biblioteca que se pretendia instalar na *Fazenda Roseira*, já que esta seria orientada, em certa medida, para a mesma temática (relações Brasil-África), o que dialogaria com o Projeto da Unicamp⁹². Este teria como público-alvo pesquisadores universitários.

A pesquisadora ainda relata que mencionou sua vontade de conhecer a sede da Fazenda aos funcionários da Prefeitura e que estes haviam lhe dito que esta estava sendo

do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas e do Jóquei Clube Campineiro. No início dos anos 60, passaram a utilizar salas do consultório médico do acadêmico presidente Lycurgo de Castro Santos Filho. Em 1963, após negociarem o terreno doado pela Prefeitura, a Academia mudou-se para sua sede própria, no Edifício Barão do Rio Branco, no centro da Cidade. Todavia, com o tempo, o espaço não suportava as necessidades da ACL e, em 1976, com o apoio do então Prefeito municipal, Lauro Péricles, e supervisão de Lix da Cunha, foi inaugurada a nova e atual sede da Academia Campinense de Letras" (destaques RG). Podemos inferir que o prestígio e "status" sociais de que gozavam os membros da Academia, todos do "mais alto" círculo intelectual, certamente influenciaram positivamente nas negociações quanto à doação de terreno e apoio das gestões municipais.

Fontes Consultadas: http://www.academiacampinensedeletras.com.bre

http://memejornalismo.blogspot.com.br/2012/05/os-56-anos-da-academia-campinensede.htmlacessados em 20 de junho de 2012.

⁹¹O projeto "Multilinguismo no Mundo Digital" é desenvolvido no âmbito da Cátedra Unesco-Multilingüismo e Produção de Conteúdo em Língua Portuguesa no Mundo Digital, com sede na Coordenadoria de Centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa (Cocen) da Unicamp e oficializada pela celebração de convênio entre a Unicamp e a Unesco, em 22 de junho de 2007, contando com o apoio dos Ministérios da Educação e da Cultura. A assinatura do convênio marcou o encerramento do "Encontro Internacional de Multilinguismo no Mundo, organizado pelo Laboratório de Estudos Urbanos (Labeurb) da Unicamp, e contou com representantes do Brasil, da China, de Portugal, de Angola e Cabo Verde". Citações do site da Unicamp: http://www.unicamp.br/unicamp/noticias/unicamp-e-unesco-assinam-

Citações do site da Unicamp: http://www.unicamp.br/unicamp/noticias/unicamp-e-unesco-assinam convênio (consultado em 29/06/2012).

Sobre o projeto consultar:

 $\frac{http://www.unicamp.br/unicamp/noticias/c{\'a}tedra-unesco-multilinguismo-no-mundo-digital-faz-primeira-videoconferência-com-pequime}{}$

http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/junho2007/ju363pag11.html .

⁹² Segundo o relatório de atividades da Comunidade Jongo Dito Ribeiro este convite teria se dado por indicação do professor da Unicamp, também Coordenador Adjunto da Estação Guanabara, antiga estação ferroviária que abriga o "Centro Cultural de Inclusão e Integração Social criado, vinculado e mantido pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PREAC) da Universidade estadual de Campinas (UNICAMP). Trata-se de um espaço público tombado como patrimônio histórico e cultural da Cidade de Campinas, posto sob cuidados da Universidade. O CIS Guanabara é composto pelo conjunto arquitetônico recuperado da antiga Estação Guanabara." (site: http://www.cisguanabara.unicamp.br consultado em 06/07/2012). No relatório de atividades, há ainda a indicação de que um movimento social ocuparia o espaço da Estação Guanabara com atividades e teria sido retirado de lá, para dar lugar à parceria Unicamp, Prefeitura Municipal de Campinas.

reformada e, portanto, seria melhor que a visita se desse após o término das obras. No entanto, curiosa para conhecer o espaço, por conta própria, teria ido até a *Fazenda Roseira* e lá chegando deparou com membros da Comunidade Jongo Dito Ribeiro em suas atividades cotidianas. Conversando com aqueles que lá estavam, informou-se superficialmente sobre o histórico da ocupação do local pelo grupo e pegou o telefone de Áurea, com quem agendou uma conversa. Este contato foi esclarecedor para ambas as partes, uma vez que também sinalizou para o grupo de Jongo o intuito da Prefeitura de Campinas para a ocupação da *Fazenda Roseira*. A partir disso, a pesquisadora da Unicamp assume diante da Prefeitura Municipal de Campinas a postura de questionamento sobre a efetiva situação da *Fazenda Roseira* e recusa-se a colocar seu projeto de biblioteca a serviço da desarticulação de ações já em andamento da Comunidade Jongo Dito Ribeiro.

Posicionamento Estratégico

Após este relato da pesquisadora, a reunião preparatória tem seguimento com a proposta de Áurea de realização de um debate acerca do que seria exposto à Secretaria de Assistência Social, no dia seguinte. O objetivo é a discussão do que efetivamente se pretende quanto ao espaço e a estratégia de negociação com a Secretaria.

São feitas muitas intervenções de diferentes pessoas que, em sua maioria, trazem a preocupação em manter o espaço como um "equipamento cultural vivo", ocupado e direcionado para a comunidade local que batalha pela sua manutenção. Demonstra-se o receio de que a iniciativa da Prefeitura resulte na expulsão paulatina da Comunidade local do espaço como protagonista da gestão desse espaço, provocando o esvaziamento de sentido que esta lhe confere e dando prioridade para atores que não aqueles que tornam o local "vivo", uma vez que desalinhados dos interesses dos habitantes locais (cf. nota 93).

Também havia a preocupação da transformação de grande parte do espaço em uma biblioteca, o que poderia relegar as atividades, já desenvolvidas no espaço, a algum 'canto' esquecido e escondido na Fazenda: afinal uma biblioteca geralmente requer um ambiente silencioso para leituras, e as atividades envolvem muitos sons, como dos tambores, por exemplo. O projeto não oficializado da Comunidade Jongo Dito Ribeiro de ocupação do espaço prevê a instalação de uma biblioteca, o que se materializa na reunião de volumes de diferentes edições relacionadas à temática étnica e racial em um dos cômodos da casa. No entanto, os presentes demonstraram claramente que acreditam

que a manutenção das atividades já oferecidas é essencial, uma vez que são portadoras de elementos que julgam fundamentais para a compreensão e vivência da ancestralidade negra: a corporalidade, a oralidade e as experiências sonoras.

Uma fala que causa particular agitação nos participantes é a de uma funcionária municipal que, mesmo não sendo representante oficial da Secretaria de Assistência Social, nem integrante da equipe desta⁹³, anuncia-se como muito próxima a então Secretária da pasta. Diz ainda que está ali por pedido da mesma e que é portadora de informações fundamentais para que o grupo reunido pense nas estratégias a adotar na reunião vindoura. Mencionou que a Secretária estava convencida de que a Academia Campinense de Letras não teria o perfil mais adequado para a gestão da Sede da Fazenda, mas que este papel caberia, então, à própria Secretaria de Assistência Social. Seu discurso incentivava os parceiros ali reunidos a se conscientizarem de que poderiam perder o espaço definitivamente, caso assumissem uma postura muito dura na negociação.

Esta fala, no entanto, não encontrou eco entre os presentes e aqueles que se manifestam a seguir reafirmaram o desejo e a necessidade de estabelecer como uma précondição de negociação com representantes da Secretaria: a manutenção da gestão do espaço pela Comunidade Jongo Dito Ribeiro, enquanto representante de um conjunto de movimentos sociais da região. A presença da coordenação do Pontão, da representante da SCC e a minha própria foram apontados como indicativos da força de negociação que teriam na reunião com a Secretaria de Assistência Social no dia seguinte.

Recordo que muito me impressionou a fluidez com que as ideias e argumentos eram tecidos pelos atores ali presentes, além da capacidade articuladora que suas falas revelavam com uma rede de parceiros. Naquela conversa, podia-se notar um grande capital técnico e de experiências adquiridos na luta política pelos "direitos dos negros" e das comunidades locais e que este lhes proporcionava uma sofisticação em termos dos instrumentos aos quais recorriam e utilizavam. Estes se encontram compilados no relatório de atividades que nos é apresentado então. Tal documento é também um instrumento de luta e negociação, pois reúne informações a respeito do processo em questão, apontando para registros fotográficos, dados de processos abertos, que registram e oficializam o diálogo com a Administração municipal, informações sobre publicações da imprensa, oficial e ordinária (reportagens), demonstrando, enfim, uma

_

⁹³ A funcionária fazia parte então dos quadros da Secretaria Municipal de Cultura.

larga apropriação dos instrumentos burocráticos e meios de comprovação considerados legítimos. Além da força política de tais instrumentos, junto às instâncias governamentais, a documentação do processo serve também como uma memória registrada e passível de ser acionada por outros atores em lutas futuras. Em resumo, percebe-se que estes atores tiveram a perspicácia de perceber a força que a articulação com diferentes movimentos lhes proporciona, atualizando estratégias e contando com o apoio das diferentes experiências que estes trazem consigo.

Reunião na Coordenadoria Especial de Promoção da Igualdade Racial (Cepir)

A reunião preparatória, que contou com a presença e a intervenção de uma mensageira da Secretaria de Assistência Social, também nos alertou para o clima tenso que nos aguardava na reunião com representantes desta Secretaria na Cepir (Centro de Campinas), na manhã do dia 18 de junho de 2010.

Às 10 horas da manhã, horário agendado, lá chegamos eu, Isadora, Morena, Joana e Áurea. Já encontramos lá a liderança responsável pela Casa de Cultura Tainã e um dos criadores da Rede Mocambos e dois de seus colaboradores também estavam presentes.

Levamos conosco exemplares de edições para presentear os representantes da Prefeitura, tanto do Iphan (Dossiê Iphan nº5, o *Jongo no Sudeste*), quanto do Pontão [coletânea *O Jongo na Escola* - composto por nove documentários "produzidos junto às comunidades jongueiras por diferentes parceiros" (Apresentação *O Jongo na Escola*) acompanhados por sugestões didáticas de como trabalhá-los em sala de aula]. Tais oferecimentos também vinham no sentido de buscar esclarecer o tipo de trabalho que o Iphan e a UFF desenvolvem com os grupos de Jongo/Caxambu.

Aguardamos cerca de 30 minutos até sermos recebidos por uma equipe que contava com: a então responsável pela comunicação do gabinete do Prefeito, o representante da Secretaria de Assuntos Jurídicos da Prefeitura, a Procuradora Jurídica da Secretaria de Assistência Social; dois membros da Cepir, César Pereira dos Santos da Coordenadoria de Políticas Públicas da Juventude da Secretaria de Assistência Social; a Coordenadora Setorial de Bibliotecas da Secretaria Municipal de Cultura; além da portadora da mensagem da Secretária de Assistência Social na noite anterior, então também integrante da equipe da Secretaria Municipal de Cultura.

Na solicitação de agendamento de reunião, havíamos convidado o então Prefeito e a então Secretária Municipal de Cidadania, Assistência e Inclusão Social; porém,

quando da confirmação da reunião, fomos informados de que ambos não poderiam atender à mesma.

Inicialmente, a Procuradora Jurídica da Secretaria pede desculpas pelo local da reunião que teve de ser incrementado com algumas cadeiras já que, conforme alegou, não esperavam tanta gente, pois não estavam acostumados a receber esse número elevado de pessoas para as reuniões. Isadora menciona que esta é a "forma como trabalhamos - sempre articulada aos grupos". Começa a falar sobre a razão pela qual ali estamos, mas é imediatamente interrompida pela Procuradora que pergunta quem ali é o representante do CNFCP, uma vez que a reunião foi agendada a partir de um Oficio expedido pelo mesmo⁹⁴. Identifico-me então como a representante do CNFCP e não pude deixar de notar certa expressão surpresa, quem sabe por me considerar muito jovem, para representar a única Instituição pela qual demonstrou interesse de diálogo. Torna a perguntar se sou eu a representante do CNFCP, o que afirmo novamente.

A autonomia decisória e administrativa dos governos municipais em relação aos governos estaduais e federal certamente é uma prerrogativa que representantes de cada uma das instâncias deve sempre ter em mente e respeitar. No entanto, podemos observar, em situações como esta da qual tratamos, que há uma hierarquização das relações institucionais em jogo. Ficou claro, que naquele momento, um programa de extensão universitário, mesmo que ligado a uma Universidade Federal e, portanto, representando uma autarquia ligada ao Ministério da Educação, interessava menos, enquanto interlocutor, do que a Unidade de uma Autarquia ligada ao Ministério da Cultura. Talvez houvesse o interesse de que este último, contando com recursos próprios mais flexíveis, uma vez que os programas de extensão no geral têm seus recursos limitados em sua aplicabilidade, pudesse representar uma possibilidade de investimento no Município.

Passamos, então, por uma rodada de apresentações (nome e instituição que representa) na mesa, ao que se segue uma fala de Isadora sobre o motivo do apoio das Instituições ali representadas (CNFCP/ Iphan, UFF e SCC) às ações do grupo de Jongo de Campinas, com base na busca de valorização e reconhecimento do Jongo/Caxambu

⁹⁴Note-se que o Pontão havia enviado um ofício agendando a reunião, bem como o Centro. O Pontão foi responsável por diversos contatos telefônicos, bem como eletrônicos, cobrando uma resposta quanto à disponibilidade de agenda. Esta, por fim, foi dada por meio de mensagem eletrônica em retorno ao Pontão, que copia, então, a mensagem para as partes envolvidas. Não houve uma resposta por intermédio de ofício a nenhum dos envolvidos por parte da Secretaria de Assistência Social. No entanto, em sua fala, a Procuradora dá ênfase ao ofício enviado pelo CNFCP/IPHAN, possivelmente indicando que dava mais importância a uma Autarquia federal do que a um Programa de Extensão de uma Universidade Federal.

como Patrimônio Cultural e sua a salvaguarda dizer respeito à garantia de direitos prioritariamente dos *jongueiros*. Sendo a Comunidade Jongo Dito Ribeiro uma das portadoras desse saber, nosso papel ali era advogar sobre a necessidade de reconhecimento, por parte da Prefeitura, do trabalho de recuperação da *Fazenda Roseira* empreendido pelo grupo, a fim de que suas ações no espaço continuassem rendendo os muitos frutos de forma consolidada.

Áurea discorre sobre o trabalho que o grupo Jongo Dito Ribeiro realiza na casa, da busca contínua de negociação com a Prefeitura e também do desejo daquele coletivo em prosseguir gerindo a Fazenda de forma definitiva, como estratégia de Salvaguarda do Jongo.

Discute-se sobre a diferença entre *gestão* e *cessão de uso do espaço*. A representante do Gabinete do Prefeito informa que a *gestão do espaço* exige a abertura de um processo de concorrência pública, ou seja, de licitação. Já a *cessão de uso* é concedida, através de indicação direta pelo convenente – no caso, a Prefeitura.

A Procuradora da Secretaria de Assistência Social justifica a proposta de convênio feita à professora da Unicamp, devido ao fato de avaliarem que a Instituição ofereceria maior estabilidade ao projeto, uma vez que a *Fazenda Roseira* é um espaço demandado não apenas pela Associação Jongo Dito Ribeiro, mas também por cerca de vinte outras organizações da sociedade civil (apesar de não especificar quais seriam).

Sem nenhuma resolução quanto à situação, os representantes da Secretaria de Assistência Social solicitaram à Associação Jongo Dito Ribeiro que unificassem todas as petições já apresentadas, atualizando-as e enviando-as para a Secretaria. A procuradora diz: "é impossível construir junto antes de estar pronto", referindo-se ao trâmite documental requerido.

Vejamos a seguir algumas fotografías da reunião ocorrida na Cepir, cedidas por Roniel Felipe, colaborador da Casa de Cultura Tainã. Observamos como a sala onde se realizou o encontro realmente quase não comportava todos os participantes. Sendo assim, o fotógrafo teve dificuldades em enquadrar a todos em uma única foto e, mesmo alguns participantes não são mostrados ou aparecem apenas residualmente nas imagens, de quem podemos apenas identificar a cabeça em uma das fotografías.



Foto 24 - A Procuradora Jurídica da Secretaria de Assistência Social fala durante a reunião na Cepir.

[foto: Roniel Felipe]



Foto 25– Outro registro da reunião. Nesse momento, Áurea tem a palavra. Note-se que na mesa há um fichário do Pontão de Cultura de Cultura do Jongo, levado para ser dado à Secretaria. Abaixo dos papéis da procuradora também há um exemplar do dossiê Iphan n°5 – o Jongo no Sudeste. Ambos tratam de materiais de divulgação do Jongo e são muito utilizados nesse tipo de situação para apresentar, tanto a manifestação quanto o trabalho desenvolvido, no âmbito das ações de salvaguarda, e portanto, em parceria com o Iphan e a UFF.

[Foto: Roniel Felipe]



Foto 26 - Fala de Rebecca Guidi. [Foto – Roniel Felipe]



Foto27–Mais um registro da reunião. [Foto – Roniel Felipe]



Foto28- Foto da reunião na Cepir. [Foto – Roniel Felipe]

Desdobramentos

Depois desta reunião, enviei um relato das discussões realizadas, em mensagem eletrônica, para a *técnica* do Iphan em São Paulo, com cópia para a Coordenação do Pontão e também para Áurea e Joana, caso alguma delas quisesse adicionar alguma informação à minha descrição. Áurea aproveita a sistematização que fiz e a encaminha em nova mensagem aos parceiros da Casa de Cultura *Fazenda Roseira*, o que me gerou grande constrangimento, uma vez que se tratava de uma mensagem informal e, portanto, poderia ser mal interpretada, caso fosse lida por membros da Secretaria de Assistência Social. Mesmo tendo comentado com Áurea para que tomasse maior cuidado com o que encaminhava aos parceiros, este relato que enviei se tornou o registro considerado o mais "fiel" por ela.

Este ano, quando solicitei que me enviasse documentação que teriam produzido sobre reunião, como uma complementação daquele relatório de atividades do grupo, por exemplo, para observar a forma com que teriam documentado a reunião, para minha surpresa, recebo a tal mensagem que escrevi, encaminhada por Áurea, acompanhada do comentário de que "O melhor relato sobre a reunião na minha opinião foi o seu, que conseguiu observar todas as contradições envolvidas na *Fazenda Roseira* e a Prefeitura, **segue anexo o seu relato"** (mensagem de *e-mail* recebida de Áurea em 01/03/12, destaque dela). Percebi, então, que meu papel institucional também interferiu na forma com a qual o grupo constrói aquele momento passado.

No e-mail em que Áurea encaminhou meu relato aos parceiros, também pedia que

mandassem propostas para serem enviadas à Secretaria de Assistência Social, a fim de oficializar a proposta de cessão de uso do espaço para a Comunidade Jongo Dito Ribeiro, conforme acordado no desfecho da reunião na Cepir.

No entanto, só se apresenta tal documentação à Prefeitura de Campinas quase dois anos após a reunião. Neste ínterim, além das inúmeras atividades que o grupo continuou a oferecer na Casa de Cultura *Fazenda Roseira*, que absorvem tempo considerável de seus membros, as muitas instabilidades políticas causadas pelo *impeachment* do Prefeito em agosto de 2011, trouxeram mudanças na equipe de governo municipal. Assim, a redefinição na composição de pessoal das Secretarias e do Gabinete do Prefeito deixou em aberto a questão sobre a jurisprudência da administração do espaço da Fazenda e as negociações em andamento caíram por terra.

O documento encaminhado ao Gabinete do Prefeito, protocolado sob o Nº12/1022470, foi elaborado pela Comunidade Jongo Dito Ribeiro, segundo a orientação de um advogado. Junto foi entregue o Estatuto da Associação Jongo Dito Ribeiro e uma cópia da cessão de uso de espaço da Prefeitura para a Casa de Cultura Tainã, como modelo do seu pleito. O pedido está em análise na Prefeitura, e as últimas informações que Áurea teve foi de que seu último paradeiro dentro da Prefeitura seria a Coordenação de Bibliotecas, onde a coordenação permanece à cargo da mesma funcionária do período da reunião em 2010. A nova gestão da pasta de Cultura, sob o comando da mesma funcionária da época da reunião da Cepir ocupava um cargo no gabinete do Prefeito, seria, na opinião de Áurea, um dos motivos da demora do trâmite de análise do Processo.

Independentemente do desfecho, ainda em aberto, na avaliação de Áurea, as reuniões das quais tratamos até aqui foram fundamentais para a redefinição das disputas em torno da ocupação da *Fazenda Roseira*. Segundo ela, comprovou-se então a "seriedade" dos propósitos do grupo, até então visto como uma "entidade familiar", devido principalmente às parcerias afirmadas diante da Prefeitura de Campinas com instituições federais "de respeito". A própria gramática em que se baseia a argumentação do grupo – calcada na preservação patrimonial – conflui para aquelas dos Órgãos ali representados (Iphan, SCC e UFF).

"...aquela nossa reunião, a ida do Iphan, do MinC pra lá foi um divisor de águas. Concreto, real. Um divisor de águas. É um processo até aquela reunião e é outro processo depois daquela reunião. (...) Não era simples, não era só um grupo de preto que bate tambor e que a gente

expulsa daqui a hora que quiser. É um grupo sério, que tem articulações que são sérias e que não estão falando loucuras. Então nessa de todo mundo se organizar, porque sempre foi a gente falando a verdade, fazendo coisas reais e eles com um monte de golpes querendo nos oprimir. Então com a chegada desses parceiros institucionais essa seriedade se fortalece, aí quem não está adequado, vai querer se adequar, até para poder discutir em pé de igualdade."

(Áurea, entrevista em 28/07/2012)

II. Contexto

A formação do grupo

A Comunidade Jongo Dito Ribeiro da Cidade de Campinas (SP), conforme denominada por seus membros, passa a se organizar no ano de 2002; é assim nomeada em homenagem a Benedito Ribeiro, *jongueiro* avô da membro e fundadora Áurea⁹⁵. Além de *jongueira*, ela é historiadora e também mestre em urbanismo, ambos os títulos obtidos pela PUC-Campinas⁹⁶. Sua produção acadêmica, notadamente a Monografia de Conclusão de Curso e a Dissertação de Mestrado⁹⁷, apresentam a visão da autora sobre diversos temas transversais relacionados ao Jongo e sua prática e compõem uma importante fonte bibliográfica para este Capítulo⁹⁸. Representam também dois momentos na trajetória da liderança de um dos grupos que passa a integrar o Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, a partir do ano de 2009, no início do segundo convênio estabelecido entre Iphan e Fundação Euclides da Cunha (FEC) de apoio à UFF, quase

⁹⁵A trajetória pessoal/profissional de Áurea está, em grande medida, contida no decorrer da descrição da trajetória da Comunidade Jongo Dito Ribeiro. Importa, no entanto, salientar alguns elementos, tais como a sua formação técnica no Magistério durante o segundo grau, o que resultou no seu envolvimento com a área da Educação já muito jovem. Inicia a sua carreira dando aulas em uma escola privada de Educação Infantil, no bairro onde mora até hoje, Jardim Roseira. Até os dias de hoje, prossegue com atividades docentes, porém, após a sua formação superior, dá aulas para o Ensino Superior (Faculdades Integradas Maria Imaculada/ FIMI, em Campinas), ministrando a Disciplina de História da África (Currículo Lattes/Plataforma Lattes CNPQ).

⁹⁶ O arquiteto e professor da PUC-Camp, presente na reunião preparatória, descrita neste Capítulo, era então orientador de Áurea, no Programa de Pós-Graduação em Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e Tecnológicas.

⁹⁷A Dissertação de Mestrado de Áurea, *Requalificação Urbana – A Fazenda Roseira e a Comunidade Jongo Dito Ribeiro, Campinas – SP*, pode ser consultada no site do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da PUC-Campinas:

http://www.puc-campinas.edu.br/pos-graduacao/stricto-sensu/programa-de-posgraduacao-emurbanismo/teses-e-dissertacoes/ acessado em junho de 2012.

⁹⁸Além da produção acadêmica de Áurea, também são fontes de consulta o relatório de atividades do grupo, entregue antes da reunião preparatória, relatórios de atividade do Ponto de Cultura gerido pela Comunidade Jongo Dito Ribeiro, as publicações dos *Blogs* da Comunidade Jongo Dito Ribeiro e da Casa de Cultura AFRO *Fazenda Roseira*, além de conversas que tive com Áurea, por ocasião de reuniões do Pontão, bem como mensagens eletrônicas relacionadas a assuntos da *Fazenda Roseira* trocados entre nós, desde o ano de 2010 e, por fim, uma entrevista que me concedeu no final de julho de 2012.

três anos após o início das atividades de salvaguarda no escopo do Iphan.

Na narrativa de Áurea, a história de criação e consolidação da Comunidade Jongo Dito Ribeiro é perpassada por uma procura - não só pessoal, mas também coletiva - pela compreensão de suas "raízes identitárias". Esse processo é apresentado como subjetivo e objetivo, uma vez que diz respeito a sentimentos de pertença a um coletivo de maior amplitude, (qual seja, aquele que se define a partir de sua negritude⁹⁹) e também de posturas políticas deliberadas, calcadas sempre em uma grande capacidade articuladora dos atores envolvidos, através, principalmente, das ações desenvolvidas na Fazenda Roseira.

Buscando compreender o que é ser "mulher, negra e residente de uma das regiões periféricas de Campinas", após abandonar curso de Administração de Empresas em uma universidade privada, por falta de recursos, e da demissão de um trabalho pelo que caracteriza discriminação racial, Áurea relata que, instigada por um momento de forte ebulição cultural em Campinas, provocada em grande medida por projetos da Casa de Cultura Tainã, e também pela proximidade de universitários, forma, com outros dois amigos, um grupo de pesquisa sobre manifestações culturais brasileiras, enfocando, principalmente a questão da musicalidade.

Local importante para tais encontros foi justamente a Casa de Cultura Tainã, onde Áurea e seus companheiros de pesquisa participam, em 2002, de uma roda de Jongo com o grupo de Guaratinguetá, mediada pela Associação Cultural Cachuêra! de São Paulo.

> Áurea – "A gente estava num momento que a cidade estava fervendo culturalmente, e a universidade, assim, muitos pesquisadores culturais estavam muito empolgados com a Tainã, com a riqueza de instrumentos. Então ia muitos acadêmicos pra Tainã. O Jongo chegou por acadêmicos através do Daniel que pesquisava isso no Cachuêra!¹⁰⁰, o maracatu chegou por acadêmicos porque tinha uma galera que pesquisava e começou a ir na Tainã porque curtiam um som, e tinham essa pegada de fazer tambor. Muitas alfaias foram feitas

(trecho do vídeo "Raízes da Roseira", disponível em

⁹⁹ Sobre o assunto Áurea diz: "...eu já aprendi bastante que a negritude não tá vinculada a uma cor de pele, e a Biologia também já fez isso por nós. Ser branco ou ser negro, pode ser um monte de coisa, é uma coisa muita mais física – não, eu estou falando numa perspectiva de sentido, de cultura e de africanidade. E esse sentido transcende a cor da minha pele, e esse sentido e o desejo de fortalecimento transcende os canais que me distanciam e me aproximam de outras culturas."

http://www.youtube.com/watch?v=pdWufVpKHns&feature=player_embedded#!).

Note-se que a Associação Cultural Cachuêra! não é formalmente integrante do universo acadêmico. Possivelmente por conta da natureza das atividades da Associação Cultural (pesquisas de campo), e pelo fato de ser frequentada por pesquisadores acadêmicos, Áurea classifique suas atividades enquanto acadêmicas.

na Tainã. Então lá foi um lugar que a gente conheceu muita gente de muitos lugares."

(...)

Rebecca – "Mas esse grupo de pesquisa que vocês tinham formado, eles também se identificavam com essa questão do pesquisar as "raízes afro"?"

Áurea – "Músicas... Toques. A gente tocava Maracatu, a gente tocava Jongo, a gente tocava Batuque. Tinha a ver com a cultura afro, mas a gente não tinha essa ideia "não, vamos pesquisar toques afro", não, a gente tocava o que a gente gostava e a gente estava ouvindo muito isso."

(Entrevista com Áurea, 28/07/2012)

Em conversa não gravada, Áurea me contou que, depois dessa roda, ficou amarrada como dizem os jongueiros/caxambuzeiros, como que encantada, pensando por dias nos pontos que escutou naquela roda. A partir de então, passou ter sonhos constantes com um senhor que cantava pontos para ela, como aqueles que ouvira na roda da Casa de Cultura Tainã. Ela perguntou então à sua mãe: "você sabe o que é esse Jongo? Tem gente que fala que é macumba, e eu estou começando a achar que é, porque disso eu entendo", fazendo menção aqui à sua experiência na Umbanda que relata ter começado aos seus doze anos de idade. Conta ainda que isso a instigou a buscar saber mais sobre o Jongo.

Com o tempo, Áurea descobre que seu avô era *jongueiro*, como lhe contam seus tios e mãe, e que aquele senhor que lhe aparecia em sonhos era, ninguém menos que ele: Benedito Ribeiro, nascido em 1904, em Minas Gerais, na região de Caldas.

Essa revelação, quanto ao avô ser *jongueiro*, fez com que a sua relação com a manifestação adquirisse um novo significado e peso. Essa expressão com a qual já era familiarizada, por conta dos estudos que empreendia, na área de culturas populares, passa então a representar o seu passado familiar, sua identidade. Vemos, na sua fala a seguir, que a sua ancestralidade é então relacionada intimamente com elementos de "matriz africana", marcados, sobretudo, por um cunho espiritual.

"Acho que quando meu tio fala que meu avô fazia isso, cai um peso de ancestralidade, e aí eu tenho um outro olhar pra cuidar da coisa. Eu não consigo daí desvincular das minhas relações de matrizes africanas. Porque eu tinha recebido há um ano e meio antes um aviso que eu tinha que cuidar de um ancestral, e quando eu conheci a Mãe Maria Ivalda no Maracatu, eu lembro que tava a maior confusão de quem ia ser a rainha do Maracatu, ela olhou pra mim e falou "tem que ser ela, porque ela tem ancestralidade". Eu nem sabia direito o que era isso, o que ela queria dizer com essa questão de ancestralidade, o que ela estava querendo me falar com isso. Ainda ela falou que eu tinha

que cuidar da minha avó, que tinha uma pessoa da minha família... E minha avó tinha sido baiana de escola de samba, então eu achei muito... Eu tinha um vínculo muito forte com a minha avó. Eu não conheci meu avô, nunca vi na minha vida esse homem, esse Dito Ribeiro. Não conheci fisicamente. Então, quando eu fiquei sabendo o que eu tinha que fazer para cuidar da minha avó eu não quis, eu achei que era muita responsabilidade, que mesmo espiritualmente eu não estava pronta. Aí quando eu fui ver, eu caí no meio do Jongo e já estava. Eu não tinha nenhuma dimensão do que ia virar esse Jongo."

(Áurea, entrevista em 28/07/12 – destaques RG).

Para explorar, em maior profundidade, a questão da reconstrução identitária que observamos nesse caso, podemos aqui lançar mão novamente da argumentação de Michel Pollak, desta vez, focando seu entendimento sobre a construção da memória individual. O autor estabelece, entre a memória individual e a memória coletiva, a característica comum de serem resultadas da "gestão de um equilíbrio precário, de um sem-número de contradições e de tensões" (POLLAK, 1989. p.13). Entende as histórias de vida, como reconstruções *a posteriori* que envolvem o ordenamento de acontecimentos significativos de existências, de forma a lhes dar coerência e continuidade, elementos fundamentais para que as próprias pessoas tenham credibilidade pelas identidades assim forjadas. As histórias de vida podem, assim, ser consideradas como instrumentos de reconstrução de identidades. Segundo Pollak, as memórias individuais, assim como as memórias coletivas, são indissociavelmente ligadas à organização social da vida, a qual ajudam a construir.

Nesse reordenamento de elementos, implicado na reconstrução de identidades, alguns acontecimentos são ressaltados e outros silenciados, não apenas por uma questão de esquecimento, mas também por um processo reflexivo, a respeito do que se quer demonstrar ou não, de como que se quer definir a si ou não.

Por muitos anos, a família de Áurea, seus tios e sua mãe, não acharam relevante lhe dizer a respeito do fato de ser o seu avô *jongueiro*. Quando ela, por outros caminhos, chega ao Jongo e tem essa revelação, isso se torna um marco essencial, provocando uma reorientação radical em sua definição identitária. Nesse caso, a revelação de ser o seu avô, pessoa com quem não teve a oportunidade de conviver, *jongueiro*, deu um significado especial ao sentimento e à emoção que experimentou na roda de Jongo na Casa de Cultura Tainã, com o grupo de Guaratinguetá.

No Jongo/Caxambu, a experiência mais comumente encontrada é a transmissão intergeracional nas famílias, através das experiências compartilhadas. Neste caso, a

fonte da tradição continua sendo familiar, por residir na família o elemento escolhido/sentido por Áurea como definidor indispensável para sua definição identitária. No entanto, a transmissão da prática foi realizada pelo aprendizado com outro grupo que não o familiar, o qual aceitou apadrinhar a Comunidade Jongo Dito Ribeiro. Não devemos nos esquecer, no entanto, de que a presença de seu avô em seus sonhos, bem como a inexplicável habilidade em fazer pontos que Áurea adquiriu de um momento para o outro (ver adiante) são elementos por ela caracterizados como espirituais e inexplicáveis que, de certa forma, fazem com que a transmissão possa ocorrer por outro meio também considerado aqui legítimo, o da revelação instigada pela experiência sensível e mediada por espíritos.

Após a descoberta da "ancestralidade jongueira", o grupo de pessoas mobilizadas pelo trio de amigos, para pesquisar a musicalidade, de forma prática, começa então a ganhar mais adeptos e outros contornos, centrando-se definitivamente na prática do Jongo como bandeira e seguindo de perto o processo de mudanças pessoais pelo qual Áurea passou ao se descobrir *jongueira*.

Nesse ínterim, muitas visitas do grupo nascente de Campinas foram feitas ao bairro do Tamandaré, onde vivem os integrantes do Jongo, no Município de Guaratinguetá (SP)¹⁰¹. Assim, Áurea apresenta como referências de seu grupo *jongueiras(os)* velhas(os) de Guaratinguetá, além dos "seus mais velhos", como se refere àqueles de sua família. No entanto, a significação do Jongo, como uma herança familiar, faz com que ganhe contornos para além de uma prática cultural lúdica, sendo incorporado como identidade própria e, para tanto, ao logo do tempo, a sua forma de fazer (dançar e cantar) o Jongo adquire particularidades, como observamos no relato de Áurea a seguir.

"Acho que quando o Jongo deixa de ser uma tríade, da gestão minha, do Flávio e do André e se torna Comunidade Jongo Dito Ribeiro ligado ao meu avô, a comunidade muda muito. (...)

Hoje eu não consigo me imaginar, porque o Jongo mudou minha vida, ele me mudou. Acho que vários problemas que eu tinha de uma necessidade de ter espaço, o Jongo me deu esse espaço, eu posso

⁻

Ressalte-se que o grupo de Guaratinguetá conta com relações muito próximas com a Associação Cultural Cachuêra!, e que foi "objeto" de estudo de Wilson Penteado Jr, tanto em sua Dissertação de Mestrado "Jongueiros do Tamandaré – Um estudo Antropológico da prática do jongo no Vale do Paraíba Paulista (Guaratinguetá – SP)", de 2004 (vencedor do prêmio Silvio Romero do CNFCP em 2006), quanto de sua Tese de Doutorado, "Uma Trilha ao *Intangível* - Olhares sobre o jongo no espetáculo da brasilidade", de 2010, ambos pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Áurea menciona a Dissertação de Mestrado de Penteado Jr. em sua Monografia de Conclusão de Curso de 2008.

viajar no caminho da intelectualidade, eu posso viajar na prática da ação, de produção, de organizar festa. Ele me abre um campo absurdo! Ele me mudou mesmo assim, de dentro, eu não sei explicar. É muito esquisito. E me fortaleceu de uma maneira que eu nunca fui. O Jongo me deu uma força, e uma força mesmo de... Eu não sei explicar. É diferente, eu sou outra pessoa depois do Jongo. E as pessoas que passaram o processo com certeza sentiram, porque eu não sabia o que era certo, mas eu sabia que tinham coisas que não eram corretas. Então quando a gente começou a fazer o Jongo eu tinha uma cartilha, literalmente. Como que abre, como que fecha, o que eu posso cantar depois do que e é isso, não saíamos daquilo. Eu sentia que eu podia não saber fazer tudo, mas tinha que fazer bem feito, o mínimo que fosse. E nesse decorrer de mínimas coisas, a nossa dança foi surgindo. Ainda hoje eu me surpreendo quando eu me vejo com Guará e vejo como que a gente dança diferente, como a gente toca diferente, nem parece que eles foram os meus fundamentais, minha referência. A gente virou duas coisas diferentes, não de ações, mas de toque, de forma de cantar. Então existe uma coisa que nos conduz e tem um momento para cada coisa acontecer, como eu não sabia fazer ponto. Eu só comecei a *fazer ponto* um dia que o Flávio me expôs numa festa nossa, porque ele sabia fazer ponto e eu não. Ele começou a tirar o maior sarro da minha cara na frente de todo mundo, eu não sabia fazer aquilo. E aquele dia eu fiz, eu cantei nem sei quantas coisas, então tem coisas que acontece no Jongo em determinados momentos que não dá para explicar porque aconteceu. E com eles foi muito esse processo. O Flávio, em alguma medida, mesmo não estando todo dia no Jongo, eu sinto ele no Jongo. Toda festa que a gente está, todo compromisso que a gente tem, ele tem... É uma relação com todas as modificações, acho que dentro dele ele percebe, porque eu entendo que a gente no Jongo se reencontra. Eu não acho que é nova a minha relação com o Flávio, com a Luanda. As pessoas que ficam no Jongo, independente dos aspectos físicos, se são loiras, claras, negras, se são pobres, ricas, eu acho que a gente se encontra por uma causa, e que não é novo, é um reencontro. A gente só está se reencontrando, ou refazendo alguma coisa."

(Áurea, entrevista em 28/07/2012– destaques RG)

Note-se que a herança familiar extrapola a noção de família consanguínea, conformando uma família que se estende também para afinidades espirituais e políticas. Nesse aspecto, importa dizer que a Comunidade não é fixa, flutuando conforme presenças e ausências de integrantes que, devido a planos pessoais, ausentam-se e retornam à Campinas, ou mesmo de proximidades e distâncias estabelecidas pelos mesmos, em função de seus momentos de vida. Tudo leva a crer que o núcleo mais constante do grupo é a família de Áurea: sua mãe, sua filha, sua tia e seu tio (também filhos de Benedito). Voltamos então à família consanguínea sem, no entanto, nos esquecer de que nela reside a força integradora do grupo, mas que, a partir dela, uma grande mobilização política se conforma.

Integração e reconhecimento pelos pares (outros grupos de Jongo/Caxambu)

A partir da aproximação com a Associação Jongueira do Tamandaré, integrantes da Comunidade Jongo Dito Ribeiro passam a tomar contato com a arena mais ampla de integração entre *jongueiros e caxambuzeiros*, a qual começa a ser tecida no ano de 1996, a partir da articulação dos Encontros de Jongueiros¹⁰² e da Rede de Memória do Jongo, criada no ano de 2000.

Segundo a Monografia de graduação de Áurea, o grupo de Campinas passa a acompanhar os Encontros de Jongueiros a partir do oitavo, ocorrido, justamente, na Cidade de Guaratinguetá. Em 2004, alguns membros da Comunidade Jongo Dito Ribeiro participam do nono Encontro de Jongueiros, ocorrido na Fundição Progresso, casa de "shows" na Lapa, no Rio de Janeiro¹⁰³. No décimo Encontro, em 2005, o grupo ganha o aval para se apresentar durante o evento, o que configura uma espécie de reconhecimento, enquanto "membro" legítimo deste coletivo¹⁰⁴.

Tal aceitação, no entanto, demorou a se espelhar na integração do grupo ao conjunto daqueles que faziam parte das ações de salvaguarda no escopo do Iphan, desde o ano de 2006, dentre eles, os grupos de Guaratinguetá. A discussão sobre quais grupos deveriam ser convocados para fazer parte dessas discussões esteve, desde os primeiros momentos, pautada nas reuniões de equipe e de consultores que ocorriam regularmente

¹⁰² Cf. Anexo 3 - listagem dos Encontros de Jongueiros realizados até hoje.

O ano de 2004 é um marco nos Encontros de Jongueiros, pois é o primeiro em que há o aporte de recursos do Programa Petrobrás Cultural, captados pela Associação Cultural Brasil Mestiço. Os próximos encontros (2005, 2006, 2008) são produzidos com os recursos desse Programa por esta Associação.

¹⁰⁴ A definição de critérios e naturezas da participação dos grupos nos Encontros de Jongueiros é resultado de discussões no âmbito da Rede de Memória do Jongo, e consensualizadas em reunião no mês de novembro de 2005, no auditório do CNFCP. Segundo publicação no Blog Encontro de Jongueiros, hoje inativo, dessa reunião participaram representantes da Associação Brasil Mestico, Jongo de Campinas, Caxambu de Carangola, Caxambu de Miracema, Observatório Jovem/UFF, Caxambu de Santo Antônio de Pádua, Jongo de Piquete, Caxambu de Porciúncula, Jongo do Quilombo São José, Jongo da Serrinha, UFF/Pádua, Jongo de Pinheiral e Jongo de Arrozal, além do pesquisador Pedro Simonard. Ainda segundo essa publicação, o principal critério estabelecido para a apresentação de novos grupos nos Encontros foi a "comprovada ancestralidade da tradição do Jongo e do Caxambu". Devido ao fato de estas reuniões da Rede de Memória e de os próprios Encontros atraírem cada vez mais grupos desconhecidos aos que já se reuniam, provocou também a definição de que a participação de alguns membros destes 'novos' grupos nos Encontros seria bem vinda, bem como de suas lideranças nas reuniões da Rede de Memória. Após a participação das lideranças em, ao menos, três reuniões da Rede de Memória, os grupos poderiam se apresentar integralmente (todos os membros) nos Encontros. Assim. ficou decidido naquela reunião que no décimo Encontro de Jongueiros os grupos de Arrozal, Vassouras, Andrade Costa (Vassouras) e Carangola poderiam enviar, cada, cinco membros, sendo sua participação nos próximos encontros condicionada à presença de suas lideranças nas reuniões seguintes da Rede de Memória. Os grupos que se apresentariam no décimo Encontro seriam: Angra dos Reis, Barra do Piraí, Campinas, Guaratinguetá, Miracema, Santo Antônio de Pádua, Pinheiral, Piquete, Porciúncula, Quissamã, Quilombo São José e Serrinha.

no CNFC sobre a salvaguarda do Jongo/Caxambu.

Lívia, coordenadora da equipe então formada por dois contratados que participaram do Projeto Celebrações e Saberes e dois funcionários do CNFCP, hoje consultora da Unesco no DPI, nos orientava no sentido de que o inventário do Jongo não se pretendeu exaustivo, mas amostral; representou, portanto, o ponto de partida para futuros alargamentos. Quais seriam os critérios para tais alargamentos, no entanto, era uma questão considerada delicada. Havia um grande receio quanto a uma nova modalidade de grupos que proliferavam então: os que propagavam o "Jongo show", ou seja, uma forma espetacularizada de fazer o Jongo/Caxambu, a qual o desvinculava de um papel de referência identitária e se voltava para a prática, no que tange aos elementos artísticos, estéticos e musicais. A questão que se colocava não era tanto a sua existência, mas o seu beneficiamento pelas ações de salvaguarda, que deveriam, aos olhos da equipe naquele momento, ser voltadas para os grupos de cunho "tradicional".

Em 2006 e 2007, opta-se por convidar todos os grupos que já estavam identificados na pesquisa que embasou o *pedido de registro* do Jongo. A indicação de inclusão por esses grupos certamente sempre foi considerada como um dos critérios mais apelativos ao Iphan, uma vez que saberiam reconhecer os seus pares melhor do que nós.

Recordo-me que havia ainda certa dúvida quanto à natureza do grupo de Campinas, pelo fato de ter como característica marcante a acentuada quantidade de membros universitários, além de apresentar projeto político muito claro de recriação do Jongo, o que colocava o seu caráter *tradicional* em questão. Note-se que, no processo de aproximação do grupo, que foi construído a partir da integração paulatina deste com os outros já envolvidos, também é promovida pelo convite para participarem do lançamento do Dossiê Iphan nº 5 – *O Jongo no Sudeste*, realizado em 2008 no CNFCP, concomitantemente à II Reunião do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu¹⁰⁵. Nessa ocasião, foram convidados os quatro *Superintendentes* do Iphan, no Sudeste, bem como a então Diretora do Departamento do Patrimônio Imaterial, e a *Gerente de Salvaguarda* do mesmo, além do então Presidente do Iphan, que não pôde comparecer ao evento e solicitou a sua Assessora de Gabinete que o representasse. A ideia era promover uma

-

Note-se que o CNFCP financia o transporte, estadia e diárias para as lideranças indicadas pelos grupos convidados, excetuando-se aqueles que já integravam o Pontão, e que, portanto, estavam inseridos no planejamento orçamentário do mesmo, para a realização da II Reunião de Articulação. O agendamento concomitante do evento de lançamento do Dossiê Iphan 5 com a II RA do Pontão resulta assim numa potencialização dos encontros promovidos.

conversa direta entre as lideranças e quadros dirigentes dentro do Iphan.

A oportunidade foi muito bem aproveitada pelas lideranças convidadas, principalmente aquelas que não estavam inseridas no escopo das ações em andamento, mas também aquelas que não se furtaram à oportunidade de colocar suas demandas, como Gustavo, de Piquete (SP), que aproveita a ocasião para solicitar uma *Casa do Jongo*, nos moldes da *Casa do Samba* em Santo Amaro na Bahia. Não foi diferente com o grupo de Campinas, que questionou abertamente o critério de inserção dos grupos no processo de salvaguarda.

No entanto, a integração da Comunidade Jongo Dito Ribeiro nas ações no escopo do Iphan só acontece, em definitivo, a partir das discussões sobre o projeto do II Convênio do Pontão com as lideranças dos grupos já inseridos, durante a 5ª Reunião de Articulação, ocorrida em maio de 2009 no auditório do CNFCP¹⁰⁶. Nessa reunião, as lideranças podiam propor a "candidatura" de grupos a integrar o Pontão, devendo, no entanto, realizar a defesa da inserção dos grupos frente à plenária de lideranças ali reunidas. Como resultado, os grupos de Arrozal, Vassouras e Campinas passam a integrar o Pontão, sendo inseridas, portanto, no Plano de Trabalho do convênio apresentado ao Iphan.

Atuação Local da Comunidade Jongo Dito Ribeiro - A gestão da Fazenda Roseira

A Fazenda Roseira do Campo Grande se situa na região Noroeste de Campinas, caracterizada como distante da área central da Cidade e desprovida de uma série de equipamentos urbanos, o que a configura como periferia urbana. Com o passar dos anos, no entanto, esta se torna uma região de forte afluxo populacional, devido ao superpovoamento da área central e também da construção de uma grande via de acesso direto, ligando estas duas regiões, a Av. John Boyd Dunlop. Assim, a proliferação de empreendimentos imobiliários, como condomínios fechados, atrai cada vez mais a classe média campineira, o que acelera o processo de especulação imobiliária, na região,

¹⁰⁶Os três projetos apresentados para o convênio com o Iphan, foram discutidos com as lideranças. Elementos como grupos participantes, atividades, recursos para o Prêmio do Pontão entraram em pauta e forma discutidos durante Reuniões de Articulação com as lideranças, buscando sua definição final e encaminhamento para o setor de convênios do Iphan. Vale aqui maior detalhamento do Prêmio: foi uma forma encontrada de descentralizar recursos do convênio para serem geridos e aplicados em projetos locais de iniciativa dos grupos de Jongo/Caxambu, os quais tinham que apresentar projetos e defendê-los oralmente em Reuniões de Articulação determinadas. No primeiro ano de convênio, definiu-se o prêmio no valor de 5% do total do convênio (R\$25.000), divididos em 5 prêmios de R\$5.000. Já no segundo convênio, essa porcentagem aumentou para um pouco mais de 6,5% (R\$33.000). O número de prêmios subiu para 7. Já em 2011, o valor permaneceu praticamente o mesmo, com um ligeiro declínio (R\$30.000), mas voltou-se atrás com o número inicial de iniciativas premiadas – cinco.

e expulsa habitantes mais pobres, que antes ali residiam, para locais ainda mais distantes do centro da Cidade.

É na mesma região onde se situa a residência da família de Áurea, local de encontros frequentes do grupo de Jongo de Campinas, no bairro Jardim Roseira. Este foi criado na década de 1980 e, assim como os bairros Jardim Ipaussurama e Vila Perseu Leite de Barros, resulta de um longo processo de desmembramento da *Fazenda Roseira*, iniciado nos anos 1950¹⁰⁷.

No ano de 2007, os donos da *Fazenda Roseira*, negociaram o último lote de terras que a compunha com uma construtora, que projetou, no local, o condomínio Novo Horizonte. Áurea se refere em sua Dissertação de Mestrado ao novo bairro como Loteamento Terra Nature. Este tem como área total 529.859,69 m² e uma área de Preservação Permanente de 115.000 m². Foi projetado com unidades verticais (prédios) de dois e três dormitórios, além de unidades horizontais (casas). Áurea indica ainda que o Decreto municipal Nº15.961 aprova o loteamento, sinalizando a doação do Loteamento para a Prefeitura de área de 15.907 m² que inclui a Sede da Fazenda, a qual passa então a se configurar como Equipamento Público Comunitário 108. Segundo o Relatório de atividades da Comunidade Jongo Dito Ribeiro, há boatos de que essa doação teria sido uma negociação referente à amortização de dívidas tributárias acumuladas, dos antigos proprietários para com a municipalidade.

Em seu relato sobre o espaço da fazenda, Áurea diz que seus pastos e matas compunham a paisagem do bairro em que vive. No ano de 1999, ela entrou naquele espaço, que sempre fora proibido, pelo fato de ser propriedade privada, de acesso público limitado pelos donos. Protegido pela mata que o rodeia, o casarão lhe causa grande impacto, marcando uma impressão de imponência.

"...eu sempre falei da Roseira porque eu moro no Roseira e era o quintal da minha casa. Eu olhava, eu via a fazenda. Então eu cresci vendo vaca "ah, o girassol saiu, ah, o girassol foi embora, ah tem cavalo, agora tem vaca". E eu entrei lá já na vida adulta, eu não

124

¹⁰⁷ A aprovação do loteamento Ipaussurama se dá por Lei Municipal de 1953, já a Vila Perseu Leite de Barros é um loteamento da Companhia de Habitação Popular (COHAB) de Campinas e data de 1975. O Jardim Roseira é o mais recente dos três, sendo aprovado em 1981 (Martins, 2011, p.63-64).

Martins (2011) apresenta os dados do Decreto Municipal nº15961 de Campinas que autoriza o loteamento Residencial Parque da Fazenda e a contrapartida de espaço, que inclui a sede da Fazenda como Equipamento Público Comunitário (EPC). No entanto, analisando o decreto encontrei apenas um item relativo à área destinada a Equipamento Público Comunitário:

Artigo 5º - As áreas públicas destinadas a Equipamento Público Comunitário deverão ser entregues à Prefeitura Municipal de Campinas com declividade máxima de 5% (cinco por cento) e cercadas com alambrado, cabendo aos loteadores esta obrigação.

Acredito que o estabelecimento da Sede da Fazenda como EPC deva ter sido efetivado por outro Decreto, no entanto, não consegui localizá-lo.

brinquei dentro da *Fazenda Roseira*, eu brinquei nas ruas aos arredores. Quando eu vi aquilo lá *eu fiquei enlouquecida*, eu já era professora eu queria levar meus alunos lá, e a Fazenda não tinha a possibilidade de visitação."

(Áurea, entrevista em 28/07/2012 – destaques RG)

Um conjunto de instituições e parceiros, interessados na utilização do casarão, por meio de *ações culturais* no local, agora tornado equipamento comunitário, protocolam, em janeiro de 2008, um pedido de cogestão do espaço na Prefeitura Municipal de Campinas, registrado em nome da Casa de Cultura Tainã¹⁰⁹. Passam então a acompanhar a movimentação ao seu redor, bem como as informações a seu respeito na imprensa oficial.

O zelo e interesse quanto ao espaço, por parte dos movimentos organizados da "sociedade civil" da região é fundamental para a sua manutenção, inicialmente física, e paulatinamente no que tange à sua ocupação (o que os participantes da reunião preparatória se referiram como o que "dá vida" ao espaço).

A questão da preservação física do espaço, além de ter caráter de longo prazo, no que diz respeito aos cuidados de manutenção da infraestrutura das edificações, foi, em um primeiro momento, de extrema urgência, pois, em 2008, os antigos proprietários promovem o desmonte da sede da fazenda, retirando tijolos, madeiramento e outros materiais, possivelmente para venda ou utilização em outras construções. Percebendo isso, o conjunto de parceiros envolvidos denuncia a situação à Prefeitura, o que não resulta em nenhuma ação de segurança efetiva do espaço. Outra tentativa de proteção das edificações foi o pedido de tombamento do imóvel junto ao Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas (CONDEPACC)¹¹⁰, que abre então um processo de estudo do conjunto arquitetônico da Fazenda (Processo nº 39/04), mas que posteriormente é julgado improcedente, uma vez que o imóvel teria sofrido seguidas intervenções que teriam promovido a "descaracterização" ao longo dos anos.

A Comunidade Jongo Dito Ribeiro passa então a se revezar em vigília, para garantir a integridade das construções, acampando no espaço. Outra providência que tomam, no sentido de buscar minimizar os estragos, é colocar um cartaz na fachada da Casa Grande da Fazenda com os dizeres: "Equipamento Público, Proibido Demolir –

¹⁰⁹Protocolo N°08/10/10154

¹¹⁰ Protocolo nº08/10/48853, registrado na Prefeitura Municipal de Campinas em agosto de 2008 pela Associação Jongo Dito Ribeiro, solicita a concessão de uso da sede da *Fazenda Roseira* e a avaliação para tombamento do imóvel pelo CONDEPACC.

Decreto Lei nº15961 24/08/07 - Patrimônio Histórico de Campinas Protocolo nº08/10/48069". Mas mesmo assim as atividades de desmonte continuam ocorrendo.

O ápice do confronto com os antigos proprietários ocorre em outubro de 2008, quando membros da Comunidade Jongo Dito Ribeiro e parceiros testemunham a presença do antigo proprietário que, acompanhado de pessoal contratado, retirava portas, janelas e outros itens de madeira do local, carregando um caminhão. Os apelos para que parassem não surtiram efeito, então a polícia foi acionada¹¹¹. Além do registro do ocorrido pelos parceiros de vigília com câmeras fotográficas e filmadoras, chegou-se à produção de um vídeo amador e também, através da presença da mídia, à repercussão de reportagens a respeito, nos jornais locais.

O confronto com os antigos proprietários se desdobrou ainda em pressões para a saída do grupo que se encarregava da proteção do espaço, no sentido da precarização das condições de vigília como os cortes de fornecimento de energia elétrica e de água, realizados pelas companhias CPFL e SANASA respectivamente, devido à denúncia feita pelos antigos proprietários de débitos no pagamento das contas de água e luz do local (acumulados no período em que eram donos da fazenda). Estes, ainda destruíram a caixa de força da casa.

Além daquela dos antigos proprietários, a Comunidade Jongo Dito Ribeiro e seus parceiros ainda enfrentaram a oposição do caseiro, contratado informalmente pelo loteamento, e de sua família, que residiram em uma das casas que integram o conjunto arquitetônico da Fazenda, desde 2007 até meados de 2011.

A relação do grupo de Jongo com os caseiros foi sofrendo desgastes, ao longo do tempo e, por fim, tornou-se abertamente conflituosa. Esses problemas eram, em certa medida, o reflexo da ausência de definições claras no que se refere aos papéis, cada qual com responsabilidades e direitos no que tange à sede da Fazenda Roseira, registrado no cartório de imóveis como equipamento público, mas sob o qual o empreendimento do loteamento continua tendo responsabilidades. Como exemplo, podemos citar as informações prestadas por diferentes membros da Prefeitura ao grupo de Jongo, constantes no relatório de atividades deste, sobre os deveres do empreendimento em zelar pelas áreas mananciais do terreno, bem como por reformas e obras na sede da Fazenda.

Assim, os caseiros estabeleceram uma relação quase que de posse do lugar, sendo

¹¹¹ O conflito está registrado no vídeo "Ninguém Leva Nossa Casa", de Sérgio Souza, que pode ser acessado na página do blog da Casa de Cultura AFRO Fazenda Roseira.

os guardiões das chaves da Casa, sem, no entanto, serem responsáveis pela segurança dos objetos e equipamentos guardados na mesma. A própria ausência de formalidade dos vínculos empregatícios, entre os caseiros e a empresa responsável pelo loteamento, demonstram como a situação era delicada.

O adonamento dos caseiros termina por abrir brechas para a instalação de outras pessoas nas dependências da sede da Fazenda, a partir de sua permissão, como a de um motorista que ali estacionava seu caminhão de combustível e a de dois rapazes que passam a utilizar o espaço sob as baias como dormitório. Quando questionados sobre essas pessoas, o caseiro alegava as pessoas eram suas parentes.

Essa questão caminha rapidamente para uma solução, após as reuniões relatadas neste Capítulo.

"A relação com eles acabou, depois daquela nossa reunião, a coisa ficou muito complicada pra eles. Porque aquela nossa reunião, a ida do Iphan, do MinC pra lá foi um divisor de águas. Concreto, real. Um divisor de águas. É um processo até aquela reunião e é outro processo depois daquela reunião. E nesse divisor, eles ficaram muito fragilizados, porque daí a gente ficou realmente fortalecido. Então o que eles faziam lá na casa deles já não era problema pra nós, era um problema pra eles, pra Prefeitura, para o condomínio que percebeu que nós não éramos qualquer coisa. (...) O loteamento estava muito fragilizado com a presença deles ali, a Prefeitura que tinha prometido uma casa para eles também estava."

(Áurea, entrevista em 28/07/2012)

Atualmente, o grupo ocupa também o espaço onde vivia a família de caseiros.

Áurea—"Eles foram embora de manhã, a tarde nós trocamos todas as fechaduras, no dia seguinte a gente instalou alarme lá. Assim que a gente resolveu num primeiro momento. Vamos preservar o espaço."

Rebecca – "E vocês estão utilizando o espaço atualmente?"

Áurea – "É. Ele não virou nada definitivo, acho que vai ser nosso Centro de Memória do Jongo. Mas lá é onde ficam as bandas quando têm eventos, quando a gente tem evento na casa toda que nem agora a gente entra em semana de Capoeira, pequenas reuniões, ações acontecem lá. Pintamos a casa inteira, tá toda colorida, ficando a nossa cara."

(Entrevista com Áurea, 28/07/2012)

No final de 2008, enfrentando as pressões para saírem do local e as instabilidades do apoio da Prefeitura, a Comunidade Jongo Dito Ribeiro passa a oferecer atividades

abertas ao público como aulas de inglês, de dança do ventre, de percussão, além das rodas do Jongo. Passam também a realizar eventos que antes ocorriam na casa da família de Áurea, como a *Feijoada das Marias do Jongo*, o *Arraial Afro-Julino*¹¹², e também lançam o evento *Sou África em Todos os Sentidos* (ver nota 85).

Em suas atividades, o grupo de Jongo busca estimular práticas culturais "afro", tais como as que são relacionadas com a vivência da corporalidade, o toque de tambores, o cultivo de plantas medicinais. Assim, abrem espaço para possível identificação dos moradores da região com as "raízes" que consideram as suas, contribuindo para a consolidação de maior espaço para representação política dos negros de Campinas em sua história, passada e presente.

Em paralelo a essas atividades, o coletivo trava uma luta ininterrupta para conquistar a oficialização da gestão do espaço, tendo como modelo o Termo de Cessão de Uso, conquistada pela Casa de Cultura Tainã. Este modelo institucional foi adotado em programa do Município, na década de 1990, quando da gestão de Célio Turino de Miranda, na Secretaria Municipal de Cultura de Campinas (1990-1992). Apesar de não conseguir localizar muitas informações a respeito deste programa, cheguei ao livro "Ponto de Cultura - O Brasil de baixo para cima" de Célio Turino, Secretário da Cidadania Cultural (de 2004, quando da criação da Secretaria, a 2010), e criador do Programa Cultura Viva, dos Pontos de Cultura. Nesse livro, o autor menciona que o Programa das Casas de Cultura se diferencia do conceito de Pontos de Cultura, adotado no Programa Cultura Viva, pois que aquele seria resultado da ação governamental, ainda que compartilhado com a comunidade local, sendo "o governo que constrói ou adapta o espaço, decide a localização e a sua programação" (Turino, 2009, p.78), citando ainda Teixeira Coelho, que relaciona tais espaços com uma desterritorialização da cultura, no sentido de que as práticas ali exercidas seriam advindas de outros lugares aos quais seriam ligadas histórica e socialmente: "esse artificialismo de origem e tão evidente e acentuado que não raro surge como motivo principal da decadência ou não utilização plena de seus recursos e possibilidades" (Coelho apud Turino). Já os *Pontos de cultura* seriam espaços onde já haveria atividade das comunidades locais, as quais seriam reconhecidas e potencializadas pelos recursos governamentais.

¹¹² Em entrevista, Áurea conta que o que deu a visibilidade que o grupo tem hoje foram os Arraiais Afro Julinos. O primeiro deles aconteceu na casa dela, porém, por já ter contado com um número muito grande de pessoas, demonstrou que precisariam de outro espaço mais amplo. Nos próximos anos realizaram a festa no bairro de Barão Geraldo, de perfil universitário.

É interessante notar que a Casa de Cultura AFRO *Fazenda Roseira* é nomeada, segundo um modelo implantado anteriormente, do qual a Casa de Cultura Tainã é fruto (ainda que esta seja resultado de movimento anterior à sua instalação como Casa de Cultura), e que atualmente, ambas são sedes de Pontos de Cultura, sendo que, no caso desta última, a localização da Casa é essencial para o significado atribuído aos membros da Comunidade Jongo Dito Ribeiro: um ícone da resistência cultural negra na cidade - uma antiga fazenda de café do século XIX.

Na Dissertação de Áurea, a autora discute o que denomina *requalificação urbana* da *Fazenda Roseira* pela Comunidade Jongo Dito Ribeiro e parceiros. Eleita e transformada num espaço simbólico privilegiado para o grupo, a Fazenda é conclamada como um lugar de memória, sendo seu histórico atrelado ao segundo período do *ciclo do café*, concentrado na grande produção do gênero pelo Oeste paulista, onde se situa Campinas. Como define:

"A Fazenda Roseira, como "lugar de memória", constitui a matriz sobre a qual se articulam sínteses do conteúdo social e as formas espaciais, estimuladas pelas ações da comunidade jongueira integrando identidade cultural com a territorialidade na produção do espaço urbano."

(Martins, 2011, resumo)

Assim, numa perspectiva histórica, nos traz elementos para reflexão da ocupação dos espaços nas cidades, entrecruzando essa variável com as classes socioeconômicas de seus habitantes, bem como a presença/ausência de equipamentos públicos com fins culturais e de lazer. Discorre ainda sobre o que considera um descompasso intrínseco entre os interesses das instâncias governamentais e os da chamada sociedade civil, quanto aos usos e significados atribuídos aos espaços públicos.

Os eventos e atividades que ocorrem na *Fazenda Roseira* contam, em geral, com a participação, ou mesmo o apoio, de parceiros políticos, fato que o grupo procura registrar e demonstrar. No entanto, essas participações ou mesmo apoios, não espelham um comprometimento oficial das instâncias administrativas, ficando geralmente no plano pessoal e, portanto, informal. Tem-se a impressão nítida de uma busca pelos holofotes e atenções típicas de políticos em período de campanha. Como exemplo, podemos mencionar que, em março de 2009, depois de a Secretaria de Cultura negociar com a CPFL um "gato oficial" de energia, acontece a inauguração da Casa de Cultura

Fazenda Roseira, atrelada à IV Feijoada das Marias do Jongo. Atendem ao evento o então Prefeito, o Secretário Municipal de Cultura, o diretor de Cultura da mesma Secretaria e o Secretário Municipal de Trabalho e Renda.

Há casos em que o apoio institucional se configura oficialmente, como quando a Secretaria de Cultura atesta que a Associação Jongo Dito Ribeiro poderá exercer as atividades do Ponto de Cultura (que captaram através de edital estadual) na Sede da *Fazenda Roseira*. No entanto, a maior parte dos ônus implicados, como a manutenção da infraestrutura, ou mesmo a segurança que se requer para a guarda dos equipamentos multimídia do Ponto de Cultura, fica a cargo da Associação.

Infraestrutura e segurança são preocupações perenes, e mobilizam cotidianamente a capacidade de articulação e negociação da Comunidade Jongo Dito Ribeiro. O abastecimento de água se dá por meio de caminhões-pipa, pagos pela Secretaria Municipal de Cultura, segundo consta. Já a energia elétrica é outra questão que foi solucionada há pouco tempo, pois o jogo de "empurra-empurra" entre Prefeitura e empresa responsável pelo loteamento a respeito das responsabilidades com a manutenção do local resultou em demora prolongada da resolução. Após o "gatooficial", instalado como solução provisória pela Secretaria de Cultura, (quanto a isso Aurea diz "a gente nunca quis gato, a gente queria luz, porque pagar uma conta oficializa o espaço, então não teve."), a empresa do loteamento precisava solucionar a questão da fiação da região toda, que passava ali, pela sede da Fazenda, para refazer todo o circuito e "puxar" a energia para dar prosseguimento ao projeto do loteamento. Como a Prefeitura não tomou nenhuma atitude quanto ao assunto, os administradores da empresa do loteamento se aproximaram da Comunidade Jongo Dito Ribeiro, buscando diálogo, pois precisavam dar solução ao problema sem, no entanto, "comprar brigas" com seus vizinhos. Chegaram ao acordo de deixar um gerador à disposição do grupo, pois precisaram desfazer a fiação antiga que passava pela Fazenda, desfazendo o "gato oficial".

Nesse ínterim, a Comunidade pressionou continuamente a Secretaria de Assistência Social, para arcar com os custos da ligação com a rede elétrica, instalada pelo loteamento. Como não obtiveram nenhum resultado, a solução veio da administração do loteamento, que doou os postes para a instalação da fiação e do próprio grupo, que investiu cerca de R\$4.800,00 para a compra e instalação da fiação, a qual garantisse a transmissão de energia do poste até a casa.

A segurança dos equipamentos do Ponto de Cultura também representa um

grande desafio, tendo em vista o arrombamento da Casa e roubo dos mesmos por quatro vezes. O primeiro furto resultou na organização do evento *I Batuque da Solidariedade*, não apenas para levantar recursos para recuperar o que havia sido roubado, mas principalmente como respaldo diante da administração do Ministério da Cultura, de que havia realmente ocorrido um furto que havia prejudicado o grupo¹¹³.

"O primeiro batuque tinha uma intenção política no sentido de "como que eu vou fazer o MinC entender que eu não estou mentindo, não fui eu que roubei meus equipamentos?", então a gente conseguiu amarrar algumas coisas. Então o Robson foi super importante, porque tinha relações com o pessoal do MinC em São Paulo, tanto que eles colocaram o nosso Batuque na página principal do MinC, então era um evento oficial do Ministério da Cultura. (...)

Robson, que é um parceiro da casa, super articulado, ele foi um grande formador de lideranças. (...) E ele falou "não, nós temos que dar uma visibilidade para que você não tenha problemas na prestação de contas", então ele divulgou para um monte de gente, e aí no site oficial do MinC saiu falando do Batuque, que a gente tinha sofrido um assalto e que ia ter o evento. Em recurso não conseguimos quase nada, mas a gente teve esse respaldo que foi muito importante diante da frustração de ter perdido os equipamentos do dia pra noite, fora o susto."

(Áurea, entrevista em 28/07/2012)

A conformação de uma rede solidária de parceiros, que viabiliza a realização de eventos de arrecadação de recursos, como feijoadas e bingos beneficentes, possibilita, então, à Comunidade Jongo Dito Ribeiro se recuperar de cada golpe sofrido e seguir adiante, garantindo a ocupação do espaço de forma aberta e abrangente, no que diz respeito aos parceiros e às ênfases de atuação. Note-se que os *Blogs*, tanto da Comunidade Jongo Dito Ribeiro, quanto da Casa de Cultura Afro *Fazenda Roseira* são importantes meios de comunicação e mobilização desta rede de parceiros. Estes ficam ali sabendo dos eventos e atividades, mas também são acionados e informados de cada incidente e dificuldade dessa natureza.

No ano de 2010, a Comunidade Jongo Dito Ribeiro é convidada a integrar o então Comitê Municipal do Programa Mais Educação de Campinas, denominado desde junho de 2012 como Comitê Metropolitano de Educação Integral da Região Metropolitana de Campinas, relacionado ao Programa Mais Educação, do Ministério da Educação¹¹⁴,

114"O Programa Mais Educação, criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007, aumenta a oferta

131

¹¹³Como resultado do ocorrido, instalou-se de um sistema de alarme, que não funcionou das outras vezes, devido à falta de energia.

implantado na Cidade de Campinas em 2010. Esse convite se deu através da Secretária Executiva do Comitê Municipal de Educação, e do então coordenador do Comitê do Programa "que já eram parceiros". Segundo Áurea, a Comunidade Jongo Dito Ribeiro é, assim, a parceria mais antiga do Conselho, em termos de entidade cultural da cidade.

Para Áurea, tal inserção representa uma oportunidade, pois integrando o Comitê, o grupo passa a ter acesso a 40 escolas, com as quais buscam diálogo, a respeito da implantação da Lei nº10639 (ensino da História da África nas escolas públicas). As escolas podem demandar do grupo a indicação de oficineiros, que podem contratar, ou também enviar grupos de alunos para visitar a Fazenda. No entanto, como isso varia conforme a demanda das escolas, que não é tão grande, segundo Áurea; o aspecto que considera mais interessante na participação do Comitê são as reuniões mensais deste e das quais participam professores e *gestores* das escolas integrantes do Programa Mais Educação, na região. Isso representa, portanto, a ampliação do escopo de articulação do grupo, que passa a ser mais divulgado e conhecido.

"Antes sair da escola era uma opção, mas hoje em dia eles priorizam que as atividades aconteçam nas escolas, a gente não tem muito esse foco de ir para a escola. Mas essa *relação de legitimidade*, de ter essa documentação que é parceiro, sair no diário Oficial que a gente é do Programa, isso que é interessante."

(Áurea, entrevista em 28/07/2012 – destaques RG)

Outra parceria estabelecida pela Comunidade Jongo Dito Ribeiro, no Município, foi com o Departamento de Turismo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Social, através do interesse da então Coordenadora do Departamento. Desenvolveu-se, em 2010, um roteiro de passeio pela Cidade, definido como "Roteiro Afro", no qual os visitantes acomodam-se em um ônibus e percorrem pontos da cidade relacionados à atuação de personalidades negras importantes no Município. A seguir transcrevo trecho de entrevista com a então coordenadora a respeito do "Roteiro Afro":

"O Roteiro é uma discussão sobre a presença africana na construção da cidade de Campinas, no desenvolvimento da cidade, na riqueza, não só étnica, na riqueza do mundo do trabalho, das contribuições efetivas que essas pessoas trazem para a cidade se ser o que ela é. As lideranças negras, os grandes personagens históricos negros. O nosso trabalho é ler a cidade por uma dimensão de valorização, de reconhecimento, de agradecimento à presença negra na sua trajetória."

educativa nas escolas públicas, por meio de atividades optativas que foram agrupadas em macrocampos, como acompanhamento pedagógico, meio ambiente, esporte e lazer, direitos humanos, cultura e artes, cultura digital, prevenção e promoção da saúde, educomunicação, educação científica e educação econômica." Acessado no site: http://portal.mec.gov.br em 10/10/2012.

132

(Mirza Pellicciotta - vídeo "Raízes da Roseira", acessível no *blog* Casa de Cultura Afro *Fazenda Roseira*¹¹⁵)

Atualmente, no entanto, as mudanças na Administração municipal, bem como a falta de recursos, inviabilizaram a continuidade desse roteiro turístico na Cidade, do qual fazia parte uma visita à *Fazenda Roseira*.

Além do Ponto de Cultura que a Associação Cultural Jongo Dito Ribeiro gere – cuja sede é na *Fazenda Roseira* – foram contemplados recentemente com um Pontinho de Cultura¹¹⁶, modalidade de Projeto, voltado para crianças e adolescentes de 07 a 16 anos, centrado em oficinas, jogos e danças sobre o Jongo e cultura afro-brasileira.

Vemos que o contexto em que se inserem as ações da Comunidade Jongo Dito Ribeiro é extremamente conflituoso, ao mesmo tempo, que apresentam grande capacidade articuladora, até mesmo dentro da própria Prefeitura Municipal de Campinas, conseguindo, inclusive, apoio em alguma medida para as ações que desenvolvem localmente, mesmo que grande parte da infraestrutura seja garantida, em grande medida, pela produção de grandes eventos arrecadadores de recursos.

III. Possibilidades de Interpretação

O caso da *Fazenda Roseira* dialoga com aquele da *Fazenda Pau D'Alho*, sobre o qual tratamos no Capítulo anterior. Nele, procurei demonstrar os conflitos e disputas em torno de um imóvel que é tombado e mantido como ícone de um momento histórico e social específico denominado *ciclo econômico do café*. O imóvel foi apresentado como passível de utilização pelos *jongueiros/caxambuzeiros*, ou seja, pelos "herdeiros de uma tradição cultural relacionada aos cativos africanos", condição marcante daquele período e sistema socioeconômico. Tal proposta não se concretizou até o momento, e assim, perdura a desocupação do espaço na maior parte do tempo, permanecendo este em silêncio, como que em estado de repouso.

Já a Fazenda Roseira teve sua sede igualmente construída no Século XIX, e,

116 Segundo o *site* do Ministério da Cultura "A Ação Pontinhos de Cultura constituiu-se através de edital do prêmio Pontinho de Cultura instituído pelo Ministério da Cultura através da Secretaria da Cidadania Cultural e da Secretaria de Articulação Institucional do Programa Mais Cultura. A premiação é destinada a estimular e consolidar ações que estruturem uma política nacional de transmissão e preservação da Cultura da Infância, que fortaleçam e garantam os direitos da criança segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente. Foram premiadas 215 iniciativas no primeiro edital"

(http://www.cultura.gov.br/culturaviva/category/cultura-e-cidadania/pontinhos-culturaecidadania/acessado em 10/10/2012).

¹¹⁵ Também pode ser acessado no *site youtube* através do link: http://www.youtube.com/watch?v=pdWufVpKHns&feature=player_embedded#!

apesar de situada em região de solo arenoso e pouco fértil, dedicou-se à produção do café; depois foi ocupada com a criação de gado, assim como a *Fazenda Pau D'Alho*. No entanto, sua produção de café foi até a década de 1960, muito depois do que a outra. Na *Fazenda Roseira*, a importância do conjunto de imóveis da sede vem sendo construída com fundamento, justamente, nos significados atribuídos pela *base social* ao local, os quais, por sua vez, estão intimamente ligados não apenas ao passado da Fazenda, como unidade produtora de Café, mas também à atual ocupação cotidiana, que se dá por inúmeras atividades lá realizadas, diariamente, e que buscam, de formas variadas, a valorização de saberes relacionados a uma *matriz africana*. Tais atividades preenchem o local com sons e movimentos, sendo esse um contraste visível em relação à *Fazenda Pau D'Alho*.

Vemos aqui, portanto, as conflituosas etapas de construção de um território especificamente relacionado à cultura afro-brasileira na cidade de Campinas, entendendo território, aqui, como o atrelamento de significados sociais a determinado espaço geográfico. O conflito advém, justamente, das inúmeras possibilidades de atribuição de sentidos a um mesmo espaço, relacionados ou não a eventos históricos.

Após ter o pedido de tombamento recusado pelo CONDEPACC, o qual alegou que o conjunto de imóveis sofreu significativas alterações, a partir de uma reforma realizada em 1926, a Comunidade Jongo Dito Ribeiro recorre à Superintendência de São Paulo, em recente aproximação desta com os grupos do Estado, solicitando um estudo arqueológico no local. Vemos assim, que os vestígios materiais têm ainda muita força na construção da legitimidade que se busca alcançar.

"Acho que uma meta com certeza que eu tenho para a *Fazenda Roseira*, talvez só por isso que eu fui levada para estar lá é que eu não sei se a gente vai ficar lá para sempre. Acho que eu vou ficar enquanto o universo conspirar a favor, e for permitido, mas que não vai ser nada fácil nos tirar de lá. E que se a gente não ficar, eu quero deixar tudo amarrado de uma maneira, que também não possa se destruir ou simplesmente ignorar essas vivências e experiências que lá aconteceram. Então essa ação de pedir esse estudo arqueológico é mais uma maneira de amarrar. Eu não sei se a gente vai encontrar alguma coisa, mas acho que um estudo por uma superintendência do Iphan é mais um elemento que trava, ou deixa o processo mais lento. Exige que todo mundo para mexer ali pense um pouco mais."

(Áurea, entrevista em 28/07/2012)

Cabe lembrar que todos os grupos de Jongo/Caxambu, inseridos nas ações do

Iphan e, portanto, do Pontão, estão envolvidos em disputas por territorialização. Alguns no que se refere a processos de titulação de terras, quanto à oficialização de territórios quilombolas, como no Quilombo de Santa Rita do Bracuí, em Angra dos Reis (RJ), no Quilombo de São José da Serra em Valença (RJ), ou mesmo em territórios já urbanizados, como no bairro do Tamandaré, em Guaratinguetá, onde parte dos *jongueiros* se organiza na Associação Quilombolas do Tamandaré, ou em Pinheiral, onde o grupo de Jongo estuda pedir o reconhecimento do Casarão dos Breves, na Cidade, como território quilombola urbano. Todos, no entanto, demandam um espaço físico, expressão de uma organização simbólica onde possam concentrar e desenvolver as ações dos grupos, ou seja, uma Sede.

Na ausência de um espaço, destinado especificamente às ações dos grupos, bem como à guarda dos materiais que utilizam e do arquivamento de documentos e publicações, quanto ao Jongo/Caxambu ou aos grupos particularmente, as casas das lideranças mais ativas tornam-se a sede dos grupos, como podemos observar em todos os casos, sem exceção.

Podemos ver, no caso da Casa de Cultura *Fazenda Roseira*, que a ocupação e gestão do espaço proporcionou à Comunidade Jongo Dito Ribeiro a ampliação do escopo de suas atividades, o que certamente é uma possibilidade que atrai todos os grupos de Jongo. Assim, apesar dos pesares, a *Fazenda Roseira*, representa um local onde o grupo pode receber e hospedar visitantes, o que elimina um dos grandes problemas, no momento, de articular encontros que são: transporte, hospedagem e alimentação¹¹⁷.

As reivindicações por uma sede se encaixam, assim, perfeitamente no que se espera das ações de salvaguarda, uma vez que ter uma sede pode representar grande aumento das atividades dos grupos, e assim "garantir" que mantenham a prática do Jongo de modo mais estruturado. A dificuldade, no entanto, é que esse é um assunto, no mais das vezes, delicado e que pode envolver a questão da cessão de uso – no caso de imóveis públicos – muitas vezes de Prefeituras, que possuem autonomia decisória e administrativa e que envolvem um sem número de disputas locais. Também pode envolver aspectos financeiros, pois, por vezes, o local ideal para a instalação da sede são

¹¹⁷ Em fevereiro de 2011, o Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu organiza ida à Campinas para os *jongueiros* e parceiros que desejassem e pudessem comparecer à defesa da Dissertação de Áurea na PUC-Camp. Fomos em um micro-ônibus cedido pela UFF, e a Comunidade Jongo Dito Ribeiro nos recebeu na Casa de Cultura AFRO *Fazenda Roseira*, onde ficamos hospedados. Além da hospedagem, nos foi oferecida alimentação durante os dois dias em que ficamos na Cidade.

casas particulares e que requereriam ou pagamento de aluguel ou sua compra, ações para as quais os grupos dificilmente possuem recursos disponíveis.

A tessitura de uma rede de parceiros políticos é realizada de forma particularmente exitosa pela Comunidade Jongo Dito Ribeiro que, atualmente, goza de reconhecimento tácito de instâncias da própria Prefeitura de Campinas, o que é revelado quando verificamos a inserção da Casa de Cultura *Fazenda Roseira* no site da Prefeitura, integrando a seção de Patrimônio da Macrorregião Noroeste, sendo anunciada nas notícias 118.

Neste sentido, a inserção da Comunidade Jongo Dito Ribeiro no Pontão de Cultura do Jongo Caxambu, só veio dar mais força a tal rede de parceiros políticos, com os quais se articulam mais ações e aos quais se pode recorrer com mais facilidade, devido à frequência dos encontros, como o que ocorre nas reuniões enfocadas no princípio deste Capítulo.

Apesar de não ter resultados imediatos, a reunião, à qual comparecemos, afirmou diante da Prefeitura de Campinas as parcerias do grupo de Jongo com atores políticos e institucionais de peso, os quais reconhecem o Jongo como Patrimônio Cultural nacional e o próprio grupo de Campinas como expressão legítima desse patrimônio. Alguns grupos já recorreram a esse tipo de solicitação de apoio presencial junto às administrações locais, mas, a meu ver, este configura um expediente que serve ao propósito de consolidar o reconhecimento da mobilização preexistente dos grupos, uma vez que são necessárias insistência e perseverança cotidianas, para se conseguir efetivamente resultados minimamente próximos do que se deseja.

A inserção do grupo no *coletivo jongueiro*, representado nas reuniões e atividades do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, é celebrada pelos seus representantes, sendo o grupo considerado pela coordenação do Pontão como um grande exemplo de mobilização e resistência para os demais. Tal se verifica nos constantes convites à Áurea para relatar, durante eventos do Pontão, a experiência do grupo, no que diz respeito à luta pela gestão da Casa de Cultura *Fazenda Roseira* e também a sua experiência, enquanto jovem mulher negra a cursar uma Universidade como *cotista*¹¹⁹.

É interessante, no entanto, perceber as escolhas feitas pelo grupo quanto ao que

¹¹⁹A categoria Cotista refere-se às vagas universitárias destinadas a alunos que se autodeclaram negros, ou como no caso da recém-criada Lei 12711/12, que estabelece 50% das vagas das Universidades federais devem ser destinadas a alunos que cursaram o segundo grau em escolas públicas. Cf. Capítulo 3.

¹¹⁸ Cf.: http://www.campinas.sp.gov.br/governo/servicos-publicos/macroregiao/sudoeste/lazer.php
http://www.campinas.sp.gov.br/governo/servicos-publicos/macroregiao/sudoeste/patrimonios.php e
http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=4245

priorizar em suas publicações: em todos os materiais do grupo que analisei, incluindo a Dissertação de Áurea, não há nenhuma menção quanto à inserção da Comunidade do Jongo Dito Ribeiro no Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, nem nas ações de salvaguarda no escopo do Iphan. As poucas referências que identifiquei dizem respeito aos *jongueiros* do Sudeste, quando dos encontros relacionados à agenda de atividades dos jovens *jongueiros*¹²⁰ e, mesmo nestas ocasiões, o que aparece são as comunidades envolvidas, mas não há menção ao Programa (Pontão), nem ao *coletivo jongueiro* conformado neste, composto não apenas pelas lideranças *jongueiras*, mas também pela UFF e o Iphan.

Podemos inferir que esta é uma estratégia na qual as ações, resistências, mobilizações, articulações dos grupos, ou comunidades, são iluminados e ganham peso, sendo valorizados em detrimento de quaisquer instituições governamentais envolvidas, buscando, por esse procedimento seletivo, a afirmação de uma autenticidade revelada e de uma continuidade simbólica com a origem.

Publicação de 22 de fevereiro de 2012 do *blog* da Comunidade Jongo Dito Ribeiro sobre o I Encontro de Jovens Jongueiros em Valença, no Quilombo São José da Serra, realizado nos dias 27, 28 e 29 de janeiro deste mesmo ano (encontro que contou com a organização do Pontão de Cultura do Jongo Caxambu, embora não seja mencionado). Também há uma publicação do dia 17 de maio de 2012, no mesmo *blog*, em que é anunciada uma reunião deste grupo dos jovens *jongueiros* do Sudeste que ocorre na *Fazenda Roseira*. Na Dissertação de Mestrado de Áurea, há uma foto tirada em uma reunião de Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, única vez em que o programa é mencionado no texto, sem no, entanto, ater-se a explicar o que é o Pontão.

3. Contexto Político

Este Capítulo tem como objetivo comentar o contexto político mais amplo em que se inserem os casos abordados anteriormente. Devido à complexidade de cada um dos temas envolvidos, pretendo, no limite desta Dissertação, oferecer um panorama geral sobre determinadas políticas públicas no início deste século. Tratarei do leque legislativo referente às chamadas políticas relacionadas às questões raciais, passando pelas diretrizes do campo das Políticas Culturais e chegando a uma discussão a respeito dos onze primeiros anos da Política de Patrimônio Imaterial, tema de principal interesse desta Dissertação.

A Constituição Federal de 1988 é considerada o "marco embasador" de todas essas legislações e políticas em questão, uma vez que estabelece a representatividade dos direitos específicos dos grupos formadores da nação, bem como do Patrimônio Cultural Imaterial.

Vivenciamos, atualmente, a normatização e regulamentação daquilo que foi negociado pela Constituinte e estabelecido como os fundamentos da Carta Magna por legislações específicas. Esses instrumentos são criados, no mais das vezes, com certo distanciamento temporal, como no caso do Patrimônio Imaterial, que já é indicado no texto de 1988, no artigo 215 da Constituição Federal, mas que é instrumentalizado doze anos depois, com a instituição do Registro e do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial pelo Decreto nº 3551 de 2000.

I. Políticas Raciais

No caso da legislação dedicada às questões especificamente "raciais", observamos que a Constituição se ocupa mais com o tema do preconceito e das discriminações, do que com o estabelecimento de orientações voltadas para políticas de ação afirmativa¹²¹. Estas passam a ganhar mais espaço, conforme argumenta Fry (2005/2006), no governo Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1996, quando da publicação do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), no qual se dedica um longo capítulo à

Podemos definir Políticas de Ação Afirmativa, conforme Grin "um expediente político-administrativo do governo federal que busca, por meio de intervenções no mercado, ou de incentivos nos setores

para a população negra, entre outras minorias. Para tanto, uma redistribuição de oportunidades contemplaria minorias vitimadas por longa história de discriminação" (apud Maio e Santos, 2005, p.183).

"população negra". Ainda em 1995, em 20 de novembro, no tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares, o presidente Fernando Henrique Cardoso cria um grupo de trabalho interministerial empenhado em propor atividades e políticas voltadas ao mesmo segmento da população.

Em setembro de 2001, ocorre em Durban, na África do Sul, a *III Conferência Mundial das Nações Unidas de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata*. No Brasil, os debates preparatórios para tal *Conferência* foram marcados pelos resultados da análise quantitativa, realizada pelo economista Ricardo Henriques, sob encomenda do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA). Tal estudo enfocava "a população negra" do país e concluía que esta se encontra em desvantagem em uma série de campos, como o educativo, trabalhista, habitacional e do consumo (FRY, 2005/2006).

Fry aponta que o artigo de Henriques segue o caminho trilhado pelo livro Descriminação e Desigualdades Raciais no Brasil, de Carlos Hasenbalg (1979), no qual a análise quantitativa dos dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) reduz as variações de cor de pele da população à polarização "brancos" e "negros", sendo os dados referentes aos que se declaram "pardos" e "pretos" combinados nesta categoria. Segundo o autor, através da utilização da estatística, este tipo de estudo confere cientificidade ao desejo já antigo dos movimentos negros em agrupar aqueles que se declaram como "pardos", ou "morenos", "sararás", "morenas-jambo", etc. na categoria identitária "negros". Os militantes afirmam que essa seria uma forma de tentar amenizar a discriminação, ou mesmo da internalização do preconceito racial¹²², sentido mais fortemente por aqueles mais próximos do polo negro no "contínuo de cor" em que se distribui a população brasileira.

O fato de o estudo de Ricardo Henriques ter sido produzido no âmbito de um órgão estatal oficial representa, na opinião de Fry, a inauguração de "uma nova fase no tabuleiro dos debates e embates sobre a 'questão racial' no Brasil, na qual o governo resolveu abandonar a sua política anterior de *laisser-faire* para políticas de ação afirmativa." (FRY, 2005-2006 p.185).

No entanto, a divisão da sociedade brasileira entre brancos e negros, necessária quando da definição de quem teria ou não acesso a tais políticas, ou seja, o retorno da racialização, em termos da institucionalização de políticas, não resolve o problema de

¹²² Note-se que o conceito de Raça é aqui utilizado enquanto categoria sociocultural, e não biológica.

como definir quem é branco ou negro, uma vez que, em termos biológicos, a única raça existente entre os homens é a humana, cabendo a esta categoria expressar o esquema simbólico do pensamento social, sendo ainda muito difundida. O único critério que cabe, então, é o posicionamento político expresso através da *autodeclaração*, o que pode ser complexo em algumas situações de seleção, como no caso das polêmicas cotas para estudantes negros em universidades¹²³.

Independentemente das controvérsias suscitadas pelo recorte racial de determinadas políticas públicas, ainda tímidas aos olhos dos ativistas negros e equivocadas aos dos opositores, cabe observamos que, a partir de 2001, há um crescimento da instrumentalização das políticas voltadas para as questões raciais, como, por exemplo, a criação de um grupo interministerial, no ano de 2003, para discussão da fundação de uma Secretaria voltada especificamente para esse tipo de políticas e ações. O desdobramento disso é a consolidação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Sepir), inicialmente através de Medida Provisória da Presidência da República Nº111/03, de março de 2003 (gestão Luiz Inácio Lula da Silva), e ratificada pela Lei Nº 10.678 de maio do mesmo ano. Vale a pena ressaltar que a Sepir possui a estrutura funcional de um Ministério, por isso é referida muitas vezes como o Ministério da Igualdade Racial e sua chefia, como Ministra (atualmente, a socióloga Luiza Bairros).

Também no tocante à legislação referente à demarcação de *territórios quilombolas* e sua posse coletiva aos seus habitantes, há grandes transformações nos anos 2000. O Decreto nº 4.887/2003 regulamenta o artigo 68 do Ato Dispositivo Transitório da Constituição Federal de 1988 e, através dele, se estabelece que o *território quilombola* abarca não apenas localidades que abrigaram escravos fugidos, mas associa o território e a identidade, ampliando o escopo dos espaços a serem assim considerados. Segundo Ilka Boaventura Leite (2012) no Decreto nº 4.887/2003:

"As terras de quilombos correspondem, pois, às áreas territoriais identificadas pelos grupos negros como experiências específicas consolidadas por meio de vínculos sociais e históricos, e noções de pertencimento e origem comum presumida, convergindo para uma temporalidade expressa como modalidades próprias de organização social, parentesco, sociabilidade e valores culturais materiais e imateriais de um patrimônio reconhecido pela coletividade que a integra".

Sobre o caso do vestibular da Universidade de Brasília (UNB), ver Maio, M. Chor e Santos, R. Ventura, 2005.

Além dessa amplitude, os quilombos passam a ser considerados existentes não apenas nas áreas rurais, mas também em "bairros e pequenas unidades domiciliares nos grandes centros e periferias urbanas" (LEITE, 2012).

No caso dos grupos de Jongo/Caxambu, inseridos no escopo das ações de salvaguarda do Iphan, sua realidade é totalmente permeada pelos novos instrumentos de reconhecimento das especificidades de determinadas coletividades negras. Alguns deles, como o Quilombo São José da Serra, em Valença (RJ), Quilombo Santa Rita do Bracuí em Angra dos Reis (RJ), Associação Quilombola do Tamandaré em Guaratinguetá (SP), são grupos que lutam pelo direito à propriedade das terras em que residem enquanto "território quilombola". Além desse tipo de reivindicação de caráter coletivo, há também a possibilidade de utilização de instrumentos individuais, como o pleito de cotas raciais em universidades, utilizada por alguns *jongueiros/caxambuzeiros* e incentivada amplamente pela coordenação do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu.

A identificação com o Jongo/Caxambu e o envolvimento com as ações de salvaguarda, tendem a representar, no mínimo, o incentivo de um olhar mais atento aos significados sociais e políticos de "ser negro", da assunção de uma identidade racializada, para a qual, atualmente, se disponibilizam alguns mecanismos de ação afirmativa, na tentativa de reparar injustiças sociais acumuladas por séculos.

É interessante ponderar também, que a Política Patrimonial, através da instituição do Patrimônio Imaterial, passou a representar a possibilidade do enquadramento das demandas de muitos grupos identificados com a questão racial. Pois, apesar de a etnia ou raça não ser um critério de recorte da Política de Patrimônio Imaterial, a sua premissa de dar representatividade e visibilidade aos elementos culturais de grupos social e historicamente alijados do "corpus patrimonial brasileiro", resulta na formação de "manchas de concentração" no reconhecimento do patrimônio cultural. Vejamos o que uma *técnica* do DPI diz a respeito:

"A nossa política é universal, eu acho que é muito legal que ela seja assim, a gente não fraciona por grupos ou por... A gente não tem uma política de patrimônio para negros, uma política de patrimônio para indígenas. A gente tem uma política de Patrimônio Imaterial. E aí os grupos vão [se adequando]... Só que, claro, à medida que você vai construindo as parcerias e desenvolvendo as políticas, você vai tendo já um chão, então hoje a gente tem muitas ações com afrodescendentes, uma parte grande, tem uma considerável com os indígenas. Até porque é uma das diretrizes que ainda se mantém da política é você trabalhar com as populações "à margem" dos processos históricos, de memória, enfim. E claro que a gente investiu muito

estrategicamente boa parte da nossa energia para afrodescendentes, indígenas, populações tradicionais. Então o grosso das nossas ações se enquadra nisso. Mas, por exemplo, você tem um grupo imenso, e você tem uma quantidade imensa de bens culturais de culturas de imigração, que são tão referencias quanto."

[Entrevista em 30/03/2012].

Essa grande concentração de bens registrados, relacionados a grupos indígenas e afrodescendentes não passou despercebida pela Coordenação do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, que organiza em junho de 2012 um seminário na Universidade Federal Fluminense intitulado "Seminário Patrimônio, Memória e Identidades Negras", em cujo material de divulgação e mote organizacional consta o apontamento da prevalência dos registros como patrimônio imaterial (19 dentre 23 bens) de manifestações relacionadas, direta ou indiretamente, a "referências culturais de matriz africana ou indígena".

Cabe indicarmos também a opinião de Joana, *gestora* da SCDC e militante de longa data do movimento negro, sobre a atuação dos setores governamentais voltados especificamente para a questão racial. Em sua opinião, a Sepir ainda não alcançou um grau de articulação política desejável e, nesse sentido, a crítica da instituição sobre o racismo no Estado, de certa forma não auxilia em seu diálogo com diversos setores, como, por exemplo, com o Ministério da Cultura, aproximação que entende como tímida. Joana também interpreta que as ações da Secretaria Especial são muito pulverizadas, às quais se refere como "política de varejo". Em razão da avaliação negativa deste modo de intervenção, defende um esforço no sentido de uma estruturação efetiva da política racial, inclusive de um plano setorial da cultura afro-brasileira, devido ao seu caráter abrangente.

Em sua opinião, órgãos que não têm a questão racial como atribuição específica, tais como o Iphan ou a SCDC, têm agido mais sistematicamente junto a grupos de cultura afro-brasileira, investindo recursos e empenhando esforços de uma forma mais consistente do que aqueles que possuem a atribuição de articulação e fomento de políticas para o segmento negro da população. Por outro lado, há uma dificuldade de valorização deste recorte racial nos órgãos que não têm essa missão institucional, e não apenas isso, mas também há dificuldade de aprofundar as discussões sobre o tema, conforme comenta:

"Não sei como a gente vai se comportar nesse processo que é uma responsabilidade da Fundação Cultural Palmares, que tem a responsabilidade do patrimônio afro-brasileiro. Eu acho que a gente precisa avançar nesse sentido, para dentro do Ministério, com

proposições mais estruturantes, o que seria uma política pública. Vou fazer uma crítica: a Fundação Cultural Palmares tem a responsabilidade do patrimônio afro-brasileiro, mas na minha visão o Iphan tem mais, fomenta... Nós somos os únicos fomentadores. A Secretaria de Cidadania Cultural, é que gasta recurso com o Patrimônio Cultural Afro-Brasileiro. Oitenta por cento desse patrimônio que "tá" ali naquela relação [Pontões de Bens Registrados] são "negro", é afro, os demais vinte são "indígena". E a única Secretaria que investe recurso seríamos nós, então por que isso não pode ser valorizado? É muito bonito a gente soltar um folder, fazer o discurso do patrimônio afro, com as imagens inclusive dos Pontos e nunca guerer discutir isso, e nem botar nada ali dentro..."

[Entrevista com Joana, 31/03/2012, Brasília – observação RG]

II. Políticas Culturais

As Políticas Culturais passaram por mudanças significativas na última década, não apenas no segmento das Políticas Patrimoniais, como é o caso que nos interessa em particular, mas também com relação a outras áreas do Ministério da Cultura.

A orientação geral das Políticas Culturais parece ter sido alicerçada nos conceitos de "diversidade", "autogestão" e "empoderamento". Nesse sentido, buscou-se por meio de diversas ações dos diferentes órgãos, envolver a "Sociedade Civil" organizada,

não organizada em alguns casos. A orientação foi no sentido da potencialização de ações que já ocorriam localmente, através da injeção de recursos financeiros e simbólicos do Ministério da Cultura. Também visavam ao reconhecimento de grupos considerados marginais à sociedade brasileira através da sua afirmação; não apenas grupos raciais, como no caso de indígenas e negros, mas também grupos definidos pela opção sexual, gênero e étnico, como no caso dos Ciganos.

Para dar suporte a este tipo de ações, foram criadas novas Secretarias, como a de Identidade e Diversidade (SID) em 2003¹²⁴, ou a Secretaria de Políticas e Projetos Culturais (SPPC), em 2004 (denominada a partir de 2009 como Secretaria de Cidadania Cultural).

Vale indicar que, no âmbito da SID, houve experiências interessantes de tentativas de adequação dos instrumentos burocráticos – editais públicos de prêmios e projetos¹²⁵–

¹²⁴ As indicações a respeito do histórico da SID indicam que ela é criada no ano de 2003, porém, o Decreto que a institui de fato, data de 2004. Como é sabido que os processos de oficialização geralmente acontecem depois, por vezes muito tempo depois, preferi aqui indicar a sua criação em 2003.

¹²⁵ Os editais de concorrência pública são os instrumentos de divulgação de processos seletivos, quando os recursos envolvidos são públicos e quando seus objetivos atendem às diretrizes das políticas de governo. Os editais para projetos abrem a possibilidade de ampla concorrência a recursos de forma a gerir

no sentido de facilitar o acesso dos grupos aos recursos disponibilizados. Como exemplo, podemos citar um edital no qual havia a possibilidade de povos indígenas apresentarem suas propostas de projeto de forma oral – através da gravação de fitas K7, ou qualquer outro instrumento audiovisual enviado à Secretaria.

A Secretaria de Projetos e Políticas Culturais [SPPC (atual SCDC)] abriga, desde sua criação, o Programa Cultura Viva, que passou a ganhar cada vez mais projeção dentro do Ministério da Cultura. Seu objetivo era fomentar projetos de grupos já mobilizados, mas com dificuldades de execução de tais ações por falta de recursos. Dessa forma, buscava-se impulsionar iniciativas já em curso, descentralizando a ação do Ministério e alcançando os mais remotos lugares.

"Olha, o Programa Cultura Viva é um programa que eu achei extremamente ousado, inovador, porque ele foi a marca de uma gestão onde o diálogo com os movimentos sociais no âmbito da cultura se abriu numa escala muito significativa. Nesse sentido, você cria uma relação com a sociedade civil forte, de aliança, inclusive política, e uma visibilidade de comunidades acessando recursos públicos que não havia antes no passado. Para mim marca um ciclo onde o Ministério da Cultura, de fato, vai fazer cultura para todos, vai promover cultura para todos. Porque, até então, a relação de cultura nesse país era muito focada numa elite que tinha condições de acessar os seus grandes projetos, a área de cinema então, é forte nisso."

[Entrevista com Joana – 31/03/2012]

Darei atenção especial a esse Programa justamente pelo seu papel na Política de Patrimônio Imaterial, a partir da criação dos Pontões de Bens registrados. A parceria SCDC – Iphan, através do Programa Cultura Viva, estabeleceu-se, principalmente, devido ao compartilhamento de diretrizes, especialmente aquela de articulação de redes entre os grupos contemplados.

O crescimento da importância do Programa dentro do Ministério pode ser dimensionado quando observamos grande aumento da dotação orçamentária destinada à iniciativa nos seus primeiros anos. Essa planilha aponta também o orçamento de alguns Programas do Iphan, bem como um da SID e outro da Fundação Cultural Palmares no mesmo período.

um convênio ou contrato. Nesses casos, a prestação de contas dos gastos é obrigatória. Já nos casos de editais que lançam prêmios, a concorrência visa à premiação de iniciativas, não sendo exigida então, prestação de contas do uso que se fará de tais recursos.

144

PROGRAMA	Órgão Responsável	2004 (R\$ mil)	2005 (R\$ mil)	2006 (R\$ mil)	2007 (R\$ mil)
Brasil Patrimônio Cultural	IPHAN	30.323,1	28.370,8	35.450,2	42.018,4
Monumenta	IPHAN	22.650,3	37.880,4	56.282,5	69.415,7
Museu Memória e Cidadania	IPHAN	16.865,6	20.339,1	26.956,5	28.830,7
Livro Aberto	FBN	15.857,6	32.842,9	11.306,3	27.644,9
Cultura Viva	SCC	4.073,7	53.822,4	45.621,4	126.600,1
Engenho das Artes	FUNARTE	62.344,9	74.603,6	107.393,6	81.357,9
Identidade e Diversidade Cultural	SID	0,0	4.411,5	4.357,1	6.021,0
Cultura Afro-Brasileira	FCP	8.132,4	9.385,5	10.754,4	20.445,1
Brasil, Som e Imagem (1)	SAV	20.107,2	51.939,5	58.665,6	95.816,9
Total		180.354,8	313.595,7	356.787,6	498.150,7

(1) Engloba valores do programa Cinema, Som e Vídeo (de 1995 a 2005)/ Fonte: Siafi/Banco de Dados GPS/DGE

Apesar da proposta do Programa Cultura Viva ser muito interessante e inovadora, as proporções que alcançou, em termos de número de projetos aprovados (3500 *Pontos de Cultura* no país, mobilizando cerca de 10 mil pessoas¹²⁶), não foram acompanhadas por um crescimento proporcional da estrutura que a Secretaria dispunha para sua gestão. Equipada com um pequeno quadro funcional, insuficiente para acompanhar de perto cada um dos processos, o Programa padeceu da falta de instrumentos, tais como um sistema de monitoramento e avaliação dos impactos que a política provocaria nos grupos beneficiados.

O resultado foi a proliferação de Pontos de Cultura e também dos muitos problemas de prestações de contas e consequentes suspensões de convênios, bem como da culpabilização dos responsáveis das organizações populares proponentes, que ficaram em situação de pendência nos seus Cadastros de Pessoa Física (CPFs). Há processos iniciados em 2005 ainda inconclusos em 2012.

O inevitável caminho burocrático a seguir, quando do estabelecimento da relação formal do governo com grupos da "sociedade civil" organizada, representou graves entraves a uma inclusão democrática destes. O primeiro deles: a necessidade de uma entidade formalizada para o estabelecimento de convênios, ou seja, o proponente deveria ser de Pessoa Jurídica. Apesar de oneroso, esse foi um desafio enfrentado por muitos grupos informais, na busca pela possibilidade de acesso a tais recursos. Sem orientação adequada, quanto ao processo de execução dos convênios, no entanto, em

-

¹²⁶ Estimativas apresentadas por Joana em entrevista.

termos principalmente de documentação válida que comprovasse todas as ações empreendidas, muitos grupos não chegaram a receber nem a segunda parcela do convênio (previsto para ser desembolsado em três parcelas, conforme a aprovação da prestação de contas de cada etapa subsequente).

Joana assinala a formação de uma "elite" dentre os grupos beneficiados pelo Programa, relativamente à quantidade de recursos captados por um pequeno grupo de proponentes. O acesso a tais recursos deve-se ao assessoramento dessas entidades por profissionais especializados na gestão de projetos, ou então, ao fato de possuírem o acúmulo do "saber fazer" a execução de projetos e prestação de contas que lhes permita captar e prestar contas sem maiores problemas. Segundo a entrevistada, o número de Universidades Públicas pertencentes a essa "elite", é significativo.

"O próprio Ipea aponta para isso¹²⁷, você tem grupos que estão no programa, que hoje já têm condições de acessar recursos da Lei Rouanet, por exemplo. Quem acessa recursos da Lei Rouanet, 'tá' estruturado do ponto de vista de captação de um instrumento, de planejamento, de assessoria técnica. E comunidades que sobrevivem com esses recursos, só com esse, não têm outro. Então, há uma desigualdade que precisa ser equilibrada para que essas comunidades também tenham acesso. Aos poucos também, o próprio movimento vai criando uma certa elite de quem acessa. Isso é natural, mas não ao ponto de que não se perceba essa pode ser naturalizado desigualdade. Ou seja, se você fizer uma medida hoje, determinados grupos no meio urbano têm muito mais capacidade e condições técnicas de acesso a esses recursos do que, por exemplo, se eu pegar comunidades tradicionais, o índice pode ser muito pequeno. E o que é contraditório é que quem dá vida ao programa são exatamente essas comunidades pequenas que tiveram acesso talvez a uma parcela e depois nunca mais, e que são elas que dão a cara, elas que seguram a estrutura local, elas que mobilizam, são elas que fazem acontecer as coisas e não necessariamente têm um volume grande de recursos públicos."

[Joana - Entrevista - 31/03/2012]

O desafio que se impõe, além da criação de uma estrutura de acompanhamento adequada na Secretaria, é se pensar instrumentos que sejam mais adequados à realidade de movimentos sociais organizados, que não possuem as mesmas possibilidades de assessoria técnica, pois é especialmente este perfil de grupos que se desejava alcançar quando da criação do Programa.

146

¹²⁷ O Ipea realizou uma avaliação do Programa Cultura Viva no ano de 2010, cuja publicação organizada com os resultados pode ser acessada através do endereço eletrônico: http://www.cultura.gov.br/culturaviva/wp-content/uploads/2010/11/Cultura-Viva -Avaliação Programa Cultura Viva1.pdf

"O Ipea aponta uma avaliação interessante para isso porque, o que vai acontecer é que a gente vai gerar um grupo de gente penalizada. Ou seja, você não pode ir na comunidade e acompanhar e ver o que está sendo feito, mas você penaliza porque não conseguiu prestar contas no prazo. E não necessariamente este grupo foi desonesto, ele não teve condição de dar conta. Então, que instrumentos nós vamos criar para auxiliar essas comunidades, principalmente as com menos assessoramento, para que gaste bem os recursos, preste conta adequadamente e consiga realizar suas atividades com eficiência?"

[Joana - Entrevista - 31/03/2012]

Uma tentativa que se faz em solucionar o problema da falta de estrutura da Secretaria foi então, descentralizar os recursos do Programa para os governos estaduais. São estes que lançam os editais e assinam os convênios de execução dos projetos com os proponentes. Joana afirma que o problema deste formato de funcionamento é a ausência de um mecanismo regulador das diferentes experiências, ou seja, não há um conjunto de diretrizes, seguidas por todos os estados membros da federação que lançam editais de modo a uniformizar o Programa nacionalmente, ainda que descentralizado. Essa solução, portanto, não supre a carência da criação de instrumentos de avaliação e acompanhamento permanente das ações desenvolvidas através do Programa.

Um grande impacto na Secretaria foram mudanças sucessivas na sua direção. Houve três diretores no período de dois anos (2010-2012). A diretora atual ocupava anteriormente a direção do Departamento de Articulação e Fomento (DAF) do Iphan.

A transição do governo Lula para o governo Dilma Roussef também acarretou uma série de transformações, na estruturação do Ministério da Cultura. Dentre elas, cabe apontarmos a fusão entre as Secretarias da Identidade e Diversidade (SID) e da Cidadania Cultural (SCC), formando a atual Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC). Essa fusão, no entanto, representa, na opinião de Joana, a fragilização dos antigos programas de ambas as Secretarias, pois, dessa estrutura resultante ainda foram tirados cargos para a composição de uma nova Secretaria: a de Economia Criativa¹²⁸. Atualmente a estrutura da SCDC conta com três coordenações gerais e uma

Fonte: http://www.cultura.gov.br/site/categoria/politicas/economia-criativa-2/ - acesso em 19/10/2012.

¹²⁸ Segundo o site do Ministério da Cultura, "Criada pelo Decreto 7743, de 1º de junho de 2012, a Secretaria da Economia Criativa (SEC) tem como missão conduzir a formulação, a implementação e o monitoramento de políticas públicas para o desenvolvimento local e regional, priorizando o apoio e o fomento aos profissionais e aos micro e pequenos empreendimentos criativos brasileiros. O objetivo é tornar a cultura um eixo estratégico nas políticas públicas de desenvolvimento do Estado brasileiro."

diretoria¹²⁹.

Em termos financeiros, a Secretaria sofreu um corte de aproximadamente 30% (trinta por cento) em seu orçamento anterior, mas, de maneira geral, não apenas na SCDC, a mudança de governo também teve um grande impacto na gestão financeira. Representou um momento de avaliação do "caixa" do governo, das despesas e receitas, e da adoção de uma postura mais austera que também foi reforçada por uma forte crise econômica mundial. Tal revisão representou um freio para as ações então em andamento, o que impactou diretamente a atuação de projetos desenvolvidos pela "sociedade civil", atendida diretamente pelos Programas de governo. Podemos mencionar, como exemplo relacionado diretamente ao caso enfocado nessa Dissertação, o terceiro convênio do Pontão de Cultura do Jongo Caxambu, assinado no final de 2010, mas que não teve liberação de recursos até junho de 2011, o que acarretou a interrupção das atividades do Pontão por alguns meses.

Essa pausa, que provocou descontinuidades de trabalhos em andamento, financiados por recursos públicos, representou grande decepção para um grande público que havia votado em Dilma Roussef e que estava na expectativa da continuidade dos Programas criados no governo Lula. Além disso, um clima de incertezas gera a suspensão de planejamentos embasados na perspectiva do prosseguimento dos mesmos.

No âmbito do Programa Cultura Viva, editais de prêmios e convênios foram suspensos, alimentando a apreensão do esvaziamento e frustrando compromissos já estabelecidos entre os vencedores dos editais e os beneficiários dos seus projetos. A Comissão Nacional dos Pontos de Cultura passa a reivindicar respostas da SCDC, a respeito das perspectivas para a continuidade do Programa e do pagamento de convênios e prêmios em suspenso. Um sem-número de matérias nos jornais e revistas começam a circular, denunciando o esvaziamento do Programa e a expectativa de sua extinção.

As notícias que tive, durante as entrevistas com Joana e com as funcionárias do DPI, no entanto, revelaram que a paralisação do Programa deveu-se a uma pausa necessária para sua reestruturação. Esta vem sendo realizada através de um grupo de trabalho (GT) formado não apenas pelo *staff* da própria Secretaria, mas também por

-

¹²⁹ Joana fala sobre a estruturação da SCDC: "Você tem a Coordenação Geral que cuida do Programa Cultura Viva e das Redes, tem uma Coordenação que era de Cidadania Cultural que é na qual eu trabalho, que cuida de toda diversidade do [Programa] Brasil Plural, que era a SID e mais as coisas que são demandas espontâneas que ainda não estão agrupadas dentro do programa, e uma terceira que cuida da parte de conveniamento, acompanhamento, fiscalização e tudo. Que é a parte mais burocrática, mais administrativa." (entrevista em 31/03/2012).

outras instituições parceiras, tais como o Iphan, a Fundação Cultural Palmares, a Secretaria de Políticas Culturais, a própria Comissão Nacional de Pontos de Cultura, as representações regionais do MinC, além do Ipea. Além disso, a interrupção das atividades também se deveu ao estabelecimento da meta em honrar os compromissos estabelecidos, na gestão governamental anterior, consubstanciados nos "Restos a Pagar" acumulados de 2010 e 2011, em prêmios e editais de convênio. Dessa forma, o ano de 2012 representou uma pausa para a reestruturação da Secretaria que passa a acomodar a mesma demanda em uma estrutura menor ainda, bem como colocar as dívidas em compromissos assumidos em dia.

A reestruturação do Programa Cultura Viva tem sido vista com bons olhos pelos que têm acompanhado os trabalhos do GT responsável pela tarefa. A precariedade de estrutura de funcionamento, verificada como crônica desde a sua criação, sinalizava que em algum momento essa pausa das atividades para a revisão do Programa teria que ocorrer, não havendo outra alternativa, a não ser seu colapso total.

"Nesse sentido, seria importante que o Programa tivesse essa parada para refazer coisas, pensar como que ele vai ser monitorado e avaliado. Você precisa ter recortes dentro, os Pontos de Cultura são muitos diversos. Você não consegue identificar hoje quantos Pontos de Cultura atuam em áreas de quilombo, em área de terreiro, em área indígena – a área indígena talvez mais precisamente, porque o edital foi específico. Você tem uma política muito focada no meio urbano e não tem um direcionamento para as áreas rurais. Então, todos esses elementos são gerados por uma *ausência de instrumentos que constituem uma Política Pública*. Monitoramento, acompanhamento, planejamento. Não há planejamento organizado das ações. (...)

Eu acho que é preciso contribuir na proposição de uma estrutura de programa, porque o Programa Cultura Viva não dá conta da demanda que ele tem, da forma que ele estava estruturado. É óbvio que qualquer hora ele iria implodir, por conta de que você tem uma demanda grande, uma estrutura pequena e instrumentos muito menores ainda para dar conta da política pública. (...)

Nunca as pessoas das gestões anteriores ouviram a avaliação, mas não pensaram na reformulação. Agora, ele está numa fase interessante de uma reformulação participativa."

[Joana – Entrevista – 31/03/2012 – destaque RG]

Até o momento, ainda não há resultados concretos e divulgados dessa reestruturação e, certamente, há críticas quanto à morosidade do processo. Segundo informações que obtive a respeito, a previsão é de um aumento significativo do número dos *Pontos de Cultura* - de 3.500 para 15.000.

No que se refere às mudanças da transição de governo, honrar os compromissos estabelecidos do governo anterior foi uma orientação geral. Dentro do Iphan, metade do orçamento de 2011 ficou comprometido com o pagamento do edital "Viva meu Mestre", de prêmios a mestres capoeiristas. Comentando a imagem que circula na opinião pública sobre o esvaziamento das Políticas Públicas, a atual Diretora do Departamento do Patrimônio Imaterial¹³⁰, diz:

"Se divulga pouco o que se está fazendo, antes se divulgava muito, mais do que se fazia pouco, agora se divulga muito menos do que se faz. Então, tem essa confusão. E eu sei que não é só nessa área, outras áreas, a área dos Pontos de Cultura, tudo o que vem sendo "batido" muito, hoje a gente pretende, eu sou de uma comissão com muita gente da sociedade civil, repensando, redesenhando os Pontos de Cultura, não para acabar com eles não, mas para dar a eles uma estrutura um pouco mais forte, mais coerente, para que não aconteça a médio prazo o que aconteceu o ano passado, e o que ainda acontece, que são milhares de Pontos de Cultura sem receber, sem nada... Na verdade, esse é um legado que não é do governo Dilma e que já foi dito pela Ministra e pelos Secretários que eles vão honrar, mas que quando eles honram com o passado, eles deixam de fazer o presente, porque o dinheiro é só um, e as pessoas são só uma também. Então, não é só uma questão de dinheiro, é uma questão de gestão, uma questão de capacidade de operação do próprio Ministério [da

[Diretora do DPI– entrevista em 02/04/2012 no CNFCP/RJ. Destaques RG.]

A respeito dos Pontões de Cultura de Bens Registrados, a perspectiva é que haja a continuidade da parceria SCDC e Iphan, agora de forma mais estruturada, pois antes havia grande desconhecimento a respeito do funcionamento desses Pontões, dentro da

-

¹³⁰ Museóloga formada na UniRio, inicia a sua trajetória no Iphan no ano de 1973, atuando no Museu Histórico Nacional. Em 1977 foi convidada para trabalhar no Instituto Nacional de Folclore (INF), durante a gestão de Bráulio Nascimento, onde permanece de 1978 até 1982/83. Quando há a mudança de Bráulio para Lélia Coelho Frota, entrega seu cargo à direção e vai trabalhar na Secretaria Geral das Reuniões de Diretores de Museus Nacionais, que depois viria a ser o Programa Nacional de Museus (SNM). Quando este se consolida, permanece trabalhando nele, de onde sai para atuar no Sistema Nacional de Museus em Brasília, após fazer um curso de Gestores Culturais da Fundação Getúlio Vargas entre 1985 e 1986. Do SNM, atua como Coordenadora de museus do Distrito Federal. Depois disso retorna para o Iphan, no período do governo de Fernando Collor de Melo. Atua na Superintendência do Iphan, no DF e, com o tempo, torna-se Chefe da Divisão Técnica, Superintendente Regional do Centro Oeste todo e Diretora de Identificação e Documentação. Quando ocupava a Diretoria do Departamento de Identificação e Documentação, envolve-se com a organização do Grupo de Trabalho cujas discussões subsidiam o Decreto 3551, coordenando um Projeto Piloto de aplicação do INRC no Museu Aberto do Descobrimento, em Porto Seguro. Em 2002 sai do Iphan, devido a incompatibilidades com a nova diretoria. Trabalhou no ramo privado em diferentes projetos museais, voltando a atuar na área museográfica. Foi convidada então pela diretora do Instituto Cultural Flávio Gutierrez, para organizar o Museu de Artes e Oficios em Belo Horizonte, onde permaneceu por nove anos. Nesse meio tempo, o então Presidente do Iphan, a convida por duas vezes a voltar para o Iphan. No terceiro convite ela aceita voltar ao Iphan para uma área do Patrimônio Imaterial, devido ao seu envolvimento no Decreto Nº 3551.

SCC, e quase nenhuma integração destes com a rede mais ampla de Pontos e Pontões de Cultura. No entanto, uma orientação, que parte da Presidência da República, este ano (2012), aponta para alterações significativas no desenho de tais Pontões. A *Gerente de Salvaguarda* do DPI comenta sobre tal perspectiva:

"No final do ano passado veio uma solicitação da Presidência da República para certificação de convênios que era algo que "ia muito em cima" das instituições da sociedade civil, agora só vai poder ser assim, você só vai poder fazer esse tipo de parceria através de uma chamada pública... Aquele tipo de coisa que a gente vinha fazendo, que é: conhece a instituição, que é a instituição que vem trabalhando com a gente, e aí a gente propõe um convênio com aquela instituição, era o que a gente estava fazendo, por exemplo, nos Pontões... Por quê? Não que não tivesse uma seleção, claro que teve, porque aquele parceiro era o que estava trabalhando com a gente desde o momento da pesquisa para a montagem do dossiê de registro, então, é um parceiro que você conhece, e que você sabe que tem condições de "tocar" aquilo ali. Isso não vai ser mais possível. Você vai ser obrigado a fazer a chamada pública."

[Gerente de Salvaguarda – entrevista em 04/04/2012 no CNFCP/RJ – destaques RG]

Essa é uma mudança drástica, com relação às experiências de Planos de Salvaguarda que vêm sendo construídas, uma vez que o histórico de envolvimento bem sucedido dos *mediadores* com os *detentores*, ou mesmo a existência de entidades geridas pelos próprios, eram os critérios mais fortes para o estabelecimento de convênio do Iphan, no caso dos Pontões de Bens Registrados. Calçavam-se em valores como o da confiança, da consideração, da continuidade, da representatividade, da responsabilidade social experenciada. Eram espécies de garantia ou de sinalizadores do envolvimento dos d*etentores* e do sucesso de sua mobilização na salvaguarda dos *bens registrados*.

A seguir, adentro nas questões específicas da Política de Patrimônio Imaterial como um todo, contexto mais imediato em que se inserem as experiências de salvaguarda.

III. A Política de Patrimônio Imaterial - A Incipiência do Campo

A área de Patrimônio Imaterial constitui uma novidade nas ações e conceituações da Política Patrimonial Federal, não apenas pela data recente do Decreto que a institui (2000), mas também devido à temporalidade específica envolvida no processo de mudanças em instituições já antigas e com modos de operar já bem consolidados e arraigados. Isso implica dizer que é uma área que ainda não foi absorvida e apropriada de forma satisfatória nem pelo Iphan em sua totalidade, nem pelos grupos da

"Sociedade Civil". Atenhamo-nos inicialmente aos problemas que isso acarreta internamente à Instituição, para depois tratar das dificuldades com a chamada "Sociedade Civil".

Dificuldades Internas:

Da relação entre Departamentos e Unidades

A falta de apropriação dos instrumentos da Política de Patrimônio Imaterial dentro da Instituição traduz-se em resistências por parte de diversos setores do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional¹³¹: tanto nos Departamentos da área central (DPA, DPAM e DAF)¹³², bem como nas Superintendências Estaduais.

A diretora do DPI relata em entrevista que mudanças em todas as direções dos departamentos do Instituto, inauguradas com sua chegada em julho de 2011, representaram uma alteração significativa do quadro anterior, no que diz respeito a um trabalho conjunto:

"Esse grupo de diretores está mais afinado, sabendo que a gente tem que caminhar em conjunto. Mesmo o Departamento do Patrimônio Material (Depam), eu posso dizer para você que hoje ele está sofrendo uma reestruturação muito grande. Nessa reestruturação, essa coisa que tangencia com o patrimônio imaterial está sendo melhor costurada. Ele não está numa relação pessoal de técnicos que são amigos, mas eles estão numa orientação de Diretoria de que nós vamos trabalhar em conjunto. É diferente. Não estou dizendo que está resolvido. Eu estou dizendo que no momento, a tendência é para uma solução conjunta, um trabalho conjunto, o que não acontecia, com certeza, há dois anos atrás."

[Diretora do DPI – entrevista em 02/04/2012]

Esse contexto também foi favorecido, em certa medida, por alterações organizacionais orçamentárias de origem externa ao Iphan, vindas do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG). Tais mudanças dizem respeito à unificação das ações dos Departamentos, nas rubricas orçamentárias do Instituto, não mais divididas em ações de Patrimônio Material e Patrimônio Imaterial, mas nas categorias: "preservação de patrimônio cultural", "identificação do patrimônio cultural", o que auxilia na compreensão de que são ações que visam à identificação e preservação do patrimônio cultural, ainda que em seus diferentes aspectos. Isso incentiva a prática mais integrada entre os Departamentos.

_

¹³¹Cf. Anexo 2 - Organograma do Iphan.

Departamento de Planejamento e Administração, Departamento do Patrimônio Material e Departamento de Apoio e Fomento.

Note-se, no entanto, que não é sempre que as mudanças determinadas pelo MPOG resultam em desdobramentos positivos, como neste caso. A reestruturação sofrida pelo Iphan, salvo engano, em 2009, por exemplo, representou uma redução do corpo técnico, bem como da possibilidade de cargos comissionados, os chamados DASs (Direção e Assessoramentos Superiores) intermediários. Os DASs das coordenações do DPI, por exemplo, são de nível 4 (quatro) para a coordenação geral, e 3 (três) para coordenações técnicas, sem contar com DASs 2, ou 1, que seriam coordenações intermediárias. A determinação dessa estrutura também impede que a estrutura funcional precária com que o Iphan conta hoje, pudesse ser reforçada com pessoal qualificado contratado via cargo comissionado.

Uma relação que preocupa especialmente é aquela com os setores que lidam com a área meio, a administração, por assim dizer, no Departamento de Planejamento e Administração (DPA). Grande parte dos problemas enfrentados, a princípio, diz respeito aos próprios instrumentos burocráticos mais abrangentes pelos quais se guiam esses funcionários e que, no geral, não se adequam às realidades dos, digamos, "beneficiários" da política. Muito pelo contrário, tais legislações imprimem uma série de exigências detalhistas indistintamente, pressupondo que todos os atores possuam a mesma qualidade de acesso aos instrumentos administrativos, de forma a atender tais demandas plenamente. O mesmo tipo de problemas sobre os quais discorremos acima quando tratamos do Programa Cultura Viva.

O grau de dificuldade que o assunto envolve é de tal ordem, que ficamos com a distinta impressão de que tais legislações, destacadamente a Lei nº 8.666¹³³, orientam-se pela premissa de que todas as pessoas jurídicas dispostas a estabelecer contrato ou convênio com um órgão público são mal intencionadas e pretendem desviar recursos ilicitamente.

Além disso, as possibilidades de interpretação desse *corpus jurídico* são de tal elasticidade que muitas vezes o mesmo processo é redirecionado diversas vezes aos proponentes, a fim de atender a cada nova interpretação do analista responsável.

Para além das dificuldades inerentes aos instrumentos legais e burocráticos, o atendimento a públicos que possuem meios precários de cumprir tantas exigências, demanda, aos olhos das entrevistadas, que os analistas administrativos adotem uma

_

¹³³ Conforme seu Art. 1º "Esta Lei estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.".

postura diferenciada, buscando compreender minimamente o contexto em que vivem tais grupos e, a partir daí, indiquem no conjunto das legislações, meios para a adequação factível dos grupos na sua inclusão nos processos.

O "nó" na relação com os setores da área meio se dá quando a questão é o repasse de recursos para que a própria *base social* faça a gestão de ações visando a salvaguarda dos *bens*, uma vez que uma premissa desse tipo de ações seria a busca pela *autonomia* dos grupos, e gerir os recursos seria uma forma de tomarem a execução para si, aprendendo com o processo e capacitando-se para outras experiências semelhantes. A natureza dos grupos envolvidos nas ações de Patrimônio Imaterial são em geral bem distintas daquela de empresas contratadas para a realização de obras em edificações, tipo de transação à qual a instituição está acostumada. Incluem Organizações Não Governamentais (ONGs) e Associações Culturais, muitas vezes situadas em localizações de difícil acesso e com pouca experiência na gestão de projetos.

Há aí um duplo problema: por se tratarem de recursos públicos, há realmente que se ter um mecanismo de prestação de contas que comprove que o dinheiro está sendo empregado para os fins acordados. Nesse sentido, é interessante que os grupos se capacitem para a gestão desse tipo de recursos, passando também a concorrer pelos mesmos quando do lançamento de editais de projetos ou prêmios. No entanto, a complexidade das prestações de contas faz com que, muitas vezes, ao invés de beneficiários, produzam-se pessoas oneradas pelo processo, em geral aqueles que mais necessitam acessar os recursos públicos. Assim, as entrevistadas afirmam que a solução mais cabível, na impossibilidade de mudanças em curto prazo dessas legislações, seria aquela em que os analistas conhecedores das mesmas pudessem ter "um olhar inclusivo", e colocar sua *expertise* a serviço dos contextos que se apresentam. Um dos grandes entraves, se não o maior deles, é o medo da responsabilização pelos órgãos fiscalizadores, como a Controladoria Geral da União ou a Procuradoria Federal, inviabilizando a realização de ações, ou mesmo tornando-as demoradas em demasia. Vejamos a fala da consultora da Unesco no DPI¹³⁴, sobre o assunto:

_

Doutora em Antropologia pelo Museu Nacional, UFRJ, orientanda de Gilberto Velho, professor que teve importância significativa no Iphan como consultor, e como interlocutor acadêmico, no Centro Nacional de Folclore e da Cultura Popular desde os anos 1980, junto à Lélia Coelho Frota, até sua morte no ano corrente. Inicia a sua atuação junto à Política de Patrimônio Imaterial, no Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, no ano de 2001, quando o órgão ainda integrava os quadros da Funarte. Inicialmente contratada para atuar no Programa Comunidade Solidária, inspirado no Programa de Apoio a Comunidades Artesanais do CNFCP, foi convidada pela diretora da Casa, para Coordenar um projeto piloto de teste do Inventário de Referências Culturais, recém-criada metodologia de pesquisa do Iphan. Tal Projeto, Celebrações e Saberes da Cultura Popular, resultou em pesquisas que subsidiaram os pedidos

"Pois é, quer dizer, é a tal história, os conceitos e as práticas não são absorvidos só por um Decreto. Até a própria estrutura do Iphan, administrativa, absorver que a gente não vai só contratar, conveniar só empresa de obra!... Que a gente vai contratar ONG, que a gente vai contratar pesquisador. E que em pesquisa e trabalho com base social os tempos são outros, as práticas são outras, que a burocracia tem que ser relativista, que eles têm que relativizar, que eles têm que jogar a favor e não ficar arrumando 'cabelo em ovo' para impedir convênio, para emburacar prestação de contas, que a gente tem que buscar meios dessa gente trabalhar com a gente, para ser participativa mesmo. "Não aceita caneta vermelha". Só tem caneta vermelha na aldeia, você vai fazer voltar? Três meses para ir, três meses para voltar porque não tem caneta vermelha? Por que não pode? Não pode ajudar, não pode ter um olho inclusivo? Não tem, não tem. Em princípio é difícil, em princípio são desonestos, em princípio querem passar a perna. Pelo estranhamento, não é pela má fé. Estranha. Imagina, conveniar com índio... Que coisa complicada..."

[Consultora da Unesco no DPI– entrevista em 30/03/2012 – destaques RG].

Essa falta de flexibilidade, identificada nos analistas da área administrativa, acaba criando a necessidade de que os técnicos em Ciências Sociais e História, em geral envolvidos na gestão do Patrimônio Imaterial, busquem saídas para dar prosseguimento aos processos. Pesquisam diferentes legislações, perseguindo contradições que forneçam brechas, "pequenos respiros" que possibilitem a atuação dos grupos detentores. No entanto, a boa vontade que os técnicos da área das Ciências Humanas possam ter para que isso aconteça, nem sempre é acompanhada pelo talento e facilidade de apreensão e compreensão da linguagem legislativa em suas especificidades.

Outro desdobramento quanto a esse tipo de impasses burocráticos faz com que, muitas vezes, os funcionários do Iphan ou os parceiros *mediadores*, disponibilizem recursos próprios a fim de solucionar situações que requerem rapidez.

Convém aqui que se relembrem os termos empregados por Rodolfo Vilhena em seu trabalho sobre o que caracterizou como Movimento Folclórico brasileiro: "Projeto e Missão", aludindo ao caráter missionário que o trabalho dos folcloristas assumia, de empenho pessoal extremo. O mesmo pode ser identificado igualmente como característica requerida dos funcionários e *mediadores* parceiros em diversas situações,

de registro inicialmente do Ofício das Baianas de Acarajé, do Saber Fazer a Viola de Cocho e do Jongo no Sudeste, e posteriormente do Ofício das Tacacazeiras e do Modo de Fazer as Cuias no Baixo Amazonas (cf. Série Encontros e Estudos nº 5). Após a finalização do Projeto, Lívia ainda coordena o início do processo de salvaguarda do Jongo no CNFCP, de lá saindo, no ano de 2007, para realizar o Pós-Doutorado na Universidade de Brasília. Lá é convidada então, para atuar no Departamento de Patrimônio Imaterial como Consultora da Unesco.

155

resultado de forte compromisso com os atores envolvidos e objetivos pretendidos, somados a uma grande morosidade e inviabilidade impostos por mecanismos burocráticos.

Dentre as questões internas, há que se considerar, como um grande desafio, a absorção do trabalho com o Patrimônio Imaterial, especialmente de salvaguarda, nas Superintendências Estaduais. Todas as entrevistadas apontam que ainda há um longo processo de assimilação da política a ser feito no âmbito local. A Diretora do DPI ressalta que a novidade dos instrumentos envolvidos fez com que inicialmente houvesse uma concentração das ações de Patrimônio Imaterial no DPI, fato que estão buscando mudar:

"A gente precisa apostar na descentralização do ponto de vista operacional. Então acabar com aquela coisa de quando precisa fazer alguma coisa no Patrimônio Imaterial, telefona para Brasília que o Departamento resolve. Não, você tem que pensar no seu planejamento. Porque você tem Patrimônio Imaterial, e você deve resolver as ações de Patrimônio Imaterial no seu planejamento cotidiano, não vai ser o Departamento que vai resolver. Esse é o meu ponto de vista de como que a gente tem que trabalhar daqui para diante. Quer dizer, você passou dez anos consolidando uma política e agora você tem que botar essa política na boca de todo mundo do Iphan. Ainda "tô" falando Iphan, porque a gente tem outros parceiros que a gente consegue que a política seja apropriada, essa questão da valorização do Patrimônio Imaterial e ações de salvaguarda, a gente consegue às vezes colocar, por exemplo, o Ministério da Saúde, o Ministério da... E não consegue dentro da própria Casa, então, eu acho que o desafio que eu encontro é esse: é consolidar a política e descentralizar e consolidar agora nesse outro nível." [Diretora do DPI – entrevista em 02/04/2012]

Nesse sentido, é conveniente ressaltar a solução encontrada para sanar a necessidade de quadros técnicos da área de Ciências Sociais ou História, nas Superintendências, ainda que temporariamente, que foi a contratação de quatorze consultores da Unesco. Resultado de uma consulta nacional, lançada a todas as Unidades sobre essa possibilidade: os processos seletivos foram levados a termo nas próprias Superintendências, a fim de estabelecer claramente o vínculo fundamental desses consultores com as Unidades estaduais, mesmo que em diálogo constante com o DPI, principalmente em termos de orientações gerais dos processos. A expectativa da direção do Departamento é que, a partir da atuação de técnicos da área, venham à tona demandas relacionadas ao Patrimônio Imaterial até então desconhecidas, pela ausência de recursos humanos e que, assim, se fundamente e fortaleça o pleito pela realização de

concursos que equipem o Instituto do quadro técnico necessário para essa área específica.

Trata-se, em certa medida, de uma aposta, pois o caráter temporário de tal solução a torna frágil, uma vez que pode também ser interrompida, após um período de tempo muito curto, para que se consolide o trabalho do Consultor no local, dadas as temporalidades em questão – tanto a dos grupos, quanto a da burocracia.

A *Gerente de Salvaguarda* levanta, em entrevista, um ponto relevante a ser considerado: a percepção de algumas Superintendências de que o trabalho com a área de Patrimônio Imaterial representa uma mudança de postura institucional na relação com a "Sociedade Civil", que acarreta certas dificuldades administrativas, mas que também traz uma visão mais positiva das pessoas com relação ao Iphan:

"...eu sinto ainda uma resistência nas Superintendências, com relação a área central, e com relação ao trabalho com o Imaterial. Eu acho que tem algumas Superintendências que estão muito abertas, que já descobriram que talvez essa maneira de se relacionar com a sociedade seja benéfica ao Iphan, porque aí já não é o Iphan que fiscaliza e cerceia o monumento, é o Iphan que trabalha com as manifestações e que, de uma certa maneira, desenvolve uma perspectiva da cidadania cultural também. Então, a sociedade é muito mais receptiva a esse tipo de proposta. Eu acho que tem algumas Superintendências que já percebem isso, tem outras que não."

[Gerente de Salvaguarda – entrevista em 04/04/2012 – destaque RG]

Há que se considerar, no entanto, uma série de elementos para a compreensão do quadro geral do Iphan, em relação às Superintendências: o caráter local de sua atuação, a proximidade e imbricamento com os contextos políticos específicos dos Estados, e por fim, mas não menos importante, as condições desiguais entre cada uma delas, inclusive do ponto de vista do seu tempo de existência, dado que apenas recentemente o Iphan alcança a meta de estabelecer Unidades em todos os Estados da Federação. Todos esses fatores fazem com que a relação entre "as pontas" e a área central, bem como aquela estabelecida entre as próprias Superintendências não sejam isentas de conflitos.

Em muitos casos, o trabalho com o Patrimônio Imaterial implica um trabalho coletivo entre diferentes Superintendências, como no caso do Jongo, que é identificado nos quatro Estados do Sudeste. Essa necessidade de trabalhar conjuntamente pode resvalar em antigos ou novos conflitos estabelecidos, dificultando a fluidez do processo.

Vale ainda mencionar o caso específico do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, no que tange às relações com as Superintendências. Diferente destas, consideradas Unidades Estaduais, é classificado como Unidade Especial, mas, assim como aquelas, é uma Unidade Ordenadora de Despesas, ou seja, possui orçamento e planejamento próprios e é também oficialmente subordinado diretamente à Presidência do Instituto. O CNFCP enfrenta certas dificuldades de inserção e trabalho conjunto com as outras Unidades do Iphan, até mesmo pelo pouco tempo que o integra, bem como pela sua área de atuação, voltada totalmente para o trabalho com a área de Patrimônio Imaterial, especificamente o campo das Culturas Populares. Não podemos deixar de assinalar que a sua localização no Rio de Janeiro, como um resquício da área central na antiga capital federal, somado a uma atuação nacional, também provoca desconfortos. Vejamos relato da diretora do CNFCP sobre o assunto:

"Na estrutura formal, de nomeação, a gente é Ordenador de Despesa, então numa certa medida, a gente tem o mesmo plano de uma Superintendência, por exemplo, nós temos um orçamento próprio e gestão sobre ele. Isso tem uma dificuldade grande na história institucional do Iphan em aceitar isso, que está muito ligado, no meu entendimento, primeiro a deficiências graves – porque se todo mundo tivesse melhores condições de agir isso não ficaria tão acirrado. Em segundo lugar, acho que tem um incômodo com uma atuação nacional do Centro e uma sede no Rio de Janeiro. O que tem a ver, no bom sentido, com uma afirmação dos outros estados da federação. Na medida em que os eixos principais Rio-São Paulo, Belo Horizonte, Bahia, os grandes centros que são pressionados, vamos dizer assim. em várias frentes. Eu acho isso bacana no sentido maior de prospecção brasileira, porque outros estados que nunca foram percebidos, ou ganharam da federação a devida atenção, ou expressão, eles reclamam. E a gente é um remanescente de área central com sede no Rio. Isso nunca foi verbalizado, mas é uma impressão minha, porque iá foi verbalizado com relação a outras áreas. Eu percebo ali como incomoda o Rio de Janeiro ter núcleos que atuam centralmente, e eu acho que isto faz sentido. Embora eu não veja a atuação de um Centro como este, numa atuação de mesmo peso, em Brasília. Eu acho que aqui ainda tem resquícios de formação de opinião e de visibilidade que são importantes para a natureza do nosso objeto. Ou seja, o olhar de quem vem ao Rio de Janeiro, de todas as partes do Brasil, para quem a gente mostra um Museu como esse, ou uma Sala do Artista como essa, ou mesmo do próprio artista vir para o Rio ou ir para Brasília. Ele, em Brasília, vai para um rito de reconhecimento do governo federal. Para cá, ele vem muito mais para um reconhecimento da sociedade brasileira, ainda simbolicamente é."

[Entrevista com a Diretora do CNFCP em 16/05/2012].

Das relações entre as Coordenações do Departamento do Patrimônio Imaterial

Outra integração interna, em curso já há cerca de um ano, tem se dado entre as

diferentes coordenações 135 do DPI. Segundo relato de uma técnica em História da Coordenação de Identificação, quando de sua chegada ao Departamento, em 2006, o volume de processos em tramitação era reduzido (oito processos), o que permitia que todos os técnicos, de cada Coordenação, pudessem discuti-los em sua totalidade e de forma conjunta. Ao longo do tempo, a demanda crescente fez com que as coordenações se isolassem em suas tarefas específicas e deixassem paulatinamente de ter uma comunicação a respeito dos processos em trâmite, inclusive por conta da escassez do quadro funcional. Atualmente, há cerca de trinta e seis processos de identificação em andamento, o que representa um aumento de 350% nos últimos seis anos.

Dessa maneira, a continuidade e fluidez dos processos entre as diferentes etapas – identificação, registro e salvaguarda – ficavam comprometidas. Podemos mencionar, como exemplo, a defasagem entre o número de bens registrados, vinte e cinto até fevereiro de 2012, e aqueles que possuem ações de salvaguarda em curso (planos estruturados ou ações pontuais) que, segundo a estimativa da gerente de salvaguarda, são quinze.

A necessidade de integração, entre as Coordenações do DPI, começou a se apresentar como demanda devido a diferentes contextos. Um deles diz respeito aos projetos de Patrimônio Imaterial nas Superintendências. Nessas Unidades, os processos são acompanhados em sua integridade pela mesma equipe (ou pessoa). Esse(s) técnico(s) tem que dar conta de todos os aspectos dos processos de cada bem, desde a identificação – mesmo que envolva a contratação de empresas ou estabelecimento de parceria com universidades, ele acompanha a execução da pesquisa - passando pela definição de pertinência do pedido de registro e chegando à construção e execução das ações de salvaguarda. Assim, diante das Superintendências, as divisões internas do DPI nem sempre são claras e definidas. Com o crescimento dos projetos nesse âmbito local, diz a técnica em História da Coordenação de Identificação, as Superintendências e os próprios grupos de detentores passam a demandar uma integração maior das coordenações do DPI.

Outro contexto que revelou tal necessidade foi a participação em projetos no âmbito do Centro Regional para La Salvaguardia del Patrimônio Cultural Inmaterial de America Latina (CRESPIAL)¹³⁶ que, pautados pela Convenção para a Salvaguarda

135 São três as Coordenações do DPI – Identificação, Registro e Salvaguarda.

¹³⁶Centro Regional para La Salvaguardia del Patrimônio Cultural Inmaterial de America Latina, criado em janeiro de 2006, conta com 14 países integrantes (Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa

do Patrimônio Cultural Imaterial da Unesco, orientam suas ações, segundo a noção de que todo processo de reconhecimento pode ser compreendido como forma de salvaguardar os *bens* em questão. Assim que, nesses projetos, todas as etapas, nitidamente demarcadas no Brasil (Iphan) como distintas, acontecem de forma integrada, em um recorte por projetos, e não pelas suas fases.

A própria consolidação de entendimentos e olhares da equipe, devido ao acúmulo de experiências, levou à necessidade de maior integração do trabalho das coordenações, conforme algumas especificidades dos processos como, por exemplo, a percepção de dificuldades na aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais, para a produção do conhecimento para o Registro, o que resultou na produção de algumas normativas para esse tipo de inventários. Segundo a *técnica* em História da Coordenação de Identificação entrevistada, esse foi um longo processo, através do qual se estabeleceu, há cerca de um ano, o acompanhamento conjunto das Coordenações de identificação e registro desses casos de INRCs, voltados ao subsídio de pedidos de Registro.

Relações Interinstitucionais

A precariedade do quadro funcional sobrecarrega os que estão ao serviço da Instituição, impedindo a atuação do Iphan em funções específicas, como por exemplo, o acompanhamento das pesquisas de campo, realizadas na etapa da identificação, a execução direta de ações de salvaguarda, ou do acompanhamento destas pelos *mediadores* e *detentores*, *assim como* o papel de articuladores entre o Iphan e as administrações estaduais e municipais.

Além dessas funções, a sobrecarga de trabalho impede uma articulação eficiente entre *técnicos* de diferentes unidades, bem como os da área central (Departamentos), havendo grande dificuldade de pactuação de agendas para o estabelecimento de encontros frequentes, fundamentais para o estabelecimento de um trabalho de avaliação e reflexão conjuntas e constantes dos contextos em pauta, necessário para a construção de posturas institucionais bem demarcadas e definidas frente às situações enfrentadas.

A formalização da cessão do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) como instrumento de Metodologia de Pesquisa, condição para a permissão do uso do instrumento por equipes externas, é uma exigência que busca garantir condições de

Rica, Cuba, Equador, Guatemala, México, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela). Para mais informações consultar: http://www.crespial.org/

acompanhamento mínimas dos processos de identificação em curso. Isso porque, ao assinar o termo de cessão de uso do instrumento, o *proponente* se responsabiliza em prover os meios necessários para que funcionários do Iphan realizem o acompanhamento periódico do processo, seja em reuniões com a equipe, seja acompanhando atividades em campo, seja na ida dos integrantes da equipe de pesquisa até o Iphan. O maior problema, conforme assinalado acima, é conciliar a disputada agenda dos poucos funcionários, como ressalta a *técnica* em História da Coordenação de Identificação: "A gente tem pouco *técnico*, é acompanhar. Para mim, hoje é o que faz a diferença em termos da qualidade do processo, da qualidade do conhecimento, da qualidade da mobilização..." (entrevista em 30/03/2012).

A realização das pesquisas de identificação, por equipes externas à Instituição, através da contratação de empresas de pesquisas, ou pelo estabelecimento de parceria com universidades, coloca desafios às ações de inventário que são legadas às etapas posteriores, em caso de Registro e estabelecimento de ações ou planos de Salvaguarda.

Primeiramente, há que se levar em conta a compreensão dos envolvidos sobre as pesquisas de identificação. No geral, as equipes externas relacionam o trabalho de pesquisa à produção de conhecimento; por outro lado, do ponto de vista do Iphan, elas já são uma forma de política pública em si, por serem consideras não só como uma ação de salvaguarda, proteção simbólica pelo valor documental, mas também como mobilização das *bases sociais detentoras*, essenciais para o sucesso do processo como um todo.

No caso das empresas contratadas, há que se pesar que, em geral, estas são pautadas por uma lógica empresarial de racionalização do tempo, assim, costumam agir de acordo com um cronograma fechado, raramente flexível. Isso pode representar mais dificuldades em se estabelecer um entendimento comum entre o Iphan e as equipes sobre o instrumento, pois o tempo em que isso se constrói é um tanto subjetivo e difícil de ser estabelecido a priori, ainda mais em uma agenda apertada (até pela disponibilidade dos funcionários, conforme mencionado acima).

Somado a isso, o caráter pontual da contratação dessas empresas também concorre para que não seja viável o estabelecimento de relações, em longo prazo, com os pesquisados e, portanto, a criação e fortalecimento de laços de confiança, tão importantes em trabalhos dessa natureza.

No que diz respeito às Universidades, esse quesito de continuidade do trabalho não costuma ser um problema, uma vez que o trabalho em parceria com o Iphan muitas vezes se dá justamente por conta da atuação de um(a) professor(a) ou departamento em determinado campo, e assim, de imediato, parte de uma relação já consolidada entre o *grupo detentor* em questão e o professor pesquisador. Em outros casos, o interesse da Universidade por determinados assuntos pode levar à parceria com o Iphan para a pesquisa de identificação em um campo até então desconhecido pelos pesquisadores envolvidos. Em muitos desses casos, no entanto, esse contato inicial pode representar o desenvolvimento futuro de projetos, através da própria universidade, na localidade.

A dificuldade em acompanhar as pesquisas de campo *in loco* é potencializada pela problemática de que as equipes externas, contratadas ou parceiras, geralmente se colocam à parte da atuação do Estado, justamente por não entenderem a etapa da identificação como a realização de uma política pública, mas apenas a produção de conhecimento para o subsídio da mesma, o que pode alimentar uma ilusão de suposta neutralidade, perseguida nas pesquisas acadêmicas.

"Eu acho que esse sim é o maior problema que a gente tem hoje em termos de processo de produção desse conhecimento, é a construção dessa perspectiva. Assim como tem uma dificuldade da construção de uma perspectiva patrimonial. Na universidade, porque normalmente os antropólogos universitários acham que eles estão fazendo um trabalho acadêmico, etnografia e ponto. Então, boa parte deles - não é tudo, não dá para gente generalizar, claro, a gente tem parcerias muito boas com universidades, mas assim, uma parte significativa das equipes tem uma dificuldade muito grande de entrar no universo patrimonial. De entender que primeiro, eles estão trabalhando com o Estado, então eles podem fazer uma crítica do Estado, mas eles também são Estado nesse momento, que é a ideia da parceria, eles estão no campo, eles são Iphan também. Não quer dizer que eles vão comprar, ou não possam fazer a crítica, mas eles são parte desse processo também, então eles estão ali como Estado também quando eles participam e eles também têm que incorporar essa perspectiva patrimonial."

[Entrevista com a *técnica* em História da Coordenação de Identificação em 30/03/2012 – destaques RG]

Essa questão da assunção dos papéis institucionais no estabelecimento de parcerias, realmente é um assunto um tanto nebuloso, pois pode ser objeto de múltiplas interpretações. Como sustentado por Suaud (1984), a constituição de um "nós", muitas vezes implica o apagamento das especificidades de cada um dos agentes envolvidos, provocando certa confusão dos papéis em jogo.

Certamente há uma questão ética que se espera seja respeitada na condução de um

trabalho desse tipo, que deve orientar o parceiro ou contratado a não denegrir o trabalho do Instituto, perante os grupos *detentores*, por exemplo, ou então subsumir o papel do Iphan, apresentando-o, quando muito, como mero financiador. Isso porque possuem forte poder na formação de opinião e a "parceria" sempre é estabelecida em torno de interesses comuns. Por outro lado, a impossibilidade imposta pelo precário quadro funcional, representa na prática a delegação de deveres do Iphan a terceiros, os quais, mesmo apresentando convergências de objetivos, representam interesses outros nos processos.

Isso se verifica especialmente no caso das Universidades, não apenas na etapa dos inventários, mas também na da salvaguarda. A proximidade e a potencialização de trabalho com os grupos *detentores*, propiciadas pelos projetos de parceria com o Iphan, além de atender aos interesses comuns de fortalecimento dos grupos, podem implicar também uma mediação interessada, em termos do volume de material de pesquisa, gerado ao longo dos projetos. Há aí o risco de que a política pública, que deveria gerar uma massa de instrumentos de pesquisa e conhecimento acessíveis não apenas aos *detentores*, mas também ao público em geral, concorra para o estabelecimento de monopólios de campos para pesquisa. Nesse sentido, cabe ao Iphan estabelecer claramente que todos os materiais produzidos no âmbito de tais parcerias devem ser encaminhados ao Iphan periodicamente e que, embora o direito de autoria de tais documentos deva ser resguardado, o direito à propriedade de tais documentos também inclui o Iphan, enquanto parceiro e financiador das atividades. Por sua vez, caberia ao Iphan a disponibilização de tal material ao público em geral.

Outro tipo de relação interinstitucional fundamental para pensarmos a Política de Patrimônio Imaterial, já abordada no Cap. 2, é aquela que se refere às esferas estaduais e municipais do governo. O envolvimento de tais instâncias nos processos de reconhecimento de *bens culturais* faz-se fundamental, uma vez que estão intimamente relacionadas ao cotidiano local dos grupos *detentores*. Obter, no âmbito do governo federal, reconhecimento da importância de uma manifestação cultural da qual são *portadores* e ao mesmo tempo, que esta seja absolutamente ignorada, ou mesmo desrespeitada ou cerceada em sua cidade é uma situação no mínimo ambígua e à qual estão sujeitos todos os *detentores* dos *bens* registrados pelo Iphan.

No entanto, conforme tratado no Cap. 2, o princípio de autonomia das instâncias governamentais, inclusive em termos das legislações patrimoniais, impede que uma instituição federal tenha qualquer ingerência sobre os âmbitos estadual e municipal.

Dessa forma, o trabalho de sensibilização junto a tais atores é o único meio e instrumento de atuação que o Iphan pode oferecer aos grupos. Ainda assim, não deve ser desconsiderado, pelo contrário, como tratei no caso de Campinas, a demonstração de apoio de um parceiro institucional do Governo Federal possui grande peso nas negociações locais dos grupos.

Um projeto, que parte do DPI, visando à maior compreensão, apropriação e sensibilização dos governos dos Estados e Municípios é o "Balaio do Patrimônio". Consiste na realização de seminários nos quais palestram funcionários do DPI e das Superintendências, havendo o esforço de que *detentores* locais tenham falas sobre suas experiências também. O público-alvo são funcionários municipais e estaduais que atuam na área cultural e de educação. Há também a distribuição de materiais de divulgação sobre o Patrimônio Imaterial.

"Isso é um dos grandes desafios, acho que para a próxima década, é implantar definitivamente a política nos estados, tanto nos estados no âmbito do Iphan, quanto no âmbito dos governos e no âmbito municipal. Saiu aqui dessa coordenação, mas a gente está tentando entregar lá para o DAF, mas hoje já é uma ação do DPI os tais Balaios. Fazer essas capacitações para município, para governo de estado, onde envolva os detentores também é uma estratégia. Em alguns casos é eficaz, em outros não."

[Entrevista com *Consultora* da Unesco da Gerência de Salvaguarda, em 30/03/2012]

Além da sensibilização e da demonstração de apoio aos grupos em suas ações com respeito à salvaguarda do *bem* reconhecido, a parceria com tais instâncias do governo representam um tema polêmico. A sintonia entre os governos estaduais e municipais com o Iphan poderia representar, certamente, uma política de salvaguarda muito mais consistente, no sentido do apoio conjunto das instâncias governamentais. Nesse sentido, buscam-se o envolvimento e comprometimento desses atores também através do convite, para que integrem os Comitês Gestores dos Planos de Salvaguarda dos *bens*, bem como a gestão de ações ou Planos de Salvaguarda.

O maior problema de tais parcerias está no fato de que, dificilmente, nas instâncias estaduais e municipais se verifica o comprometimento com a estruturação de políticas em longo prazo, que perpassem governos, ou seja, as chamadas "Políticas de Estado". Sem pretender isentar o governo federal desse tipo de problema, podemos afirmar que nas instâncias estadual e municipal as gestões são marcadamente partidárias e o desenvolvimento de políticas locais é fortemente pautado pelos interesses de cada

gestão em diferenciar-se das anteriores, criando *marcas* que possam ser a ela associadas. Assim, a cada mudança de governo, existe o risco, conforme a conjuntura política partidária, da total interrupção de projetos em andamento.

"Eu acho que dá, pelo trabalho que a gente está fazendo de avaliação e monitoramento, já, já vai dar para gente ter dados com relação a isso, que quando o parceiro é a Prefeitura, ou o Governo do Estado, que a gente pode ter sérios problemas. Porque muda a gestão política e às vezes o processo se encerra. A gente tem mais de um caso assim, em que o parceiro era a Prefeitura, aí mudou a Prefeitura, e a Prefeitura que assume, para mostrar a sua cara nova, desfaz do trabalho anterior e aquilo que a gente tinha conseguido caminhar vai por água abaixo. A gente tem mais de uma experiência assim, de devolução mesmo de recursos, com experiências que estavam indo muito bem. Então, esse parceiro, é um parceiro muito complicado. Acho que a gente já tem dados para dizer que a articulação intergovernamental é uma articulação muito difícil e complicada."

[Entrevista com *Gerente de Salvaguarda* do DPI –em 04/04/2012]

IV. Relações com a "Sociedade Civil"

Na avaliação da *Consultora* da Unesco da Gerência de Salvaguarda entrevistada, se na etapa da identificação as complicações "extramuros" se dão, principalmente na relação Estado-Academia, na etapa das ações de salvaguarda (pontuais ou Planos de Salvaguarda), o embaraço está na equação da relação Estado-Sociedade Civil, em seus diferentes segmentos. A compreensão e apropriação da Política do Patrimônio Imaterial como um todo se revela bastante diversa, na maioria das vezes descompassada daquela do Iphan.

Em primeiro lugar, conforme a opinião da *técnica* em História da Coordenação de Identificação, essa é uma política de difícil compreensão, "são conceitos árduos para começar a trabalhar com os grupos, quem vai para campo sabe disso. Até você conseguir chegar num consenso de entendimento..." (entrevista 30/03/2012). Apreender essa política não é simples, devido ao grau de abstração que envolve, não apresentando a mesma concretude direta que políticas de outras áreas já alcançaram na vida do cidadão comum, tais como as de Educação ou de Saúde.

"Porque é uma apropriação que é muito lenta. Desse campo do patrimônio, do sentido disso, do porque se patrimonializa. Porque, na dimensão da vida, é isso, no fundo é: 'o que eu ganho com isso?', 'no que isso vai me interessar para minha vida cotidiana, para as coisas que eu faço?'. É diferente do que numa política de Saúde, ou de Educação, que você vê de uma forma muito concreta na sua vida, muito pesada. Eu acho que é um pouco mais fácil do cidadão se

aproximar do Estado, de construir um diálogo quando são coisas mais... Essa coisa da Cultura já é mais difícil, do Patrimônio mais difícil ainda, 'né'?"

[Entrevista com *técnica* em História da Coordenação de Identificação, em 30/03/2012]

Tal dificuldade de apreensão da Política de Patrimônio Imaterial, muitas vezes perpassa as etapas iniciais de identificação e registro, e revela-se quando alcança a salvaguarda, em alguns momentos, resultante de situações específicas. Sobre isso a *Consultora* da Unesco entrevistada comenta:

"É sempre uma surpresa dentro do âmbito da salvaguarda. Para o bem e para o mal, às vezes a gente acha que está muito bem compreendido e não está nada compreendido. Então, acredito que em termos de sociedade abrangente, de público em geral, a política não foi muito bem compreendida, também por parte dos municípios e estados também não foi bem compreendida. A gente tem alguma apropriação, mas ainda não existem grandes consensos em relação ao que deve ser feito e até que ponto a gente pode ir. Dúvidas básicas ainda estão latentes nesses dez anos, conceitos-chave também."

[Entrevista com *Consultora* da Unesco da Gerência de Salvaguarda em 30/03/2012]

As dificuldades de compreensão também decorrem do próprio fato de que a Política de Patrimônio Imaterial foi estabelecida de forma muito abrangente, deixando espaço para que, conforme o acúmulo de experiências, ao longo do tempo fossem criados instrumentos normativos para melhor delimitá-la.

Outro fator que deve ser considerado é o histórico de relacionamento entre governo e grupos de cultura popular. Marcado pelo caráter tutelar, tal relação mantinha os grupos em uma posição, por vezes, confortável de demandar ao governo, recebendo pontualmente meios, tais como instrumentos musicais, vestimentas, ou mesmo dinheiro como pagamento de cachês, para a manutenção de seus "folguedos", mas permanecendo em uma posição social desfavorecida.

V. A Salvaguarda

Atualmente, a compreensão sobre a salvaguarda passa, de uma maneira mais acentuada, a abarcar toda a Política de Patrimônio Imaterial, alinhando-se à perspectiva adotada na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da Unesco, elaborada três anos após a instituição dessa política no Brasil (2003).

No entanto, da forma como tem sido tratada nessa Dissertação, a salvaguarda pode ser compreendida como uma das etapas da Política de Patrimônio Imaterial. A partir das experiências acumuladas, ao longo dos primeiros dez anos da Política, o DPI começa a se referir à salvaguarda como ações de salvaguarda ou Planos de Salvaguarda, conforme o grau de mobilização da "base social" em diálogo e negociação com o Iphan. Como aponta a *Consultora* da Unesco entrevistada:

"...toda a direção da política aqui da salvaguarda foi sofrendo modificações de compreensão também. A política de salvaguarda se constrói inspirada na política de salvaguarda do folclore, não é? Aqui dentro, a experiência foi muito pautada pela experiência do Centro Nacional de Folclore que tinha experiência nessa área. A experiência inicial do Centro; assim, sempre procurar escutar a base e jamais fazer uma política autoritária de cima para baixo. 'Eu quero que vocês façam isso vocês vão fazer isso. O professor disse isso, então tem que ser feito isso'. A gente sempre procurou escutar e sempre procurou fazer as coisas escutando para atender a demanda. E a gente foi trabalhando no sentido de não só escutar, mas trazer para a formulação. 'Eu quero isso', então 'o dinheiro tá aqui?', não, então vamos pensar juntos é Estado e Sociedade, não é porque você quer isso que vai ser feito isso. A política é assim, vocês querem assim e nós assado, vamos chegar a um consenso e fazer uma coisa de comum acordo, Estado e Sociedade.

Porque, você fazer o que o nativo manda também é uma forma de paternalismo. É autoritário quando você vai lá e diz 'eu quero isto', e é paternalista você dizer 'ah, você quer isso? Então toma o seu pão com goiabada'. Não. A gente tem procurado sentar juntos, 'olha, os objetivos, metas, diretrizes do Programa são esses. As demandas de vocês são essas, vamos ajustar, e aí vamos construir um plano de trabalho ou um Plano de Salvaguarda'.

Então o que a gente tem hoje? Uma distinção clara entre Salvaguarda em geral: ações de salvaguarda e Plano de Salvaguarda. Ações de salvaguarda quando a gente ainda não tem uma base social mobilizada e participando com a gente da formulação e execução, que é a maioria. Planos de Salvaguarda a gente tem poucos desse nível, de base social participando junto com o Estado, da formulação e da execução."

[Entrevista com *Consultora* da Unesco da Gerência de Salvaguarda em 30/03/2012 – Destaques RG]

A entrevistada aponta ainda que, para tal compreensão e diferenciação da noção de salvaguarda mais geral, bem como para aquela dos Planos de Salvaguarda, a parceria com a Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural (antiga Secretaria de Cidadania Cultural) foi fundamental, uma vez que foi pelas experiências, que se consolidaram através dos Pontões de Bens Registrados, que se pôde vislumbrar as possibilidades dos

Planos de Salvaguarda, em termos do grau de mobilização, não apenas dos grupos *detentores*, mas de *mediadores* envolvidos e do próprio Iphan e outros órgãos governamentais.

"Os pontos foram fundamentais para que a gente tivesse essa experiência de gestão participativa. (...) O Pontão nos possibilitou isso, mas não é porque é Pontão que dá certo. Tem Pontão que não deu certo. Aí é a confluência de fatores favoráveis."

[Entrevista com *Consultora* da Unesco da Gerência de Salvaguarda em 30/03/2012]

Conforme as exposições nos Capítulos anteriores, observamos que a salvaguarda, sejam ações pontuais ou um Plano de Salvaguarda, implica, de forma recorrente, a necessidade de articulação política, pois, conforme cada contexto, as ações que visam à preservação do *bem* em questão esbarram em problemas que estão além do escopo de ação do Iphan. As dificuldades enfrentadas pelos *detentores* são de naturezas diversas, não apenas culturais. No entanto, ao longo do tempo, foi-se delineando que a articulação mais importante a ser fortalecida na salvaguarda é aquela entre os grupos de *detentores*, que pode favorecer a organização de suas demandas diversas coletivamente, com o apoio dos parceiros institucionais que poderão ser acionados quando julgado necessário.

No entanto, conforme indica a *Gerente* de Salvaguarda, nos casos em que o registro e a própria salvaguarda são acionados, como recurso técnico e político de pressão e negociação, visando à solução de problemas dados em uma conjuntura histórica e em que instâncias muito poderosas do ponto de vista político ou econômico estão em jogo, a tendência é a de que esses instrumentos não tenham alcance para além do embate retórico.

A questão territorial, por exemplo, é um desafio que se coloca constantemente, porém, conforme os contextos em pauta, podem estar ou não ao alcance das ações de salvaguarda no escopo do Iphan. Isso também diz respeito à força jurídica do *registro*, praticamente nula, pois que trata de tipos de direitos ainda não reconhecidos, tais como os coletivos e difusos. Em alguns casos, tornar o *bem* cultural conhecido e divulgado auxilia no estabelecimento de que seus elementos não possam ser apropriados de forma privada, em outros casos, no entanto, devido à força do poder dos atores envolvidos, que muitas vezes possuem amplo amparo judicial, os instrumentos da Política de Patrimônio Imaterial praticamente não possuem efetividade.

Buscando a consolidação da estrutura da Política de Salvaguarda, a Coordenação de Salvaguarda trabalhou na construção de uma metodologia de avaliação e

monitoramento dos Planos e ações de Salvaguarda. Como resultado da avaliação das ações dos oito primeiros bens registrados, chegou-se à conclusão deque, destes, os três casos mais bem sucedidos são: Arte Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajāpi (registrado em 2002); Samba de Roda do Recôncavo Baiano (registrado em 2004); Jongo no Sudeste (registrado em 2005). Nesses três bens foram criados Pontões de Bens Registrados. A medida do sucesso, segundo a Consultora da Unesco entrevistada, diz respeito aos seguintes aspectos:

> "...o objetivo inicial que é a mobilização social dos detentores, a mobilização dos demais segmentos da sociedade e mobilização dos segmentos do Estado para a gestão do Patrimônio... Então, acho que o grau de mobilização dos atores em torno da gestão do Patrimônio é o principal indicador de sucesso. Esse é o nosso medidor quando a gente está dizendo que os três são sucesso. Porque nós conseguimos um grau de mobilização, tanto dos detentores, quando dos demais segmentos da sociedade civil, quanto do próprio Estado para esta gestão compartilhada. (...)

> Qual é o desafio da Salvaguarda? Salvaguardar esta gestão compartilhada. (...)

> Então, o grau de sucesso é a mobilização e o desafio é a manutenção dessa participação. Na política, como agentes políticos, e não como dançadores e cantadores."

[Entrevista com *Consultora* da Unesco em 30/03/2012]

Note-se que, no caso do Jongo, há a atuação da Universidade Federal Fluminense enquanto mediadora na gestão financeira e execução dos convênios do Pontão. Já no caso dos Wajāpi, há uma relação com a Universidade de São Paulo, firmada através do trabalho de uma professora e antropóloga envolvida com os Wajāpi, desde a década de 1970. O mediador na gestão do convênio 137 é o Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (IEPÉ)¹³⁸. Já no caso do Samba de Roda do Recôncavo¹³⁹, a Associação de

¹³⁷ Sobre as relações entre tradições orais indígenas e processos de patrimonialização, ver "Entre Tradições Orais e Registros da Oralidade Indígena", Dissertação de Mestrado, apresentada em 2008 ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo por Eva Gutjahr, sob a orientação da Profa. Dra. DominiqueGallois.

¹³⁸ Segundo o seu *site* "O objetivo central do *Iepé* é contribuir para o **fortalecimento cultural e político** e para o desenvolvimento sustentável das comunidades indígenas que vivem no Amapá e norte do Pará, proporcionando-lhes assessoria especializada e capacitação técnica diversificada para que se organizem e possam enfrentar de forma articulada os desafios crescentes que se colocam hoje às suas comunidades e organizações, para a defesa de seus interesses. Partimos do pressuposto de que a consolidação de um movimento de articulação entre os grupos indígenas da região, em torno de questões de interesse coletivo, é também a melhor maneira de fortalecer suas organizações representativas frente aos seus interlocutores

Fonte: http://www.institutoiepe.org.br – acessado em outubro de 2012.

¹³⁹ Sobre o processo de patrimonialização e salvaguarda do Samba de Roda no Recôncavo Baiano, ver "O Samba de Roda na Gira do Patrimônio", tese de doutorado apresentada em 2010 ao Programa de Pós-

Sambadores e Sambadeiras (ASSEBA) era a gestora direta dos convênios (atualmente não gerem mais um Pontão de Bem Registrado). Associação formada com o propósito de gerir as ações de salvaguarda, foi mobilizada a partir da atuação de uma equipe de pesquisa com perfil acadêmico, convocada por um etnomusicólogo, da Universidade Federal de Pernambuco.

Observamos assim, que apesar das dificuldades potenciais apontadas acima, a relação com mediadores, que possuem uma compreensão das realidades sociais e visões de mundo em jogo, com base na experiência prévia e cumulativa de pesquisas naqueles campos, resultando em relações consolidadas com os grupos pelos mesmos motivos e a perspectiva do aparelhamento destes, para que tenham maior acesso a instrumentos de negociação política, tem-se comprovado de grande valia para o sucesso de experiências de salvaguarda.

Cabe agora colocar em destaque algumas particularidades do Caso da Salvaguarda do Jongo especificamente, contexto imediato no qual se inserem os casos apresentados nos Capítulos 1 e 2.

VI. O Caso do Jongo/Caxambu

A construção do que seriam as ações de salvaguarda do Jongo, recentemente formalizadas em um documento de Salvaguarda do Jongo, principia no ano de 2006, no Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular por Lívia, hoje *Consultora* da Unesco no DPI. A pesquisa que subsidia o pedido de registro foi realizada no mesmo CNFCP, dentro do escopo do *Projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular*.

Vale aqui registrar os primeiros movimentos, no sentido do registro do Jongo para melhor compreensão do processo: a demanda pelo registro do Jongo partiu do então Presidente da Associação Cultural Jongo da Serrinha¹⁴⁰. Note-se que o pedido era restrito ao registro do Jongo da Serrinha. A equipe do CNFCP, sabendo da existência de outros tantos grupos ativos de Jongo, decide então levar a cabo um mapeamento dos grupos de Jongo atuantes.

> "Então a ideia Jongo surge daí, aí a gente encaixa dentro do Celebrações, que era a linha dos tambores; foi o primeiro projeto que

graduação em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas por Rívia Ryker Bandeira de Alencar.

¹⁴⁰ Um dos sócios proprietários da Associação Brasil Mestiço, organização que captou e geriu os recursos

para a realização dos últimos Encontros de Jongueiros junto à Petrobrás. Atualmente ocupa o cargo de

Superintendente de Cultura e Sociedade na Secretaria do Estado de Cultura do Rio de Janeiro.

inaugurou a linha dos tambores, não vinculado a PACA¹⁴¹ nenhum, foi o que teve menor orçamento desde o começo, porque não implicava em grande viagens, começamos ali no Rio."

[Entrevista com Consultora da Unesco em 30/03/2012]

O então Presidente da Associação Cultural Jongo da Serrinha abriu os arquivos da Associação Cultural Jongo da Serrinha para a equipe de pesquisa na ocasião, e indicou pessoas relacionadas à Rede de Memória do Jongo já constituída. A equipe chega então até Isadora, então professora do Departamento de Ensino em Matemática da UFF, em Santo Antônio de Pádua, e até a Associação Cultural Cachuêra! ¹⁴²de São Paulo, que indica os grupos de Jongo que conhecia no Estado.

"...vimos que já existia um mapeamento, nossa tarefa era então partir daquele mapeamento, mandar os agentes a campo para conversar com aquelas pessoas sobre a questão do patrimônio. Dizer que a gente estava fazendo inventário de patrimônio, a intenção era explicar a política nova, dizer a possibilidade de registro. Não era tanto uma pesquisa de identificação porque já estava feita pelo Cachoeira! e pela Rede. Por isso que o Registro foi feito só com aquelas comunidades já mapeadas e São Mateus que eu pesquei por conta do meu PACA lá em São Mateus.(...) Incluí São Mateus que foi bom porque deu o limite do ES, porque se eu não tivesse ido a São Mateus teria ficado só por ali, São Paulo e Rio, nem Minas a gente tinha chegado"

[Entrevista com *Consultora* da Unesco em 30/03/2012]

Dessa forma, Lívia avalia que o processo de inventário foi simples, uma vez que o campo já estava constituído, valorizado, tanto pelos *jongueiros/caxambuzeiros*, quanto pelo público universitário. A salvaguarda foi se definindo como a manutenção da articulação já existente, a ampliação da identificação de grupos que iam chegando e o aprofundamento das discussões. Havia uma grande preocupação, na época, com a "desvirtuação" de grupos, por conta de um modelo espetacular então em evidência. O chamado "Jongo Show" representava um esvaziamento dos referenciais culturais

Referência ao Programa de Apoio a Comunidades Artesanais "criado em 1998, voltado para comunidades produtoras de artesanato de cunho tradicional em vias de extinção ou descaracterização. Tem como objetivos a melhoria das condições de produção e comercialização dos produtos, a preservação de tecnologias tradicionais e a valorização dos artesãos na sociedade brasileira." (www.cnfcp.gov.br – acessado em 18/10/2012).

¹⁴² Segundo seu *site* "A Associação Cultural Cachuêra! objetiva contribuir para a valorização da cultura popular tradicional brasileira e de suas comunidades produtoras em todos os setores da sociedade, com ênfase no meio educacional. A base do trabalho da Cachuêra! é a relação com estas <u>comunidades</u>, pesquisando, registrando, divulgando e refletindo sobre suas tradições culturais. A partir desta diretriz são desenvolvidos os <u>projetos</u> da Cachuêra!."

tradicionais das manifestações e fundamentava-se em valores estéticos e modernos do gosto do público.

Lívia diz que o caso do Jongo foi um sinalizador para as potencialidades mobilizadoras da salvaguarda, da pressão que a "sociedade civil" pode fazer no Estado.

"Acho que o Jongo e os Wajāpi foram os grandes faróis para a possibilidade de política participativa. Sinal para a gente apostar na salvaguarda do Samba de Roda, do Tambor de Crioula, nesse sentido. Foi um grande farol. Agora, o diferencial ali é esse, que já existia. E *já existia como Salvaguarda, sem ter o nome Salvaguarda*. Então, ele já nasceu *sui generis*, ele já nasceu forte. Já nasceu constituído e já nasceu como modelo."

[Entrevista com *Consultora* da Unesco, em 30/03/2012 – destaques RG]

No ano de 2007, a Profa. Isadora, em parceria com outro professor, a partir da participação de ambos no processo de criação e consolidação dos Encontros de Jongueiros e da Rede de Memória do Jongo, elaboraram projeto de Pontão de Cultura, que concorreu no primeiro edital estadual de Pontos de Cultura no Rio de Janeiro. O projeto, no entanto, não foi contemplado. Como já havia a possibilidade de criação de um Pontão de Cultura, no âmbito da salvaguarda, em aberto (criada a partir das negociações com a então SPPC), foi aventada essa possibilidade de que fosse gerido então pela UFF, proposta discutida com as lideranças *jongueiras/caxambuzeiras* e aprovada em uma reunião em dezembro de 2007.

A criação do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, no ano de 2008, projeto gerido financeiramente pela Fundação Euclides da Cunha de Apoio Institucional à Universidade Federal Fluminense (FEC), certamente dinamizou o processo de salvaguarda, por uma série de fatores envolvidos. Em primeiro lugar, o aporte orçamentário anterior, de R\$50 mil anuais, a partir da descentralização de recursos da então Secretaria da Cidadania Cultural (SCC), cresce para R\$400 mil anuais. Além disso, a formação de uma equipe permanentemente mobilizada para trabalhar nas ações planejadas, bem como a própria estrutura da Universidade possibilitou, em grande medida, a potencialização do trabalho. Assim, estabeleceu-se parceria com outros Departamentos da Universidade visando ao atendimento de demandas específicas, como por exemplo, a produção de peças gráficas para divulgação das atividades dos grupos em suas localidades pelo Laboratório de Livre Criação do Instituto de Artes e Comunicação Social da UFF, bem como a chamada de bolsistas de cursos como o de

Serviço Social, Produção Cultural e Cinema para a composição da equipe do Pontão. Cabe apontar, também, a participação significativa do Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI), do Departamento de História, e do Observatório Jovem, do Departamento de Educação, ambos da UFF, em ações pontuais do Pontão, bem como em sua conceituação e vitalidade.

Houve também a possibilidade de aprofundamento do trabalho com os grupos de forma local, a partir de visitas da coordenação aos grupos e a partir do segundo convênio do trabalho de assessorias locais, visando ao acompanhamento mais próximo, buscando dar andamento às demandas relacionadas a interesses particulares de cada grupo, como por exemplo, a formalização de associações, ou o auxílio na elaboração de projetos para editais.

Na avaliação da *gerente de salvaguarda*, talvez o mais positivo desta experiência seja a articulação entre os grupos, bem como o aumento do acesso a outras políticas públicas, como aquelas de cultura, ou outras, tais como informações a respeito dos processos de reconhecimento de territórios quilombolas, ou o assessoramento para que se estruturassem em associações e concorressem a editais, como o de Pontos de Cultura.

Certamente, essa avaliação positiva, tanto com relação ao Iphan, quanto à equipe do Pontão e aos *jongueiros/caxambuzeiros*, não deve gerar a imagem de um processo isento de conflitos. O gerenciamento de conflitos e disputas se dá a todos os momentos, em todas as instâncias: dentro dos grupos, principalmente em questões que dizem respeito às lideranças, ou mesmo ao fato de algumas localidades possuírem mais de um grupo na cidade e se reunirem em um só grupo para a participação na salvaguarda/Pontão; a relação entre os grupos, por vezes de disputa (as rodas são essenciais para a evidenciação desse tipo de conflito); as diferentes habilidades das lideranças, que podem colocá-las em papel de destaque, no que tange à representação do Pontão em determinados fóruns ou eventos; conflitos internos à UFF e também com relação à FEC e, como não poderia deixar de ser, conflitos referentes à estruturação segmentada do Iphan. Exploremos a seguir alguns desses pontos de conflito.

Relações entre o Pontão e as Unidades do Iphan - aproximações e distanciamentos

No caso do Jongo/Caxambu, a área de abrangência estipulada para a ocorrência do *bem cultural* é a região Sudeste, que compreende quatro Estados: Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Além do CNFCP, que inicia o contato dos grupos já articulados uns aos outros, a participação das Superintendências Estaduais (SEs) do

Iphan é fundamental, uma vez que são as Unidades mais próximas dos grupos localmente (não especificamente no caso do RJ, onde estão sediados tanto a SE do RJ, quanto o CNFCP), mas, por serem Unidades que também podem atender a demandas de outros tipos, como aquelas relacionadas ao Patrimônio Material, por exemplo.

A novidade do processo fez com que, no princípio, a participação das SEs tivesse uma natureza um tanto nebulosa, uma vez que as ações tinham um caráter de articulação interestadual, não alcançando um tipo de trabalho mais regionalizado. Paulatinamente, as Unidades estaduais começam a ser mais demandadas, pois os problemas de ordem local começam a se tornar mais claros. No entanto, as diferentes compreensões que os dirigentes de cada uma delas possuíam, sobre as ações voltadas para o Patrimônio Imaterial, também pautavam o suporte oferecido pela Superintendência, bem como o envolvimento dos *técnicos* que não poderiam assumir pessoalmente posturas que não fossem secundadas por suas chefias.

A precariedade da comunicação e, consequentemente da possibilidade de trocas de informações entre os *técnicos* da instituição, fruto, em parte, das condições de um quadro funcional pequeno frente às crescentes demandas, e de outra parte, da natureza das relações entre Unidades também marcadas por conflitos, vieram à tona quando da necessidade de uma articulação mais fina para a cogestão do projeto do Pontão.

A forma como isso se evidenciou, no entanto, foi através da equipe do Pontão que, além das demandas cotidianas dos grupos, passou a ter que lidar com demandas provenientes das sete Unidades do Iphan que estavam envolvidas no processo: o CNFCP, as quatro Superintendências Estaduais, o DPI e o setor de convênios do DPA. Isso gerava um volume de trabalho a mais que atrapalhava, em certa medida, a disponibilidade para o trabalho com os grupos.

No primeiro convênio, com o processo dentro do Iphan sob a coordenação do CNFCP, a relação deste com a coordenação do Pontão era bastante estreita e frequente. Assim, a coordenação do Pontão colocou a dificuldade que estava tendo com essa multiplicidade de Unidades do Iphan em contato constante.

Em uma das raras oportunidades que tínhamos de reunir as técnicas envolvidas no processo, geralmente na sexta-feira que precedia as reuniões de articulação do Pontão, o problema foi discutido. Foi então acordada uma proposta do estabelecimento de um fluxo interno de circulação de informações e comunicação do processo de acompanhamento. O CNFCP seria o ponto de convergência para o qual as Unidades do Iphan direcionariam as demandas ao Pontão. Muitas vezes, poderia se tratar de dúvidas

passíveis de serem dirimidas pelo próprio CNFCP, devido à proximidade do acompanhamento. O fluxo deveria ser uma via de mão dupla: quando o Pontão precisasse consultar as Unidades, deveria se reportar ao CNFCP, que direcionaria a demanda, caso não pudesse esclarecer a questão.

Criamos, então, um grupo de "e-mails" interno, cujo objetivo era facilitar a circulação da informação entre as técnicas diretamente envolvidas e para que nenhum endereço fosse esquecido a cada comunicação. Esse mecanismo, no entanto, teve pouca efetividade. Isto se deu devido à delicadeza dos assuntos em pauta, somado ao receio das técnicas de que eventualmente as mensagens trocadas pudessem ser usadas contra elas, afinal, *e-mails* podem ser utilizados como documentos e, ao mesmo tempo, são passíveis de múltiplas interpretações. Foi difícil compreender tal situação, até porque não havia me ocorrido que assuntos tratados internamente na Instituição fossem passíveis de tal risco. O quadro das tensões interinstitucionais e o cuidado que inspiram, ainda não figuravam tão claramente em minha percepção.

Com o passar do tempo, do segundo convênio em diante, novas configurações de proximidades foram se desenhando entre os atores envolvidos. A mais assídua Unidade estadual nas atividades do Pontão foi, desde o princípio das atividades deste, a Superintendência Estadual do Rio de Janeiro, não apenas pela facilidade de localização, uma vez que muitas atividades do Pontão ocorrem no Rio de Janeiro, mas também pelo apoio que o então Superintendente oferecia ao envolvimento da Unidade nas ações voltadas ao Patrimônio Imaterial, não apenas técnico, mas também político. O então Superintendente do Iphan no Rio de Janeiro (2006 a 2012) acompanhou diversos eventos relacionados ao Pontão pessoalmente, disponibilizando assim o prestígio político de seu cargo aos grupos e ao Pontão, ao mesmo tempo em que se valia da visibilidade que tais eventos poderiam lhe render, bem como com o próprio sucesso do projeto. Podíamos observar em curso, um duplo processo de beneficiamento dos envolvidos. Assim, uma das relações que se fortaleceu foi a dessa Unidade com o Pontão.

Outra relação que ganhou corpo e profundidade, ao longo do tempo, foi entre a Gerência de Salvaguarda do DPI e o Pontão, decorrente da própria assimilação do processo dentro do Departamento, bem como da avaliação daquele como um dos três maiores sucessos verificados dentre as experiências de salvaguarda. Além disso, a proximidade física entre o DPI e o setor de convênios do Departamento Administrativo (DPA) em Brasília - assim como a maior frequência na interação entre ambos, devido,

também, à existência de outros processos de conveniamento de Pontões de Bens Registrados acompanhados pelo DPI - representam uma maior agilidade em termos de comunicação e acesso a informações sobre os processos de prestação de contas, andamento das aprovações dos Planos de Trabalhos, etc.

Em contrapartida, após adquirir um *saber fazer* do processo de organização das reuniões de articulação (RAs), bem como a maior apropriação dos conceitos da política e construção de posicionamentos, houve um distanciamento entre o Pontão e o CNFCP. Como a autonomia do projeto é um dos princípios da própria salvaguarda, entendi que esse afastamento se devia muito ao crescimento próprio do Pontão, sem ter a clareza de que as aproximações com as outras Unidades também representavam o fato de que parte das demandas do Pontão estava sendo diretamente encaminhada a elas, quebrando assim o fluxo de comunicação idealizado anteriormente. Além disso, não descarto, como um elemento importante de ser considerado, o processo pelo qual eu vinha passando pessoalmente, desde o ano de 2010, devido ao novo olhar que o andamento do mestrado me propiciava.

Lembro-me, por exemplo, de que uma das situações que me marcaram muito, nesse sentido, foi a ocasião em que, justamente no ano de 2010, Isadora e eu nos propusemos a produção conjunta de um artigo, por conta de uma apresentação que compartilhamos no final de 2009, durante o I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural em Ouro Preto, organizado pelo Iphan e cujo objetivo era fornecer subsídios para a II Conferência Nacional da Cultura. Na apresentação, dividimos nossas falas em dois momentos, um no qual falei sobre o histórico do processo de inventário e registro do Jongo/Caxambu até a criação do Pontão e outro, em que Isadora discorreu sobre a estruturação das ações e seu andamento até então. No entanto, quando nos solicitaram o artigo para publicação nos Anais do Fórum, teríamos que apresentar um texto conjunto. Quando Isadora me enviou o que tinha escrito, para que eu complementasse e mandássemos para a edição, vi-me diante de um problema até então inédito. Eu entendia que o conteúdo e a forma do que ela dizia não deveriam ser alterados, pois refletiam uma postura militante e a posição específica do Pontão, enquanto ator institucional, que deviam ser respeitadas e explicitadas. No entanto, tive dificuldades de simplesmente "assinar embaixo" de determinados posicionamentos ali indicados, pelo fato de que isso atribuiria ao CNFCP/Iphan a mesma postura e posicionamento específicos.

Era a primeira vez que me deparava com o fato de que, a parceria representava

também posicionamentos e particularidades dos envolvidos e que estes deveriam estar claros e ter espaço de exposição. Entretanto, até que eu compreendesse isso demorou um pouco. Cheguei mesmo a propor que Isadora enviasse o seu artigo para publicação, sem a minha interferência. Por fim, após certos desentendimentos com ela, que manteve a opinião de enviar um artigo conjunto, e diante de minha demora optou por enviar o artigo ao organizador da publicação, consultei-o, expondo as dificuldades encontradas e acordamos que poderíamos enviar dois artigos¹⁴³.

Enfim, o relato da experiência foi aqui inserido a fim de explicitar meu processo de questionamentos a respeito de tudo o que se apresentava, no que diz respeito à salvaguarda em andamento. Isso talvez possa ter influenciado no afastamento verificado entre o CNFCP, cuja principal interlocutora era eu, naquele momento, e a coordenação do Pontão.

De qualquer maneira, o fluxo de comunicação estabelecido previamente funcionou aparentemente, até o momento em que representou entraves ao atendimento das demandas do Pontão ao Iphan de forma ágil. A circulação de informações entre as Unidades do Iphan envolvidas, no entanto, nunca se consolidou de forma consistente. Nesse sentido, a falta de comunicação interinstitucional, foi elemento fundamental para a configuração de um quadro onde a informação circula de forma restrita, dentro da Instituição e pode reforçar a integração precária desta e as relações de disputa entre as Unidades, ambos concorrendo para a ausência de tomadas de postura institucionais fundamentadas e refletidas conjuntamente.

Coroando este processo de mudanças, na configuração de proximidades, o DPI apresenta uma proposta de que a SE do Iphan no Rio de Janeiro realizasse a gestão formal do terceiro convênio do Pontão¹⁴⁴. A sugestão foi discutida e acordada também pelos dirigentes do CNFCP e da SE RJ. Resultado dessa alteração ou não, a Superintendência do Iphan em São Paulo passou, no último ano, a ter uma atuação mais presente junto aos grupos do Estado, possivelmente por conta do acirramento de disputas já estabelecidas, a partir dessa mudança, no quadro geral do processo de salvaguarda do Jongo/Caxambu.

_

¹⁴³ A publicação resultante, por fim, não incluiu nenhum dos dois artigos.

Todo convênio firmado com o Iphan exige a gestão/acompanhamento da unidade onde se localiza o proponente (no caso a FEC).

Participação de Outras Instituições

Além dessas, outras configurações foram se redefinindo nas relações que dizem respeito à participação de outras Instituições no processo, representadas pelo envolvimento de consultores do Plano de Salvaguarda. Antes de o Pontão ser criado, contávamos com a participação de pesquisadores envolvidos no processo da pesquisa de inventário do Jongo/Caxambu. Eram eles: um etnomusicólogo e professor da Universidade do Estado de São Paulo (Unesp), pesquisador conhecedor do Jongo; outra etnomusicóloga, professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio), que participou como assessora das pesquisas do inventário do Jongo/Caxambu; um pesquisador e sócio fundador da Associação Cultural Cachuêra!.

Ao longo do projeto, também foi se demarcado um distanciamento dos outros dois consultores, possivelmente devido à impossibilidade de um acompanhamento mais próximo das discussões que passaram a se dar em caráter mais sistemático também com outros interlocutores, pesquisadores da própria UFF, que já tinham envolvimento prévio com o Jongo/Caxambu.

No caso da Associação Cultural Cachuêra! houve também uma questão mais séria, envolvendo o rompimento entre o Pontão e um dos grupos de Guaratinguetá, com os quais aquela possui vínculos mais profundos. Inicialmente, foi feito um pedido de auxílio de intermediação da situação junto ao grupo, pela coordenação do Pontão. Mas, por conta de outros tantos fatores, vinculados à relação já consolidada anteriormente entre a Associação e o grupo, bem como ao contexto local, não se conseguiu nenhum avanço no sentido de resolução dos conflitos. A continuidade das ações da Associação, em Guaratinguetá, junto ao grupo, após o estabelecimento da situação, sem nenhuma comunicação com o Pontão, que manteve o trabalho com apenas um dos grupos locais, tornou a continuidade do vínculo insustentável.

Independentemente dos motivos, ou formas em que se deram esses distanciamentos, é importante apontar que representaram certo empobrecimento do ponto de vista das relações interinstitucionais envolvendo outras Universidades e entidades de pesquisa, bem como áreas do conhecimento mobilizadas no processo.

Dos conflitos internos à UFF

Como não poderia deixar de ser, as Universidades também são permeadas por conflitos por serem instituições plurais, repletas de diferenças inerentes ao campo

intelectual, envolvendo interesses concorrentes entre os vários Departamentos, linhas de pesquisa, áreas de atuação, relativos este também, a conjunturas financeiras e políticas diversas.

Na gestão do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, a equipe transita entre diferentes âmbitos da Universidade, tendo que apresentar flexibilidade de negociação entre todos, a fim de garantir o funcionamento do Programa.

Nas relações com a Fundação Euclides da Cunha, que cumpre as rotinas administrativas do convênio, espelham-se, em certa medida, os conflitos verificados no Iphan com o Departamento Administrativo, guardadas as especificidades de cada Instituição. Além das diferenças entre as gramáticas das áreas fim e meio, há também a necessidade de adequação entre as lógicas institucionais, prescritivas e avaliativas. A coordenação do Pontão precisa, assim, acompanhar em um duplo exercício gerencial os trâmites dos processos, com regras e prazos nem sempre afinados e que, por vezes, exigem articulações e pressões mobilizando quadros de prestígio, com expressivo capital técnico e político, dentro dessas Instituições.

Por outro lado, enfrentam as tensões entre as correntes dentro da hierarquia acadêmica que privilegiam a produção de conhecimento "desinteressada", voltada para as publicações científicas bem avaliadas e outras que, além da pesquisa, valorizam as atividades de extensão como um dever moral de retorno da produção da Universidade para a sociedade. É sabido que as atividades de extensão, cuja expressão é residual na pontuação dos professores, sofrem com frequência discriminações por representarem "outros comprometimentos", deslizes no compromisso da dedicação exclusiva. Cabe sublinhar estas crescentes dificuldades enfrentadas pelos profissionais que atuam nas Universidades, frente à dominante lógica produtivista, prescrita nos Departamentos, programas e agências de fomento, calculada pela quantidade artigos publicados, projetos de pesquisa orientados, participações em congressos e seminários.

Importantes, como mediadoras nas políticas públicas, as Universidades, pelo acima exposto, vêm restringindo sua participação nos projetos que são assim assumidos por ONGs ligadas à produção cultural que, sem controle público (limitados apenas aos relatórios técnico e financeiro finais), nem sempre vocalizam ou representam os interesses dos *detentores*, abrindo um outro mercado de tutela.

VII. Considerações Finais - Perspectivas da Salvaguarda

Ao longo dos quatro anos de existência do Pontão, foram firmados três convênios. Cada um deles independente dos anteriores, ou seja, não houve a renovação continuada, mas o início de um novo processo, a cada finalização. Podem-se elencar dificuldades administrativas para a aprovação definitiva do segundo convênio, problemas reforçados pela dedicação parcial que a Coordenadora Isadora tinha, no momento, ao Programa devido à exigência de cumprimento de carga horária didática, no Instituto Norte Fluminense de Educação Superior em Santo Antônio de Pádua (UFF). A morosidade do processo acarretou a interrupção do projeto por um período, devido à falta de recursos, o que criou a quebra do ritmo de trabalho que já estava estabelecido.

Por isso, antes da finalização do segundo convênio, a equipe começa a trabalhar na elaboração do projeto do terceiro convênio previsto, a fim de que as possíveis demandas do Setor de Convênios pudessem ser sanadas a tempo de garantir a continuidade das ações em andamento. No entanto, a mudança de governo provocou instabilidades que levaram à interrupção dos trabalhos, mesmo estando o convênio aprovado e assinado pelos envolvidas.

Cabe indicar ainda que a viabilidade efetiva do estabelecimento dos convênios era verificada a cada ano, conforme as negociações anuais estabelecidas com a Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC). A expectativa de reestruturação do Programa Cultura Viva, realizada de forma participativa com Instituições envolvidas, é a de que os Pontões de Bens Registrados se tornem uma linha de ação efetivamente encampada pela SCDC, proporcionando maior estabilidade às suas ações.

No momento, o terceiro convênio previsto está sendo finalizado e as negociações, quanto ao futuro das ações de salvaguarda do Jongo/Caxambu, estão em andamento. A princípio, os cinco anos de investimentos de recursos, previstos pelo DPI em suas normatizações, estariam chegando a termo.

Conforme as entrevistas realizadas, verificamos que há a possibilidade de continuidade das ações de forma diferenciada da que o Pontão adquiriu, ao longo do processo, mas que há também a possibilidade de que o Pontão deixe de existir. O que está em pauta é, em última instância, o que pode ser esperado em longo prazo dessa relação grupos de *detentores* e Iphan, ou se se queira, "Sociedade Civil" – "Estado", tendo-se em vista o caráter ainda incipiente dessa Política, as suas fragilidades dentro

das disputas internas do Ministério da Cultura.

Conforme a perspectiva apontada pela *Gerente de Salvaguarda*, os grupos, ao longo do tempo, devem alcançar um grau de autonomia que os torne autossuficientes dos aportes financeiros e conceituais do Iphan, mas isso não significaria uma ruptura na relação estabelecida:

"Eu acho que a gente vai se afastando, mas que a gente continua funcionando como consultor. A medida em que eles vão ficando mais autossuficientes, eles vão necessitando menos do aporte do Estado. Do aporte conceitual, do aporte financeiro, mas eu acho que deixar de existir essa relação eu acho que nunca. Ela vai sendo cada vez mais abrandada, mas acho que nunca vai deixar de existir."

[Entrevista com a *Gerente de Salvaguarda* do DPI em 04/04/2012]

Tal posicionamento faz lembrar a discussão de Edison Carneiro a respeito da "Proteção e Restauração dos Folguedos Populares" (1954), no âmbito do movimento folclórico (1948-1963)¹⁴⁵. Ali, observamos uma série de correspondências com os moldes atuais em que a questão do Patrimônio Imaterial é refletida, como a preocupação com a liberdade que os grupos devem ter "em tudo o que diga respeito ao folguedo em si" (p.24), fazendo uma referência às transformações que as manifestações sofrem, conforme os contextos sócioeconômicos, ou do "caráter discreto da intervenção" que possa ser feita visando à continuidade dos folguedos; ou ainda da demonstração do interesse pelo folguedo, de forma "prudente e bem conduzida" que poderia representar o impulso necessário para a sua reativação.

Ao referir-se à ajuda financeira ou em espécie (doação de materiais como instrumentos musicais, vestimentas, etc.), Carneiro diz:

"A ajuda em caso algum deve cobrir todas as despesas — uma parte delas será da responsabilidade pessoal dos componentes do grupo — nem se deve dar a impressão de que se possa continuar todos os anos. Pelo contrário, será vantajoso insistir no caráter excepcional da ajuda, mostrar que da iniciativa do grupoé que decorrerão as possibilidades da sua manutenção futura e, ao falar da perspectiva da diminuição e suspensão da ajuda, indicar como as oportunidades de apresentação poderão compensar a sua redução ou falta. E, para dar responsabilidade ao grupo, deve-se exigir a prestação de contas de todo o dinheiro ou material que lhe tenha sido entregue. Esta calculada parcimônia evitará a exploração e, principalmente o desleixo na reorganização do terno-de-reis e da chegança. Embora, com a intervenção, se restaure o folguedo, jamais se deve esquecer

_

¹⁴⁵Cf. VILHENA, L. R. 1997.

que este pertence ao povo e deve ser mantido, de então por diante, com a sua iniciativa."

[Carneiro, (1954) 2008, pp.24]

Ainda que os meios de obtenção de recursos atuais sejam bastante diferenciados dos que eram na década de 1950, sendo os editais de órgãos governamentais, empresas de capital misto, ou mesmo de empresas privadas (muitas vezes através da Lei de Incentivo à Cultura e, portanto, recursos públicos por serem isenções tributárias), há uma ampla gama de mecanismos de captação de recursos, que são, no entanto, de acesso restrito aos familiarizados com a gramática desse campo específico, bem como com a condução dos processos. Nesse aspecto, atualmente a perspectiva, pautada pelo DPI envolve, em grande medida a capacitação para a captação e gestão de recursos por essas novas vias.

No entanto, o caráter de responsabilidade compartilhada, quanto às condições para a continuidade dos *bens*, é posto em evidência por alguns *detentores*. Questiona-se como o Estado irá demonstrar tal compromisso, uma vez que os grupos sempre garantiram tal continuidade, mesmo sem uma infraestrutura adequada. Isso coloca em questão a própria Política de Patrimônio Imaterial e o Registro como instrumento de proteção cultural. A propósito, observa Áurea do Jongo Dito Ribeiro de Campinas:

"Enquanto liderança jongueira a gente pensa, a gente tenta entender porque vocês nos registraram. 'Ah, porque vocês pediram', não, mas vocês criaram essa política antes. Realmente o que se quer com isso? A partir daí que vêm as outras questões. Porque se é uma forma real e efetiva de reconhecer que existe uma riqueza no nosso país que nunca foi acessada, o governo anterior tem esse olhar de avançar, a gente tem que ter política pra isso. Que talvez não seja convênio a aba ideal. Convênio é recurso. Recurso uma hora acaba. As pessoas não são eternas. E daqui a 10 anos? E daqui a 30? E daqui 40? E quando eu morrer? Toda vez a gente vai ter que discutir um convênio? Por três em três, por um em um, por quatro em quatro, cinco em cinco? Em que momento a gente vai ter uma política pra isso que funcione como funciona para os nossos patrimônios materiais, com todos os problemas que eles têm? Mas existe um modelo, que é isso, dentro disso tem as possibilidades, tem coisa que avança, tem coisa que não avança, mas é isso. O que é o nosso isso? Qual que é o nosso nisso? Uma avaliação a cada dez anos? De tudo que foi feito é isso que está bem estipulado. (...)

Talvez tenha que se criar um modelo pra isso, ou talvez tenha que criar sei lá o que, mas *alguma coisa tem que ser garantida*, e não por nós, porque a gente vai pra Campinas. Mas para os que vão vir, porque a gente está no processo, eles já vão chegar com o processo dado. E o que vai ficar 'ah, antes era jongueiro anônimo, agora sou jongueiro

que tem papel', mas que tem uma visibilidade, uma relação com um monte de parceiros e que não te garante nada. É essa mesma história que a gente vai contar para os próximos? Acho que é isso que a gente tem discutido agora, 'vocês registraram a gente e aí'?''

(Entrevista com Áurea em 28/07/2012 – destaques RG)

Vemos que a preocupação é com a estruturação e consolidação da Política de Patrimônio Imaterial, de forma a que alcance um patamar de igualdade com a de Patrimônio Material. O fato de o Registro não criar direitos, assim como o faz o Tombamento, é colocado aí em pauta. A questão não é mais a continuidade, a permanência do *bem*, mas o alcance de outros direitos, a partir da condição de *detentor*, que a interlocução com o Estado deveria garantir no seu entendimento. Isso recoloca a questão da problemática do alcance das ações de salvaguarda, inclusive em termos temporais:

"É um problema. E é um problema que não vai ter que ser nosso. A gente está se preparando para ser um grande problema para eles, não para nós. Não vamos aceitar a possibilidade de acabar. A gente vai ter que chegar em algum lugar, no nada não tem essa possibilidade. 'acabou. A partir de agora vocês não tem mais dinheirinho para passar o final de semana tendo reuniãozinha', vai dar problema, mesmo. Porque a gente não vai aceitar isso assim. Vai ter que *dar* alguma coisa."

(Entrevista com Áurea em 28/07/2012 – Destaques RG)

A garantia de direitos está em pauta, e o Iphan, cujo escopo de ação não abarca tal possibilidade isoladamente, é pressionado por respostas.

"Agora, vocês reconheceram que a gente construiu esse país e que a base da cultura brasileira, que gera milhões vem da gente. O que vocês vão fazer com a gente? Vamos fazer como na abolição, vamos escrever dois parágrafos 'a partir de hoje vocês são livres', 'vocês são patrimônio' e se virem? Só que nós não somos os mesmos, porque antes, a gente só queria sobreviver, agora a gente quer garantir o futuro dos nossos. E que esse futuro seja efetivamente melhor que o nosso. Antigamente era importante talvez para minha mãe que eu estudasse, eu não quero só que aminha filha estude. Eu quero que ela estude, que ela se ame e que ela saiba cobrar pelos direitos que ela tem, e que os cobre. Por que eu vou incentivar a minha filha a tocar tambor, falar que é importante ser jongueira? Pra quê? Por quê? O que isso vai garantir a ela no futuro? Além do saber, que isso ela já tem, não precisava de papel para dizer isso. O quê? Pra gente pensar política? Sociedade? O que a gente vai garantir para esse povo que guardou essas manifestações que a gente reconhece que é patrimônio? O que vai mudar desse jogo desequilibrado no nosso país? O que vai realmente ser alterado? Que possibilidades de acesso que eles vão passar a ter que antes eles não tinham? Alguma coisa vai ter que acontecer, porque o igual é igual sempre."

(Entrevista com Áurea em 28/07/2012 – destaques RG).

A construção da Política de Patrimônio Imaterial, realizada de forma mais negociada do que prescritiva, durante esses dez anos, passará ainda por muitas disputas a cada conjuntura como a vivida neste momento. Não se trata apenas de diferentes compreensões sobre o que é a política e o que ela implica, mas também de diferentes concepções do que ela *deveria ser* e o que *deveria implicar*.

O reconhecimento de que a salvaguarda deve ser dos *detentores*, no sentido da garantia de melhores condições de vida em que possam produzir e reproduzir o Patrimônio Cultural, cria um problema de jurisprudência, pois a garantia da cidadania está além dos horizontes do escopo de ação do Iphan, uma vez que abrange áreas de outros órgãos que, por sua vez, possuem autonomia gerencial sobre seus assuntos de competência.

Vimos ao longo da Dissertação que as ações de salvaguarda abarcam um sem número de questões, cada uma delas implicando uma constelação de atores e interesses diversos. A forma como vai se definir, daqui em diante, está em aberto, inclusive, por conta do seu caráter negociado.

Fontes de Consulta

Bibliográficas:

ABRAMS, P. "Notes on the difficulty of studying the state". *Journal of Historical Sociology*, 1 (1), 1988.

ALMEIDA. Alfredo W. B. *Os quilombolas e a Base de Lançamento de Foguetes de Alcântara*. Ibama: Brasilia, 2006.

BENSA, A. "Da micro-história a uma antropologia crítica". In: REVEL, J. (org). *Jogos de Escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, pp.39-76.

BONDAZ, J. "Imaginaire national et imaginaire touristique. L'artisanat au Muséenational du Niger". *Cahiers d'ÉtudesAfricaines*, XLIX (1-2), n. 193-194, 2009: 365-388.

BOURDIEU, P. "Espírito de Estado. Gênese e Estrutura do campo burocrático". *Razões Práticas. Sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996, pp.91-124.

CALHOUN, G. *Critical social theory*. Oxford and Cambridge: Blackwell, 1995, pp. 193-230; 298-316.

CARNEIRO, E. "Proteção e restauração dos folguedos populares". In: A sabedoria popular. 3ª edição – São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.

CIARCIA, G. Le "MytheEthnologiqueDogoncomme bien culturel". *De la Mémoireethographique: l'exotisme du paysDogon.*Paris: EHESS, 2003: 186.

CINTRA, Marcos. "Economia Brasileira – um nó de Contradições". *Lua Nova*. São Paulo: CEDEC, 1987. pp. 96-102.

CLIFFORD, J. "Museum as contact zones". *Routes: Travel and Translation in the late Twentieth Century*. Cambridge, Harvard University Press, 1997: 188-219.

CORRÊA, N. F. "Mãe moça de Oxum: cotidiano e sociabilidade no batuque gaúcho". In: SILVA, V. G. da (org). *Caminhos da Alma: memória afro-brasileira*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2002.

COSSARD, G. O. Awô: o mistério dos Orixás. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

DAS, V. "Communities as political actors: the question of cultural rights". *Critical Events. An antropological perspective on contemporary India*. Oxford: Oxford University Press, 1995, pp.84-117.

FELDMAN-BIANCO, B. (org.). *Antropologia das Sociedades Contemporâneas Métodos*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

FONSECA, M.C.L. *O Patrimônio em Processo*. Trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ – MinC – Iphan, 2005.

FORTE, J.R. "Marketing Vodun. Cultural tourism and dreams of success in contemporary Benin". *Cahiers d'Études Africaines, XLIX* (1-2), n. 193-194, 2009: 429-450.

FRASER, Nancy. "Redistribuição ou reconhecimento? Classe e status na sociedade contemporânea". *Interseções*, UERJ, RJ, ano 4, n.1, jan./jun. 2002, p.7-32.

. "A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 63, out. 2002, pp.7-20.

. "Reconhecimento sem ética?" *Lua Nova*, São Paulo, nº 70, 2007, 101-138.

GODELIER, M. "Des Choses que l'on donne, des choses que l'on vend et de celles qu'il ne faut ni vendre ni donner, mais garder pour les transmettre". *Au Fondement des sociétés humaines: ce que nous apprend l 'anthropologie*. Paris: Albin Michel, 2007: 67-88.

GONÇALVES. J. R. "Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais: O problema dos Patrimônios Culturais". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 1, nº2, 1988, p.264-275.

GUPTA, A. "Blurred boundaries: the discourses of corruption, the culture of politics and the imagined state". In: SHARMA, A.; GUPTA, A. Eds. *The anthropology of the state: a reader*. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006.

HALE, C. R. "Does multiculturalism menace? Governance, cultural rights and the politics of identity in Guatemala", *Journal of Latin American Studies*, 34, 2002, pp. 485-524

HEINICH, N. La Fabrique du Patrimoine: de la cathédrale à la petite cuillère. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 2009.

KUSCHNIR, K. "Antropologia Política". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*-Vol. 22 N°. 64. São Paulo, junho de 2007.

L'ESTOILE, B. De *Le Goût de sautres: de l'exposition colonial auxarts premiers*. Paris: Flammarion, 2007.

LANDÉ, C. "Introduction: the dyadic basis of clientelism". In: SCHMIDT, S.W. et

all (ed.) Friends, Followers, and factions. Berkeley: University of California Press, 1977.

LEITE, I.B. "Terras de Quilombos". In: LIMA, Antônio Carlos de Souza. (coord.) *Antropologia & Direito. Temas antropológicos para estudos jurídicos.* ABA / Laced / Contra-Capa, 2012.

LODY, R. Dicionário de arte sacra & técnicas afro-brasileiras. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

LÖFGREN, O. "The nacionalization of culture. In: National culture as a process". *Ethnologia Europaea*, XIX, 1, 1989, pp. 05-24.

MAIO, M.C. e SANTOS, R.V. "Política de cotas raciais, os 'olhos da sociedade' e os usos da Antropologia: o caso do vestibular na Universidade de Brasília (UNB)". In: *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 181-214, jan/jun 2005.

MAUSS, M. "Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas". *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003: 183-294.

MOSSE, D. *Cultivating Development*. An Ethnography of Aid Policy and Practice. London: Pluto Press, 2005.

POLLAK, M. "Memória, esquecimento e silêncio". *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, CPDOC, 1989, pp. 3-15.

."Memória e identidade social". *Estudos Históricos*, v. 2, n. 10, CPDOC, 1992, pp.200-212.

PRANDI, R. *Segredos guardados: Orixás na alma brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

QUASHIE, H. "Désillusions et stigmates de l'exotisme. Quotidiens d'immersion culturelle et touristique au Sénégal". *Cahiers d'Études Africaines*, XLIX (1-2), n. 193-194, 2009: 525-548.

Revista Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, out.-dez., nº 147, 2001.

SAIA, L. "Notas Preliminares sobre a Fazenda Pau D'Alho. História, Restauração e Projeto de Aproveitamento". Separata da *Revista de História*, N°102. São Paulo, 1975.

SALAZAR, N.B. "Imaged or imagined? Cultural representations and the 'tourismification' of peoples and places". *Cahiers d'Études Africaines*, XLIX (1-2), n. 193-194, 2009: 49 - 70.

SOUZA LIMA, A.C. de & CASTRO, J.P. "Política (s) Publica (s)." In: PINHO, O.

& SANSONE, L. (orgs). *Raça: Perspectivas Antropológicas*. Salvador: EDUFBA, 2008, pp.141-193.

STICKEL, Erico J. Siriuba. *Uma Pequena Biblioteca Particular – Subsídios para os Estudos da Iconografia no Brasil*. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

STIRLING, P. "Impartiality and Personal Morality". In: PERISTIANY, J.C. Contributions to Mediterranean Sociology: Mediterranean rural communities and social change. Paris: Mouton, 1968, pp. 49-64.

SUAUD, C. "Le myte de la Base". *Actes de la recherche em sciences sociales*. Vol. 52-53, juin 1984.

THIESSE, A-M. *A criação das identidades nacionais. Europa – Séculos XVIII-XX*. Tradução Sandra Silva. Lisboa: Temas e Debates, 2000.

VILHENA, L.R. *Projeto e Missão. O movimento folclórico brasileiro (1947 a 1964)*. Rio de Janeiro: Funarte e Fundação Getúlio Vargas, 1997. 332 p.

WINTER, M. C. "Os usos do Patrimônio: três Fazendas Cafeeiras Paulistas do Século XIX". *Kepsidra*. Revista Virtual de História. N°27, Ano VI, jan-mar 2006.

Teses e Dissertações:

ALENCAR, R.R.B. *O Samba de Roda na Gira do Patrimônio*. 306p. Orientadora: Suely Kofes. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

CORÁ, M.A.J. *Do Material ao Imaterial: Patrimônios Culturais do Brasil.* 334p. Orientadora: Lúcia Maria Machado Bógus. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

FALCÃO, A.R. *Novas Demandas, Outros Desafios*. Estudo sobre a implementação da política de patrimônio imaterial no Brasil e seus desdobramentos no processo de inventário, registro e salvaguarda do Jongo. Orientadora: Myrian Sepúlveda Santos. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2011.

FONSECA, E.J.M. Temerosos Reis dos Cacetes: uma etnografia dos circuitos musicais e das políticas culturais em Januária – MG.310f. Orientadora: Elizabeth

Travassos Lins. Tese (Doutorado em Música) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

GUTJAHR, E. *Entre Tradições Orais e Registros da Oralidade Indígena*.217p. Orientadora: Dominique Tilkin Gallois. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MARTINS, A.R. Requalificação Urbana. A Fazenda Roseira e a Comunidade Jongo Dito Ribeiro, Campinas – SP. 140p. Orientador: Wilson Ribeiro dos Santos Júnior. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Centro de Ciências Exatas, Ambientais e Tecnológicas, Pontificia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2011.

PENTEADO JÚNIOR, W.R. *Uma trilha ao intangível: olhares sobre o jongo no espetáculo da brasilidade*.356p.Orientação: Emilia Pietrafesa de Godoi. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, 2010.

OLIVEIRA, L.S. "Barra do Piraí ainda é terra de jongueiros": patrimônio familiar e patrimônio cultural entre permanências e transformações do Jongo no Sudeste. 184p. Orientador: Paulo Knauss de Mendonça. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2011.

ROCHA, S.C. *Programa Cultura Viva e seu Processo de Estadualização na Bahia*.233p. Orientador: Antônio Albino Canelas Rubim. Dissertação (Mestrado Multidisciplinar em Cultura e Sociedade) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador 2011.

SIMONARD, Pedro. *A Construção da Tradição no Jongo na Serrinha: uma etnografia visual do seu processo de espetacularização*, Tese de Doutorado orientada pela Professora Dr^a Clarice Ehlers Peixoto e apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Rio de Janeiro em 2005.

Material Institucional:

- Iphan/Unesco

BO, J. B. L. *Proteção do Patrimônio na Unesco: ações e significados.* Brasília: UNESCO, 2003.

CAVALCANTE, M.L e FONSECA, M.C.L. *Patrimônio Imaterial no Brasil.* Brasília: UNESCO, Educarte, 2008.

Dossiê Iphan 5. Jongo no Sudeste. Brasília: Iphan, 2007.

FONSECA, M.C.L. (et al). Celebrações e Saberes da Cultura Popular: pesquisa, inventário, critica, perspectivas. *Série Encontros e Estudos*5. Rio de Janeiro: Funarte, Iphan, CNFCP, 2004.

LEAL, C.F.B (org). As Missões da UNESCO no Brasil: Michel Parent. Rio de Janeiro: Iphan, 2008.

O Registro do Patrimônio Imaterial. Dossiê Final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Ministério da cultura e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 4. ed, 2006. 140 p.

Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares. São Paulo: Instituto Polis; Brasília: Ministério da Cultura, 2005. 184 p.

- Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu

- -Relatório da 1ª Reunião de Articulação do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu. Niterói, 13 e 14 de abril de 2008. 10 pgs.
- -Relatório da 2ª reunião de Articulação do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu. Rio de Janeiro, 30 de maio a 1 de junho de 2008. 16 pgs.
- -Relatório da 3ª Reunião de Articulação do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu. Barra do Piraí, 02 e 03 de agosto de 2008. 18 pgs.
- -Relatório da 4ª Reunião de Articulação do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu. Rio de Janeiro, 06 e 07 de dezembro de 2008. 11 pgs.

- -Relatório da 5ª Reunião de Articulação do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu. I Seminário de Articulação do Pontão do Jongo/Caxambu, Rio de Janeiro, 30 de abril, 01,02 e 03 de maio de 2009. 20 pgs.
- -Relatório 6ª Reunião de Articulação do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu. Rio de Janeiro, 18, 19 e 20 de dezembro de 2009. 20 pgs.
- -Relatório 7ª Reunião de Articulação do Pontão de Cultura Jongo/Caxambu. Bananal, 26, 27, 28 de fevereiro de 2010. 19 pgs.
- -Relatório 8ª Reunião de Articulação do Pontão de Cultura Jongo/Caxambu. Rio de Janeiro, 30 de abril, 1º e 2 de maio de 2010. 16 pgs.
- -Relatório da 9ª Reunião de Articulação do Pontão de Cultura Jongo/Caxambu. Rio de Janeiro, 2, 3 e 4 de julho de 2010. 15 pgs.
- -Relatório da 10ª Reunião de Articulação do Pontão de Cultura Jongo/Caxambu. Rio de Janeiro, 10 11 e 12 de dezembro de 2010. 21 pgs.
- -Relatório da 11ª Reunião de Articulação do Pontão de Cultura Jongo/Caxambu. Rio de Janeiro, 3, 4 e 5 de junho de 2011. 22pgs.
- -Ata da Reunião da Comissão Gestora 11ª Reunião de Articulação do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu. Rio de Janeiro, 03 de junho de 2011. 6pgs.
- -Relatório das Oficinas de Organização Comunitária. Julho de 2008, 47 pgs.
- -Relatório de Atividades. Janeiro a dezembro de 2008. 35pgs.
- -1º Folder de divulgação do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, 2008.

- Grupos de Jongo/Caxambu:

-Relatório de Atividades da Associação do Jongo Dito Ribeiro. Comunidade Local – Bairro Jardim Roseira e Adjacências. Dossiê. 22pgs.

Sites e Blogs consultados

Histórico da Criação do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu:

www.pontaojongo.uff.br/sites/default/files/upload/historico_criacao_do_pontao_-_final.pdf

www.usp.br/cpc/v1/imagem/conteudo revista arti arquivo pdf/03-09-12.pdf - TOJI, S.

"O patrimônio cultural brasileiro e a antropologia enquanto fazer técnico: a expressão de um Estado contraditório e os dilemas no 'uso da diversidade". *Revista CPC*, São Paulo, n.12, p. 55-76, maio/out. 2011.

www.tornatore.html. TORNATORE, J-L. "Qu'est-ce que unethnologuepolitisé?

Expertise etengagement em sócio-anthropologie de l'activitépatrimoniale".

Etnogragraphiques.org/n.12, 2007.

www.lahic.cnrs.fr/IMG/pdf/JLTornatore.pdf. TORNATORE, J-L. "Inventaire comme

bien oubli de la reconaissance; a propôs de la prise française de La convention pour la

sauveguard du PCI". Document de travail. Lahic – Atelier PCI, 2008.

Sobre o Reuni: www.uff.br/reuni/.

Revista Virtual de História Klepsidra (artigo M. C. Winter):

www.klepsidra.net/klepsidra21/fazendas4.htm

Blog da Comunidade Jongo Dito Ribeiro:

http://comunidadejongoditoribeiro.blogspot.com.br/

Blog da Casa de Cultura AFRO Fazenda Roseira:

www.casadeculturafazendaroseira.blogspot.com.br/

Iphan: www.iphan.gov.br

Prefeitura de Campinas: www.campinas.sp.gov.br/

http://www.campinas.sp.gov.br/governo/servicos-

publicos/macroregiao/sudoeste/lazer.php,

http://www.campinas.sp.gov.br/governo/servicos-

publicos/macroregiao/sudoeste/patrimonios.php e

http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=4245

Sobre o projeto "Multilinguismo no Mundo Digital":

www.unicamp.br/unicamp/unicamp hoje/ju/junho2007/ju363pag11.html

Sobre a Rede Mocambos: www.mocambos.org/sobre

Roteiros Caminhos da Corte: www.caminhosdacorte.com.br

Municípios do "Vale do Café": www.valedocafe.com/

Sobre Consórcios Intermuncipais:

www.fpabramo.org.br/formacao/pt-no-parlamento/textos-e-publicacoes/consorcios-intermunicipais acessado em 14/10/2012.

Sobre o Festival do Vale do Café: www.festivalvaledocafe.com

Sobre o Instituto Preservale: http://www.preservale.com.br

Sobre Base Militar em Alcântara:

http://panoramaespacial.blogspot.com.br/2009/04/espionagem-em-alcantara.html

Sobre o Observatório Jovem (UFF): http://www.uff.br/observatoriojovem

Sobre o Programa de Integração pela Música (PIM) em Vassouras:

http://www.pim-org.com/pim.php

Sobre Recenseamento das Ordenanças:

http://www.valedoparaiba.com/terragente/estudos/ocomerciante.pdf

Para definição de Pau-a-Pique:

http://www.colegiodearquitetos.com.br/dicionario/13/02/2009/o-que-e-pau-a-pique/

Para definição de Partido:

http://www.colegiodearquitetos.com.br/dicionario/?s=Partido&search=Buscar

Sobre a trajetória da Dra. Judith Cortesão:

http://www.sosma.org.br;http://caminhosdamemoria.wordpress.com;

http://rppnriodaslontras.blogspot.com.br

Sobre Cassações em Campinas:

http://correiodobrasil.com.br/pasta-da-cidadania-assistencia-e-inclusao-social-tem-novo-comando/401146/; http://www1.folha.uol.com.br e http://veja.abril.com.br.

Sobre Academia Campinense de Letras:

http://www.academiacampinensedeletras.com.br e

http://memejornalismo.blogspot.com.br/2012/05/os-56-anos-da-academia-campinensede.html

Centro Cultural de Inclusão e Integração Social (CIS Guanabara) – Campinas:

http://www.cisguanabara.unicamp.br

Vídeo "Raízes da Roseira":

http://www.youtube.com/watch?v=pdWufVpKHns&feature=player_embedded#!

Sobre Critérios de Apresentação nos Encontros de Jongueiros:

http://encontrodejongueiros.zip.net/

Sobre o Programa Mais Educação: http://portal.mec.gov.br

Sobre os Pontinhos de Cultura:

http://www.cultura.gov.br/culturaviva/category/cultura-e-cidadania/pontinhos-culturaecidadania/

Avaliação do Programa Cultura Viva pelo Ipea (2010):

http://www.cultura.gov.br/culturaviva/wp-content/uploads/2010/11/Cultura-Viva_-Avaliação Programa Cultura Viva1.pdf

Sobre Secretaria de Economia Criativa:

http://www.cultura.gov.br/site/categoria/politicas/economia-criativa-2/

Sobre o *Centro Regional para La Salvaguardia del Patrimônio Cultural Inmaterial de America Latina (Crespial):* http://www.crespial.org/

Sobre o Iepé: http://www.institutoiepe.org.br

Sobre o Programa de Apoio a Comunidades Artesanais do CNFCP: www.cnfcp.gov.br

Sobre a Associação Cultural Cachuêra!: http://www.cachuera.org.br

Anexos



Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000

INSTITUI O REGISTRO DE BENS CULTURAIS DE NATUREZA IMATERIAL QUE CONSTITUEM PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO, CRIA O PROGRAMA NACIONAL DO PATRIMÔNIO IMATERIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o Artigo 84, inciso IV, e tendo em vista o disposto no Artigo 14 da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998,

Decreta:

- Artigo 1º Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.
 - § 1º Esse registro se fará em um dos seguintes livros:
- I Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;
- II Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;
- III Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;
- IV Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.
- § 2º A inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira.
- § 3º Outros livros de registro poderão ser abertos para a inscrição de bens culturais de natureza imaterial que constituam patrimônio cultural brasileiro e não se enquadrem nos livros definidos no parágrafo primeiro deste artigo.
- **Artigo 2º** São partes legítimas para provocar a instauração do processo de registro:



- I o Ministro de Estado da Cultura;
- II instituições vinculadas ao Ministério da Cultura;
- III Secretarias de Estado, de Município e do Distrito Federal;
- IV sociedades ou associações civis.
- Artigo 3º As propostas para registro, acompanhadas de sua documentação técnica, serão dirigidas ao Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, que as submeterá aoConselho Consultivo do Patrimônio Cultural.
 - § 1º A instrução dos processos de registro será supervisionada pelo IPHAN.
- § 2º A instrução constará de descrição pormenorizada do bem a ser registrado, acompanhada da documentação correspondente, e deverá mencionar todos os elementos que lhe sejam culturalmente relevantes.
- 3º A instrução dos processos poderá ser feita por outros órgãos do Ministério da Cultura, pelas unidades do IPHAN ou por entidade, pública ou privada, que detenha conhecimentos específicos sobre a matéria, nos termos do regulamento a ser expedido pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.
- § 4º Ultimada a instrução, o IPHAN emitirá parecer acerca da proposta de registro e enviará o processo ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, para deliberação.
- § 5º O parecer de que trata o parágrafo anterior será publicado no Diário Oficial da União, para eventuais manifestações sobre o registro, que deverão ser apresentadas ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural no prazo de até trinta dias, contados da data de publicação do parecer.
- Artigo 4º O processo de registro, já instruído com as eventuais manifestações apresentadas, será levado à decisão do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.
- Artigo 5º Em caso de decisão favorável do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, o bem será inscrito no livro correspondente e receberá o título de "Patrimônio Cultural do Brasil".
- Parágrafo único Caberá ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural determinar a abertura, quando for o caso, de novo Livro de Registro, em atendimento ao disposto nos termos do § 3º do Artigo 1º deste Decreto.
 - **Artigo 6º** Ao Ministério da Cultura cabe assegurar ao bem registrado:
- I documentação por todos os meios técnicos admitidos, cabendo ao IPHAN manter banco de dados com o material produzido durante a instrução do processo.



II - ampla divulgação e promoção.

Artigo 7º - O IPHAN fará a reavaliação dos bens culturais registrados, pelo menos a cada dez anos, e a encaminhará ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural para decidir sobre a revalidação do título de "Patrimônio Cultural do Brasil". Parágrafo único. Negada a revalidação, será mantido apenas o registro, como referência cultural de seu tempo.

Artigo 8º - Fica instituído, no âmbito do Ministério da Cultura, o "Programa Nacional do Patrimônio Imaterial", visando à implementação de política específica de inventário, referenciamento e valorização desse patrimônio.

Parágrafo único. O Ministério da Cultura estabelecerá, no prazo de noventa dias, as bases para o desenvolvimento do Programa de que trata este artigo.

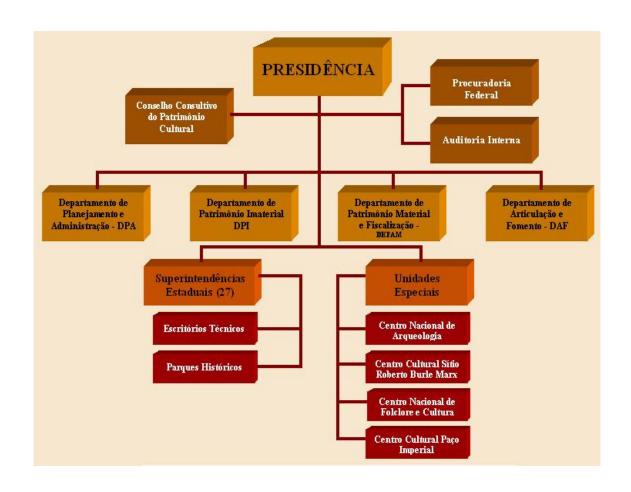
Artigo 9º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de agosto de 2000; 179º da Independência e 112º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Francisco Weffort

Anexo 2 – Organograma do Iphan.



Anexo 3 - Listagem Encontros de Jongueiros Realizados

N°	Ano	Localidade
I	1996	Santo Antônio de Pádua (RJ)
II	1997	Miracema (RJ)
III	1998	Santo Antônio de Pádua (RJ)
IV	1999	Rio de Janeiro (RJ)
V	2000	Angra dos Reis (RJ)
VI	2001	Valença (RJ)
VII	2002	Pinheiral (RJ)
VIII	2003	Guaratinguetá (SP)
IX	2004	Rio de Janeiro (RJ)
X	2005	Santo Antônio de Pádua (RJ)
XI	2006	Valença (RJ)
XII	2008	Piquete (SP)

Anexo 4

Programações Completas do Evento Sou África em Todos os sentidos

(retiradas do Blog Comunidade Jongo Dito Ribeiro -

http://comunidadejongoditoribeiro.blogspot.com.br/)

Postagem de 17 de Novembro de 2009 no Blog Comunidade Jongo Dito Ribeiro – Acesso em 25/06/2012.

Semana da Consciência Negra na Casa de Cultura Fazenda Roseira



CASA DE CULTURA FAZENDA ROSEIRA

APRESENTA

SOU AFRICA EM TODOS OS SENTIDOS

Exposição Permanente

Alimentos da Cultura Africana

Mitologia Africana - Uma reflexão com Monitores de Creches

Pinturas e Tecidos afros

Tambores

Cultura Afro de Campinas

Folhas e Ervas Curativas

SEGUNDA FEIRA- 16.11

9hrs - Abertura da Semana - Roda de benção e conversa - RELIGOSOS DE MATRIZES AFRICANAS E GRIOTS

10hrs - Exibição do Filme "Ninguém leva nossa casa" (15min), sobre a Casa de Cultura Fazenda Roseira

10h30 - Oficina de Malabares de Pandeiro - MARCOS - CAPOEIRA ACADA

14hrs - Palestra - Saúde e Prevenção - PROGRAMA MUNICIPAL DE DST/AIDS

16hrs - Oficina de Maracatu - batuque, canto e dança - MARACATUCÁ

19hrs - Palestra - Casos de Racismo na RMC - EDNA LOURENÇO (Secretaria de Combate ao Racismo da Macro-região de Campinas e vice- presidente do PT Campinas)

21hrs - Atividade Cultural - Puxada de Rede - IBAO - GRUPO RAIZES DO BRASIL

TERÇA FEIRA - 17.11

9hrs - Vivencia de Dança Afro - Divindades Africanas - PROFA. ALESSANDRA GAMA - IBAO

10h30 - Oficina de Malabares de Pandeiro- MARCOS - CAPOEIRA ACADA

14hrs - Livro e Literatura da Cultura Afro - uma possibilidade para a lei 10639.03 - PROFA. MARIA DAS GRACAS GOMES DA CRUZ

16hrs - Exibição do filme O Jongo - Ritual e Magia no Quilombo São José - Roda de Conversa - Visita ao Quilombo São José JONGUEIROS VELHOS (COMUNIDADE JONGO DITO RIBEIRO) E MARISA MARÇAL (SAMBA DE BUMBO)

19hrs - Palestra - A dança do Ventre na Cultura Afro - PROFA. ELIANA MONACO

21hrs - Atividade Cultural - Dança do Ventre - PROFA. ELIANA MONACO - Roda de Capoeira - IBECA

QUARTA FEIRA - 18.11

9hrs - Exibição do filme "Deixe-nos" - Cine Clube Resistência -PROJETO HEBERT DE SOUZA e "Ninguém leva nossa casa" (15min), sobre a Casa de Cultura Fazenda Roseira, seguida de conversa com o diretor SÉRGIO DE SOUZA

10h30 - Oficina de Dança Regional Afro - PROF. BENE MORAES - SAVURU

14hrs - Exibição do filme Kirikú e a Feiticeira - BIANCA- COMUNIDADE JONGO DITO RIBEIRO

14hrs - Filme "Ninguém leva nossa casa" (15min), sobre a Casa de Cultura Fazenda Roseira - conversa com o diretor SÉRGIO DE SOUZA

16hrs - Palestra - Participação da Mulher Negra na Sociedade - PROFA. CLEUSA AP. SILVA (CASA LAUDELINA) e RAQUEL TEIXEIRA (Secretaria Estadual de Negras e Negros do PSOL) 17h30 - Palestra - Quilombos Urbanos e Rurais hoje - MÁRSEA LÚCIA ANACLETO DE SOUZA (FACULDADE DE EDUCAÇÃO, UNICAMP) e ISABEL ISOLDI (INSTITUTO DE GEOGRAFIA - UNICAMP)

19hrs - Palestra - O Mundo e as Desigualdades de Gênero, Raça e Etnia - Uma reflexão sobre a pesquisa do DIEESE - SECRETARIO DO TRABALHO E RENDA - SEBASTIÃO ARCANJO

21hrs - Grupo de Pagode - DECISÃO VERDADEIRA

QUINTA FEIRA- 19.11

9hrs - Exibição do Documentário - "Olhos Azuis" - Cine Clube Resistência - PROJETO HEBERT DE SOUZA

10h30 - Desafios da Lei 10639.03 - LAJARA JANAINA (mestranda)

14hrs - Roda de conversa - A importância do Samba de Bumbo para a Cultura Afro de Campinas - ALCEU ESTEVAM - URUCUNGUS,PUITAS E QUIJENGUES

16hrs - Palestra - A Inclusão Social através de um Segundo Idioma - ONG CASA DA DINDA

19hrs - Atividade Cultural - Oficina de Maculelê - COQUINHO BAIANO

SEXTA FEIRA - 20.11

9hrs - 13hrs - Exposição Aberta

10h00 - CAMINHADA CONTRA O RACISMO - Estação Cultura

13h00 - RODA DE JONGO NA MÃE PRETA (em frente a Igreja são Benedito) - COMUNIDADE JONGO DITO RIBEIRO

SÁBADO - 21.11

9hrs - Palestra Mitologia Pessoal - Deuses Africanos - PROF. HENRIQUE CARIOCA

10h30 - Apresentação do Monólogo - IBAMOLÉ - VANESSA DIAS COMUNIDADE JONGO DITO RIBEIRO

11h - Roda de conversa - Comunicação e ancestralidade - TC (CASA DE CULTURA TAINÃ)

14hrs - Palestra - Dia Nacional da Consciência Negra e seus Sentidos - REGINALDO BISPO (COORD. NACIONAL DE ORGANIZAÇÃO DO MNU) e JAIR DOS SANTOS (PRES. SINDICATO DOS METALÚRGICOS de CAMPINAS e REGIÃO e militante do MOV NEGRO)

16hrs - Exibição do Filme - "A exceção e a Regra" - Cine Clube Resistência - PROJETO HEBERT DE SOUZA

17h30 - Palestra Saúde da População Negra - DR. JOSÉ ROBERTO RIBEIRO (REPRESENTANTE DA SAÚDE NO CONSELHO DA COMUNIDADE NEGRA), CÉSAR (GRUPO IDENTIDADE), REPRESENTANTE DO PROGRAMA MUNICIPAL DE DEST/AIDS E

CONVIDADOS

19hrs - Palestra - O Mundo Racializado - MAGALI MENDES - COORD. FECONEZU- CONEM

21hrs - Atividade Cultural - Tambores de Ouro - CORDÃO DE OURO

DOMINGO - 22.11

9hrs - 12hrs - Roda de Conversa - JUVENTUDE NEGRA NO BRASIL - CESAR S. PEREIRA (COORD. MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE), SILAS EDUARDO DE SOUZA (CURSINHO ALTERNATIVO HERBERT DE SOUZA) e FRED (FAMILIA MLK e GRUPO CONCEITO REAL) Moderador - RAFAEL TEODORO -COMUNIDADE JONGO DITO RIBEIRO

12h30 - 15h - Almoço Cultural Beneficente - COMIDA NORDESTINA - (Ingressos somente antecipados R\$ 13,00)

14hrs - 17hrs - Samba de AURELUCE SANTOS e GRUPO SAMBA, FÉ E RAIZ E MUITA KIZOMBA

ATENÇÃO

<u>Escolas</u>, <u>Instituições e Grupos acima de 10 (dez pessoas) deverão</u> agendar horário de visita.

Postagem de 4 de Novembro de 2010 no Blog Comunidade Jongo Dito Ribeiro – Acesso em 25/06/2012.

CASA DE CULTURA FAZENDA ROSEIRA Apresenta II SOU ÁFRICA EM TODOS OS SENTIDOS

Exposição Permanente Comunidades Tradicionais – Territórios e Resistência



Palmares – um modelo de sociedade Herança Étnica – CEPIR Onde estão os negros em Campinas? Alimentos, Tambores e Ervas Tradicionais Fazenda Roseira e Movimentos Afro Culturais Exibição de Filmes (diários sobres as questões étnicas) Oficinas, Palestras, Mesas e Rodas de Conversas

Segunda-Feira 15/11 – Abertura Oficial – 19h

Benção dos Religiosos, Coordenador da CEPIR – Benedito Paulino, Coord. Comunidade Negra – Elvira Mendonça Baltasar, Representantes de Secretarias da Prefeitura Municipal de Campinas, e Lideranças de Movimentos Afro Sócio - Cultural Coquetel de Encerramento – Necessário Confirmar Presença! Apresentação Cultural: Sr Aloizio Jeremias

Terça-Feira 16/11 - A Cabaça – Gerou o Mundo – Nossas Negras Mulheres

10h Ecobrinquedoteca- Emile Miachon – Ponto de Cultura

14h (Mesa) A importância da Mulher na Cultura afro Brasileira – Secretaria de Combate ao Racismo Sra. Edna Lourenço e convidados

16h (Oficina) Bonequinhas e objetos Afro – Arte para a Sustentabilidade – Profa. Vânia e convidados

19h (Roda de Conversa) A Mulher na nossa sociedade – Coordenadoria da Mulher Sra. Berenice, Promotoras Legais/FECONEZU Sra. Magali Mendes, Produtora e Coord. Eventos Casa de Cultura Tainã Denise Xavier e convidados Atividade Cultural:Monólogo – IBAMOLÉ – Vanessa Dias – Comunidade Jongo Dito Ribeiro

Quarta-Feira 17/11 – Juventude Negra

10h (Mesa) A Lei 10639/03 e Educação - Cursinho Alternativo Hebert de Souza, Profa. Me. Lajara Janaína e convidados

Contação de histórias – Profa. Me. Mariana Cestari – Comunidade Jongo Dito Ribeiro 14h (Roda de Conversa) Projeto MALOCA – Gráfica e Sustentabilidade – Coord. Moacir Mendes

16h Exibição de Filme - Juventude Indígena

19h (Mesa) Desafios e Possibilidades da Juventude: Coord. MALOCA Silas Eduardo de Souza, Coordenadoria da Juventude Cesar Pereira Santos, Fred da família MLK. Atividade Cultural: Banda Expresso 4.11

Quinta-Feira 18/11 - Comunidades e Povos Tradicionais

10h (Roda de Conversa) (Debate/Cinema Especial) O Rosto no Espelho de Renato Tapajós

14h (Roda de Conversa)) – Quilombos Urbanos e Rurais hoje – José Roberto – Quilombo de Brotas, e convidados.

16h Leitura da Peça – As Mulheres de Xangô – Participe!

19h Características dos Povos Tradicionais- Diferenças e Semelhanças – Brasil África – Profa. Dra. Claudia Wanderley (Unicamp) Profa. Alessandra Ribeiro e convidados Atividade Cultural: Escola de Curimba Tambor de Angola

Sexta-Feira 19/11 – Meio Ambiente/Natureza - Essência Ancestral

10h (Oficina) Meio Ambiente e Mestres dos Saberes – Prof. Nielson , Juliana e Mestre Julião e Dna. Odete

14h (Debate/Cinema Especial) – A Semente da Memória – Juventude do Quilombo São José da Serra

Contação de Histórias Profa. Me. Mariana Cestari

16h Atividade Cultural: Exibição de filme

19h - Tambores de Ouro

Sábado 20/11 - Viva Zumbi dos Palmares

Exposição Permanente Aberta 10h – 17h

Filme: Ninguém Leva Nossa Casa

15h Roda da Comunidade Jongo Dito Ribeiro na Mãe Preta

Domingo 21/11 – Povos Tradicionais de Terreiro: Curiosidades e Ensinamentos - Keto, Angola, Jeje, Nago e Umbanda

10h Benção dos Povos Tradicionais de Terreiro

Toques, Comidas, Vestuários: Cultura ou Tradição?

14h (Roda de Conversa) – BAOBÁ - Lideranças de povos e culturas tradicionais, TC – Casa de Cultura Tainã /Rede Mocambos

16h (Debate/Cinema Especial) A Rota dos Orixás - Saúde, Educação, Resistência e Tradição

Atividade Cultural: Leitura: As Mulheres de Xangô! Participe!

Segunda-Feira 22/11 O Corpo Afro fala Afro

10h (Oficina) Danças Afro Brasileiras – Profa. Dra. Andresa Ugaya Unicamp/ Comunidade Jongo Dito Ribeiro

14h (Oficina) Dança dos Orixás – Profa. Me. Alessandra Gama – Ponto de Cultura IBAO

16h (Oficina) Dança de Rua – Profa. Dyssaa

19h (Debate/Cinema Especial) – Dança Afro Cubana, participação das professoras de dança das oficinas e convidados

Atividade Cultural - Exibição do Filme : O JONGO: Ritual e Magia no Quilombo São José

Terça-Feira 23/11 – Capoeira e sua Raiz Ancestral

10h (Debate/Cinema Especial) Vista Minha Pele

14h (Roda de Conversa) A História da Capoeira – Praticantes de capoeira conversam

17h (Debate/Cinema Especial) O Besouro

19h (Roda de Conversa) Capoeira pra Capoeiristas - Prof. Paulo (IBECA), David (Raízes do Brasil) e convidados.

Atividade Cultural: Roda de Capoeira IBECA

Quarta-Feira 24/11 Resistência, Mercado de Trabalho e Sustentabilidade

10h (Roda de Conversa) Espaços de Resistência na Cidade de Campinas

14h (Roda de Conversa) Roteiro Afro de Campinas – Histórias e Lembranças

19h (Mesa) O negro e o mercado de trabalho – Sr. Sebastião Arcanjo "Secretaria de Trabalho e Renda" e convidados

Apresentação Cultural - Projeto O Samba Continua - Aureluce Santos e Banda

Quinta-Feira 25/11 Contos, Lendas, Histórias e Brincadeiras Afro

10h (Oficina de Malabares) Marcão - ACADA

14h (Roda de Conversa) Contação de Histórias Afro com participação Especial de membros da S.O.S Mata Atlântica

16h Leitura da Peça – As Mulheres de Xangô – Participe!

19h (Mesa) Várias Áfricas – Egito também é África – Profa. Eliana Mônaco e convidados

Apresentação Cultural – Dança do Ventre

Sexta-Feira 26/11 Diversidade, Prevenção e Saúde da População Negra

10h (Oficina) Prevenção para Todas as Idades

14h (Roda Conversa) O que é Diversidade - Grupo Identidade e Convidados - Sr. Luiz Cappellano coord. Programa Mais Educação Campinas/SP

19h (Mesa) Programa Municipal de DST- AIDS, Grupo Identidade, Saúde da População Negra

Atividade Cultural: MARACATUCÁ

Sábado 27/11 Memórias da Cidade e Movimentos Sociais

10h (Roda de Conversa) Reginaldo Bispo (MNU/Machadinho), Alceu Estevam (Urucungus), TC (Casa de Cultura Tainã), Ana Rosa Cloclet (PUC Campinas/ Profa. Dra. Extensão) e convidados

13h (Roteiro Afro de Campinas) Memórias da Cidade de Campinas - Projeto Duas Marias e Uma Edite –Os mais velhos da Comunidade Jongo Dito Ribeiro, As Matriarcas do Samba de Bumbo, Marisa Marçal Sambadeira, Sr. Aloisio e convidados 17h Atividade Cultural.

Domingo 28/11 Troca de Saberes/Rede Trançando a Vida e O Estilo da Negritude

10h (Oficina) Maquilagem e Como se Vestir bem/ Desfile Improvisado

(Oficina de Tranças) Mulheres da Rede Trançando a Vida

14h (Oficina de MC, Discotecagem e Grafite) – Movimento Hip Hop e Participação da Família MLK

18h Encerramento do II Sou África em Todos os Sentidos

Todas as atividades são inteiramente GRATUITAS e Acima de 10 pessoas é obrigatório AGENDAMENTO.

Contatos e Informações:

Local: Av. John Boyd Dunlop, s/n. - Em frente a PUC II - dentro do loteamento – Caminho das Árvores.

Apoio:

CEPIR - Coordenadoria para Inclusão Racial Coordenadoria de Políticas Públicas da Juventude de Campinas Secretaria Municipal de Comércio, Indústria, Serviço e Turismo Secretaria Municipal de Educação Secretária Municipal de Cultura

Realização:

Ponto de Cultura Comunidade Jongo Dito Ribeiro Casa de Cultura Fazenda Roseira Todos os participantes dessa semana

Postagem de 11 de Novembro de 2011 no Blog Comunidade Jongo Dito Ribeiro – Acesso em 25/06/2012.



sexta-feira, 11 de novembro de 2011

III SOU ÁFRICA EM TODOS OS SENTIDOS

SOU EU ...ORGULHO DE ZUMBI

O que: evento do Mês da Consciência Negra, com exposição, palestras, oficinas e atividades culturais. ATIVIDADES GRATUITAS

Público: Geral. Todas as faixas etárias. Agendamento para escolas, entidades culturais e assistenciais.

Quando: de 14 a 27 de novembro

Local: Casa de Cultura Fazenda Roseira

- Campinas/SP

Dia 14 de novembro, segunda-feira, será

a abertura de mais uma edição do **Sou África em Todos os Sentidos – Sou eu... Orgulho de Zumbi**, com a oficina e apresentação cultural do grupo de São Paulo Il*u Oba de Min* (http://www.iluobademin.com.br). Em seguida, a festa será animada pelos DJs Barata, Chakal,LP e Dú. O evento atrai mais de mil pessoas por ano e já se consolidou na cidade por reunir diversos grupos e pessoas em sua programação intensa e de diversificada.

O mês de novembro é o **Mês da Consciência Negra**. Data instituída pelo movimento negro do Brasil e já incorporada ao calendário oficial de algumas cidades como é o caso de Campinas, faz referencia ao aniversário de morte do líder Zumbi dos Palmares, no dia 20 de novembro - Dia Nacional da Consciência Negra.

O evento SOU AFRICA EM TODOS OS SENTIDOS proporcionará o **fomento e difusão da cultura negra** por meio do estímulo de todos os sentidos e da reflexão sobre a trajetória de resistência da comunidade negra no Brasil. Desta maneira, pretende-se contribuir com o combate ao racismo ainda presente em nosso país.

A programação é composta por uma exposição permanente, oficinas, palestras e apresentações culturais (**PROGRAMAÇÃO COMPLETA EM ANEXO**). As atividades são gratuitas e serão realizadas na Casa de Cultura Fazenda Roseira, um espaço de educação e cultura que existe desde 2008, no Jardim Roseira, região noroeste de Campinas. Trata-se do casarão da Fazenda Roseira, um prédio do final do século XIX que se tornou um equipamento público em 2007 e que é gerido por organizações da sociedade civil.

Mais informações:

http://comunidadejongoditoribeiro.blogspot.com/ http://fazendaroseira.org.br/

PROGRAMAÇÃO COMPLETA

14/11 - Segunda - Abertura

18h30 - Abertura Oficial - convidados

19h - Ponto de Cultura IBAO - Andanças da Ginga (mostra)

19h30 - Oficina de Percussão Ilu Oba de Min - SP

21h30 - Apresentação do Ilu Oba de Min - SP

22h30- Dj Barata, DJ Chakal, DJ LP e DJ Dú

15/11 - Terça Feira - Campinas Negra Campinas

15h - Exibição do Filme e Debate: Vista a Minha Pele

17h -Palestra: A presença Negra e o Patrimônio Cultural Negro na cidade de Campinas

Mirza Pelicciota – Secretaria Municipal de Comércio, Industria e Turismo

18h30 - Seu Aluízio - Musica e Arte

20h -Regina Teodoro -Sindicato das Empregadas Domésticas de Campinas, Magali Mendes FECONEZU e Berenice Coordenadoria da Mulher de Campinas

16/11 Quarta-Feira Toques, Cantos e Convicções

10h - Oficina de Pandeiro - Marcos ACADA

15h -Oficina de Carimbó das Caixeiras – Chris Bueno

Encerramento da Exposição as 17h.

18h30 - Arrastão na UNICAMP - Casa do Lago.

17/11 Quinta feira - Juventude, Cultura e Sincretismo

10h30 -Palestra – Ano Internacional Afro descendente – Diogo Silva – Medalhista do

Taekwondo e Cesar Pereira – Coord. Da Juventude

15h -Roda de Conversa com Jongueiros: Projeto Duas Marias e Uma Edite - costumes, manias encontros inter-geracionais

20h -Roda de Conversa – Mãe Dango e Padre Jorge Luiz – Os santos sincretizados nas religiões de matrizes africanas

18/11 - Sexta-Feira - Famílias negras

10h - A relação familiar nos terrreiros de Candomblé – Mãe Eleonora

15h -Bendito os Beneditos – peça teatral – Inventor de Sonhos

20h -Prof Robson – Os Caminhos da Liberdade e a família na Liga Humanitária dos Homens de Cor -

19/11- Sábado - Marcha Zumbi dos Palmares - Reparação Já!

9h - Concentração na Estação Cultura

Exposição aberta da partir das 19h na Casa de Cultura Fazenda Roseira.

20h30 -Navio Negreiro de Castro Alves – Prof. Luiz Gustavo da EE. Rui Rodriguez - declamação

21h -FESTA de encerramento do Seminário Internacional de Educação Social e Educação Não Formal

21h30 -Ponto de Cultura Caminhos - Grupo Oju Obá

22h - Expresso 4.11 - Batucada Viva Zumbi

20/11 Domingo - Dia da Consciência Negra - Viva Zumbi dos Palmares

Atividades na Estação Cultura. (exposição fechada na Casa de Cultura Fazenda Roseira)

17h30 – Jongo na mãe Preta – em frente à Igreja São Benedito – Comunidade Jongo Dito Ribeiro

19h Celebração Afro - Igreja São Benedito - Rua Luzitana, 636 - Campinas/SP

21/11 Segunda Feira - Heranças Culturais

10h Bendito os Beneditos - Peça Teatral - Ponto de Cultura Inventor de Sonhos

15h Oficina de Trançadeiras – Tranças para Crianças – Rede Trançando a Vida de Campinas e Região

19h30 - A mulher negra na política e na militância – Edna Lourenço – Grupo Força da Raça

20h -Oficina de Contação de Estórias - Pontão de Cultursa NINA Griot - Marcelo Alvo*

22/11 Terça Feira – Mitos, Beneditos e Diversidade Sexual

10h Apresentação da Peça – Os príncipes do Destino – Alunos do Programa Mais Educação

15h Bendito os Beneditos – Ponto de Cultura Inventor de Sonhos

20h Vamos Escurecer a História da Eugenia no Brasil– Grupo IDENTIDADE e Rede Afro LGTB

- Luis Fernandes e César Gomes

23/11 Quarta feira - Intercâmbios Brasil África

10h -Exibição de Filme: MANDÙ – direção Camila Mourgause

15h -Conversa e Apresentação das Produções do Projeto de Extensão Fabulografias em Áfricas cartões-postais (Faculdade de Educação e Labjor – Unicamp) – Coletivo Fabulografias

- Coord, Alik Wunder
- 20h Escola de Bambu Exibição de Documentário Vinícius Zanotti

24/11 Quinta Feira Cultura e Arte

- 10h Oficina de Dança afro Contemporanea Carlos Kiss e Mestre Jahça
- 15h Oficina de Dança de Rua Dyssa
- **16h30 -** Roda de Conversa –Legislativo e Discriminação Religiosa Sr. Eduardo Brasil e Maurílio Ferreira
- 18h30 Lançamento do Livro Legião Negra Osvaldo Faustino
- 20h Literatura Negra Larissa Lisboa

25/11 Sexta -feira Território Livre da Culura Afro Brasileira – Tuxáua Alceu

- **10h -** Apresentação do Projeto Território Livre e projetos de Tuxauas presentes.
- **12h -** Exibição do DVD As Matriarcas do Samba de Bumbo e Mandu (curta) Camila Morgause
- 14h Apresentação Musical de Jovens do Progen Oficina 11. Toneladas/Expresso 4.11
- **15h -** Roda de conversa: 1) Eixo temático: Espaço Físico como território de dlago e sustentabilidade das entidades de matriz africana, 2) Tambor Cibernético (cultura digital e apropriação tecnológica). 3) Considerações Finais e 4) Encaminhamento de Demandas ao GT de Matriz Africana da Comissão Nacional de Pontos de Cultura.

Encerramento às 19h.

26/11 Sábado Dança e Exposição

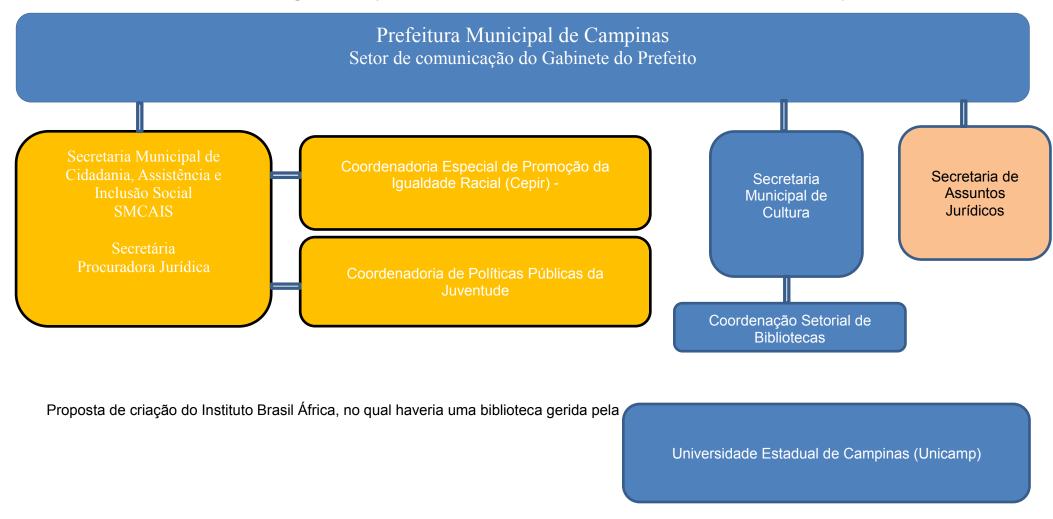
9h – 12h Oficina de Dança dos Orixás – Renata Oliveira, Fabiano Barbieri e Fabiano Zaccarias Exposição aberta até as 13h.

27/11 Domingo - Quizomba - Festa, samba e riso

- 11h30 Oficina de Berimbau Prof Bombril IBECA
- 11h30 Oficina de Tambor Pulô Prof. Alemão Expresso 4.11
- **11h30** Oficina da Comunidade Jongo Dito Ribeiro Jongo
- 13h Vozes D'Africa de Castro Alves Prof. Luiz Gustavo da EE. Rui Rodriguez declamação
- **14h** Apresentação de Dança Afro Inon Pelú Emi Orixá (Tradução: Caminhando com a força dos Orixás)
- 15h Roda de Samba com Aureluce Santos e convidados.

Anexo 5

Instituições/Órgãos e Representantes envolvidos nas Reuniões enfocadas (Campinas)



Academia Campinense de Letras Também haveria a proposta da SMCAIS da gestão do projeto pela: A coordenação dos eventos culturais permaneceria a cargo da: Comunidade Jongo Dito Ribeiro (Associação Jongo Dito Ribeiro) Ponto de Cultura IBAO Casa de Cultura Tainã Casa Laudelina Cursinho Hebert **ONG Urucungos** de Souza Capoeira IBECA Ministério da Cultura Secretaria de Cidadania Cultural Joana Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Universidade Federal Fluminense (UFF) Nacional (Iphan) Pró-Reitoria de Extensão 214 CNFCP - Rebecca Guidi Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu – Isadora e Morena